

Diário do Legislativo de 01/04/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 17ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 3ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do 5º Fórum das Águas Para o Desenvolvimento de Minas Gerais

1.3 - Evento Realizado na 13ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada ao Prosseguimento do 5º Fórum das Águas Para o Desenvolvimento de Minas Gerais

1.4 - 4ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do 5º Fórum das Águas Para o Desenvolvimento de Minas Gerais

1.5 - 5ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do 5º Fórum das Águas Para o Desenvolvimento de Minas Gerais

1.6 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 30/3/2006

Presidência dos Deputados Márcio Kangussu e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 547 a 556/2006 (encaminham o Projeto de Lei nº 3.115/2006 e os Expedientes relativos ao Regime Especial de Tributação concedidos às Empresas Granja Brasília Agroindustrial Avícola S.A., Rio Branco Alimentos S.A., Cossisa Agroindustrial S.A., Frigorífico Pontenovense Ltda., Bertin Ltda., Dagránja Agroindustrial Ltda., Real Alimentos Ltda., Frigorífico Serradão Ltda. e Frigorífico Tradição Ltda., respectivamente), do Governador do Estado - Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.116 a 3.120/2006 - Projetos de Resolução nºs 3.121 a 3.138/2006 - Requerimentos nºs 6.322 a 6.339/2006 - Requerimentos dos Deputados André Quintão e Sargento Rodrigues (4) - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Fiscalização Financeira e de Política Agropecuária e dos Deputados Ricardo Duarte, Biel Rocha e Miguel Martini - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Leite, André Quintão, Weliton Prado, Padre João e Elmiro Nascimento - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Questão de ordem - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (4) e André Quintão; deferimento - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Edson Rezende - Ermano Batista - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Kangussu) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 547/2006*

Belo Horizonte, 29 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis de propriedade do Estado ao Município de Piumhi.

Os imóveis constantes da proposta são de propriedade do Estado de Minas Gerais desde os anos 1959 e 1961, respectivamente, quando os recebeu em doação do Município de Piumhi, para a construção de um prédio escolar. Tal objetivo não se consumou, estando os imóveis sendo utilizados como praça pública.

A Administração Estadual e a Secretaria de Estado da Educação não têm planos para o seu aproveitamento, razão por que a sua devolução ao Município revestem-se de interesse público, uma vez que no local funciona uma praça pública municipal.

Estas as razões que me conduzem a submeter ao exame de seus Nobres Pares o projeto de lei em anexo.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.115/2006

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piumhi os imóveis que especifica.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piumhi os imóveis constituídos pelas áreas de 4.200m² (quatro mil e duzentos metros quadrados), confrontando com a Rua Getúlio Vargas, registrado sob o nº 24.878, livro 3-Q, fls. 72, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piumhi, e de 5.800m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados), confrontando pela frente com a Rua Getúlio Vargas, registrado sob o nº 29.018, livro 3-R, fls. 159, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piumhi.

Parágrafo único - Os imóveis descritos no "caput" se destinam à utilização de praça pública.

Art. 2º - Os imóveis de que trata esta lei reverterão ao patrimônio do Estado, se no prazo de cinco anos, contados da data da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 548/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Granja Brasília Agroindustrial Avícola S.A., pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 549/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Rio Branco Alimentos S.A. pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 550/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à empresa Cossisa Agroindustrial S.A., pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 551/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à empresa Frigorífico Pontenovense Ltda., pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 552/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Bertin Ltda. pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 553/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Dagránja Agroindustrial Ltda. pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 554/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Real Alimentos Ltda., pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 555/2006*

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Frigorífico Serradão Ltda. pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

Belo Horizonte, 24 de março de 2006.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Frigorífico Tradição Ltda. pelo Secretário de Estado de Fazenda.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. José Távora, Presidente da Unale, convidando os parlamentares desta Casa para participar da X Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais e das comemorações alusivas aos 10 anos de fundação da Unale.

Da Sra. Meryvone Mansur Bísaro, Presidente da Câmara Municipal de Varginha, encaminhando moção de apoio, do Vereador Leandro Acayaba, à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 61/2005, que dá autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional à Defensoria Pública. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2005.)

Do Sr. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, agradecendo voto de congratulações por sua eleição como Presidente da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público da América do Sul - Asul - formulado por esta Casa a partir do Requerimento nº 5.860/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Do Sr. José Francisco da Silva, Ouvidor de Polícia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.057/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Agnaldo Rodrigues Pereira, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares, solicitando seja apresentada emenda ao projeto de lei apresentado pelo Tribunal de Justiça do Estado que trata da fixação do subsídio dos Magistrados. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.922/2006.)

Da Sra. Elayne Lúcia Nogueira Cruz Oliveira, Superintendente de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.647/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Néelson Alves Santiago Filho, Diretor de Transporte Metropolitano do DER-MG, informando da impossibilidade de comparecer a reunião da Comissão de Transporte realizada nesta Casa. (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Giselda Maria de Sousa Campos, Escrevente Judicial do Estado, e outros servidores contratados pelo Poder Judiciário do Estado lotados na Comarca de Mantena, solicitando seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003, que garante ao detentor de função pública, no ato da dispensa, indenização por ano de serviço prestado ao Estado, correspondente a duzentos por cento do seu vencimento mensal. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003.)

CARTÃO

Do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente do Sistema Fiemg, encaminhando o Fiemg-Index - Relatório da Pesquisa Indicadores Industriais e o Fiemg Comex - Estatísticas do Comércio Exterior de Minas Gerais, divulgados em fevereiro de 2006. (- À Comissão de Turismo.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.116/2006

Declara de utilidade pública o Coral Juvenal Alves Vilela, com sede no Município de Caeté.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Coral Juvenal Alves Vilela, com sede no Município de Caeté.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública o Coral Juvenal Alves Vilela, sociedade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade executar o ensinamento e a difusão do canto coral, através de ensaios e apresentações, promovendo cultura e entretenimento; valorizando e incentivando músicos e cantores associados e prestando assistência aos músicos e aos cantores nele inscritos, protegendo seus interesses e direitos, bem como representando-os nas suas justas reivindicações junto às autoridades competentes, se se fizer necessário.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.117/2006

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Aiuruoca terreno com área de 10.000m² (dez mil metros quadrados), confrontando com o campo de futebol, Marcelo Dias e outros sítios no imóvel Santa Clara dos Rodrigues, no Distrito de Mirantão, nesse Município, registrado sob o nº 8.318, Livro 3-D, a fls. 174, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Aiuruoca.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à construção da quadra poliesportiva do Programa Mineirinhos.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado, se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Dimas Fabiano

Justificação: Este projeto de lei objetiva que se faça doar ao Município de Aiuruoca imóvel de propriedade do Estado situado nesse Município.

Visando a atender ao interesse público, para construção de uma quadra poliesportiva do Programa Mineirinhos que já se encontra em fase de liberação dos recursos, solicita-se a doação do imóvel o mais urgente possível, incorporando-o ao patrimônio do Município.

Considerando justa a doação pretendida pelo Executivo Municipal, contamos com o apoio dos nobres Deputados e Deputadas à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.118/2006

Dispõe sobre o Dia Estadual da Renovação Carismática Católica e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Renovação Carismática Católica, a ser comemorado anualmente, no primeiro domingo do mês de fevereiro, em todo o território do Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Dinis Pinheiro

Justificação: O Concílio Vaticano II desejava a renovação da Igreja, e a Renovação Carismática apareceu no momento em que se procurava colocar em prática essa determinação.

O Concílio foi encerrado pelo Papa Paulo VI, na Praça de São Pedro, no dia 8/12/65, e em seguida começou-se a produzir no mundo inteiro um ressurgir dos carismas. Não se tinha passado nem um ano do Concílio, e vários católicos - membros das faculdades da Universidade de Duquesne, nos Estados Unidos - se reuniam freqüentemente para momentos fortes de oração e para conversar sobre a vitalidade de sua fé. Os professores de Pittsburgh começaram a pedir em oração que o Espírito Santo lhes desse a renovação e rezavam uns pelos outros pedindo o Espírito Santo. De 17 a 19/2/67, mais de 30 pessoas fizeram um retiro de fim de semana, o "Retiro de Duquesne", em Pittsburgh, nos Estados Unidos.

"Batizado no Espírito", "oração em línguas", "o dom da profecia" e um "relacionamento pessoal com Jesus Cristo" são expressões muito em voga e indispensáveis no vocabulário da Renovação Carismática Católica (RCC).

Por volta de 1990, o movimento já contava com cerca de 72 milhões de seguidores no mundo inteiro e organizações oficiais em mais de 120

países.

A verdade é que a RCC não é apenas uma questão de encontros de oração semanais. O seu coração reside no Batismo no Espírito Santo - uma graça de Deus que deveria ser parte da experiência normal de todo cristão. Através desse batismo, todo o mundo - clero e leigos, homens e mulheres, jovens e velhos, negros e brancos, ricos e pobres, sem distinção - tem a oportunidade de dar o seu sim a Deus.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.119/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Doadores de Sangue de Bom Despacho - ADSBD -, com sede no Município de Bom Despacho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Doadores de Sangue de Bom Despacho - ADSBD -, com sede no Município de Bom Despacho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Domingos Sávio

Justificação: A Associação dos Doadores de Sangue de Bom Despacho - ADSBD -, com sede no Município de Bom Despacho, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem como finalidade precípua dar apoio à entidade para captação de doadores; promover palestras, campanhas e eventos que contribuam para a conscientização do cidadão em relação aos benefícios da doação de sangue e outras informações afins, além da geração de recursos financeiros que serão destinados à realização da finalidade social da ADSBD.

A Associação está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública estadual.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.120/2006

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Parque das Nações I e II.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Parque das Nações I e II, com sede no Município de Três Marias.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Doutor Viana

Justificação: A Associação Comunitária dos Bairros Parque das Nações I e II, de Três Marias, fundada em 26/10/2004, é entidade civil sem fins lucrativos.

Essa entidade tem por finalidades promover atividades sociais, culturais e desportivas, zelar pela melhoria das condições de vida dos moradores e do embelezamento da região, promover a assistência às pessoas carentes, entre outras.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Resolução nº 3.121/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 1/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 1/2006 à empresa Unifrigo Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.122/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 2/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 2/2006 à empresa Friboi Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução nº 3.123/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 3/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 3/2006 à empresa Nogueira Rivelli Irmãos Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.124/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 4/2006 à empresa Mafrial Matadouro e Frigorífico Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.125/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 5/2006 à empresa Distribuidora de Carnes Vale do Paraíso Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução 3.126/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 6/2006 à empresa Organizações Francap S.A., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução 3.127/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 7/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 7/2006 à empresa Avivar Alimentos Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.128/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 8/2006 à empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.129/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 9/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 9/2006 à empresa Independência Alimentos Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.130/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 010/2006 à empresa Dagrajia Agroindustrial Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.131/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 11/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 11/2006 à empresa Frigorífico Mataboi S.A., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.132/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 12/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 12/2006 à empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga, após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.133/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 13/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 13/2006 à empresa Barbosa & Cia Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.134/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 14/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 14/2006 à empresa Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.135/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 16/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 16/2006 à empresa Sadia S.A., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução Nº 3.136/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 18/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 18/2006 à empresa Frigorífico Nossa Senhora da Saúde Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.137/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 19/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 19/2006 à empresa Matadouro e Frigorífico Paladar Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

Projeto de Resolução nº 3.138/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 20/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 20/2006 à empresa Rio Branco Alimentos S.A., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

REQUERIMENTOS

Nº 6.322/2006, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Lagoa Grande pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse Município.

Nº 6.323/2006, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Uruçua pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.324/2006, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Riachinho pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse Município. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Requerimento nº 6.135/2006, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 6.325/2006, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Araporã pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.326/2006, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Loja Maçônica Universitária pelo transcurso do seu aniversário de fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.327/2006, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Escola de Saúde Pública de Minas Gerais pelo transcurso do seu 60º aniversário de fundação. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.328/2006, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Escola Estadual Cláudio Pinheiro de Lima pelo transcurso do seu 40º aniversário de fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.329/2006, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao UNI-BH pela implantação do curso superior de Tecnologia em Secretaria Escolar e Acadêmica. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 6.330/2006, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Restaurante do Porto pelo transcurso de seus 36 anos de fundação. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.331/2006, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG - pelo transcurso de seus 72 anos de fundação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 6.332/2006, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo à Secretária de Educação com vistas à implantação do Programa Escolas em Rede nos estabelecimentos estaduais de ensino de Uberlândia. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.333/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Chefe da Polícia Civil com vistas a que sejam destinados uma viatura policial, recursos humanos e equipamentos para a Delegacia de Piumhi. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.334/2006, da Comissão de Saúde, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais pelo transcurso de seus 60 anos de fundação. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Doutor Viana. Anexe-se ao Requerimento nº 6.327/2006, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 6.335/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com a Sra. Juana Calfunao, por ocasião do recebimento da Medalha Chico Mendes.

Nº 6.336/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com vistas a que se tomem providências sobre duas jovens que estariam sendo vítimas de práticas delituosas em entidade religiosa na Capital paulista.

Nº 6.337/2006, da Comissão de Saúde, solicitando seja formulado apelo ao Ministro da Saúde com vistas a que seja revista a decisão de se acabar com os mutirões de cirurgia.

Nº 6.338/2006, da Comissão de Segurança Pública, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que sejam destinados uma viatura e equipamentos ao destacamento dessa corporação no Município de Coqueiral.

Nº 6.339/2006, da Comissão de Segurança Pública, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que sejam destinados uma viatura e equipamentos ao destacamento dessa corporação no Município de Leopoldina.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados André Quintão e Sargento Rodrigues (4).

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Fiscalização Financeira e de Política Agropecuária e dos Deputados Ricardo Duarte, Biel Rocha e Miguel Martini.

Oradores Inscritos

- Os Deputados João Leite, André Quintão, Weliton Prado, Padre João e Elmiro Nascimento proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 2.973/2006, do Deputado Zé Maia, ao Projeto de Lei nº 2.541/2005, do Governador do Estado, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembléia , 30 de março de 2006.

Deputado João Leite, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 6.335 e 6.336/2006, da Comissão de Direitos Humanos, 6.337/2006, da Comissão de Saúde, 6.338 e 6.339/2006, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Política Agropecuária - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 28/3/2006, do Projeto de Lei nº 2.641/2005, do Deputado Laudelino Augusto, e dos Requerimentos nºs 6.224/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 6.267/2006, da Deputada Vanessa Lucas; de Administração Pública - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 29/3/2006, dos Requerimentos nºs 6.117/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, 6.140/2006, do Deputado Doutor Viana, 6.158 e 6.225/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 6.200/2006, da Deputada Ana Maria Resende, e 6.270/2006, da Deputada Vanessa Lucas; de Assuntos Municipais - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 29/3/2006, dos Requerimentos nºs 6.160/2006, do Deputado Jayro Lessa, 6.226/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 6.227/2006, do Deputado Gustavo Valadares, e 6.268/2006, da Deputada Vanessa Lucas; de Direitos Humanos - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 29/3/2006, do Projeto de Lei nº 2.867/2005, do Deputado Zé Maia, e dos Requerimentos nºs 6.170 a 6.173/2006, da Deputada Vanessa Lucas; e de Fiscalização Financeira - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 29/3/2006, do Requerimento nº 6.238/2006, do Deputado Weliton Prado (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Biel Rocha - informando sua renúncia como membro efetivo da Comissão de Educação (Ciente. Publique-se. Cópia às Comissões.), Miguel Martini - informando sua indicação para Líder da Maioria (Ciente. Publique-se. Cópia às Comissões e às Lideranças.), e Ricardo Duarte - indicando o Deputado Weliton Prado para membro efetivo da Comissão de Educação e o Deputado Biel Rocha para suplente da referida Comissão (Ciente. Designo. Às Comissões. Cópia às Lideranças.).

Questão de Ordem

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a fim de restabelecer não apenas a verdade, mas o bom entendimento, gostaria de fazer uma observação sobre o comentário feito pelo querido Padre João, que, a meu ver, foi infeliz ou fruto de um entendimento equivocado da sua parte. Às vezes, uma palavra muda tudo. O Deputado Padre João, pregador da palavra, sabe tão bem de que palavra estou dizendo, e sabe que ela tanto nos guia quanto nos incendeia. Queremos que ela incendeie, pela luz do Divino Espírito Santo, esclarecendo, e não confundindo. V. Exa. fez uma associação de idéias ou de palavras que, a meu ver, foi extremamente infeliz, porque eu nunca disse em nenhum lugar ou associei movimento social a baderneiro. O que eu disse e insisto - creio que a Igreja Católica, que sigo, assim como o Padre João, condena aqueles que, mascarados, invadiram recentemente propriedades no Sul do País, destruindo patrimônios, como fizeram em Marabá, numa atitude destrutiva própria de bandido, de criminoso, incendiando casas em propriedades produtivas. Isso não pode ser chamado movimento social. Ai, sim, a coisa vai para um caminho muito ruim. Se, ao condenar, exercendo aqui a responsável função de representante público, trazendo meu sentimento e indignação... Pesquisa recente revelou que a indignação atinge praticamente 100% dos brasileiros ao ver cidadãos... se estavam usando siglas; bandeira do MST, deste ou daquele movimento social, é outra história. Refiro-me a episódios. De repente, se condeno alguém por invadir viveiro de mudas, fazenda produtiva e incendiá-la - recentemente invadiram uma propriedade e roubaram uma série de coisas - e se eu chamo esse tipo de atividade de criminosa, não me refiro a movimento social. Se digo - e ficou comprovado que alguns indivíduos que praticaram esse tipo de ato, como o ocorrido no Sul do País, estavam participando do MST e eram financiados pelo poder público, estou cumprindo meu dever de alertar o poder público para que tome cuidado e não comece a financiar o crime. Mas daí a vincular essa denúncia, que não sou eu quem a está fazendo, a imprensa do Brasil inteiro fez, a Igreja Católica e a CNBB repudiaram o ato, assim como todos os brasileiros, e dizer : "Em algum momento, falando sobre movimentos sociais, o Deputado Domingos Sávio referiu-se aos baderneiros?" Não! Não fiz referência a movimento social para falar em baderneiros. Disse, sim, sobre baderneiros que se infiltram em movimentos sociais, que estão travestidos de ativistas sociais, mas que, na verdade, querem mesmo é baderna, querem destruir este País. E nós não aceitamos isso.

Portanto é muito importante separar o joio do trigo. Que a palavra seja usada para ajudar a melhorar este País; que não se confunda baderna com movimento social, que é algo louvável de que participei a vida inteira, apoiei e acredito. Baderna é outra coisa.

Outra situação que me deixou assombrado ocorreu quando o nobre Deputado Padre João disse que há uma rachadura em Irapé - e fez isso sem uma fundamentação técnica. Isso não faz sentido. Imediatamente, entrei em contato com figuras da nossa Cemig e recebi a informação de que isso não tem o menor fundamento. É preciso que sejamos ponderados ao usar a palavra. Ela pode iluminar-nos, guiar-nos e levar-nos para o caminho certo; mas também pode fazer com que nos equivoquemos. Portanto não tem sentido falar que Irapé está rachando, que está numa

situação que pode fazer com que as pessoas fiquem inseguras ou inquietas. Não há nenhum sentido nesse tipo de afirmação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 141 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (4), solicitando a inclusão em ordem do dia das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11 e 45/2003 e 73 e 76/2004, e, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado André Quintão, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 2.795/2005.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, agradeço-lhe o acompanhamento. Certamente V. Exa. está atento aos trabalhos. Na verdade, ocupo esta tribuna por dever dessa delegação e desse voto que recebemos, especialmente daqueles servidores da área de segurança pública que muito têm nos cobrado. Continuamos colhendo as assinaturas. Aliás, V. Exa. assinou conosco o ofício que encaminharemos ao Governador para que envie a esta Casa o projeto de lei que prevê o pagamento do adicional de periculosidade. Quer dizer, do adicional da atividade de risco que foi apelidado de periculosidade.

Portanto, continuamos a colher as assinaturas. Volto a insistir que já conseguimos 70 assinaturas neste documento. Assim que estiver completo, apresentaremos o requerimento com o documento, encaminhando por parte do Poder as assinaturas com esse pedido ao Governador. Deixo claro que durante as nossas negociações com a categoria dos servidores, o Sindipol, a Associação dos Praças, dos Delegados e várias outras entidades de classe, em junho de 2004, participamos da assinatura da proposta de entendimento, e o governo vem cumprindo os acordos apresentados nessa proposta. Porém, a questão da periculosidade é urgente e muito necessária para os servidores. Por isso as entidades de classe em qualquer oportunidade estão manifestando publicamente, expressando livremente o direito previsto na Constituição da República de sensibilizar o governo.

Como representantes desses servidores e que se encontram neste Parlamento, estamos sensibilizando os Deputados e aguardaremos a agenda com o Governador para entregá-lo pessoalmente. Tenho certeza de que, buscando esse caminho, o entendimento, a negociação com o Governador, chegaremos a um bom termo. Sensível como é, pois já deu demonstração dessa sensibilidade, acatará um documento subscrito pela maioria esmagadora desta Casa e contendo a vontade desses parlamentares. Atendendo a esse clamor, o Governador enviará a esta Casa projeto dos servidores não só da área de segurança pública, mas também referente à vontade expressa e assinada pelos parlamentares desta Casa. Sr. Presidente, Deputado João Leite, que conduz os trabalhos nesta tarde, agradeço-lhe a paciência. V. Exa. juntamente com os demais membros do PSDB têm dado uma grande contribuição e esta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, o Deputado Padre João tem uma grande vivência na luta em defesa dos atingidos por barragens. Temos profundo conhecimento e respeito pelo trabalho que o Deputado realiza nesta Casa e em todo o Estado. Pelo adiantado da hora e não havendo número regimental, solicito a V. Exa. que encerre de plano a reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 31, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 21/3/2006

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário José Carlos Carvalho - Palavras do Sr. Paulo Romano - Palavras do Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos - Palavras do Vereador Tarcísio Caixeta - Palavras do Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho - Palavras do Sr. Mauro da Costa Val - Palavras do Sr. Lupércio Ziroldo Antônio - Palavras do Sr. Maurício Andrés Ribeiro - Palavras do Deputado Laudelino Augusto - Palavras do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Lançamento de mapa - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmoló Aloise - Fábio Avelar - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sargento Rodrigues.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado José Henrique, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas; Deputado José Henrique, Presidente da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o

Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - Cipe Rio Doce -; Paulo Romano, Consultor em Recursos Hídricos e Agricultura da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Secretário Silas Brasileiro; Ronaldo Vasconcellos, Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito Fernando Pimentel; Vereador Tarcísio Caixeta, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Maurício Andrés Ribeiro, representando o Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas, José Machado; Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais; Lupércio Zirildo Antônio, Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas; e Mauro da Costa Val, Coordenador Geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença do Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dr. Shelley Carneiro; do Sr. Ilmar Bastos, Presidente da Feam; da Sra. Vereadora Ana Paschoal, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; dos Srs. Geraldo Fausto da Silva, do IEF; Fábio Santos Dutra, Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraopeba; Lázaro Luís Gonzaga, representante do Presidente da Fecmestra-MG, Dr. Renato Rossi; do Cel. PM Helvécio Gomes, Diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar; da Sra. Mônica, uma das coordenadoras do Movimento Muda Aterro, e do ex-Deputado Estadual Roberto Amaral, hoje Diretor da Codevasf, que, em 1994, foi um dos autores do projeto de lei que resultou na primeira lei de águas de Minas. Sua presença demonstra que o ilustre Deputado está sempre de braços abertos para a questão da qualidade das nossas águas.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, evento organizado conjuntamente pela Assembléia Legislativa, pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas, pelo Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Presidente

O fórum que estamos iniciando, assim como as atividades correlatas que se desenvolverão nas dependências da Assembléia Legislativa, de hoje até quinta-feira, fazem parte das comemorações do Dia Mundial da Água, celebrado oficialmente amanhã, em todo o mundo, por recomendação da Organização das Nações Unidas. As preocupações que nos unem neste evento são, na essência, as mesmas que levaram representantes de governos de dezenas de países a reunirem-se, na mesma ocasião, na cidade do México, em um fórum de discussões patrocinado pela ONU: "A escassez de água de qualidade para consumo e a necessidade de preservação dos recursos hídricos".

O tema das águas nos remete, oportunamente, a um fenômeno com o qual estamos convivendo nos últimos meses: a irregularidade no regime natural das chuvas. Assim como em grande parte do Centro-Sul do País, tivemos, em Minas, uma estiagem acentuada nos meses de janeiro e fevereiro, período tradicionalmente chuvoso, e uma ocorrência de chuvas no mês de março maior que a de costume. Como parte e consequência desse comportamento atípico das precipitações pluviais, estamos assistindo no Estado a ocorrências opostas: enchentes na região Sul e na Zona da Mata, concomitantes com seca prolongada na região Norte, que já causou grandes prejuízos às atividades agropecuárias e levou diversas cidades ao estado de emergência ou de calamidade.

Da Amazônia - em nosso imaginário, região de chuvas permanentes, próprias de sua extensa e intensa cobertura vegetal - chegam-nos notícias de rios que ficaram secos e de estiagem em áreas até então sempre abundantes de água. Tais fenômenos fazem-nos pensar: estamos diante de imprevisibilidades próprias da natureza ou de transformações decorrentes das intervenções humanas no meio ambiente?

As pesquisas que se têm feito nesse campo e a frequência das mudanças climáticas, das secas e das inundações em áreas degradadas pela ação humana - notadamente pelo desmatamento - indicam que temos grande parcela de responsabilidade pelo que vem ocorrendo. Indicam também que, se não fizermos as correções de rumo necessárias, se não cuidarmos dos recursos hídricos e das florestas, se não compatibilizarmos as atividades econômicas e os padrões de comportamento com a preservação do meio ambiente, em breve poderemos estar diante de uma situação mais crítica do que a maioria das pessoas seja capaz de imaginar.

Um dos caminhos fundamentais para reverter esse processo é o da informação e da educação ambiental. Esse é, a propósito, o eixo do 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, no qual também serão debatidos temas importantes, como a consolidação de um sistema de informações sobre os recursos hídricos, a implantação das agências e dos comitês de bacias hidrográficas, o uso da água na agricultura, a estreita relação entre água, saúde e saneamento, o aprimoramento das políticas públicas voltadas para o setor e a participação da sociedade na implementação de tais políticas.

É preciso reconhecer que temos, no País e no Estado, uma legislação moderna e avançada na área de recursos hídricos, que estabelece um modelo descentralizado e participativo para a gestão das águas; reconhecer as iniciativas e os esforços feitos pelos órgãos ambientais; e bater palmas para trabalhos como os do Projeto Manuelzão, da UFMG; do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, que propõe criar condições para que se possa pescar e nadar no rio no ano de 2010; e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga, que já implantou a Agenda 21.

Mas é preciso dizer também que nossa legislação, em boa parte, ainda não ganhou aplicação no âmbito e no ritmo desejados. Tanto é que estarão novamente em pauta neste evento proposições emanadas do 2º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, realizado em 2002, como as que prevêm a implantação dos planos diretores de recursos hídricos, das agências de bacias, da cobrança do uso da água e de um sistema eficiente de informações sobre o setor.

Daí a importância de novamente nos unirmos, de disseminarmos informações, de verificarmos os entraves à implementação das ações propostas para fortalecer os órgãos ambientais e viabilizar a gestão adequada dos recursos hídricos.

Tais aspectos e outros de igual relevância serão abordados com profundidade nas exposições, debates e cursos deste evento, pelas autoridades e especialistas convidados, a quem, antecipadamente, agradecemos.

Dirigimos nossos agradecimentos também às instituições parceiras neste fórum - a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais -, assim como aos participantes, ao Instituto Ekos, pela execução, e a todos os presentes, com a expectativa de fortalecermos a consciência de que é preciso, sempre, cuidar das águas, um bem fundamental à vida. Muito obrigado.

Palavras do Secretário José Carlos Carvalho

Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, neste momento presidindo a reunião de abertura do 5º Fórum das

Águas, em cuja pessoa saúdo os demais Deputados e Deputadas Estaduais presentes, as autoridades da Mesa e as lideranças comunitárias que estão conosco em mais uma etapa do Fórum das Águas que realizamos em Minas Gerais. Esse é um processo de ampla articulação, envolvendo a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o Fórum dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado - o que equivale a dizer todos os nossos comitês, aqui presentes em grande número - e outras instituições, como a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e suas entidades vinculadas que participam deste esforço.

Nestas ocasiões é sempre bom utilizar um espaço de debate para mencionar o que foi possível realizar ao longo do tempo. Felizmente, graças a esse amplo ambiente de articulação que tivemos a oportunidade de construir, em Minas Gerais há uma série de iniciativas que poderiam ser abordadas e que refletem o esforço do governo e da sociedade mineira para melhorar os padrões de qualidade ambiental do Estado, particularmente no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos. Nunca é demais mencionar a participação decisiva desta Assembléia Legislativa na formulação da nossa política ambiental, principalmente da rica legislação estadual que Minas tem conseguido conceber, no contexto da competência concorrente prevista na Constituição de 1988, para dotar o Estado dos instrumentos adequados para uma boa gestão do meio ambiente e dos recursos naturais.

Quero destacar o esforço realizado pela Assembléia Legislativa no ano passado, com a intensa participação dos nossos comitês de bacia, da Secretaria de Meio Ambiente e do Igam. Esse esforço resultou na nova lei de reorganização do Fundo Estadual de Desenvolvimento Hídrico - Fhidro -, instrumento fundamental no contexto das medidas essenciais para promover as transformações necessárias do poder público, a fim de melhorar os padrões de qualidade da gestão dos recursos hídricos de Minas Gerais. Essa lei, já sancionada pelo Governador Aécio Neves, adapta o Fhidro às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que faz com que se torne um fundo ativo. Em razão de sua inadaptação à Lei de Responsabilidade Fiscal, era um fundo inativo, tanto que este ano, logo depois que a Assembléia debateu essa legislação, já na outra lei, na lei orçamentária, também tomou a iniciativa de aprovar uma nova legislação. E foi no curso do aprovado nesta Casa que conseguimos, pela primeira vez, em face da decisão do Governador Aécio Neves, fazer com que fossem alocados nessa área recursos orçamentários específicos do Fundo, correspondentes à transferência dos recursos de compensação financeira de áreas inundadas no setor elétrico, por meio da regulamentação da lei, cujo decreto já encaminhamos à Advocacia-Geral do Estado.

Várias outras iniciativas poderiam ser aqui mencionadas, sobretudo em razão do extraordinário esforço que Minas realiza por meio dos comitês de bacias hidrográficas e da prioridade estratégica que a política de recursos hídricos do Estado confere à organização dos comitês de bacia. Em face disso, temos conseguido avançar no que é possível ser feito. Acho que esses momentos não devem existir apenas para exaltar o que foi realizado.

Em razão das grandes dificuldades persistentes e dos imensos desafios de agora e também do futuro, não podemos organizar um fórum dessa magnitude apenas para adotar uma atitude triunfalista diante daquilo que vier a ser realizado.

Este deve ser o momento de se aproveitar a presença de lideranças tão expressivas como as que conseguimos reunir neste fórum, a fim de refletirmos sobre os problemas que continuam a existir, sobretudo acerca do que ainda precisa ser feito para que Minas obtenha "status" adequado no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos. Não apenas pelo que isso representa para nós, mineiros, mas em razão da importância que Minas tem no contexto federativo de gestão dos recursos hídricos.

Com exceção da grande bacia amazônica, praticamente todas as demais bacias hidrográficas brasileiras ou nascem em Minas ou recebem a fundamental contribuição de rios e afluentes nascidos neste Estado.

Essa é a nossa responsabilidade. Por isso, todo o esforço deve ser proporcional à nossa responsabilidade num contexto em que a política de meio ambiente e, como parte desta política, a nossa política de recursos hídricos devem criar as condições, os instrumentos e os mecanismos necessários para nortear a sustentabilidade dessas políticas.

Quando falo em sustentabilidade, estou-me referindo a um conceito ampliado, o que pressupõe não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a econômica e a social, na medida em que o meio ambiente, cada vez mais, deve ser considerado como um problema subjacente às questões econômicas e sociais, que se interagem para produzir o que se convencionou chamar desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável não é compatível com a destruição de quaisquer recursos ou potencialidades. Para ser necessariamente sustentável, é fundamental que tenhamos condições de assegurar o uso permanente dos recursos da natureza em benefício desta e das futuras gerações.

A sustentabilidade ainda não é uma prática adequada a esse propósito de se usarem os recursos naturais de forma permanente, já que ela não deve ser considerada apenas no tocante à questão ambiental. Isso porque, quando não usamos sustentavelmente os recursos da natureza, não estamos apenas degradando o meio ambiente em seus aspectos ambientais, mas sobretudo destruindo as possibilidades do desenvolvimento futuro do Estado e do País. É disso que tratamos quando nos reunimos para propor o aperfeiçoamento das nossas políticas, bem como a sua implementação.

Uma vez mais, esperamos que esse seja o objetivo deste 5º Fórum das Águas, não apenas pela sua importância, já reconhecida, mas, sobretudo, pelo papel das lideranças da sociedade civil, das autoridades e, fundamentalmente, dos comitês de bacias hidrográficas, que, cada vez mais, desempenham um papel decisivo em prol de uma política de recursos hídricos contemporânea do futuro e consoante com a nossa realidade. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Paulo Romano

Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, que preside este encontro, representando o Presidente da Assembléia; José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente; Ronaldo Vasconcellos, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, em cujas pessoas cumprimento os membros do Poder Executivo estadual, porquanto o Secretário representa o Governador, os membros do Poder Legislativo estadual e os membros dos Poderes Legislativo e Executivo municipais; demais componentes da Mesa, senhores dirigentes, membros de comitês de bacia e de entidades representativas da sociedade, meus senhores e minhas senhoras.

Em breves palavras, o Secretário Silas, por estar completando uma agenda de encontros regionais, tinha compromisso fora de Brasília e pediu-me que, ao representá-lo aqui, primeiro cumprimentasse a Assembléia, o governo de Minas e as entidades por estarem realizando um fórum que já se faz tradicional, importante e que não faz diferenciação da importância de segmentos ou mesmo de poderes relacionados com a função perante a melhoria das condições ambientais e, em especial, da água. Mas devo chamar a atenção para o título do encontro: "5º Fórum das Águas de Minas Gerais para o Desenvolvimento". O Secretário, que lidera muito bem esses processos - tanto o fez no plano federal como aqui em Minas -, já sintetizou que o eixo é a sustentabilidade.

Na Secretaria de Agricultura, eu, como consultor, e o Secretário colocamos à disposição de todos a capacidade operacional do sistema de agricultura, pecuária e abastecimento, chamando a atenção para que tomemos em conta a integralidade dos problemas. Em outras palavras, a visão integrada proposta na legislação de recursos hídricos federal e municipal precisa ser mais exercitada. Assim, precisamos reduzir ou, o

quanto possível, eliminar aquele dualismo segundo o qual um degrada e somente o outro é que coopera com a reabilitação. Precisamos de todos.

É muito importante que não se veja mais naquele conjunto ligado à produção agropecuária, como na fase inicial de abertura de áreas, a necessidade de substituir vegetação, mas veja-se ali o potencial de recomposição, recuperação, revitalização, por exemplo, de áreas que já foram de mata atlântica, de cerrado e hoje são degradadas. De modo geral, a degradação é representada pelos efeitos de erosão, quando não há pastagem, absolutamente insustentável para qualquer mínima aspiração de que ali seja o ponto de partida para, por meio de mobilização, de tecnologias, de recursos, termos a nova Minas Gerais. Será tomada como base uma área degradada e aí haverá recomposição florestal, dando-se a ela vitalidade, não se olhando a floresta apenas como algo que seja uma parte da natureza, mas como um conjunto que interessa às pessoas e à própria natureza, do ponto de vista da biodiversidade e, principalmente, da conservação da água e do solo. Nesse aspecto, devemos fomentar as tecnologias de integração lavoura e pecuária, lavoura e floresta. Em se falando em florestas, Minas Gerais precisa assumir uma posição, verificando onde há áreas degradadas e onde é possível plantar aquilo sobre o que temos domínio tecnológico, por exemplo, o eucalipto. O que é necessário não é fazer os maciços florestais, mas mobilizar a Emater, a Epamig, a Ruralminas, as entidades do sistema do meio ambiente, especialmente o IEF, com a sua capacidade e liderança, levando aos pequenos e médios produtores essas possibilidades. Essa é uma mobilização importante porque Minas detém liderança no processo. Mas não podemos nos acanhar, deixando de avançar na recomposição da floresta econômica, junto aos pequenos e médios produtores, sobretudo porque não é mais prioridade falar dos grandes maciços florestais, até mesmo pela inviabilidade da oferta de áreas em grandes espaços e pela inviabilidade política de aquisição de pequenas áreas para serem agrupadas em grandes áreas.

Esse é um projeto importante, porque aumentaremos a permanência da água, logo após a chuva, o que melhorará os mananciais de cada propriedade, sendo uma perspectiva de Minas Gerais quando se fala em águas para o seu desenvolvimento, o que faz sentido enquanto elas estiverem em território mineiro. E conservar água não é fazer barragem, nem acumulação, é conservá-la na natureza, no lençol freático, na unidade do solo que servirá às plantas, procedendo à vitalização do ciclo: solo, água e planta. E isso passa essencialmente por uma questão política nossa, porque Minas Gerais está diante de uma possibilidade fantástica. Amanhã, sob a Presidência do Secretário José Carlos Carvalho, haverá a discussão do tema de referência para o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que é uma peça importantíssima. Precisamos pensar nessa perspectiva: água de Minas para Minas Gerais, não no sentido egoísta, mas verificando que o maior desperdício de água encontra-se no desperdício das oportunidades mineiras de ter a água como um fator essencial para o seu desenvolvimento. Por isso, em nome do Secretário Silas Brasileiro, trago mensagem dizendo que, em nossa mobilização, cabe muita reflexão sobre a questão da integração ampla, não apenas institucional, mas também em nível do processo, e, como tenho proposto, com os órgãos do sistema de meio ambiente. Mas queremos uma integração que redunde em ação, e isso se faz na medida em que nos movimentamos, saindo dos limites de pequenas questões de vaidade, e até de egoísmo, para os do compartilhamento; saindo da acomodação e passando à verdadeira indignação que nos leva ao processo da mudança necessária.

Minas Gerais já não é uma caixa d'água cheia e limpa; é uma caixa d'água que precisa ser revitalizada em qualidade e quantidade. Muito Obrigado.

Palavras do Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos

Bom-dia. Cumprimento a Mesa dos trabalhos, mas verifico que ela está muito masculina. Parabeno todas as entidades organizadoras deste evento, pela contemporaneidade do debate dessa questão tão importante. Em nome do nosso Prefeito, Fernando Pimentel, quero saudar todos os comitês de bacias hidrográficas presentes. Às pessoas, aos técnicos, às ONGs, os meus cumprimentos.

Quero lembrar a realização do 4º Fórum Mundial das Águas, no México, quando se verificou que a América Latina tem uma deficiência de 100 milhões de pessoas para o abastecimento de água, fato que nos preocupa. E preocupa-nos também, Deputado Fábio Avelar, que preside esta solenidade, o fato de que, para reparar essa insuficiência de água para 100 milhões de latino-americanos, serão necessários US\$15.000.000.000,00.

Passando rapidamente pelo contexto nacional em relação às águas, é importante lembrar o avanço que tivemos com a criação da ANA, não a ANA que entrou no Congresso Nacional com o nome equivocado de Anágua, Agência Nacional de Águas, ditatorial, concentradora. Mas, graças à participação do Ministro José Carlos Carvalho e de alguns parlamentares, saiu uma ANA descentralizada, democrática e que hoje começa a funcionar relativamente bem.

Para Minas Gerais, temos a Secretaria, muito bem entregue ao Dr. José Carlos Carvalho; o Igam, muito bem entregue ao Dr. Paulo Teodoro; a Copasa; o IEF e a própria Feam. Ao mesmo tempo que temos o arcabouço administrativo competente, temos uma deficiência que precisa ser discutida, que é a fiscalização. É importante, na organização deste evento, a presença do Crea, na pessoa de seu Presidente, Gilson Queiroz, que está aqui conosco. O Estado já fez um concurso para 550 pessoas para suprir essa deficiência. É bom que as pessoas façam uma reflexão também. É importante preocuparmo-nos com o distante Rio Araguari, onde está a Usina hidrelétrica de Miranda e a a construção de Capim Branco I e Capim Branco II. Se não quisermos ir longe, no Triângulo, em Ponte Nova, no Rio Piranga, no Rio Doce, Baú, Candongas, Pilar, temos usinas hidrelétricas que devem ser vistas com cuidado.

Quero falar de Belo Horizonte, que tem um trabalho nessa área. Temos o Conselho Municipal de Saneamento Ambiental - Comusa -, e a participação da Prefeitura na Copasa. Hoje há uma interface positiva entre o Governador e o Prefeito. Há uma interação positiva entre a Copasa e a Prefeitura, resolvendo os problemas de água e esgoto em Belo Horizonte. Vai ficar pronta a construção da estação de tratamento do Rio Arrudas. Não é promessa de palanque. Não estamos em campanha política. A Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça ficará pronta por esses dias, uma obra pela qual a Copasa deve merecer o nosso apoio e que teve também a participação da nossa Prefeitura.

Há também um projeto importantíssimo: o Drenurbs. São US\$60.000.000,00 a serem investidos adequada, ambiental e corretamente, do ponto de vista da engenharia, em pequenos córregos da cidade de Belo Horizonte. Quem quiser conhecê-lo melhor... O projeto chama-se Drenurbs. O outro é o Comusa, e hoje há a participação efetiva da Prefeitura junto à Copasa. Bom fórum para todos nós. Desejo boas notícias e também reflexões. Obrigado.

Palavras do Vereador Tarcísio Caixeta

Sr. Deputado Fábio Avelar, Presidente desta reunião; Srs. Deputados e membros da Mesa, gostaria de cumprimentar os representantes da Mesa na pessoa do Diretor-Geral do Igam, Dr. Paulo Teodoro, amigo fraterno e grande conhecedor da questão das águas, com grande dedicação a essa questão ao longo da sua história profissional. Desejo cumprimentar as senhoras e os senhores presentes neste 5º Fórum das Águas. Tenho a satisfação de representar a Câmara Municipal de Belo Horizonte neste evento e gostaria de dizer que esse tema, sem dúvida nenhuma, é extremamente importante, quando se relaciona a questão ambiental com a questão da educação. Este 5º Fórum, "Água e Educação: Garantia para o Futuro", sem dúvida nenhuma, resgata a importância da percepção que temos hoje de que, sem trabalharmos a formação de uma consciência crítica e transferirmos valores daquilo que compreendemos como educação, repasse do conhecimento e, sobretudo, de valores da sociedade para a população e as gerações futuras, dificilmente teremos êxito naquilo que queremos conscientizar, passar e repassar às futuras gerações. Por isso, acredito que a questão da educação, nesse contexto da discussão das águas, é de uma felicidade enorme para todos os que participaram da organização deste encontro, deste 5º Fórum.

Tenho também para mim a importância da presença do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. A presença, na Mesa, do seu Presidente mostra que, ao participarmos ativamente do processo de representação profissional, na condição de engenheiro e, sobretudo, de militante da área... Tenho a certeza de que foi extremamente importante a eleição do Presidente Gilson Queiroz, do Crea, para que tivéssemos a continuidade da participação dos profissionais técnicos das áreas da engenharia, da arquitetura e da agronomia no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural de Minas Gerais e do País. A importância da engenharia, como formuladora junto à sociedade e ao poder público para a construção de políticas públicas integradas, sem dúvida nenhuma é de uma responsabilidade enorme.

É de grande importância a presença do Crea junto aos órgãos institucionais do governo do Estado, numa fiscalização integrada de tudo o que diz respeito à questão ambiental. Sr. Gilson, representante desse Conselho, a presença institucional do Crea neste debate representa um salto enorme, ao levar a própria sociedade à formulação de políticas, acarretando, sobretudo, conhecimento de natureza técnica.

Este 5º Fórum terá papel fundamental, pois nos permitirá traçar políticas mais estruturadas e organizadas. Trouxemos a sociedade mineira, por meio de representações da sociedade, para participar, junto aos órgãos do governo do Estado, do Poder Legislativo. Assim, a sociedade poderá, cada vez mais, conscientizar-se da importância de sua participação no processo de acompanhamento e de fiscalização e, sobretudo, da necessidade de exigência dos direitos do cidadão na formulação das políticas voltadas para o atendimento efetivo de seus interesses.

Parabenizo todos os que participaram da organização desse evento, que espero obtenha sucesso, para que possamos formular políticas que contribuam para entendermos melhor a questão das águas, o que trará resultados efetivos na solução dos problemas já levantados.

Palavras do Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho

Bom dia, senhoras e senhores. Cumprimento também o Deputado Fábio Avelar, colega engenheiro que preside esta reunião, em cuja pessoa saúdo todos os parlamentares e membros do Poder Legislativo; por intermédio do Dr. José Carlos Carvalho, cumprimento os membros presentes do Executivo; saúdo meu colega geólogo Dênis Oliveira, que coordena a Comissão de Meio Ambiente do Crea e representará esse Conselho durante todo o "Fórum das Águas", e em sua pessoa cumprimento todos os militantes das questões ambientais.

O Crea de Minas Gerais, mais uma vez, vem dar continuidade ao processo aberto pelo nosso antecessor. Esse Conselho investe firmemente nas ações relativas às políticas ambientais e às demais políticas públicas, mostrando a responsabilidade social de toda a nossa categoria profissional. Trabalharemos firmemente na fiscalização. Como dizia ao meu colega Paulo Teodoro, precisamos investir em fiscalização integrada, dirigida para as bacias hidrográficas e para as barragens de Minas Gerais.

Saúdo os membros deste fórum. Tenham um bom encontro e sejam felizes durante todo o processo. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Mauro da Costa Val

Bom-dia a todos e a todas. Saúdo meu amigo arquiteto Maurício Andrés, por cujo intermédio estendo os cumprimentos a todos os outros membros da Mesa dos trabalhos de abertura do 5º Fórum para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

Abordarei três pontos, rapidamente. Em primeiro lugar, o Fórum Mineiro de Comitês tem alguns agradecimentos a fazer, em virtude do empenho dos técnicos da Gerência de Projetos Institucionais da Assembléia, dos técnicos e da Diretoria de Gestão Participativa do Igam, da Ascom do Igam, da Ascom da Semad, dos diversos prestadores de serviço, nossos colaboradores para a montagem deste evento. Agradeço às instituições que fizeram parte da comissão organizadora - o Igam, o Crea, o Fórum Mineiro de Comitês - e, de certa forma, a comissão de representação do seminário legislativo "Águas de Minas II". Em especial, agradeço aos colegas do Instituto Ecos para o Desenvolvimento Sustentável, sem os quais esses últimos dez dias de 12 ou 14 horas de trabalho não proporcionaríamos a presença de todos aqui.

Durante esses três dias, sugiro que façamos uma reflexão sobre o sistema estadual e sobre o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, sobre o que nossa sociedade vem fazendo, como entende nossa responsabilidade perante as gerações futuras. Temos responsabilidade de facilitar a vida dos nossos netos e bisnetos. Estamos atravessando um momento mundial em que a sociedade do globo precisa refletir sobre esse bem estratégico para toda a humanidade. Não é à toa que o "Fórum Mundial da Água" explicitou que estamos extinguindo como nunca várias espécies presentes no globo terrestre. Se os senhores passarem as vistas nos principais jornais do País, verificarão que estamos em um momento histórico, como foi a época da extinção dos dinossauros. Estamos extinguindo muitas e muitas espécies. Por isso sugiro que façamos uma reflexão, notadamente tendo como pano de fundo os princípios e fundamentos da política nacional e da política estadual de recursos hídricos.

Na base legal, adotamos algumas coisas que temos dificuldade de fazer na prática. Nossa sociedade, nossas instituições não conseguem, em alguns momentos, alcançar resultados práticos. Como todos sabem, o Brasil é um País de leis muito boas, mas temos dificuldade de fazer com que se cumpram. Os princípios e fundamentos da política nacional e estadual de recursos hídricos são a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão. Temos muito a fazer para alcançar e respeitar esses princípios. São o princípio da participação das comunidades nas tomadas de decisão e o princípio da descentralização. No dia-a-dia, é óbvio que nosso sistema de poder tem uma correlação de forças de representatividade que dificulta o alcance desses princípios.

Quero lembrar a todos os dirigentes que a sociedade é que deve ser ouvida, que o povo é que deve ser ouvido. O povo esteve aqui nesta Casa por duas vezes, no seminário "Águas de Minas I" e no "Águas de Minas II", em 2001 e 2002. No seminário legislativo "Águas de Minas II", fizemos 17 reuniões regionais, com a participação de 400 pessoas, em média, em todo o Estado. Solicitamos que seja feita uma reflexão para que possamos entender esse sistema de poder e para fazermos com que essa correlação de forças e a reflexão dessa correlação de forças nas tomadas de decisão dêem um grau de ponderação um pouco maior ao que a sociedade civil pede, ao que o povo pede.

Por último, com muita tristeza e dor, peço aos senhores alguns minutos de silêncio em função da passagem do filho de uma colega de trabalho que muito se empenha na questão da gestão dos recursos hídricos da região Norte de Paraopeba. Durante a organização do evento na sexta-feira passada, a nossa colega Adriana perdeu o filho, Luís Rogério, um menino de apenas 11 anos de idade. Sua mãe está sofrendo muito, o Comitê da Bacia do Rio Paraopeba está de luto. Peço aos senhores alguns minutos de silêncio pela passagem do garoto. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Lupércio Zioldo Antônio

Bom-dia a todos, Deputado Fábio Avelar, Presidente desta Mesa, Dr. José Carlos de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, Dr. Paulo Teodoro, Diretor do Igam, Mauro, Coordenador do "Fórum Mineiro", demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

É sempre importante participar de eventos como este. Todos nós sabemos que a água é essencial à vida. No entanto, processos de degradação que resultam em escassez de água já se multiplicam nesse nosso mundo. O Brasil conhece, apesar de ser uma potência hídrica, casos reais de regiões em que a água já não existe. Isso nos traz uma pergunta: se sabemos que a água é essencial à vida, se sabemos que dependemos dela, por que o ser humano, direta ou indiretamente, é envolvido nesse processo de degradação? Somos nós os responsáveis pelos prejuízos

que temos hoje, que as gerações futuras herdarão. Nesse contexto, o que há de mais moderno surgiu entre nós, que militamos na área de recursos hídricos, que foi a criação dos comitês de bacias.

Cada um de nós, militando pelos recursos hídricos dentro da nossa bacia, formamos o que chamo de tribo. Somos uma tribo formada por muito poucas pessoas, que ainda lutam por esse bem. Num País com mais de 160 milhões de habitantes, hoje temos apenas 20 mil pessoas militando nessa área. Vejam vocês, é essa área que irá garantir a sustentação da vida humana. Os comitês de bacias não são unidades estanques.

Os comitês de bacia, mesmo contando com pessoas de todos os segmentos da sociedade e com cada vez mais entidades envolvidas no processo, dependem dos comitês de montante e de jusante. A água corre por todos os comitês. O Estado tem de posicionar-se. Os governantes têm de unir os trabalhos dos comitês de bacia para que, em cada Estado, possam dar a sustentação necessária. Têm de estar envolvidas todas as classes de políticos, de usuários e de pessoas que, indiretamente, dependam do trabalho executado em cada comitê de bacia.

O Brasil conta hoje com aproximadamente 110 comitês de bacia implantados. Desses, 40 ou 50 já apresentam sustentação própria. Outros ainda dependem de recursos externos, da viabilidade de políticas públicas e de ajuda externa para movimentar-se. No entanto, são como criança em crescimento. Não há como fugir do trabalho. Toda a classe que milita na área de recursos hídricos sabe que o comitê de bacia é um verdadeiro fórum para a discussão dos nossos problemas relativos à água.

Por isso, ficamos contentes ao sermos convidados para um evento como este, que traz, no bojo do seu emblema, dois elementos importantes. O primeiro é que já está provado que não há como discutir os recursos hídricos sem o envolvimento claro da educação. As coordenadorias, as Secretarias de Educação e todo o pessoal envolvido nessa área têm de trabalhar com os que militam na área técnica dos recursos hídricos. Não há como escapar disso.

Gosto de dizer que, para se criar no Brasil a cultura de cuidar da água, tem-se de iniciar pela criança. A educação é fundamental.

O segundo elemento é o emblema do Fórum das Águas: uma ampulheta que transforma números, pessoas e técnicas políticas em água. Neste Fórum ou em qualquer outro seminário que trate da água, temos de deixar claro que, a cada dia, dispomos de menos tempo para cuidar dos nossos recursos hídricos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Maurício Andrés Ribeiro

Deputado Fábio Avelar, em sua pessoa cumprimento os demais componentes da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados e os participantes do Fórum.

Com muita satisfação, estou novamente em minha cidade natal, Belo Horizonte, representando o Dr. José Machado, Diretor-Presidente da ANA, para participar desta abertura.

Neste momento, acontece, na Cidade do México, o IV Fórum Mundial da Água, em que esse tema está sendo discutido globalmente. Em Curitiba, está acontecendo a VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, em que está sendo discutida a questão da água e da biodiversidade.

Cumprimento os participantes do seminário e os integrantes do Fórum Mineiro de Gestão das Águas pela escolha do tema: "Água e Educação". A educação pode ser uma condição necessária, mas talvez não seja suficiente para garantir a água no futuro; contudo, certamente a ignorância a respeito das questões relativas à água é o maior adversário da sustentabilidade.

Em todos os anos, as Nações Unidas, no Dia Mundial da Água, que se comemora amanhã, definem um tema a ser trabalhado. No ano de 2006, o tema foi "A Água e a Cultura". Quem cuida desse tema é a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco.

É muito importante que a educação seja iluminada pela ciência, pela técnica, pela engenharia e pela capacidade de gerenciamento, mas não nos podemos esquecer também do peso que o lastro cultural de cada sociedade tem na educação.

Minas Gerais tem uma história maravilhosa, que pode ser valorizada nos processos de educação escolar, a começar pelo conhecimento ancestral dos povos indígenas que aqui viveram. Entre os 853 Municípios do nosso Estado, por exemplo, cerca de 100 são designados por palavras indígenas que indicam acidentes geográficos relacionados à água: Uberaba, Itinga, Pitangui, Bambuí, Paraopeba, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Carmo da Cachoeira, Entre Rios de Minas, Lagoa Dourada e uma série de outros. Guimarães Rosa, em "Grande Sertão: Veredas" também valorizou esse recurso.

Tanto na literatura quanto na música, no teatro, na dança, no cinema e na poesia, há várias manifestações que podem ser utilizadas para sensibilizar as crianças e educá-las para a redução do desperdício e para o aumento do cuidado com a água.

O lastro cultural que já existe pode, certamente, ser valorizado, e os comitês de bacias hidrográficas, que têm o saber popular, podem ser um grande veículo para valorizar esse aspecto ligado à educação.

Que nossa educação se baseie na ciência, na técnica e nos conhecimentos gerenciais, mas também e principalmente no lastro cultural de nossa gente. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Laudelino Augusto

Senhoras e senhores, cidadãs e cidadãos, cumprimento todas e todos e também os membros da Mesa, na pessoa do Sr. Mauro da Costa Val, que aqui representa a sociedade organizada.

"Água é Fonte de Vida" foi o tema da Campanha da Fraternidade em 2004, e o "slogan" do Movimento de Atingidos por Barragens é "Água é para a Vida e não para a Morte". É consenso que sem água não há vida, tanto assim que é isso que os cientistas procuram em outros planetas e outras luas para detectar se ali já houve vida ou poderá haver.

Escassez de água é tema que faz parte do 5º Fórum das Águas. Ora, já está provado que a quantidade de água no planeta é a mesma há milhões de anos. O maravilhoso ciclo hidrológico continua. Aliás, discutiremos isso num dos cursos que realizaremos nestes três dias.

A quantidade no Planeta das Águas é a mesma de sempre. O mau uso do solo é que está obstruindo seu caminho. É crescente a destruição de nascentes, das matas de topo e ciliares; o número de minerações sem sustentabilidade e a exaustão de fontes de águas minerais. Lamentavelmente, a água não se apresenta mais onde se apresentava.

A ambientalista Ana Primavesi sempre diz que água não faz fila. A água vem, mas, se encontra seu lugar ocupado, destruído ou contaminado, inunda o que está em volta. A solução, então, é o uso correto e racional do solo.

A Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas tem acompanhado as leis, a fiscalização e as iniciativas que dizem respeito às águas, sempre numa visão proativa, divulgando as ótimas experiências que tem vivido.

Quero ainda chamar a atenção para a questão das águas minerais, pois o Sul de Minas tem a maior província hidromineral do planeta Terra, do Planeta Água, mas já se completam nove meses que as águas de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá estão sem uma empresa ou grupo que as explore racionalmente, dentro dos princípios do meio ambiente, criando emprego e gerando renda e incentivando o uso da água mineral, que é curativa. Aliás, a Comissão Nacional de Crenologia, que é tão importante, precisa urgentemente reclassificar as águas minerais de acordo com o Código das Águas, pois têm propriedades físicas, químicas e medicamentosas distintas; não são qualquer água. É claro que a água é sempre mineral e boa, mas essas não são águas comuns, que se vendem apondo um rótulo. Assim, estamos nessa expectativa, trabalhando, ao mesmo tempo, pelo resgate da beleza e do potencial das águas minerais do Sul de Minas e das outras estâncias hidrominerais.

Para concluir, gostaria de falar um pouco do tema que abordaremos logo mais, que é "Água e Educação: Garantia para o Futuro". A água é, de fato, a garantia do presente e do futuro da humanidade. Isso é tão importante que vamos realizar também um fórum técnico sobre a educação ambiental, uma demanda já antiga e uma conquista da sociedade que aqui esteve, organizada, no seminário "Lixo e Cidadania", no ano passado. Das 411 propostas do seminários, 120 foram para que houvesse uma política estadual para a educação ambiental - não só a educação formal, nas escolas, que é importantíssima, mas para a educação como um todo, mesmo informal. Mesmo correndo o risco de ser repetitivo, é importante dizer que os três primeiros passos para a solução da questão ambiental são a educação, a educação e a educação. Se quisermos avançar um pouco - embora nunca parar de atuar, porque sempre teremos de pensar nas conseqüências -, temos de ir às raízes, às causas, e, para isso, a educação é fundamental. Assim, o fórum técnico de educação ambiental está sendo preparado e se realizará nos dias 8 e 9 de junho, coroados a Semana do Meio Ambiente, porque o que de melhor podemos fazer hoje para homenagear e resgatar o meio ambiente é tratar da educação ambiental, elaborando uma política mineira de educação ambiental.

Por fim, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, desejo que este 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais produza muitos frutos de defesa e preservação desse bem, esse patrimônio maravilhoso que é a água. Um abraço a todos, e bom trabalho.

Palavras do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho

Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Casa e Presidente desta Mesa; José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Maurício Andrés Ribeiro, representante da ANA; Lupércio Ziroldo Antônio, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas; Mauro da Costa Val, Vice-Coordenador Nacional e Coordenador do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; Gilson de Carvalho Queiroz Filho, nosso parceiro, Presidente do Crea; senhoras e senhores, começo por agradecer os parceiros. Em primeiro lugar, à Assembléia Legislativa, que tão bem acolheu, desde o ano passado, quando do nosso 4º Fórum Mineiro, a realização deste evento. É com justa razão que a Assembléia se transformou em grande parceira, pois é daqui que saem as legislações responsáveis pela readequação da postura da sociedade em relação aos recursos hídricos.

Agradecemos ao Gilson Queiroz a parceria do Crea, com a congregação dos profissionais responsáveis pela ambientação do ser humano e de outras profissões que modificam o meio ambiente e, desgrazadamente, também o degradam. Mas são, também, os profissionais responsáveis, juntamente com outros profissionais, pela readequação e pela recuperação do meio ambiente. Em boa hora, a partir do ano passado, com o "4º Fórum Mineiro", conseguimos a parceria do Crea. A coordenação do "Fórum Mineiro de Comitês", mais que um parceiro, é um gêmeo siamês do Igam com o comitê de bacia hidrográfica.

O Secretário José Carlos Carvalho bem disse que temos pouco a comemorar porque temos muito a fazer. Afinal de contas, são 500 anos de um modelo de desenvolvimento do qual não temos muito que nos orgulhar, porque é predatório em relação às questões ambientais. Quando vejo este Plenário cheio, com muitos rostos conhecidos das lides ambientalistas em defesa do meio ambiente e da água, prevejo um futuro diferente, um futuro promissor, um futuro em que o desenvolvimento sustentável deixará, felizmente, de ser retórica e de participar das páginas de belos discursos para, com mudanças de paradigmas, ser realmente um desenvolvimento sustentável.

Minas Gerais foi muito generosa com os mineiros em relação aos recursos naturais e hídricos. Infelizmente, a recíproca não é verdadeira: o mineiro não tem sido muito grato em relação à acolhida que deveria ter com os recursos hídricos. E, assim, temos problemas. Os problemas em relação à água são dois: quantidade e qualidade. E são simples de serem resolvidos? Não, são problemas sérios.

No ano passado iniciamos o monitoramento das águas subterrâneas, num trabalho seqüencial que já fazíamos com a Feam desde 1997. Assumimos essa responsabilidade e estamos dando seqüência ao monitoramento das águas superficiais do Estado. São 244 pontos de monitoramento, e, a partir deste ano, passaremos para mais de 300 pontos. Assustamo-nos com os dados desse monitoramento em várias regiões do Estado. Costumo dizer que às vezes a má qualidade da água superficial é preocupante, mas é bem visível. Por isso toda a população percebe e começa a cobrar. E tem que cobrar mais. Na semana passada houve um acidente com as balsas no Rio Abaeté, onde há mais de 200 bombas de sucção para a exploração de diamante. Fiquei estarecido com a qualidade da água, com a água barrenta do Rio Abaeté chegando ao São Francisco.

Perguntei a mim mesmo: onde estão a população ribeirinha, os pescadores, as organizações não governamentais, a sociedade e o próprio Igam? São tantas as pessoas que podem ajudar-nos neste momento, que fico perplexo quando uma situação como essa chega a um verdadeiro caos. Aí, constato que, apesar de todo o nosso esforço, ainda não estamos devidamente preparados para lidar com situações de caos, de desastre.

Na Semana do Meio Ambiente, lançaremos uma linha azul, ou seja, um 0800 para denúncias de agressão aos recursos hídricos de Minas Gerais. Queremos, aos sábados, domingos, dias santos, feriados, à noite ou de madrugada, que esse telefone toque e alguém denuncie anormalidades cometidas contra os mais de 10 mil recursos hídricos, os mais de 10 mil cursos de água do Estado.

Essa é uma obrigação não apenas do Igam, mas também de todos os órgãos públicos do Estado, dos órgãos do sistema ambiental e dos comitês de bacias hidrográficas. São 26 comitês, 9 comissões e mais de 26 mil integrantes de todas essas estruturas no interior do Estado. Temos ainda a Polícia Militar, a Polícia Militar Ambiental, as ONGs e a população, que precisam assumir, proteger os recursos hídricos. Essa é uma responsabilidade do nosso dia-a-dia.

Iniciamos, no ano passado, o monitoramento das águas subterrâneas, que muito nos preocupam, porque não vemos as agressões que sofrem,

causadas por exploração excessiva, poluição provocada por indústrias que não tratam adequadamente seus efluentes, atividades agropecuárias mal-conduzidas, mineradoras, estradas vicinais mal-locadas, loteamentos mal-planejados e de execução pior ainda. Todos esses fatores agridem nossas águas superficiais. As águas subterrâneas nos preocupam muito porque não enxergamos as agressões que sofrem. Lá, a população não cobra dos órgãos executores da política de recursos hídricos a ação premente, imediata para essas águas subterrâneas.

O que tenho a dizer sobre esse monitoramento das águas subterrâneas do Estado de Minas é preocupante em algumas áreas. Após analisarmos águas que, aparentemente, eram próprias para consumo, constatamos que estão contaminadas. São águas subterrâneas exploradas de 60m, 80m ou 100m de profundidade.

Esse é um ponto de preocupação para todos nós, daí a necessidade de monitorarmos essas águas não apenas nas regiões em que monitoramos hoje, ou seja, no Norte do Estado, mas também no restante de Minas. Esse é o grande desafio e o esforço que desenvolveremos a partir de agora.

Aproveito a oportunidade da realização deste fórum para lançar o Mapa de Qualidade das Águas do Estado de Minas Gerais, que, por meio de 244 pontos de monitoramento, mostra a qualidade das águas de nosso Estado. A partir deste ano, incluímos nele a qualidade das águas subterrâneas. Gostaria de passar um exemplar aos integrantes da Mesa, informando que o material estará disponível a todos vocês no estande do Igam nessa feira que hoje se inicia.

Finalizando, agradeço a presença e o esforço de todos nós, da Secretaria de Meio Ambiente, do Igam, da Assembléia Legislativa, do Crea e do Fórum Mineiro de Comitês, que representa todos os comitês e comissões pró-comitês de Minas Gerais, desejando um feliz trabalho em todos os cursos, oficinas e "workshops" que acontecerão a partir deste momento. Convidamos todos a visitar os estandes da feira.

Na seqüência desta solenidade de abertura, a nossa técnica Zenilde Viola apresentará o Mapa de Qualidade das Águas do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

Lançamento de Mapa

O Sr. Presidente - Faremos, neste instante, o lançamento do Mapa da Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Minas Gerais em 2005. Com a palavra, a Dra. Zenilde das Graças Guimarães Viola, coordenadora do Projeto Águas de Minas do Igam.

A Sra. Zenilde das Graças Guimarães Viola - Bom dia a todos. Estou aqui representando o Igam, por meio da Diretoria de Instrumentalização e Controle da Divisão de Sistema de Informações, onde é desenvolvido o Projeto Águas de Minas.

Os objetivos do Águas de Minas são conhecer e avaliar as condições de qualidade das águas superficiais em todo o Estado. Divulgamos a situação da qualidade das águas para os usuários e propomos metas para a melhoria da qualidade da água. Além disso, fornecemos subsídios para o planejamento da gestão dos recursos hídricos, verificamos a efetividade das ações de controle ambiental implementadas e propomos prioridades de atuação.

Trabalhamos hoje com uma rede de monitoramento de 244 estações nas 8 principais bacias em todo o Estado. A partir do quarto trimestre de 2005, ampliamos a rede para 255 estações de amostragem, isso no âmbito do projeto estruturador da bacia do Rio São Francisco. Mas o mapa, até então, apresenta dados das 244 estações, porque envolve o período anual.

A freqüência de coletas de amostras de água nos nossos rios é trimestral; são quatro campanhas ao ano. São feitas análises físico-químicas, bacteriológicas e ecotoxicológicas das águas.

Dividimos o ano em quatro campanhas. Duas são chamadas de campanhas completas, que abrangem o período de seca e o de chuva, envolvendo a análise de 50 parâmetros. Duas são chamadas de campanhas intermediárias, que envolvem cerca de 18 parâmetros. Neste "slide" vocês têm uma visão geral dos parâmetros que são monitorados nas campanhas completas e nas campanhas intermediárias.

As coletas e análises laboratoriais são realizadas pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec.

Aqui é feita uma divisão do Estado em unidades de planejamento: em amarelo monitoramos a Bacia do Rio São Francisco; em verde, a Bacia do Rio Paranaíba; em rosa, a Bacia do Rio Grande, no Sul de Minas; em verde-claro, a Bacia do Rio Paraíba do Sul; em roxo, a Bacia do Rio Doce; em azul, a Bacia do Rio Jequitinhonha, do Rio Pardo e do Rio Mucuri. Essas são as oito principais bacias que correspondem a 98% da área do Estado.

Aqui, detalhamento da rede, do número de pontos de amostragem. Na Bacia do Rio São Francisco temos 99 pontos de coleta; na Bacia do Rio Grande, 42; na Bacia do Rio Doce, 32; na Bacia do Paranaíba, 18; na Bacia do Jequitinhonha, 13; na Bacia do Paraíba do Sul, 29; na Bacia do Mucuri, 8; na Bacia do Rio Pardo, 3, perfazendo um total de 44 pontos. Em cinza-escuro estão as bacias e as sub-bacias que abrangem uma densidade de pontos acima de um ponto a cada 1.000km². A nossa meta é chegar a um ponto a cada 1.000km² no Estado.

No mapa de qualidade, trabalhamos com os indicadores de qualidade ambiental, que compõem o Índice de Qualidade da Água - IQA -; aquele avalia a contaminação por matéria orgânica e fecal, sólidos e nutrientes nas águas. O IQA envolve os seguintes parâmetros: oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, coliformes fecais, temperatura da água, pH, nitrato, fosfato total, sólidos totais e turbidez. É calculado a partir desses parâmetros, com um valor que varia de 0 a 100. Se o valor encontrado para determinada estação de monitoramento, para determinado ponto de coleta, estiver entre 0 e 25, consideramos o IQA muito ruim, e o rio receberá a coloração vermelha. Se estiver entre 26 e 50, o IQA é ruim, e o rio receberá a coloração laranja; se estiver entre 51 e 70, é médio, e o rio receberá a coloração amarela; entre 71 e 90, é bom, e o rio receberá a coloração verde; e, entre 91 e 100, é excelente, e o rio receberá a coloração azul.

Além disso, utilizamos o indicador de contaminação por tóxicos, que envolve os elementos tóxicos, o nitrogênio amoniacal, arsênio, bário, cádmio, chumbo, cianetos, cobre dissolvido, cromo total, fenóis totais, mercúrio, nitrito, nitrato e zinco. A contaminação por tóxico é avaliada a partir dos padrões estabelecidos na legislação. A partir de 2005 estamos trabalhando com nova resolução do Conama, a Resolução nº 357, de 2005, até que a deliberação do Copam seja atualizada. Comparamos os resultados desses parâmetros com a concentração do padrão. Se for menor ou igual a 20% do valor da legislação, a contaminação é considerada baixa; entre 20% e 100% do valor, é considerada média; e, acima de 100%, é considerada alta.

No mapa, mostramos a contaminação por tóxico pela cor da estação de amostragem, que é verde para baixa, amarela para média e vermelha para alta. Aqui, temos o mapa de qualidade de águas. As bolinhas representam as estações de coleta, e a cor delas representa a contaminação por tóxicos. A cor do curso de água no trecho a montante da estação representa a cor do IQA.

Fazendo um panorama sobre o que observamos ao longo dos anos de monitoramento da qualidade da água, do período compreendido entre 1998 e 2005, verificamos que predomina no Estado o índice de qualidade médio dos rios, portanto a cor amarela. Em seguida, temos o índice de qualidade bom. Se observarmos a última coluna do gráfico, os itens muito ruim, ruim, médio, bom e excelente representam o ano de 2005.

Reduziu-se o número de ocorrências do índice de qualidade médio, o que, conseqüentemente, aumentou o índice de qualidade bom. Isso vem acontecendo ao longo dos anos, ainda que de maneira pouco representativa.

Este quadro mostra a evolução da contaminação por tóxico, no período de 1998 até 2005, além da sua divisão em baixa, média e alta contaminação. Verificamos que em 2005 predominou a contaminação por tóxico baixa. Em seguida, aparece a contaminação média e, por último, a alta.

Essa mudança em relação à contaminação por tóxico é decorrente da revisão que foi feita na resolução que estabelece os padrões de qualidade da água. Hoje, podemos perceber que a referida resolução retrata mais fielmente a condição do Estado. Houve algumas flexibilizações em alguns parâmetros. O fenol, por exemplo, que era detectado em concentrações altíssimas no Estado, em relação ao seu limite, passou a acontecer de forma natural em algumas regiões.

A contaminação baixa predominou em virtude da revisão da legislação, que veio retratar a realidade no Estado ao indicar os locais de potencial poluição.

Sobre o índice de qualidade da água, no primeiro gráfico, vemos a avaliação desse índice no Estado de Minas Gerais. Em seguida, constatamos essa relação nas Bacias dos Rios São Francisco, Grande, Paranaíba, Doce, Paraíba do Sul, Jequitinhonha, Pardo e Mucuri. Existe aí a predominância de 62% de IQA médio no Estado. Ou seja, na maioria das bacias, predomina o IQA médio, com exceção da região do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Pardo.

A bacia do São Francisco foi a única em que ocorreu o índice de qualidade muito ruim. As demais bacias ainda apresentam o índice de qualidade ruim, sendo que, na Bacia do Rio Doce, não se verificou IQA bom, ou seja, apenas médio e ruim.

Em relação à Bacia do Rio São Francisco, que foi a única que apresentou o IQA muito ruim, desmembramos a referida bacia nas respectivas sub-bacias divididas em São Francisco Sul, Pará, Paraopeba, Velhas e São Francisco Norte, e verificamos que as maiores contribuições de degradação na bacia do Rio São Francisco são as Bacias dos Rios Velhas, Pará e Paraopeba. Em todo o São Francisco, ainda predomina o IQA médio.

Em relação aos contaminantes tóxicos, constatamos a predominância de baixa contaminação no Estado de Minas Gerais. Em todas as bacias também predomina a baixa contaminação, mas com ocorrência ainda elevada de contaminação alta nas Bacias do São Francisco, do Rio Doce e do Paraíba do Sul.

Na Bacia do Rio São Francisco, verificamos que a única que não apresentou predominantes de contaminação por tóxico baixa foi a Bacia do Rio das Velhas, onde predominaram as contaminações média e alta.

As Bacias dos Rios Pará, Paraopeba e São Francisco Norte também apresentam alguns contaminantes tóxicos nas águas de seus rios.

A contaminação por tóxico média e alta está aqui representada por parâmetros e conceitos. A partir deste gráfico, podemos verificar que 30% das ocorrências de contaminação média e alta no Estado são correspondentes às concentrações de chumbo, arsênio e cromo, elementos tóxicos existentes no nosso Estado em níveis de contaminação média e alta.

A contaminação por fenóis reduziu bastante, já que ela era a forma de contaminação predominante no Estado. A nova legislação restringiu mais o padrão de arsênio, motivo pelo qual passamos a detectá-lo em pontos onde não era detectado, embora conhecida a sua possível presença em níveis de concentração acima do padrão. Da mesma forma aconteceu com o chumbo: o seu limite foi reduzido três vezes, tendo em vista o padrão anterior.

Por isso há essa mudança no que era observado anteriormente no Estado. Reforço que isso revela mais uma característica do Estado. Percebemos esses contaminantes em trechos onde são esperados, por exemplo, onde há maior ocupação urbana, lançamento de efluentes industriais, e o nitrogênio amoniacal predomina nas áreas onde há lançamento de esgotos sanitários sem tratamento. Alguns contaminantes como o chumbo, o cromo e o zinco estão mais presentes na região agrícola, porque são metais que compõem alguns agroquímicos. Podemos verificar que este é um retrato mais fiel da realidade do nosso Estado.

Avaliamos os demais parâmetros, não só os contaminantes tóxicos, mas aqueles que não atenderam ao padrão legal. Predominam no Estado os coliformes termotolerantes, provenientes principalmente de esgoto sanitário e da presença de gado, de animais; o nitrogênio amoniacal, que tem grande relação com o lançamento de esgoto nas águas sem tratamento; a turbidez, em função da poluição difusa, erosão, assoreamento; e o fosfato total, que, diferentemente dos anos anteriores, predominava no Estado, mas que, com a mudança da legislação, teve flexibilizado o seu valor, mostrando que necessariamente é o vilão da história. Nossos solos são ricos em fósforo, nossas águas são naturalmente ricas em fósforo. O fosfato, hoje, apresenta-se com menores concentrações e aparece realmente com valores acima do permitido nas áreas de maior ocupação urbana, onde há o lançamento de esgoto sem o devido tratamento.

Em relação aos metais, o vilão anteriormente era o alumínio, que predominava em todo o Estado nas bacias monitoradas, porque a legislação considerava como padrão o alumínio total, que ocorre naturalmente no solo em bacias como a do Rio Grande, do Rio Paraíba do Sul e do Rio Doce, na forma de alumina. Com a mudança na legislação para alumínio solúvel, elemento na sua forma tóxica que poderia ser absorvida pelos organismos, ela reduziu significativamente, daí a importância dessa mudança na legislação. Atuando em maiores concentrações, estão o manganês e o ferro, presentes no nosso solo e que ainda aparecem com maiores ocorrências no Estado. Temos também algumas ocorrências de cobre, cádmio, chumbo, níquel, arsênio, mercúrio e zinco, devido ao que já comentei: atividades industriais e agricultura, principalmente.

Finalizando, gostaria de apresentar os produtos do projeto Águas de Minas, o mapa anual de qualidade das águas no Estado, que apresenta o índice de qualidade, a contaminação por tóxicos; o relatório anual elaborado, avaliando todos os parâmetros analisados, divulgado na internet. Está à disposição daqueles que tiverem interesse. Ele também é divulgado nas reuniões dos comitês de bacias, do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Temos disponíveis os relatórios dos anos de 2001 a 2003 na versão CD-ROM. O mapa também é disponibilizado na internet, tanto o mapa atual quanto o mapa trimestral de qualidade de água por bacia.

Aqui está o endereço do Igam, com o "e-mail" do projeto Águas de Minas, que é aguasdeminas@igam.mg.gov.br. O site do Igam é: www.igam.mg.gov.br.

Finalmente, gostaria de agradecer à diretoria à qual o projeto Águas de Minas está vinculado, da Dra. Célia Fróes; à Fabrízia, Chefe da Divisão de Sistema de Informações; e a toda a equipe técnica do projeto Águas de Minas, equipe multidisciplinar formada por biólogos, químicos, engenheiro hídrico - atualmente temos até uma demógrafa fazendo tratamento estatístico dos dados. No mais, era isso que tinha a apresentar. Muito obrigada a todos.

- Durante a sua apresentação, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Dra. Zenilde pela sua belíssima apresentação.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Crea-MG manifestam seus agradecimentos às autoridades que participaram desta reunião e convidam todos os participantes para a abertura da feira, no Hall das Bandeiras, a ser realizada logo após este encerramento. Poderão visitar estandes de comitês de bacias hidrográficas, de usuários das águas, de instituições do Sistema Estadual de Meio Ambiente e da Assembléia Legislativa. Convida, também, para os painéis a serem realizados à tarde, a partir das 14 horas, com os temas: "Água e educação: garantia para o futuro"; "Água, saneamento e saúde: inter-relação necessária"; e "Agência de bacia: regulamentação e implantação".

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 21/3/2006

Presidência dos Deputados Fábio Avelar, Laudelino Augusto e João Leite

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Primeiro painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sra. Coordenadora dos Trabalhos - Palavras do Sr. Maurício Andrés Ribeiro - Palavras da Sra. Idarci Esteves Lasmar - Palavras do Sr. Wagner Soares Costa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Segundo painel: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito - Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos - Palavras da Sra. Cristiana Ferreira Jardim de Miranda - Palavras do Sr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho - Palavras da Sra. Dóris Aparecida Garisto Lins - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Terceiro painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Wilde Cardoso Gontijo Júnior - Palavras do Sr. Valter Vilela Cunha - Palavras do Sr. Francisco José Lobato da Costa - Palavras do Sr. Mauro da Costa Val - Palavras do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Palavras do Sr. Coordenador - Esclarecimentos sobre os debates - Debates .

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com a apresentação dos seguintes temas: "Água e Educação: Garantia para o Futuro", "Água, Saneamento e Saúde: Inter-relação Necessária" e "Agência de Bacia: Regulamentação e Implantação".

Primeiro Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas; Maurício Andrés Ribeiro, Assessor da Secretaria-Geral da Agência Nacional das Águas - ANA -; a Exma. Sra. Idarci Esteves Lasmar, Diretora de Educação e Extensão Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; o Exmo. Sr. Wagner Soares Costa, Gerente de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, representando o Presidente, Robson Braga de Andrade; e a Exma. Sra. Sílvia Freedman Ruas, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias e Coordenadora dos Trabalhos.

Passo a Presidência ao Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e a coordenadoria dos trabalhos para a Sra. Sílvia Freedman Ruas, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias. Com a palavra, o Deputado Laudelino Augusto.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Deputado Laudelino Augusto) - Agradeço ao Sr. 2º-Vice-Presidente, Presidente desta reunião, Deputado Fábio Avelar. Nossa saudação a todos. A maioria já esteve aqui, de manhã, e outros chegaram agora, a tempo de, juntos, fazermos esta importante soma para a sociedade, para as empresas, para o chamado poder público, para as ONGs, somando para solucionar as questões que envolvem a água, garantindo o presente e o futuro da nossa humanidade. Antes de passar para a exposição dos temas, para as apresentações e para os debates, passamos a palavra a Sílvia Freedman Ruas, que está compartilhando conosco a coordenadoria da Mesa, para sua considerações.

Palavras da Sra. Coordenadora dos Trabalhos

A Sra. Coordenadora (Sílvia Freedman Ruas) - Exmos. Srs. Presidente da Mesa, Deputado Fábio Avelar, em nome do qual cumprimento nossos colegas; Deputado Laudelino Augusto, nosso parceiro, gestor de recursos hídricos; todos os parceiros aqui presentes, comitês de bacias, ONGs, todos os amigos e irmãos em defesa da gestão hídrica do nosso Estado e, conseqüentemente de nosso país e do Planeta; é uma honra para mim estar aqui neste momento.

Em breves palavras, gostaria de abordar a importância da educação na gestão de recursos hídricos. Acredito que evoluímos muito no processo de pensar como fazer educação ambiental.

Meu entendimento era o de que existia uma educação ambiental à parte, e hoje aprendi que a educação ambiental é educação em todos os sentidos. Não existe uma educação paralela. Não conseguiremos ser educados apenas ambientalmente. Seremos educados comportamentalmente. Essa é uma questão de mudança de padrão.

Tive a oportunidade de viver no Canadá há pouco tempo. Cheguei na semana passada e lá presenciei a gestão da educação ambiental, que conta com o total envolvimento emocional da população desde a infância. As crianças se envolvem com a reprodução dos peixes na prática:

fazem a ovulação, verificam e transportam os peixes para as águas, fazem a recuperação dos rios, etc. As escolas trabalham a educação na prática, com um envolvimento ambiental. Isso me fez perceber que as crianças envolvidas nesse tipo de gestão estão comprometidas para sempre com esse processo.

Trago aqui a mensagem de que é muito importante nos envolvermos no processo de valorização da educação como um todo, para termos melhor gestão não apenas dos recursos hídricos, mas também do meio ambiente de forma geral.

Agradeço muito a oportunidade. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa trabalha nesse sentido. Agradeço também aos parceiros da gestão do Comitê, que são todos os órgãos do Legislativo e do Executivo, além da sociedade. Todos têm colaborado muito para os projetos da Agenda 21, que estamos elaborando a fim de construir uma educação ambiental única na bacia, cadastrar os usuários das águas, etc. Estamos realizando tudo em parceria com a Semad, o Igam, a Assembléia Legislativa, os organizadores, o Fórum Mineiro de Comitês e a sociedade.

Deixo aqui um incentivo a todos nesta caminhada de mudança comportamental, de mudança de padrão de educação. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Sílvia, que está gestando uma nova vida. É a maravilha do líquido amniótico: 90% de água.

Para falar sobre o tema "Água e Educação: Garantia para o Futuro", a Presidência passa a palavra ao Sr. Maurício Andrés Ribeiro, assessor da Secretaria-Geral da Agência Nacional de Águas - ANA -, que disporá de 20 minutos para sua exposição.

Palavras do Sr. Maurício Andrés Ribeiro

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, participantes do 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, em primeiro lugar, quero agradecer o convite para falar sobre "Educação e Água: Garantia para o Futuro". O tema a mim sugerido foi "Educação e Gestão do Conhecimento na Conservação e Preservação das Águas", e quero situá-lo no contexto mais amplo do decênio mundial de Ação Água para a Vida, que foi instituído no âmbito das Nações Unidas, de 2005 a 2015, e também no contexto da Década Brasileira da Água, instituída por decreto no ano passado, cobrindo também os anos de 2005 a 2015.

Considerando-se esse quadro, quero discorrer sobre a educação e o foco na questão cultural, como tive oportunidade de falar rapidamente hoje pela manhã. O tema do Dia Mundial da Água, instituído pela ONU e, neste ano, coordenado pela Unesco, é "Água e Cultura". Foi muito oportuno escolhê-lo. A cada ano, quando as Nações Unidas definem a Semana da Água e o tema a ser comemorado no dia 22 de março, escolhe-se um aspecto específico, e o ano de 2006 é dedicado a esse tema.

Essa citação surgiu no 3º Fórum Mundial da Água, realizado em 2003. No México, está ocorrendo, nesta semana, o 4º Fórum.

Na declaração ministerial que resultou do 3º Fórum Mundial da Água, em 2003, sobre água e diversidade cultural, a Unesco afirmava: "Levando-se em conta o papel fundamental que desempenha na vida da sociedade, a água tem uma forte dimensão cultural. Sem compreender e estudar os aspectos culturais dos problemas ligados à água, será impossível chegar a uma solução durável."

A Unesco é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Quando se fala em educação para as águas, para gestão das águas, é necessário que essa educação seja iluminada por conhecimentos das ciências, mas não apenas das ciências exatas ou biológicas, como é o caso da hidrologia e da biologia, ciências que oferecem uma base de conhecimentos para serem trabalhados no âmbito da conscientização das pessoas, mas também das ciências humanas, sociais - antropologia, letras, artes. Todos esses campos do conhecimento oferecem um manancial importante de informações e de saberes que podem ser trabalhados no âmbito da educação, seja ela formal ou informal. Outro manancial de informações para a educação são as informações técnicas, quando se tem acesso às cartilhas sobre a questão ambiental que transmitem informações do tipo: se você deixar uma torneira pingando durante um ano, há o desperdício de tantos mil litros de água; se tomar banho com o chuveiro ligado durante tantos minutos, qual a quantidade de água que desce pelo ralo. Esse tipo de informação contribui para a conscientização das pessoas, principalmente aquelas que estão interessadas em economizar na conta de água. Elas se sensibilizam e passam a ter uma base de conhecimento para tomar atitudes e ajustar os comportamentos em função do que querem.

Além das ciências e das técnicas, incluindo as humanas e as sociais, é importante atribuir ao trabalho da educação os saberes culturais. Tudo que faz parte da sabedoria que vem de longos tempos, que se perdeu e se desvalorizou, deve ser resgatado. Hoje em dia, uma das coisas mais importantes no campo da biodiversidade, por exemplo, é o conhecimento tradicional dos povos indígenas, das populações que convivem, no seu dia-a-dia, com o ambiente natural e conhecem os poderes medicinais, curativos e nutritivos das plantas.

Em relação à água, existe um importante manancial de informações nos saberes culturais tradicionais, que deve ser valorizado. Ênfase na importância de, além das informações técnicas e científicas, incorporar o conhecimento social, a cultura erudita das academias e a cultura popular.

Quando se fala em água e cultura, que é o tema do Dia Mundial da Água deste ano, poderíamos trabalhar em vários campos; por exemplo, o campo da palavra. Ontem foi criado em São Paulo o Museu da Língua, valorizando o nosso idioma e informando o significado das palavras. As águas e as artes também são um aspecto importante, porque, por meio das artes, muitas vezes não se transmitem conhecimentos e apenas racionais e intelectuais, mas mobilizam-se as emoções, a sensibilidade das pessoas, que é fundamental para desencadear processos de mudanças de comportamento e atitudes. Outro aspecto são as tradições religiosas, que tinham uma conotação sagrada, aspectos ligados à mitologia, vinda de milênios. No passado a água era tida como símbolo da pureza, da fertilidade.

A produção acadêmica, principalmente em ciências humanas e em letras, também é um manancial importante.

No campo das artes, temos escritores como Guimarães Rosa, que, no romance "Grande Sertão: Veredas", trata muitas vezes desse tema. Tão logo os portugueses chegaram ao Brasil, o primeiro documento escrito produzido foi a carta de Pero Vaz de Caminha, que, em vários momentos, faz menção às águas, aos rios, ao que encontrou na natureza que o impressionou. Da mesma forma, os ancestrais indígenas valorizavam esse aspecto da natureza.

Na poesia, na literatura de cordel, na música, nas artes cênicas, nas artes visuais - cinema, fotografia e pintura - e na arquitetura, levando-se em conta que o ordenamento do espaço, a criação, a construção das cidades também é uma manifestação cultural - Ouro Preto e as demais cidades históricas, patrimônios culturais da humanidade, inclusive Brasília, confirmam isso -, também há várias manifestações.

Antes dos portugueses, nossos antepassados tinham uma série de palavras para designar as águas. "Bambuí": o rio dos bambus; "itamarati": água entre pedras soltas; "itinga": água branca; "paraíba": rio imprestável, ruim para navegação; "paraibuna": rio muito fundo, escuro; "paraopeba": rio de águas rasas, rio raso; "pitangui": rio das crianças; "uberaba": água brilhante. São significados que recuperamos do tupi-

guarani, das línguas que nos antecederam no ambiente geográfico do Brasil.

Em Minas, há cerca de 100 Municípios cujos nomes têm origem na água, entre eles rios, como Ribeirão das Neves, Rio Acima, Lagoa Santa e Carmo da Cachoeira. No Nordeste, temos o Brejo das Almas. Temos Arroio, Foz do Iguaçu, ou seja, uma série de denominações geográficas que atestam a importância da água para a população que vive na região.

Na língua portuguesa, há várias expressões: "colocar água na fervura"; "ir por água abaixo"; "água mole em pedra dura tanto bate até que fura"; "tirar a água do joelho"; "água-que-passarinho-não-bebe"; "dar água na boca"; e "mudar da água para o vinho". Se abriremos os grandes dicionários, encontraremos uma infinidade de expressões.

Na ANA, iniciamos um acervo de conhecimentos sobre a água. Recebemos coisas interessantes como folhetos da literatura de cordel, colocando a água como um bem de todos e tratando da luta pelas adutoras. Recebemos, ainda, a tese de João Batista Santiago Sobrinho, do curso de Letras da UFMG, defendida em 2003, que se chama "Imagens da Água no Romance 'Grande Sertão: Veredas', de João Guimarães Rosa". Uma das frases do livro é: "Perto de muita água, tudo é feliz". Na saga, encontramos uma infinidade de menções à água.

Na poesia, Manoel de Barros, no Pantanal, escreveu um livro chamado "Guardador de Águas"; Mário Quintana, no Sul, tem um livro chamado "Água". Outros poetas, como Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto, possuem produções ligadas ao tema. Na música, começamos pelo Hino Nacional, no verso: "Ouviram do Ipiranga as margens plácidas". No idioma tupi, "ipiranga" significa rio de águas vermelhas.

Na "Aquarela do Brasil", diz-se: "as fontes murmurantes, onde eu mato a minha sede". Grandes músicos e compositores brasileiros trabalharam com o tema da água. O cinema também traz um manancial de informações para serem trabalhadas nas escolas. No Festival Internacional de Cinema Ambiental em Goiás, cerca de 15 filmes cujo tema é a água foram premiados. No paisagismo, temos a vista do Lago Paranoá, em Brasília; do Palácio do Itamaraty, com as obras de Niemeyer e Burle Marx, que faz uso intenso da água em seu trabalho; as Lagoas da Pampulha e Rodrigo de Freitas; e cidades como Veneza, que está à beira da água.

Outro aspecto da questão da água e da cultura são as tradições religiosas. Já mencionei os poderes purificadores e sagrados da água; as divindades, como Afrodite, que nasceu da espuma do mar, e Netuno, deus romano dos oceanos. Na tradição hindu, há uma série de ritos e mitos relacionados com as águas, como os banhos no Rio Ganges, considerado sagrado. Na tradição cristã, há o Gênesis, onde está escrito: "O sopro e o espírito de Deus pairavam sobre as águas"; e as narrações sobre os dilúvios, o batismo cristão e sua simbologia de purificação. Nas tradições afro-brasileiras, Iemanjá e Oxum são algumas das divindades associadas a esse tema. Na tradição indígena brasileira, a seguinte frase de Marcos Terena é significativa: "Nós, os povos indígenas, sempre soubemos o valor da água para beber, para limpar a pele e para higienizar. Sempre celebramos as danças da chuva". Há uma série de manifestações em várias civilizações relacionadas ao tema da água, que podem ser resgatadas, organizadas e disponibilizadas para a educação.

A ANA, nesse contexto do ano da água e da cultura, criou, por meio de uma portaria, um grupo para organizar o trabalho com o tema e a inserção dessa dimensão cultural em projetos, atividades e eventos, como as semanas da água, premiações, programação editorial, cooperação técnica, etc. Em Brasília, está sendo criado o Museu Internacional das Águas, projeto de Oscar Niemeyer, no parque da cidade de Brasília. Todo esse acervo de conhecimentos pode ser disponibilizado para locais de visitação pública.

A água também é tema transversal extremamente rico para ser trabalhado em várias disciplinas escolares, como ciências, geografia, educação artística, português, línguas, matemática, educação física e história. Cada disciplina tem seu espaço para trabalhar com o conteúdo.

A proposta que estamos discutindo internamente na ANA e que, se aprovada, será disponibilizada é organizar, no Centro de Documentação, um acervo de informações alimentado pela ANA e pelos demais parceiros sobre as várias manifestações culturais ligadas à água, para ser aplicado com várias finalidades: divulgação pública no "site" da ANA na internet, em programas de educação formal, em programas de comunicação no rádio e na televisão, em eventos, exposições e publicações. Uma série de produtos poderá sair da editoração e da seleção desse acervo, que já está sendo constituído e do qual mostrei apenas algumas referências.

Para concluir, convido todos a pensar na questão das águas, nessa agenda cultural das águas. Não pensem apenas nas agendas econômica e social, na água como mercadoria, como valor de troca; pensem também nessa agenda, que pode ser muito valiosa para complementar todos os processos de comunicação, educação, mobilização e sensibilização para a gestão das águas.

A gestão das águas, tratada de forma mais integral, holística, deverá, além de fazer uso das informações técnicas da engenharia, da biologia, etc., abrir espaço para esse importante campo de percepção e de expressão, o da cultura e das artes.

Esse é o meu recado. A ANA está à disposição de todos que possam contribuir para alimentar esse acervo. Serão bem-vindas as contribuições. Obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras da Sra. Idarci Esteves Lasmar

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, acredito que o tema "Água e Educação" esteja sendo apresentado num momento muito pertinente. Diversos painéis colocam um foco de luz sobre dois grandes desafios, entre tantos da atualidade: água e educação.

Tenham certeza de que se trata de dois grandes desafios: a água, bem público de valor econômico, essencial à vida; e a educação, aqui considerada educação ambiental, comprometida com mudanças de valores e atitudes e contribuindo para a formação do sujeito ecológico. Trata-se de um modelo ideal de sujeito que aposta nas possibilidades de mudanças em termos coletivos tanto em estilo de vida, quanto em transformações na vida pessoal.

Na verdade, neste painel, não pretendo trazer nenhum modelo para trabalhar água e educação, nenhuma resposta pronta. Antes de me definir pelos rumos que daria à minha fala, pensei muito e considerei que, pela minha experiência com trabalho em educação ambiental em diversos lugares e pelas conversas com muitos segmentos da sociedade, deveria abordar a educação ambiental num problema mais corriqueiro, numa fala que se tornou comum em grande parte da sociedade. Talvez isso não aconteça aqui entre os senhores e as senhoras, que dispõem de grande experiência, mas há uma fala bastante corriqueira e que nos traz certa preocupação: aposta-se na formação ambiental de crianças e jovens apenas na escola.

A fala normal acaba sendo esta: a criança e o jovem são a esperança da transformação da sociedade, porque o adulto já cristalizou seus pensamentos e é uma pessoa difícil de mudar. Seus comportamentos, valores e atitudes já estão cristalizados. Trabalhar o adulto é muito difícil; então, vamos nos voltar para o foco prioritário da educação ambiental nas escolas, assentada fundamentalmente no trabalho de

professores e alunos.

É lógico que não estamos duvidando da importância da escola como instância formadora de cidadãos, e muito menos da importância da formação de crianças e jovens como investimento no futuro. Estamos querendo "colocar o dedo" no que não é dito, no que está nas entrelinhas, que, de certa maneira, reflete uma forma de compreensão dos problemas ambientais e nos mostra uma postura de resistência das pessoas em tornarem-se co-responsáveis pela defesa da qualidade de vida. Então, fazer a transferência da responsabilidade da educação ambiental para a educação escolar é uma forma de resolver o problema.

Fazemos uma indagação: a educação ambiental realizada nos diversos níveis das unidades escolares será suficiente para garantirmos um processo contínuo e permanente de criação de novas atitudes e comportamento entre os membros da sociedade, visando à sustentabilidade socioambiental?

Lançamos ainda outra pergunta: onde fica a co-responsabilidade dos segmentos da sociedade para a realização da educação ambiental fora do contexto institucional escolar, que inclui crianças, jovens, adultos, agentes locais, donas de casa, produtores rurais, líderes religiosos e comunitários, empresários, comerciantes, enfim, todos os segmentos da comunidade? E onde fica também a co-responsabilidade dos responsáveis pelos meios de comunicação de massa e dos sistemas de informação, visando ampliar a conscientização pública dos membros da sociedade?

Não há como pensar em um público privilegiado ao qual a educação ambiental deva destinar-se. O público da educação ambiental, enquanto prática social, é toda a sociedade, constituída pelos seus membros individuais e coletivos, em todas as faixas etárias. A educação ambiental possui uma dimensão cotidiana, feita no dia-a-dia, continuamente. Isso nos leva à necessidade de generalizá-la para o conjunto da sociedade. E, para realizar a educação ambiental de forma ampla, é necessária a construção de ambientes educativos de conscientização, onde, citando Paulo Freire, possa acontecer a reflexão e a ação dos homens sobre o mundo, para transformá-lo.

Cito Mauro Guimarães, autor de livros de educação ambiental, o qual fala que o ambiente educativo de conscientização não é o espaço físico escolar, mas constitui-se nas relações que se estabelecem entre a escola e a comunidade, entre a comunidade e a sociedade, e entre os membros da comunidade e da sociedade entre si; é um movimento complexo de relações.

Ele esclarece um pouco mais quando diz que a conscientização é um processo do indivíduo, mas de um indivíduo a partir de si em relação com os outros, que exterioriza o que está interiorizado em sua consciência em forma de ação. A conscientização é a consciência em ação.

Se falamos de co-participação e de conscientização, precisamos falar também de participação. Daremos destaque à participação como um dos eixos estruturantes das práticas de educação ambiental, por ser um instrumento de fortalecimento da sociedade civil, essencial para a transformação das relações entre sociedade e ambiente. Participar é promover a cidadania. No ambiente pedagógico de conscientização, co-responsabilidade e participação, promoveremos a participação da cidadania, tão necessária para a gestão das águas.

Falar de águas é falar de um todo em perfeita relação com os outros elementos que lhe conferem a existência: as diferentes formações vegetais, os solos, a geologia, o relevo. As águas não existem por si só, necessitam que essa relação seja mantida. Então, faz-se necessária a educação ambiental comprometida com as transformações individuais e coletivas, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e si mesmo, e enfrentando os desafios e as crises socioambientais do tempo em que vivemos.

Gostaria de falar também sobre os comitês de bacia. Fiz um apanhado das posições de Novaes e de Jacobi, as quais considero muito interessantes. Eles afirmam que os comitês de bacia hidrográfica mostram eficiência quando cumprem os seus objetivos de garantir a quantidade e a qualidade das águas na bacia e também quando conseguem atuar como fórum democrático e participativo. Para que assim seja, a participação da sociedade civil precisa ser constantemente atualizada e motivada, porque é dependente do desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem para o aperfeiçoamento das organizações colegiadas. Faz-se necessário o crescimento da consciência de co-responsabilidade dos membros da sociedade civil para dividir com o poder público as tarefas da gestão das bacias hidrográficas. À medida que a sociedade participa, ela se educa e se responsabiliza pelas decisões tomadas.

Nesse raciocínio, os comitês de bacia hidrográfica podem se tornar, como se refere José Matarezi, espaços e uma estruturas educadores, que contenham em si o potencial de provocar descobertas e reflexões individuais e coletivas, sem perder o foco de seus objetivos e de suas competências. O que torna um espaço e uma estrutura educadores é a intencionalidade educadora. Tanto mais participativo e transparente, enunciando seus objetivos e intenções, maior será o seu potencial educador.

Como espaço e estrutura educadores, apontamos a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Minas Gerais e as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental criadas em várias mesorregiões do Estado.

Quando digo Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, refiro-me a algo praticamente novo. Trata-se de um colegiado estadual, paritário, participativo, que tem como missão mais ampla propor as diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental de Minas Gerais e a implementação do Programa de Educação Ambiental de Minas Gerais.

Tem também como missão coordenar, interligar e planejar as atividades relacionadas à educação ambiental do Estado. A sua gestão é integrada entre Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.

Essas comissões revestem-se de grande importância ao agregarem os diversos setores das instituições públicas e privadas. As Cies regionais e a Ciea do Estado constituirão uma força potencializadora para fazer crescer e sedimentar o enraizamento da educação ambiental nos Municípios do Estado e interagir com outras organizações sociais, buscando formar uma teia de relações.

Comentarei o mapa que aparece para vocês. Como se vê, temos uma regionalização das comissões inter-institucionais de educação ambiental.

Se temos comitês de bacia que, por conter potencial, passam a exercer um papel educador, se temos a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, as ONGs, os órgãos públicos, as associações e tantos projetos que se apresentam de forma fantástica, como presenciamos, a gestão das águas, que depende da responsabilidade, da participação cidadã e da consciência da participação, poderá avançar um pouco mais. Obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, boa tarde. Em primeiro lugar, apresento-lhes as desculpas do Dr. Robson Andrade. Durante a manhã de hoje, surgiu um imprevisto, portanto, infelizmente, ele não pôde comparecer a este evento. Era seu desejo estar aqui por entender que o tema "Educação e Água: Garantia para o Futuro" é muito importante. A Fiemg tem trabalhado bastante para valorizar a água junto às indústrias mineiras.

Trataremos de dois aspectos, um deles é a educação. O Brasil tem avançado muito no tocante à escolarização das gerações. Todavia tem trazido uma herança educacional fraca, que data de muito tempo. Em 1992, o IBGE informou a existência de 16,4% de analfabetos. Em 2002, esse número baixou para 10,9%, o que demonstra que o País avançou, tendo em vista a agregação de pessoas escolarizadas ao processo. Entretanto, no que se refere à qualidade, encontramos algumas dificuldades.

Observamos que o saneamento ainda é uma questão muito forte. Esse problema é mais grave no caso de crianças e adolescentes, cujas mães têm pouca escolaridade e ocupam áreas degradadas, onde falta saneamento. Como se nota, a questão do saneamento se relaciona à pouca escolaridade das famílias.

No cenário nacional, notamos má distribuição de renda, que se soma à baixa escolaridade da população, e ainda há pouca educação ambiental. Temos duas faces da mesma moeda: a produção de bens e o consumo de água.

Em tudo o que produzimos, em algum momento, utiliza-se a água. Na produção, usamos essa água como insumo, matéria-prima, na higienização das instalações, no consumo humano ou animal, na higienização e no preparo dos alimentos. Em todos esses usos, observamos desperdício e mal uso da água, o que acarreta perdas econômicas, enfraquecimento e empobrecimento do meio ambiente e muito sofrimento.

Aqui explicamos a transparência anterior. Vemos o consumo de água para produzir alguma coisa. Não sabemos quanto gastaríamos para se produzir um ovo. Segundo a Crespo, seriam gastos 160 litros, mas, antes de vir para cá, encontrei outros números mais altos. Na verdade, vemos que, para produzi-lo, gasta-se muita água.

Como é o nosso consumo? Como estamos estruturando o nosso consumo de bens e de serviços? O problema não é apenas na produção; é também no consumo da água. Como mudar esse cenário? Vemos dois elementos de muita importância: um, de longo prazo. Estamos tratando de tendências que têm raízes históricas e profundas e que se refletem no nosso presente.

O presente precisa ser alterado. Se alterarmos o presente, ele se estenderá para o futuro. Essa alteração não se realiza em curto prazo, principalmente porque precisa-se de mudança de mentalidade, o que não acontece num estalar de dedos. A mudança de mentalidade é importante para interagirmos com a fatalidade de um futuro problemático. Alterar o futuro implica alterar o presente, agir de outra forma, reverter condutas que precisam ser apropriadas no futuro.

Como faremos isso? Somente com a educação, a informal, aquela da nossa casa, do dia-a-dia das práticas sociais, e a formal, ensinada nas escolas. A escolarização no Brasil melhorou, mas ainda está muito fraca em termos de qualidade educacional.

Educação Ambiental tornou-se matéria obrigatória nos currículos escolares quando se implementaram os parâmetros curriculares básicos. Todavia não temos condições de saber se está sendo implementada, pois ainda não temos condição de implementar os currículos básicos da escola básica.

Para melhorar isso, teríamos que trabalhar na formação dos professores, na capacitação dos formadores. Por quê? Porque a educação ambiental está muito centrada na educação básica e um pouco na educação média. Entretanto, não temos visto isso na educação superior. Vemos ainda professores de engenharia ensinar a tecnologia da engenharia sem estarem preocupados com o resultado da aplicação da tecnologia. É preciso aprimorar esse processo.

Precisamos aprimorar o processo. Quais seriam os focos dessa educação ambiental? Sensibilização, compreensão, cidadania, responsabilidade social, competência, prática de ação e empoderamento, que vem da palavra "empowerment", que significa dar à pessoa condição para tomar uma atitude própria, ou seja, que, ao invés de permanecer esperando, possa agir por conta própria.

Como as empresas podem utilizar a educação ambiental? Como estamos trabalhando com isso? Quando trabalhamos com educação ambiental na empresa, trabalhamos com mudanças comportamental e cultural dos empregados. Tentamos mostrar-lhes os aspectos e os impactos da operação realizada por eles. Também mostramos a todos os membros da empresa que a responsabilidade ambiental não é apenas de um setor da empresa, mas de cada um de seus operadores. Aplicamos a educação ambiental no treinamento do pessoal para a implementação da norma ISO 14.001, visando à sua certificação, por meio da boa relação entre a comunidade, o governo e as ONGs.

As pequenas e médias empresas ainda têm grande dificuldade de atuar com a educação ambiental. Todavia as grandes empresas possuem programas próprios e capacitação de professores complementar ou suplementar à educação que o governo apresenta. Atualmente a empresa que não considera o meio ambiente como um negócio estratégico perde mercado e deixa de ser competitiva na prevenção da poluição, na mensuração e no controle da poluição e na implantação e sustentação do SGA.

Educação e responsabilidade devem ser compartilhadas, para que haja uma garantia de futuro. Como pode ser feito esse compartilhamento? As empresas devem internalizar as práticas que alterem os atuais padrões de degradação, desperdício e obsolescência e deve haver uma atuação complementar ou suplementar, junto ao poder público, na educação formal e informal. Acreditamos que o poder público deve ter a mesma responsabilidade que as empresas naquilo que é diretamente administrado pelo Estado. Além disso, deve haver um programa de capacitação e melhoria da qualidade do ensino e, se possível, estabelecer incentivos para a adoção de práticas melhores para as pequenas e as médias empresas. No caso do meio científico, deve-se produzir conhecimentos que estejam de acordo com essa situação de redução do consumo. Quanto à população, é preciso mudar de atitude. A mídia é muito importante e deve transmitir essa informação para dar embasamento à educação ambiental.

Segundo Garret, o cidadão precisa ler e escrever, compreender e usar os números, compreender e usar, de modo sustentável, os sistemas ambientais. Isso só pode ser feito se houver responsabilidade compartilhada. Obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Daremos início à fase de debates. Informamos ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos participantes que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de

até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Já existem alguns inscritos. O Sr. Nísio de Souza Armani, do Crea-MG e da Abimec-MG, faz uma pergunta à Sra. Idarci Esteves Lasmar: "Poderíamos redefinir, denominar a educação ambiental como uma forma mais ampla de educação socioeconômica ambiental?". Trata-se de uma sugestão e, ao mesmo tempo, de uma pergunta. Com a palavra, a Sra. Idarci Esteves Lasmar.

A Sra. Idarci Esteves Lasmar - Sabemos que a educação ambiental, segundo vários autores, é como se fosse um guarda-chuva em que cabem várias denominações. Dependendo da concepção e da visão de mundo que as pessoas têm, há várias abordagens. A sua sugestão é a de destacar o econômico. De acordo com a minha visão, a educação socioambiental, numa postura crítica que começa com a transformação do próprio indivíduo que vive em sociedade e que estende essa condição ao próximo, que, por sua vez, tem uma visão bem ampla, porque pode ser também a própria natureza... É uma transformação que vai acontecendo na concepção freiriana de reflexão e ação, em que você reflete para a ação, e essa ação provoca mais reflexão. Nesse movimento, você vai transformando o mundo. Dessa forma, para mim, o econômico estaria nesse esquema. Não sei se respondi à sua pergunta.

O Sr. Presidente - Obrigada, Sra. Idarci Esteves Lasmar. Há um lembrete do Sr. Mário Dantas, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde, dirigida à Sra. Idarci. (- Lê:)

"Apenas lembrar que a Unesco instituiu a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável." O senhor se dirigiu a ela para algum comentário? (- Pausa.) Sra. Idarci, a senhora deseja tecer algum comentário?

A Sra. Idarci Esteves Lasmar - Sr. Mário Dantas, meu grande amigo de Três Corações e um dos grandes impulsionadores da Comissão Interinstitucional da Mesorregião Sul de Minas, preferiria que comentasse sobre o assunto. Na verdade, não há ninguém mais competente para isso. Talvez não soubesse nem fosse capaz de repassar aqui uma síntese de informações, diferentemente do senhor. Repasso-lhe o comentário e o convido para responder à sua própria pergunta.

O Sr. Mário Dantas - Apresentei esse lembrete porque, na semana passada, em uma reunião em Varginha, eu estava traduzindo um artigo da Unesco que se referia a esse assunto. Achei-o muito interessante. Não havia escutado ninguém falar sobre isso no Brasil. Ela instituiu, em 2005, essa Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, mostrando que a educação é um pouco mais do que simplesmente educação ambiental, pois é uma mudança radical em todos os paradigmas educacionais. O Japão, a China e a Alemanha, que, aliás, está bem mais avançada nesse setor, são países que têm um Ministério mais dedicado para mudar todo o sistema educacional em função do desenvolvimento institucional. Portanto, quis lembrá-los disso, pois é importante pensarmos um pouco mais. Realmente será uma mudança radical, se pensarmos não somente na educação ambiental. Aliás, já seria muito, pois não temos nem educação... No nosso país, presenciamos isso, mas o governo não demonstra nenhum esforço para melhorar a educação, quanto mais a educação para o desenvolvimento sustentável e a ambiental. Não entendo isso. Obrigado.

O Sr. Antônio Eustáquio Vieira - Sou conhecido como Tonhão. Presido o Movimento Verde de Paracatu e sou Conselheiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Comitê do São Francisco. Gostaria de tecer um comentário e que o Dr. Maurício Andrés, velho companheiro, fizesse sua avaliação a respeito dele.

Há alguns anos, militamos nessa história de educação ambiental e não temos visto nenhum fruto desse trabalho.

Acreditamos que isso seja muito complicado, porque, enquanto falamos sobre meio ambiente, estamos vendo o total descomprometimento das elites do poder, dos meios de comunicação e de outros meios com relação a esse segmento.

Como falaremos em meio ambiente, em qualidade de vida, com a televisão aberta fazendo o que quer, 24 horas por dia, além de as autoridades estarem totalmente descomprometidas? Como falar em educação ambiental, se os administradores eleitos pela sociedade para administrar os bens públicos, os nossos sonhos, ansiedades e demandas deixam as cidades serem tomadas por lixo, esgoto, etc.?

Na realidade, acredito que educação ambiental não existe, nunca existiu nem existirá. O que precisa haver é um comprometimento com as questões ambientais de toda a sociedade. Os administradores públicos são os primeiros que devem ser educados para levarem isso para a sociedade. É claro que essa busca deve vir do seio da sociedade, para então retornar, via administradores, para ela. Muito obrigado.

O Sr. Maurício Andrés Ribeiro - O Antônio Eustáquio tem razão. Às vezes, os resultados demoram muito a acontecer, mas nós, que trabalhamos, há algumas décadas, com meio ambiente e, agora mais recentemente, com recursos hídricos, observamos que houve um gradual deslocamento de uma questão que era muito periférica, marginal, há 20 ou 30 anos, e que hoje está adquirindo mais centralidade, até porque muitos estão sentindo na pele as mudanças climáticas, o desconforto que isso traz, os eventos críticos que estão ocorrendo, como secas, enchentes, etc. Então, a própria percepção da realidade está impondo uma mudança de visão.

Enxergo hoje uma consciência e uma discussão maior sobre essas questões em várias profissões e atividades que, há algumas décadas atrás, estavam totalmente alheias a esses temas. Inclusive o campo empresarial, das engenharias, tem-se aprofundado neles cada vez mais.

É verdade que os resultados mais evidentes custam a aparecer. Lembro-me de que, por exemplo, na Rio+5, quando houve aquela avaliação sobre a Rio 92, já foi possível mapear, no Brasil mesmo, várias práticas locais que estavam ocorrendo e com resultados locais bem visíveis. Isso foi levantado e cadastrado já naquela época.

De fato, trata-se de um processo longo. Se falamos em gestão das águas, os resultados aparecerão, talvez, em anos ou décadas. A própria água nos ensina isso: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Um dia essa consciência irá transformar-se em atitudes e comportamentos. Há instrumentos para que essa mudança aconteça. A nossa lei de recursos hídricos, que é de 1997 - portanto, fará 10 anos em 2007 -, dispõe de vários instrumentos que vão ajudando a modificar comportamentos. A cobrança pelo uso da água, por exemplo, é um desses instrumentos educativos, mesmo penalizando o bolso. A água desperdiçada usada de forma inadequada, tem um custo mais alto; e os agentes, tanto as empresas quanto os cidadãos, passam a economizar mais.

Diria, então, Tonhão, que essa é uma luta em que não se podem esperar muitos resultados imediatos, mas que exige muita perseverança.

O Deputado Domingos Sávio - Meu prezado amigo coordenador deste debate, que também preside a nossa Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, debatedores e debatedoras presentes, todos os que atenderam ao chamamento para participar deste fórum importantíssimo para todos nós, de Minas Gerais e do País. A questão da água é fundamental. A Assembléia vem mantendo esse compromisso, já no 5º Fórum.

Antes de dirigir uma pergunta à Profª Idarci, farei uma breve consideração, porque minha pergunta terá um tom propositivo, para que minha sugestão possa ser parceira na implementação, junto à Secretaria de Meio Ambiente. Quando discutimos uma situação tão séria como as questões ambientais e a questão da água, em alguns momentos nossa atitude de indignação leva-nos a uma cobrança traz o risco da generalização, nivelar por baixo. Temos de ter um certo cuidado para não premiar os irresponsáveis, ao pegarmos pessoas sérias e nivelarmos por baixo. Quando falamos em administradores públicos, tem-se a impressão de que ninguém faz nada, de que não há absolutamente nenhuma atitude. Sabemos que não é bem assim. Precisamos estar muito mais ocupados com cobranças, denúncias e críticas que com aplausos. Não há dúvida de que nossa missão nos exige que sejamos implacáveis na cobrança por ações mais concretas de respeito ao meio ambiente, em especial no que se refere às águas, à sua preservação, ao seu bom uso, à preservação dos lençóis freáticos.

Aproveito para cumprimentar o Deputado Laudelino Augusto que, com toda a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, é parceiro nessa luta. Lutamos pelos aterros sanitários. Junto a vários Prefeitos, eu mesmo já tive a oportunidade de buscar recursos para viabilizar a implementação de aterros sanitários. Muito antes do que se previa, chegaremos a 100% em Minas Gerais. Temos muita estrada pela frente, e isso tem ligação direta com as águas. Minha consideração, professora, vai na questão fundamental do comprometimento. É preciso que haja muito comprometimento. É preciso que haja envolvimento das partes - poder público, sociedade, usuário. Aí, quero referir-me a uma parcela significativa dos usuários, uma parcela que estará absolutamente aberta a receber as orientações e a partilhar das preocupações, que são os produtores rurais. Vejo a necessidade de um outro tipo de abordagem. Sou produtor rural, profissional da área rural e hoje represento o povo da minha região e de Minas Gerais nesta Assembléia. Vejo que seria necessário estabelecer um trabalho de maior parceria, uma educação mais dirigida em parceria com os sindicatos, com as cooperativas, com o sistema Faemg e com a Fetaemg. Percebo que, se às vezes, até o técnico da própria Secretaria tem dificuldade com os formulários, o que se dirá do produtor rural? Como usuário, ele recebe aquilo como uma punição. É preciso que ele seja educado com o entendimento de que é um parceiro na preservação. Volto a dizer que o produtor rural estará aberto a isso, mas é preciso construir com ele um entendimento, fazer um trabalho de educação dirigida. Aí, a parceria com o segmento pode adiantar isso. Por isso digo que minha pergunta vai com um tom de proposta. Seria possível essa parceria? Venho defendendo isso na Secretaria do Meio Ambiente.

É preciso agilizar uma parceria maior com o sindicato dos trabalhadores, dos microprodutores e dos produtores rurais e com as federações, para termos treinamento, qualificação e conscientização, a fim de diminuir os custos. De repente, o pequeno e o médio produtor estão precisando contratar alguém para fazer um projeto.

Sr. Presidente, é hora de construirmos parcerias para que o compromisso seja compartilhado entre o governo e a sociedade civil. Assim, teremos educação e a garantia para o futuro.

O Sr. Presidente - Farei a segunda pergunta à Sra. Idarci, para que responda as duas juntas. A Ana Paula, do CEI, pergunta: "Como trabalhar a educação ambiental nas escolas, uma vez que os conteúdos e horários são rígidos e os professores não se sentem motivados a incluir esse tema em suas disciplinas, pois não possuem tempo nem remuneração para isso?".

A Sra. Idarci Esteves Lasmar - Inicialmente, responderei ao Deputado Domingos Sávio que será muito bem-vinda essa parceria. Concordamos que há muito o que fazer em termos de educação. E, ao falarmos de educação, falamos de dois aspectos no mínimo - há muitos outros -: informação e formação.

Quando falamos da informação, abordamos o repasse de informação que vem acontecendo e que, muitas vezes, não chega a penetrar na pessoa, ou seja, a informação é passada, mas não chega às raízes da prática, uma vez que não foi absorvida internamente.

Falamos também da formação e, nesse ponto, realmente precisaremos de um trabalho de maior profundidade. Temos órgãos públicos do Estado que já trabalham bem a questão do produtor rural. Existem parcerias locais, mas, talvez devido à amplitude de Minas Gerais e dos mais variados problemas ambientais, precisaremos ampliar esse universo, por meio de projetos sustentáveis, de maior porte, agregando as populações locais. Repito que realmente é necessário não ter medo de participar e de ser responsável. Podemos conversar a esse respeito.

Quanto à pergunta da Ana Paula, quero dizer que foi a mais difícil de responder. Fico com vontade de pedir auxílio aos universitários. Hoje a escola virou realmente um repositório de inúmeras demandas da sociedade. Não falo apenas de ganhar pouco, de estar desmotivado e de tudo o que foi considerado. Com os problemas da sociedade brasileira contemporânea que enfrentamos, além de tudo isso que a Ana Paula abordou, os professores precisam ajudar a resolver o problema das drogas, da violência, da indisciplina, da gestão das escolas com maior parcimônia, enfim, são muitos os problemas com que o corpo docente depara.

Entretanto, pelo que temos visto, mesmo de maneira precária e lenta, a transversalidade está acontecendo em algumas escolas. Por isso dei esse foco à minha fala, que é um fulcro a penetrar na reflexão de cada um dos que nos ouvem. Precisamos repensar essa situação. A educação ambiental é educação, mas com foco no ambiente, e precisa ter uma sustentação maior dentro das escolas se quisermos ampliar o movimento de relações da escola com a comunidade e da comunidade com a sociedade.

Vejo que os professores, apesar de sua luta pela melhor qualidade do ensino e por melhores condições de trabalho - luta que deve continuar, mesmo que insana -, têm esperança.

Não tenho a intenção de desanimá-lo; pelo contrário, quero lhe dar uma injeção de ânimo. Vá em frente, faça o que estiver ao seu alcance, cumprindo a sua missão de educador.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Completaria dizendo que estamos preparados para realizar, no mês de junho, nos dias 8, durante todo o dia, e 9, pela manhã, o Fórum Técnico Educação Ambiental, coroando a Semana do Meio Ambiente, com o assunto "educação ambiental". Todos estão convidados. Quem sabe, juntos, descobriremos caminhos para responder à pergunta da Ana Paula? As duas últimas perguntas são dirigidas a Maurício Andrés Ribeiro. A primeira foi proferida por Said Pontes de Albuquerque: "A cultura popular, regionalista, que focaliza a água, é importante, mas parece que é própria da comunidade do interior. A maioria da população vive nos centros populosos, onde essa cultura se perde. Como realçar essa cultura nos grandes centros?".

E a segunda, por Eunice Tavares de Paiva, engenheira autônoma: "Estamos trabalhando para a criação do Museu das Águas e do Meio Ambiente na região da Pampulha. Poderíamos contar com o apoio e a orientação da ANA e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad?".

Sr. Maurício Andrés Ribeiro - Uma parte da resposta da primeira questão consta da segunda. Está-se criando, em Belo Horizonte, o Museu das Águas, na Pampulha, e essa é uma das formas de divulgação desse tema. Certamente nós, da ANA, poderemos subsidiar - já anotei seu e-mail - com informações, até mesmo sobre o Museu Internacional das Águas que será criado em Brasília. A ANA faz parte da comissão executiva que está sendo criada, junto com a Companhia de Saneamento de Brasília - Caesb.

Quanto à primeira questão, o Plano Nacional de Recursos Hídricos foi recentemente aprovado pelo Conselho. Nele há um capítulo sobre aspectos socioculturais, mostrando que existem segmentos da sociedade - desde os jangadeiros, no Nordeste, aos barranqueiros, no São

Francisco, pescadores, caícaras, lavadeiras, várias pessoas -, cujo sustento depende do convívio cotidiano com a água. O capítulo que fala a respeito da questão sociocultural do Plano Nacional de Recursos Hídricos trata das populações tradicionais e das populações indígenas brasileiras, para as quais o contato direto com a água é vital para sua sobrevivência. Hoje 80% da nossa população é urbana. Muitos indivíduos que vivem na cidade são o que poderíamos chamar de hidroalienados, carentes da consciência hídrica. Talvez pudéssemos dizer que precisamos hidratar a nossa cultura, o nosso comportamento. Uma das formas de se fazer isso é exatamente por meio de processos educacionais e de comunicação, como, por exemplo, a criação do Museu das Águas.

Lembro-me de uma experiência que tive em relação à educação para as águas. Fui a um museu de ciência e tecnologia. Nele havia uma balança - na qual subi - localizada em frente a um aquário, de onde caía uma enorme quantidade de água, que representava a água existente no corpo humano: 70% do corpo é água. Esse também é um método de educação, de transmissão do conhecimento para nos conscientizarmos da importância da água, incluindo a do nosso corpo.

Existe uma multiplicidade de formas para melhorar esse conhecimento sobre as águas, conhecendo também o sistema de tratamento. Muitos cidadãos urbanos conhecem a torneira e o ralo, apenas esse pedaço, desconhecendo o sistema de abastecimento, de tratamento de água e de esgoto.

Recentemente, dei aula na Universidade Católica de Brasília para estudantes de pós-graduação em gestão urbana. Eles ficaram surpresos ao visitar uma estação de tratamento de água e esgoto, além de conhecer os processos técnicos e econômicos envolvidos nesse sistema. Existe, de fato, essa "hidroalienação" do cidadão urbano, mas há "n" formas de reduzi-la, tornando as pessoas mais conscientes em relação ao tema.

O Sr. Presidente - A Assembléia Legislativa, a Semad, o Igam, o Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas e o Crea-MG manifestam os agradecimentos aos participantes da primeira Mesa de debates.

Segundo Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Passaremos ao segundo tema desta tarde: "Água, saneamento e saúde: inter-relação necessária". A Presidência convida a tomar assento à mesa para o segundo painel as Exmas. Sras. Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito, especialista em recursos hídricos da ANA; Cristiana Ferreira Jardim de Miranda, representando o Secretário de Saúde, Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva; o Exmo. Sr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho, Diretor Técnico e de Meio Ambiente da Copasa-MG; a Exma. Sra. Dóris Aparecida Garisto Lins, Vice-Presidente Regional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemac-MG -; e o Exmo. Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam - e coordenador dos trabalhos.

Palavras da Sra. Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito

Boa tarde. Em nome da ANA, agradeço o convite para participar deste fórum. Faremos algumas considerações sobre o tema "Água, saneamento e saúde: inter-relação necessária", dividindo-o em seis subtemas: a ANA e suas competências; o saneamento; a relação entre recursos hídricos e saneamento; a relação entre saneamento e saúde; ações da ANA em relação à questão; e alguns desafios do momento atual.

No Brasil, a regulação tem-se aplicado aos serviços privatizados, o que não é o caso da ANA. Logo, é preciso esclarecer que ela não regula o saneamento.

Essa agência foi concebida a partir da lei que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos e tem como principal função implantar essa política, baseada nos princípios e instrumentos de gestão previstos na Lei nº 9.433. No Brasil, temos a Lei das Águas, aprovada em 1997, que faz algumas alterações em relação às concepções anteriores relativas à água.

A gestão da água no Brasil é baseada em alguns princípios. O primeiro deles diz que a água é um bem público, finito, vulnerável e dotado de valor econômico. Essa caracterização como bem de domínio público é importante, pois, em alguns países, a água não é mais de domínio público. No Chile, por exemplo, já foi feita a concessão de toda a água que havia para ser concedida, e as concessões são vendidas, herdadas, etc.

O segundo princípio diz que, em caso de escassez, a prioridade é para abastecimento doméstico e dessedentação animal. Portanto, existindo vários usos diversos, a lei estabelece que, em caso de escassez, a prioridade é para abastecimento humano.

O terceiro princípio diz que a bacia hidrográfica é a unidade principal de gestão. Esse princípio é novo e tem alguns complicadores no pacto federativo ainda não devidamente resolvidos, mas cria uma unidade de gestão diretamente ligada à forma como o recurso hídrico se distribui.

Os outros dois princípios são: gestão participativa, ou seja, devem estar presentes o usuário, o setor público e a sociedade civil; e gestão integrada, ou seja, o uso múltiplo das águas, em que não é mais um único usuário que domina o setor, como ocorreu com o setor elétrico durante tantas décadas.

Os principais instrumentos da gestão são: planos de bacia, que devem prever diagnóstico, alocação e plano de investimento, e não, apenas diagnósticos, como antes era feito; enquadramento dos corpos de água; definição da qualidade da água em função de seu uso; outorga, instrumento de cessão e permissão de uso; sistema nacional de informações sobre recursos hídricos - vários materiais são produzidos a partir dele -; cobrança pelo uso dos recursos hídricos, cujo objetivo é incentivar a racionalização do uso e obter recursos financeiros para programas de investimento.

Dessa forma, as competências da ANA, do ponto de vista da gestão, são planejar, regular, fiscalizar e outorgar o uso de recursos hídricos; mediar os conflitos entre os agentes que consomem a água; fortalecer, capacitar e informar os órgãos gestores estaduais, os comitês de bacia, os usuários e a sociedade; e fomentar a conservação, o uso racional da água e a qualidade dos recursos hídricos.

Quanto ao saneamento, a definição dada pela OMS é: controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o seu bem-estar físico, mental e social. Essa definição relaciona saneamento e saúde, pois a definição de saúde da OMS é o completo estado de bem-estar físico, mental e social. O saneamento faz a interface entre o meio ambiente e a saúde. O saneamento são ações em que se fazem intervenções no meio ambiente para melhoria da saúde.

Dessa forma, o saneamento pode ser entendido como não apenas os serviços, ou seja, toda a infra-estrutura física, mas também o arcabouço legal e institucional que assegura esses serviços. Tais serviços são: abastecimento de água, para que a população a tenha em quantidade e qualidade compatíveis; coleta, tratamento e disposição final de esgotos; coleta e destinação final de lixo; drenagem das águas de chuvas para evitar assoreamentos e erosões; e controle de vetores.

Há alguns conceitos atuais que incluem até educação ambiental na relação do saneamento. Estou dando um tratamento mais tradicional.

Este mapa faz parte do nosso Plano Nacional de Recursos Hídricos e mostra a distribuição do abastecimento de água para a população brasileira. O vermelho representa as populações que têm de 0 a 25% de abastecimento de água pública em casa; o laranja, as que têm de 25% a 50%; o azul, de 50% a 75%; e o azul mais escuro, de 75% a 100%.

Usaremos uns três mapas com essa mesma coloração. Observem que há uma vasta região do País coberta por abastecimento de água: as Regiões Sul e Sudeste inteiras, parte importante da Centro-Oeste, cuja cobertura é razoável, pois mais de 75% da população está abastecida.

Os nossos grandes problemas com abastecimento de água são encontrados nas Regiões Norte e Nordeste, representadas pelas cores vermelha e laranja. Embora não constantes, há problemas em todas as periferias das grandes cidades. Na maioria das grandes cidades brasileiras, mais de 90% da população é atendida por abastecimento de água, mas há algumas parcelas mais pobres que ainda não são beneficiadas.

De qualquer forma, desde o Planasa, pode-se dizer que houve muito avanço. E o objetivo do plano visava à universalização do serviço de abastecimento de água na década de 80. Não atingimos esse objetivo até hoje, mas, em relação ao abastecimento de água, houve grandes avanços.

Quanto ao esgotamento sanitário, a situação é mais complicada. Observem que praticamente todo o mapa do Brasil está em vermelho. Isso daí trata apenas de coleta. Os dados sobre tratamento não eram suficientes para apresentarmos um mapa na mesma situação.

Então, mais de 75% da população usufruiu do serviço de coleta de esgoto no Estado de São Paulo e em alguns trechos de Minas Gerais - em Belo Horizonte, pelo menos 75% da população era atendida. Em outras regiões mais próximas do litoral, temos de 50% a 70% da população atendida, e, em grande parte do Brasil, menos da metade da população é atendida por coleta de esgoto. Hoje esse é um dos graves problemas no saneamento. Estima-se que, em termos nacionais, coleta-se apenas em torno de 55% do esgoto produzido nas regiões urbanas. Desses 55%, cerca de 20% são tratados. Hoje os esgotos domésticos são os maiores poluidores dos nossos cursos de água.

O próximo mapa mostra a situação da coleta de lixo. O lixo também traz poluição, especialmente às águas subterrâneas. Quando chove, é carregado e polui também os corpos hídricos. A situação de coleta e destino e o tipo de disposição final mostram que as Regiões Sul e Sudeste têm boa cobertura, acima de 75%. Na Região Centro-Oeste e em parte da Região Nordeste, ainda temos de 50% a 75%. Grande parte da Região Norte e parte da Região Nordeste contam com péssimos serviços de coleta e de destinação final do lixo.

Apenas para conhecimento, o último mapa é apenas uma exposição de como se distribuíram as enchentes urbanas, que, além de terem a ver com problemas climáticos, têm também a ver com serviços de drenagem. Em 1998 e 1999, pode-se observar que elas se concentraram muito na Região Sudeste e em algumas regiões litorâneas, por exemplo, no Rio Grande do Sul.

Qual é a relação entre o saneamento e o setor de recursos hídricos? A primeira constatação é que os recursos hídricos se distribuem desigualmente no tempo e no espaço. Há períodos do ano em que chove mais, as águas são mais abundantes, os rios estão mais cheios ou, então, as secas são mais frequentes - fenômenos que variam de acordo com a região.

No Brasil, há uma distribuição geográfica e populacional muito díspar em relação à distribuição dos recursos hídricos. Observem que a Região Norte possui 68% dos recursos hídricos. O Brasil possui de 12% a 13% dos recursos hídricos superficiais do mundo, e, representada pela cor cinza, a Região Norte possui 68% dos recursos hídricos, 45% do território e apenas 7% da população.

A Região Sudeste tem uma situação completamente invertida, pois possui 6% dos recursos hídricos, 11% do território nacional e 43% da população. Por isso, podemos supor que teremos sérios problemas como a falta de água para a população. A Região Nordeste possui uma situação similar: 3% dos recursos hídricos, 18% do território e 29% da população. As Regiões Centro-Oeste e Sul têm um certo equilíbrio. Podemos dizer que nossos problemas de recursos hídricos em relação à qualidade se concentram, em grande parte, na Região Sudeste, em decorrência da grande concentração populacional e pelo fato de muitas nascentes de rios situarem-se nas grandes cidades. Na Região Nordeste, temos problemas relacionados à escassez de água.

No Brasil, se considerarmos os três grandes usos da água, o uso consuntivo, ou seja, aquele que retira e lança resíduos na água - a irrigação é um grande usuário -, chega a cerca de 59%; o uso doméstico, que compreende o saneamento e a água retirada para o abastecimento, chega a 22%; e o uso industrial, a 19%. O saneamento é também outro grande usuário do setor de recursos hídricos. Essa é a grande relação entre o saneamento e o setor de recursos hídricos. Ele é um dos maiores usuários, usa 22%.

Do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, o contato do saneamento com o setor se dá no momento da retirada da água do estoque hídrico, ou seja, no momento da captação e no momento em que a água é devolvida àquele afluente, tratada ou não, como acontece na maior parte do Brasil. Isso se consubstancia também na outorga, ao analisarmos a concessão do uso desse recurso hídrico.

Este mapa também faz parte de nosso plano nacional e analisa a demanda e a disponibilidade de água. Na verdade, ele mostra que, em toda a Região Nordeste, no semi-árido, existe uma demanda maior do que a água disponível. Este outro mapa - acho mais interessante - ataca um dos nossos maiores problemas: o lançamento de esgotos. Este outro foi construído para os rios de domínio nacional; os rios que estão representados pela cor cinza não foram analisados. Baseado nos levantamentos do saneamento de esgoto tratado até 2002 - se não estou enganada -, o mapa analisa a relação, considerando a contribuição de 54g de DBO por habitante e por dia e a vazão do rio, que está disponível 95% do tempo. Portanto, há uma capacidade de diluição para a época da seca, em que estaríamos a favor da segurança. Observar a diluição de esgoto em época de enchente é fácil, porque o rio tem muita água.

Neste mapa, observamos alguns pontos críticos em termos de diluição. Este aqui é o Rio das Velhas, que é um afluente; aqui é a Bacia do São Francisco. Os Rios das Velhas e Paraopeba são dois pontos críticos de diluição. Este mapa será um importante instrumento de gestão para a definição de prioridades para alocação de recursos e construção de ETEs.

Podemos observar em São Paulo, na Bacia do Paraná, aquela área vermelha, o Rio Tietê, as cabeceiras do Tietê, que praticamente não têm água para diluição. Portanto, é uma região prioritária para o tratamento de esgotos. Perto de Goiânia, há aqueles rios de Goiás, cujos nomes esqueci. Temos, no fim de Minas e da Bahia, no São Francisco, o Verde Grande, também com fraca capacidade de diluição; o Paraíba do Sul, aqui embaixo, uma parte dele perto de Juiz de Fora. Por isso, este mapa é importante porque mostra que, apesar de tudo, toda a Região Norte tem uma ótima capacidade de diluição. Podemos calcular a carga que você está lançando e a capacidade que o rio tem de assimilar esta carga para se manter na classe II. A Região Norte não tem nenhum problema. A Região Nordeste tem alguns problemas no Maranhão. No geral, temos ótima qualidade de água.

Apenas para interesse de vocês, de Minas Gerais, este é um mapa da qualidade da água. Pela manhã, a nossa colega do Igam explicou como era calculado o índice de qualidade da água da Bacia do Rio São Francisco. O mesmo se repete. Aquela parte de cor cinza mostra as cabeceiras

dos Rios das Velhas e Paraopeba, toda a região com um índice de qualidade vermelho e laranja. Espero que se melhore a qualidade da água do Rio das Velhas, porque a Copasa inaugurou a ETE Arrudas, com tratamento primário; o tratamento secundário está prestes a ser inaugurado. Além disso, a ETE Onça deve ser inaugurada neste ano. Certamente, isso exercerá uma influência importante na qualidade da água do Rio das Velhas.

Há também o mesmo mapa para a Bacia do Paraná. Ali está o bico do Triângulo. Se não me engano, o único problema daquela região é no Ribeirão Uberabinha, que passa por Uberaba - o único que está em vermelho. Há outras áreas de cor vermelha, mas não em Minas Gerais, como as cabeceiras do Iguaçu, em Curitiba, e toda a região do Tietê.

Já esclarecemos que o conceito de saneamento está intrinsecamente ligado ao de saúde, o que foi comprovado por meio de pesquisas que continuam a ser desenvolvidas. Mas gostaria de citar que, desde a antiguidade, estabeleceu-se essa relação. Hipócrates - se não me engano, no séc. IV a.C. - escreveu o famoso tratado "Das Águas, Ares e Lugares", em que relacionou a saúde do homem ao ambiente no qual vivia. Outra grande pesquisa que mostra a relação entre saneamento, saúde e abastecimento de água foi feita por Snow, em 1854, em Londres. Ele mapeou a cidade e mostrou que o desenvolvimento da epidemia de cólera localizava-se especialmente nos locais onde não havia tratamento de água. Trata-se de um clássico da epidemiologia. Posteriormente, houve vários outros estudos. Um deles foi feito em Massachussets, nos Estados Unidos, mostrando a relação entre a ampliação do abastecimento de água e a queda do índice de mortalidade por febre tifóide. Há ainda outras pesquisas, mas, como o tempo é curto, não falarei sobre isso.

Normalmente, as doenças infecciosas e parasitárias têm no meio ambiente uma fase do seu ciclo de transmissão. É exatamente nessa fase que o saneamento interfere, de forma a interromper o ciclo de transmissão da doença. Daí a sua importância na melhoria das condições de saúde.

Também está provado que as intervenções em abastecimento de água, esgotamento, drenagem, limpeza e controle dos vetores provocam impactos positivos em indicadores de saúde. Segundo a ONU, 6.200.000.000 de pessoas consomem 35% das águas dos rios, lagos e aquíferos; 1.200.000.000 bebem água imprópria, sem tratamento; 2.500.000.000 de indivíduos não têm privada nem coleta de água; mais de 3 milhões de crianças morrem de cólera e disenteria por ano no mundo, e, destas, 500 mil morrem na América Latina.

No Brasil, o SUS registrou 3 milhões de internações ligadas a essa área entre 1996 e 2000. Dizem que US\$1,00 investido em saneamento significa uma economia de até US\$4,00 em despesas médicas. Até hoje não vi comprovação científica disso, mas é verdade que há diminuição dos gastos em saúde quando se investe em saneamento.

Esses dados são do Datasus. O índice de mortalidade infantil no Brasil ainda é elevado. Houve uma queda, mas pode-se observar que as Regiões Sudeste e Sul possuem índices mais próximos aos dos países desenvolvidos, variando de 12 a 15. Porém, as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste têm índices muito elevados, e, nelas, as mortes por diarreia, comprovadamente ligadas à falta de saneamento, também são elevadas: na Região Norte, 5,34; no Nordeste, 6,84; e, no Centro-Oeste, 7,51. São índices muito elevados de mortes por diarreia, em nosso país, por falta de água.

Apresentarei três "slides" mostrando que doenças relacionadas com a água, como diarreia, disenteria, amebíase, podem ser diminuídas com a proteção do abastecimento e do fornecimento de água em quantidade e em qualidade. Há ainda doenças ligadas à limpeza, como infecção de pele, de olhos, escabiose, que também podem ser prevenidas com fornecimento de água em quantidade e qualidade suficiente e higiene.

Há também a água como parte do ciclo de vida do agente, como no caso da esquistossomose. Para prevenir, temos de proteger os mananciais e combater o hospedeiro. Há ainda doenças cuja transmissão se dá por meio de insetos que vivem na água, como malária, febre amarela, dengue, filariose e elefantíase. A prevenção deve ser feita combatendo-se os insetos, evitando-se os criadores, promovendo-se a proteção individual, a drenagem, etc.

Outras estão ligadas aos esgotos. Trata-se de algo muito técnico, de que não falarei agora. Há também aquelas que provêm de vetores que freqüentam o lixo. Portanto, o acondicionamento incorreto do lixo provoca doenças.

Temos os mapas que demonstram as várias doenças por veiculação hídrica distribuídas no Brasil. Este é o mapa que retrata a dengue. Como observamos, nas Regiões Leste e Sudeste, apresenta-se com muita força. Depois poderemos disponibilizar este material. Temos, então, malária, hepatite, leishmaniose, febre tifóide, febre amarela, etc.

Quais as principais ações da ANA em relação ao saneamento e à saúde? Em primeiro lugar, dispomos do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes -, que financia o tratamento de esgotos. Nos últimos dois anos, esse programa não recebeu recursos. Em Minas Gerais, temos algumas estações do Prodes. O Onça é do Prodes; em Itabira e em Juiz de Fora, há uma ETE. Temos o Proágua Semi-Árido, que é um investimento em gestão e projetos de água na região do semi-árido. Há obras de saneamento na Bacia do Paraíba do Sul, onde todo o dinheiro de cobrança coletado foi investido em obras na bacia para melhorar suas condições. Cada real que o setor de saneamento investiu, pagou a partir de cobrança, reverteu em R\$1,30 para investimento em obras de saneamento.

Temos publicações: "Atlas Obras Prioritárias na Região do Semi-Árido"; "Plano de Ação e Gestão Integrada no Complexo Estuarino do Mundaú", que fica em Alagoas; "Plano de Esgotos Sanitários para a Despoluição do Rio Doce"; "Reúso e Uso Eficiente da Água para Indústrias", que é uma publicação da Fiesp; "Uso Racional da Água em Edifícios", que também é uma publicação da Fiesp e do Sinduscon; e "Utilização da Outorga como um Instrumento de Gestão", em que se solicita incremento de eficiência em tratamento de esgotos em bacias críticas, em disponibilidade para diluição.

Por fim, discorrerei sobre os desafios que se nos impõem quanto ao saneamento. Em primeiro lugar, refiro-me à necessidade imediata da universalização do saneamento. De acordo com o Ministério das Cidades, são necessários cerca de R\$160.000.000,00 para universalizar o saneamento. Com um investimento de R\$6.000.000,00 por ano, não atingiremos isso.

Quanto ao abastecimento, os problemas situam-se na escassez, na necessidade de diminuição de perdas e na busca de soluções simplificadas para o meio rural. No que se refere ao esgoto, o grande desafio é o tratamento. Hoje, os recursos hídricos são poluídos fundamentalmente pelos esgotos. Temos ainda outros desafios a enfrentar. Um deles é a necessidade de regulação do setor de saneamento, cujas leis estão há muito tempo no Congresso, mas não foram discutidas nem votadas. O outro é a necessidade de o setor de saneamento participar ativamente da gestão dos usos da água por parte dos comitês de bacia. Por fim, há a necessidade de se discutir a introdução de critérios epidemiológicos nos planos de bacia, como instrumentos auxiliares de decisão para investimentos.

Nossos recursos são parcos. Às vezes, temos várias necessidades ao mesmo tempo. Os critérios epidemiológicos podem ser importantes no desempate, na definição de prioridades no uso de recursos hídricos.

Agradeço-lhes o convite. Estamos à disposição para realizar os debates.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos

O Sr. Coordenador (Ilmar Bastos Santos) - Boa tarde, senhoras e senhores. Com grande satisfação, estamos nesta Casa dividindo a coordenação do painel "Água, saneamento e saúde: inter-relação necessária", no 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

Antes de mais nada, saúdo os colegas da Mesa e todos os presentes e ouvintes. Agradeço à comissão organizadora do evento o convite para coordenar os trabalhos nesta tarde.

Quero dizer da importância do tema, porque não podemos falar em saneamento sem saúde e vice-versa. Sem sombra de dúvida, esse é um assunto que nos tem preocupado grandemente na Feam. Acredito em todas as instituições ambientais dos Estados brasileiros e no governo federal também, uma vez que a questão do saneamento é fundamental para qualquer desenvolvimento e ainda mais para o desenvolvimento sustentável, como sempre alardeamos.

Às vezes nos preocupamos com questões mais sofisticadas lá em cima, mas o básico - o saneamento - ainda deixa muito a desejar. Vimos hoje, pela exposição da Dra. Maria Cristina, que a situação, sobretudo em relação ao esgotamento sanitário, não é boa no País. Admito que, em Minas Gerais, não fugimos a essa regra quanto ao tratamento de esgoto.

Dando prosseguimento a nossos trabalhos, convidamos a Sra. Cristiana Ferreira Jardim de Miranda, Diretora de Vigilância Ambiental e Saúde da Secretaria de Saúde, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

Palavras da Sra. Cristiana Ferreira Jardim de Miranda

Boa-tarde. Gostaria de agradecer o convite. Serei breve na minha apresentação. Primeiro, quero dizer o que vem a ser a Vigilância Ambiental em Saúde na Secretaria de Saúde. Ela é um instrumento de epidemiologia que visa a manter a saúde da população. Trabalhamos essencialmente com os fatores de risco, fazendo com que esses não se tornem um dano à população e trazendo também aqueles outros fatores que propiciam uma boa qualidade de vida para que, cada vez mais, estejam à mão da população. Chamamos de fatores de proteção.

O saneamento, de acordo com sua disponibilidade e qualidade, pode ser tanto um fator de risco quanto de proteção para a população. Toda vez que se pensar em saneamento, há de se ver que a qualidade de vida da população daquela comunidade está intrinsecamente relacionada com o ambiente que ela ocupa, e basicamente com o fornecimento adequado de água, com a qualidade da coleta do seu esgoto e do seu lixo. Também de como ela trata os animais filantrópicos, que são aqueles animais que não convidamos para morar conosco, mas que estão lá: os ratos, as baratas e os escorpiões.

Vemos que, cada vez mais, as zonas urbanas vão aumentando e diminuindo as áreas de mata. Isso aumenta a convivência que temos com esses animais, causando a degradação dos mananciais de água e de reserva de matas, o que prejudica a saúde da população.

A Vigilância Ambiental cuida do meio físico do homem, seu meio ambiente, que poderá ser natural ou artificial. Todo esse meio ambiente interferirá basicamente nessa população.

Gostaria de mostrar duas situações. O percentual de população de água atendida por rede de abastecimento de água, em Minas Gerais.

Abordarei o percentual de população atendida por rede de abastecimento de água em Minas Gerais. Na parte mais clara, há maior quantidade de pessoas atendidas por abastecimento de água; todavia não está indicada a qualidade da água fornecida à população. O que ocorre? Qual é a nossa função, no setor de saúde, em interface entre os demais setores e o meio ambiente, as operadoras de sistema de abastecimento de água, como a Copasa, que atua na maior parte do Estado? Em outros Municípios, há os sistemas municipais de abastecimento urbano.

Nossa função é monitorar e vigiar a qualidade da água e analisar se a maior parte da população de Minas é abastecida por água tratada. O setor de saúde deve analisar a qualidade da água que chega às residências pela torneira de cada um. Podemos constatar a qualidade da água por meio da internação de menores de 10 anos de idade acometidos por diarreia. As crianças com menos de 10 anos são as mais afetadas.

O orador que me antecedeu abordou a mortalidade. Se a diarreia for bem tratada, não mata, mas tirará a criança de circulação por aproximadamente cinco, seis dias, uma vez que ela deixará de ir à escola, e sua mãe deixará de trabalhar. É um sério problema de saúde pública. Em muitos lugares, a qualidade da água interfere na intensidade da internação dessas crianças. Os tratamentos domésticos não aparecem nesses dados estatísticos. Procurei usar os dados estatísticos do Datasus de 2000, pois foi o ano em que houve o Censo. Portanto esses dados são os mais fidedignos que temos, pois são censitários, e não estimados. Para o Datasus, a partir de 2001, 2002 e 2003, o percentual de população atendida é dado estimado. Em 2010, provavelmente, haverá outro dado censitário.

Espero que essa situação se modifique e que se eleve não só o número de pessoas com água recebida, como também o número de pessoas com água tratada. Temos de relacionar isso com os esgotos, não só os coletados, mas também os coletados e tratados. Nos grandes centros urbanos, os rios viraram grandes esgotos a céu aberto.

O aumento do potencial turístico em nosso Estado gera um sério problema, principalmente agora com a estrada real. Não queremos que o turista nos deixe lembranças desagradáveis. Com a globalização, uma pessoa sai da Índia, pólo de cólera, e vem para o Brasil, deixando-nos a cólera. Não queremos que isso ocorra, assim como não queremos que uma pessoa leve para o seu país alguma doença do Brasil. Portanto saneamento é fundamental até mesmo para o turismo. Devido a esse intenso fluxo, é importante que isso seja analisado na hora da apresentação de projetos. É necessária, cada vez mais, uma inter-relação entre a saúde, o ambiente, o turismo e a educação. Todas essas áreas estão relacionadas e deveriam atuar em conjunto para o bem comum.

O nosso contato é Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde; estamos na Superintendência de Epidemiologia da Secretaria, que funciona na Rua Rio Grande do Norte, 613; porém, brevemente devemos nos mudar para a Avenida Afonso Pena. Deixo aqui os nossos telefones e o nosso endereço eletrônico. Se alguém quiser visitar a página da Secretaria de Saúde, deve acessar o "site" "saude.mg.gov.br". A Gerência de Vigilância Ambiental disponibiliza alguns informativos.

Desde 2005, realizamos um estudo sobre a qualidade da água de abastecimento das áreas urbanas. Tivemos a desagradável surpresa ao saber que aproximadamente 20% dos Municípios não têm água de boa qualidade e cerca de 10% não têm nem sequer água tratada. Precisamos considerar muito esses dados. Esse trabalho, que passou a ser rotineiro na Secretaria, terá continuidade em 2006.

Também estamos providenciando um projeto educativo para as famílias que não possuem água tratada, de modo que possam fazê-lo de maneira doméstica, com hipoclorito, filtragem e fervura. O objetivo é fazer com que a água deixe de ser um transtorno e passe a ser uma fonte de qualidade e proteção à vida. O relatório final desse trabalho estará disponível no "site" da Secretaria em breve. Estamos apenas finalizando-o. Já iniciamos as atividades neste ano.

Estamos negociando com outros setores e órgãos afins, para chegarmos a cada Prefeitura em que não há água tratada nem de qualidade para invertermos esse quadro. Obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Sra. Cristiana Ferreira, Diretora de Vigilância Ambiental e Saúde da Secretaria de Saúde, que foi muito objetiva e utilizou apenas 10 minutos do seu tempo. Com a palavra, o Sr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho, Diretor Técnico de Meio Ambiente da Copasa, que disporá de até 15 minutos para a sua exposição.

Palavras do Sr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho

Boa-tarde. Na pessoa do Deputado Fábio Avelar, gostaria de agradecer o convite para participar deste 5º Fórum das Águas na Assembléia Legislativa. É uma oportunidade para a Copasa mostrar, de maneira sucinta, em vista do tempo que nos foi dado, o trabalho que vem desenvolvendo.

As ações efetivas estão sendo realizadas pela Copasa, instituição de saneamento do Estado e braço operativo do governo em programas sociais destinados à melhoria do saneamento em todo o Estado. Em primeiro lugar, gostaria de apresentar alguns números. Hoje a Copasa atua em todo o Estado, com concessão em 574 Municípios mineiros e com operação em mais de 300 localidades e distritos. Portanto está presente em mais de 800 localidades. No período de 2003 a 2006 está sendo feito o maior investimento da história da companhia em sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, desenvolvimento institucional e novas concessões. Os números destinados ao esgoto, que são a nossa prioridade, chegarão a R\$1.200.000.000,00; à água, algo em torno de R\$800.000.000,00. O investimento total da companhia nesse período atingirá mais de R\$2.000.000.000,00, com prioridade para o esgotamento sanitário.

Os programas que serão apresentados em seguida fazem parte do projeto estruturador do governo do Estado, coordenado pelo Governador Aécio Neves. Na área de saneamento, existe um programa, cujo nome não poderia ser mais adequado: "Mais Saúde para Todos". Estamos implantando sistemas simplificados de abastecimento de água em 349 localidades. O valor inicial é de R\$19.782.000,00.

Já temos 63 sistemas concluídos e 191 em andamento. Os demais já estão com os projetos prontos e em licitação.

Basicamente essas demandas são encaminhadas à Copasa, por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade - Sedec - e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Temos cadastrados, aproximadamente, mil poços artesianos já perfurados e estamos promovendo o trabalho de equipá-los e, num primeiro momento, uma vez que é feito por etapas, instalar um reservatório, que denominamos de "chuveirão", à disponibilidade da população. Normalmente, na seqüência, faz-se a distribuição. A complementação são módulos sanitários que mostraremos em seguida.

Trabalhamos também com ações emergenciais para o combate à seca. Infelizmente, no Norte e no Nordeste de Minas Gerais, anualmente precisamos trabalhar com ações emergenciais. Há um programa que possui ações de curto, médio e longo prazo, porém, ainda precisamos promover determinadas ações, como a utilização de caminhões-pipa. As estações de tratamento da Copasa são usadas para fazer essa distribuição à população atingida pela seca.

Como disse anteriormente, já que o trabalho é feito por etapas, estão sendo instalados os módulos sanitários que também atuam diretamente na prevenção das doenças. Já instalamos aproximadamente oito mil módulos em 190 Municípios, com o valor total de R\$19.600.000,00. Desses, 4.200 já estão concluídos, e mil estão em execução. Iniciaremos brevemente, em fase de licitação, mais 2.800. Essa construção do módulo é muito simples. Porém, em seqüência, quando se faz o abastecimento de água e a distribuição, faz-se o módulo sanitário.

Trabalharemos também com resíduos sólidos. Todos eles são programas inseridos no projeto estruturador de saneamento básico do governo estadual. A Copasa é o braço operativo desse esquema. Por isso o estamos implantando. No caso dos resíduos sólidos, há 26 sistemas em um valor total de R\$4.900.000,00. Esses projetos estão em elaboração e serão implantados ainda neste ano.

Estas são fotos das unidades de reciclagem e compostagem. Posteriormente à instalação, esses módulos, essas unidades são entregues às Prefeituras, e ocorre o treinamento e a capacitação das pessoas para que elas possam operar, independentemente da Copasa.

Ainda dentro do programa, estamos instalando 23 sistemas de coleta de esgoto em 23 Municípios diferentes e 34 estações em 34 Municípios, com o valor estimado de R\$11.200.000,00 para a implantação desses projetos. São sistemas completos, com rede coletora, interceptor e estação de tratamento. Como dito anteriormente, da mesma forma, a partir da instalação, eles são entregues aos Municípios para que estes os operem. Normalmente, a Copasa realiza um convênio de cooperação técnica para a capacitação dos operários. Estamos à disposição, nos diversos distritos operacionais, para resolver algum problema. A Copasa estará em todo o Estado.

Por fim, gostaria de mostrar para todos um projeto-piloto, que talvez seja o mais ambicioso, de saneamento nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e de São Mateus. Implantaremos sistemas de abastecimento de água em duas sedes municipais, pois as outras já os possuem, e em 21 localidades rurais. Esses sistemas são completos. Além disso, a parte de esgotamento sanitário nas 8 sedes e nas 23 localidades. Esse projeto está estimado em R\$29.500.000,00. O edital de licitação já foi publicado no último dia 15. A abertura da licitação está prevista para 18 de abril, e o começo das obras, se não houver interferência nenhuma, para início de junho. A conclusão, ou seja, a entrega à população será em outubro.

Esse programa atenderá os Municípios de Catuji, o entorno de Diamantina - porque a sede municipal de Diamantina é operada pela Copasa -, Frei Gaspar, Fruta-de-Leite, Itaipé, Itinga, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas e Santa Cruz de Salinas. Estamos iniciando nesses oito Municípios o projeto-piloto, com uma diferenciação de que a Copasa tende a não operar esses sistemas. Capacitaremos as Prefeituras ou empresas locais para que façam essa operação e tenhamos um novo formato para atender Minas Gerais.

Na seqüência, como projeto-piloto, estamos iniciando um processo de cadastramento, de conhecimento e de diagnóstico em mais de 500 localidades, sempre com os critérios de menor IDH, mortalidade infantil e renda. Com esses critérios técnicos, faremos uma avaliação e, na seqüência, por intermédio da definição do Governador Aécio Neves, a implantação do projeto em todas essas localidades, em curto, médio e longo prazos. Muito obrigado a todos.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Nossos agradecimentos ao Dr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho, Diretor Técnico e de Meio Ambiente da Copasa. Convidamos a Sra. Dóris Aparecida Garisto Lins, Vice-Presidente Regional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae-MG.

Palavras da Sra. Dóris Aparecida Garisto Lins

Boa-tarde a todos. É com o maior prazer que a Assemae-MG, mais uma vez, vem a esta Casa participar do fórum, trazendo algumas informações com referência ao saneamento dos Municípios.

No processo que chamamos de saneamento, a Assemae busca algumas visões em que o saneamento integra várias ações, no processo que envolve o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, drenagem, controle de vetores e resíduos sólidos. Então, ela é abrangente, pois entendemos que a inter-relação passa por alguns setores, trazendo à população que necessita desses serviços maior índice de qualidade de vida.

Portanto, na questão de abastecimento de água, temos alguns dados que dão conta de que 18 milhões de pessoas não têm acesso à água encanada. Não me ateei a dados, pois havia preparado uma exposição um pouco mais longa. Deixarei de lado a relação de valores.

Existe hoje um processo de desabastecimento, principalmente no que se refere à Portaria nº 518, que obriga ao abastecimento sem intermitência, por uma questão de segurança no que se refere à qualidade da água para consumo humano. Porém, no mínimo, 20% dos Municípios não conseguem cumprir essa Portaria. Mesmo onde há monitoramento, como as regiões metropolitanas, não se consegue ter a limitação desse acesso sem que haja a intermitência. Isso sem levar em conta a área de abastecimento humano nas zonas rurais em que o índice de atendimento é maior. Há ainda os problemas referentes aos locais de difícil acesso ou de ocupação desordenada, como vilas e favelas, em que a situação é mais preocupante.

A Assemae entende que é preciso lidar com o esgotamento sanitário, estando atento à drenagem, porque de 20% a 22% das redes são consideradas mistas, onde há drenagem e esgotamento sanitário. A visão da instituição é agregar essas duas questões, pois inexistente um sistema separador absoluto: rede de esgoto totalmente separada de drenagem.

Muitas vezes, temos o próprio usuário com ligações clandestinas.

Quanto à drenagem, cerca de 1.200 Municípios sofrem com inundações, muitas vezes preocupantes, pois ali não há somente a água de chuva; há também os resíduos e o esgoto, e a visão de saneamento deve ser muito mais ampla. Os resíduos sólidos, comparados ao esgotamento sanitário, são mais abrangentes em termos de atendimento. Noventa e quatro por cento da população é atendida pelo serviço, porém, a disposição é o grande problema. Sessenta e três por cento dessas coletas são feitas de uma só vez, sem segregar os resíduos contaminantes, que vão sempre para o mesmo local, geralmente dispostos a céu aberto, nos nossos lixões. Ao mesmo tempo que temos um serviço de coleta bem aparelhado, ou seja, a maioria da população sendo atendida por esse serviço, não temos a disposição. Então, o processo se reverte quando temos contaminações, principalmente as de mananciais, os quais, obviamente, servirão para o abastecimento humano.

Os nossos princípios e desafios de saneamento são, primeiramente, bater o martelo quanto ao fato de que o saneamento deve ser público. É um monopólio natural, portanto, deve estar nas mãos do setor público, jamais nas mãos do setor privado, e deve ter o maior índice de prestação de serviços com qualidade.

Saneamento se faz com controle social. A comunidade deve participar de todas as ações que integram o saneamento. Se não houver a sensibilização da comunidade, não adianta haver saneamento. Não se faz saneamento se não houver, de fato, participação e controle social. Universalidade do atendimento, com destaque para a integridade do saneamento, que deve atender, integralmente, todo cidadão. Quanto à equidade, os serviços de saneamento ambiental devem ser prestados com cortesia e qualidade, independentemente da capacidade de pagamento do cidadão, ou seja, prestados com cortesia, qualidade e quantidade em relação aos bons hábitos de saúde.

Recursos necessários. Pelo menos de acordo com os estudos da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, para haver universalização até 2020, os valores de investimento deverão ser em torno de R\$70.000.000.000,00 até 2010; de R\$123.600.000.000,00 até 2015; e de R\$178.000.000.000,00 até 2020. O grande passivo ambiental, principalmente no saneamento, é o lançamento, "in natura", dos esgotos nos cursos d'água e a disposição inadequada dos resíduos, o que significaria um valor da monta de R\$9.000.000.000,00. Esses recursos têm sido efetivamente descontingenciados e liberados para o setor de saneamento. Entretanto, não se tem atingido a meta pretendida pelo governo federal. Com isso, temos as desinformações e as inadequadas e desiguais distribuições a muitos Municípios. Pela inclusão social, temos o combate à corrupção na questão da qualidade. Não apenas no saneamento, acredito na nossa grande mina de recursos financeiros para, de fato, investir na saúde e no prioritário para todo cidadão.

A nossa política de saneamento ambiental é responsável pela gestão de bens e serviços que interferem e condicionam diretamente a qualidade de vida do cidadão, como a água, o saneamento e a saúde, que, de fato, devem ter a inter-relação necessária.

Nosso conceito envolve a questão do esgotamento sanitário, não em sua significância curta de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas também no que se refere aos fatores que, intrinsecamente, fazem parte da melhoria e do saneamento.

Além disso, a Assemae entende que todo processo de saneamento, quando da responsabilidade do Município ou do poder público, por meio de suas concessionárias estaduais, tem de passar por um controle social, independentemente de quem sejam os tomadores, já que a comunidade é quem sabe dizer onde e quando devem ser feitos investimentos para que realmente o saneamento saia do papel. Muitas vezes, são projetos arrojados que, com um simples resgate de identidade anterior, conseguiriam ter suas falhas processuais resolvidas no que se refere às obras de engenharia.

O nosso desafio é o seguinte: é fundamental a interação da política de saneamento com as políticas urbana, ambiental e de saúde. Talvez esse seja ainda um sonho, mas entendemos que, de fato, precisamos estar em sincronia para fazermos saneamento com igualdade.

Ao pensarmos em desafio, consideramos essa imagem muito interessante, uma vez que buscamos algumas mudanças. Sair do nosso mundinho, muitas vezes apertado e contingenciado, não é fácil. Mas, se ele pode, por que também não poderemos?

O modelo de gestão de melhor identidade é o municipal. Ele não se opõe à convivência com as concessionárias, muito pelo contrário, entendemos que esse é o caminho que precisamos trilhar, desde que todas as concessionárias respeitem a titularidade municipal - que deve permanecer, já que é uma garantia constitucional -, modernizem-se e democratizem radicalmente sua forma de atuação, com responsabilidade

social.

Uma situação preocupante é o índice de perda, pois não adianta desenvolvermos metodologias sem nos preocuparmos com o volume de água captado e tratado e não distribuído. O nosso índice de perda, em média, é 40,5%, o que nos preocupa bastante. Esse dado nos leva a repensar em nossas atuações como dirigentes de autarquias municipais ou de companhias estaduais. Precisamos, de fato, fazer uso racional do volume de água captado.

Aqui temos a imagem de um transbordo.

Existem alguns entraves a serem resolvidos para a liberação de recursos e financiamentos. A maioria dos Municípios podem ter capacidade de financiamento e endividamento, mas suas autarquias não podem tomar esses recursos por si. Apesar de a autarquia municipal às vezes ser independente, ela precisa do Município para buscar seus recursos financeiros.

Os volumes de recursos acessíveis aos Municípios são bastante reduzidos, pois, em muitos casos, eles estão com margens baixas de endividamento para contrair financiamento. Entretanto, as autarquias têm condições de contrair esse endividamento. Porém, mesmo que possam contrair financiamento, elas estão impedidas, porque têm sua contabilidade atrelada à dos Municípios.

A contabilidade brasileira considera o investimento em saneamento como gasto público, portanto, o uso do FGTS e do BNDES para investimento faz aumentar as despesas correntes e, em consequência, o comprometimento do superávit primário. Não dá para trabalhar enquanto se considera como endividamento o valor de investimento no setor de saneamento.

As autarquias, como boa parte das empresas estaduais, em menor escala também têm dificuldades em contrair financiamentos e pagar as contrapartidas com o próprio financiamento ou receitas tarifárias.

Para universalizar, há países que trilharam os caminhos da privatização. Eles cobram tarifas mais altas, que proporcionam a recuperação quase total de seus recursos e serviços. Como exemplo, temos Alemanha, França, Reino Unido e Dinamarca, com tarifas acima de US\$3,00 por m³ de água tratada e distribuída.

O que não queremos é trilhar o mesmo caminho. Temos algumas legislações que impõem aos Municípios, ou ao Estado, determinada situação; por exemplo, ao Estado de Minas Gerais, o primeiro a constituir a sua legislação em relação às Parcerias Públicas Privadas, PPPs. Temos várias concessionárias e autarquias que, de fato, o fazem da melhor maneira. Ao ver da Assemae, as PPPs não deixam de ser uma maneira discreta ou disfarçada de privatização do setor.

Nesta, a água deixa de ser um bem comum, um bem essencial à vida, passando a ser "commodity" ou meramente mercadoria.

Quanto às PPPs, relativamente aos tributos, uma obra pública realizada é diferente de uma obra em que se tem a PPP. Tem-se a diferença de 43,63% de tributos em relação a 1% de uma obra com aplicação exclusiva de investimentos públicos, ou seja, esse valor é somente de tributos.

Aqui, bons tempos em que a gente vivia a pão e água.

Aqui, saneamento e renda. Coloca-se, por exemplo, o valor de US\$4,00 nos Estados Unidos, mas isso significa 0,6% na renda de um norte-americano.

As necessidades. É preciso assegurar o investimento público para fornecer esses serviços e dinheiro externos a juros subsidiados.

Essa é uma imagem de um carro-forte descarregando água.

A Assemae se posiciona contrariamente. A venda do setor de saneamento em razão do acordo com o FMI, que é o memorando de política econômica.

A transformação de setor público e de saneamento em água e em "commodity".

A minimização do papel Estado, sobretudo de serviços essenciais e estratégicos.

E a participação do setor privado em gestão, administração, operação e/ou regulação.

Para encerrar, passarei uma mensagem: ""O Criador". Nós tivemos alguém ou alguma coisa no mundo, alguma vez, criando uma atmosfera propícia ao surgimento de várias espécies. Todos os ambientes, aquático, terrestre, onde os animais vivem em equilíbrio. A partir daí, o ambiente propício também aos mamíferos. Da mesma maneira que criou a luz solar, Ele criou a noite. E o Criador, na intensidade de criar, criou a última criação, produziu-nos, os hominídeos. E a nós, concedeu-nos uma grande dádiva, continuar a nossa grande criação ou a nossa história.

O que temos feito é produzir as nossas grandes metrópoles, as nossas imaginações partindo do pressuposto de que podemos criar situações mais desejáveis ou menos desejáveis e eliminar grandes "habitats", pois precisamos de material para manufaturar. E olhamos para a nossa criação e pensamos que conseguimos produzir isso tudo. Nós, homens, não somos fáceis.

Cabe-nos, agora, estar com essa cara de desconsolados, sem saber para onde seguir. E, como sempre, a nossa mania é transferir responsabilidades. Criamos tudo isso, vamos devolver ao Criador, talvez Ele dê conta de desfazer os inconvenientes. Mas o Criador nos impõe limpá-los, neste momento, tudo que produzimos de maneira inadequada. E aqui estamos nós limpando, para podermos harmonizar os nossos ambientes e, assim, adquirir a consciência de que cumprimos o nosso papel e deixamos um legado a nossos filhos e netos. Portanto poderíamos descansar em paz".

Esta é a mensagem que gostaria de deixar a todos e espero que consigamos unir água, saneamento, saúde à inter-relação necessária ao nosso presente e futuro. Muito obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Dra. Dóris. Agradeço também às Dras. Maria Cristina e Cristiana e ao Dr. Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho. Antes de repassarmos a condução dos trabalhos ao Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Casa, queríamos informar alguns dados relativos ao saneamento em Minas Gerais.

Em janeiro de 2003, no início de nossa gestão, apenas 17% da população mineira era atendida pelo serviço de disposição adequada de resíduos sólidos urbanos, ou seja, pouco mais de 2 milhões de habitantes, número muito baixo para Minas Gerais. Em janeiro deste ano, o percentual dobrou: 37% da população urbana do Estado de Minas Gerais obteve esse serviço. Esse é um exemplo da importância dada por esta gestão ao saneamento básico. Até então, nenhum esforço foi feito como o objetivo de se alcançar resultado tão positivo em curto prazo.

Por outro lado, há estatísticas ruins. Atualmente apenas 9% da população urbana tem tratamento de esgoto, ou seja, 24 Municípios, o que é muito pouco. Mesmo com os esforços, esse índice deve passar de 9% para 12% ou 13% da população mineira; logo devemos admitir que ainda estamos muito aquém do ideal.

Há uma notícia muito boa que darei em primeira mão. Entre hoje e amanhã, o Sr. Secretário José Carlos Carvalho assinará duas deliberações normativas. Uma trata do esgotamento sanitário em Minas Gerais, a chamada "DN do Esgoto". À semelhança da deliberação do lixo, vamos efetivamente focar a nossa ação no tratamento do esgoto, de acordo com a metodologia utilizada para os resíduos sólidos, isto é, primeiro atacar as cidades com maior população, o que significa prazos diferenciados.

Concomitantemente, também haverá a DN que trata de drenagens e canalizações. Trata-se da famosa questão de tratamento de fundo de vale. Teremos, portanto, dois importantes instrumentos de gestão ambiental, incluindo prazos. Obviamente, à semelhança do que fizemos com o resíduo sólido urbano, daremos assistência a todos os Municípios.

O papel da Feam mudou, hoje é mais proativo e de orientação. Todos os Municípios de Minas Gerais foram visitados pela Feam. Orientamos o Prefeito, o Secretário de Meio Ambiente, ou o responsável pelo setor no Município, e somente assim pudemos obter esse resultado tão expressivo em longo prazo. Trago essas informações porque creio que podem ajudar em nosso debate. Essa é uma questão fundamental, pois um governo sério deve estar permanentemente preocupado e agindo para resolver as questões básicas da população do Estado - no caso específico do nosso tema de hoje, o saneamento.

Retorno a condução dos trabalhos ao Deputado Fábio Avelar e agradeço a oportunidade de participar do debate de um tema tão importante para todos nós. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Com o objetivo de agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - O Sr. Nísio de Souza Armani, do Crea-MG, pergunta à Sra. Maria Cristina: "Existe tecnologia que reaproveita 100% dos pneus descartáveis sucateados em nossos dias, bem como outras tecnologias despoluidoras e sanitárias. Para onde esses devem ser enviados? Seria para a ANA?"

A Sra. Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito - Não sei. Há uma orientação do Conama para que as indústrias de pneus os reutilizem, mas não está sendo cumprida. Estava em discussão no Conama a alteração dessa resolução, porque as empresas de pneus estavam pedindo maior prazo. Existe uma associação dessas indústrias de pneus que têm obrigatoriedade de recolher uma parcela do que produzem. Essa seria uma das organizações que deveria procurar, já que devem recolher parcela dos pneus que produzem.

O Sr. Presidente - Solicitamos também a nossa assessoria que faça essa pesquisa e encaminhe uma sugestão ao Sr. Nísio. Pergunta do Sr. Géron, da Universidade Federal de Ouro Preto, à Sra. Maria Cristina: "Alguns autores estudiosos do saneamento básico incluem as condições de adaptação - moradia - como importante meio de avaliação. Como a senhora vê essa abordagem?"

A Sra. Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito - As condições de habitação estão relacionadas com o saneamento.

Há doenças ligadas diretamente às condições de habitação, a do "barbeiro" é uma delas. Há outras doenças que também são transmitidas por via aérea. Então, as condições de boa iluminação e ventilação são importantes. Também é verdade que as condições de habitação estão ligadas ao saneamento. Normalmente as condições não são tratadas à parte, mas estão ligadas à questão da saúde e do saneamento. A colega da Secretaria de Saúde certamente dará outras contribuições.

A Sra. Cristiana Ferreira Jardim de Miranda - Quero lembrar que a questão do saneamento do setor público vai até a entrada da casa. Então, a condição de manutenção da qualidade da água está relacionada com o morador. Por exemplo, se numa casa não há cuidados básicos como limpeza de caixa d'água e de caixa de gordura, apesar de as condições sanitárias estarem boas da rua para fora, da rua para dentro se tornar um fator de risco à saúde da população daquela moradia.

O Sr. Presidente - Foi encaminhada à Mesa mais uma pergunta, a última, pois as inscrições já estão encerradas. A pergunta é da Iara, estudante do Departamento de Engenharia Sanitária da UFMG e voluntária da Anda, dirigida à Sra. Cristiana Miranda: "Como o saneamento pode ser um fator de risco e como evitar que isso aconteça?"

A Sra. Cristiana Ferreira Jardim de Miranda - O que é um fator de risco? Fator de risco para a saúde de uma população é tudo aquilo que aumenta a possibilidade de ela vir a adoecer de algum agravo.

No saneamento básico, há doenças de veiculação hídrica, as verminoses. Hoje não estamos colocando em Minas a hepatite A, que deixa de ser uma doença de veiculação hídrica para ser uma doença de saneamento de áreas confinadas, muito voltada às escolas.

A condição de saneamento passa a ser um fator de risco a partir do momento em que aumenta a possibilidade de se ter contato com agentes que podem ser nocivos à sua saúde. E quando ela será um fator de proteção? No momento em que se tem condições adequadas para evitar

que esses agentes interfiram na saúde. Lembro que água é elemento essencial à vida, ninguém vive sem ela, portanto é um fator de proteção.

O Sr. Presidente - Lembramos aos presentes que, paralelamente às atividades que se desenvolvem no Plenário, está havendo, no Teatro da Assembléia, um curso de aperfeiçoamento destinado exclusivamente aos membros efetivos e suplentes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A Assembléia Legislativa, a Semad, o Igam, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Crea-MG manifestam seus agradecimentos às autoridades que participaram deste debate.

Neste momento, passo a Presidência ao Deputado João Leite, membro da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa, e a coordenadoria dos trabalhos ao Sr. Rodopiano Marques Evangelista, Coordenador Adjunto do Fórum Mineiro de Bacias Hidrográficas.

Passaremos ao terceiro tema desta tarde, "Agência de Bacia: Regulamentação e Implantação".

Terceiro Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o 3º Painel os Exmos. Srs. Wilde Cardoso Gontijo Júnior, Assessor da ANA; Valter Vilela Cunha, Coordenador do Grupo Técnico para Regulamentação das Agências de Bacias Hidrográficas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Francisco José Lobato da Costa, Diretor das Comissões Técnicas da Associação Brasileira de Recursos Hídricos; Mauro da Costa Val, Coordenador-Geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Igam; e Rodopiano Marques Evangelista, Coordenador Adjunto do Fórum Mineiro de Bacias Hidrográficas e Coordenador dos Trabalhos.

Para falar sobre o tema "Agência de Bacia: Regulamentação e Implantação", com a palavra, o Sr. Wilde Cardoso Gontijo Júnior, assessor da ANA, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Sr. Wilde Cardoso Gontijo Júnior

Boa-tarde. Gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar algumas experiências que a ANA tem desenvolvido. O tema "Agência de Águas" é novo, e tenho a certeza que contribuirá muito para o debate que está havendo, em Minas, relativamente à implantação das agências de bacias.

Inicialmente, gostaria de fazer um pequeno histórico da atuação da Agência Nacional das Águas. A Lei das Águas é de 1997, e a ANA foi criada somente em 2000, mais precisamente, em 19/12/2000, quando tomou posse a sua primeira Diretoria. O desenvolvimento de suas atividades deu-se a partir de janeiro de 2001. Após o primeiro ano de implantação, a ANA teve como demanda a implantação de vários comitês de bacia no Brasil. Verificam-se no mapa as áreas coloridas, que se referem ao trabalho inicial da ANA: em verde, o comitê do Rio São Francisco; em vermelho, o do Rio Doce; em vermelho mais escuro, o do Rio Piracicaba, na região paulista; em amarelo, o do Paraíba do Sul; em roxo, o do Paranaíba; dentro do São Francisco, o comitê do Rio Verde Grande; e, dentro do Paraíba do Sul, o comitê dos Rios Pomba e Muriaé. Quis falar sobre isso por duas razões: primeiro, pode-se verificar que todas essas bacias, sem nenhuma exceção, passam por Minas Gerais, têm território em Minas Gerais, ou seja, a gestão das águas no Brasil passa por uma forte integração da União com o nosso Estado. Se não houver essa integração, provavelmente teremos uma ótima lei, mas não conseguiremos implementá-la.

Muito importante também é a atuação dos agentes públicos em uma bacia hidrográfica. Debate-se muito sobre os comitês de bacia, imaginando que esses comitês podem e fazem tudo, exercendo até funções de Estado, apesar de serem organismos do Estado. Destaquei ali as atribuições legais, ou seja, o que cabe a um comitê: ser o fórum de debates das idéias e das deliberações do que deve ser feito em uma bacia hidrográfica. Obrigatoriamente, o comitê precisa de uma agência de bacia, já que não possui personalidade jurídica. A agência caracteriza-se por ser o ente técnico e deve estar vinculada explicitamente a um ou mais comitês.

O comitê e a agência não são suficientes para que se tenha uma gestão completa dos recursos hídricos. Há ações que apenas o Estado pode exercer, como as de outorga, fiscalização e, conforme a legislação atual, cobrança, ou seja, em uma bacia, estamos condenados a conviver com comitê, agência e organismo outorgante. É fundamental o entendimento disso, para que não haja sobreposição de função entre esses agentes e para que o sistema funcione.

A Lei nº 9.433 estabeleceu várias atribuições técnicas para a agência de bacia. Já que vocês estão cansados, não vou me estender, mas acho fundamental dizer que agência é uma entidade técnica vinculada aos comitês e deve conhecer o que precisa ser feito em uma bacia hidrográfica, para saber cuidar das suas águas. É fundamental que tenha o conhecimento técnico disso. Dessa forma, poderá propor ao comitê as ações que deverão ser executadas. Mais uma vez, cabe à agência entender que deve fazer o diagnóstico, o prognóstico, propor ações e instrumentos de gestão, mas que cabe ao comitê a decisão final.

O art. 44 da Lei nº 9.433 é muito claro. Vale a pena perdermos algum tempo com a experiência da ANA na implementação de duas agências.

Todavia, é importante destacar também outros três artigos. O art. 41 fala da Secretaria Executiva do Comitê, que é uma atribuição da agência de bacia para dar sustentação à agenda do comitê. Todos os comitês de rios de domínio da União têm alguma estrutura de apoio. O Paraíba do Sul foi o primeiro. O Ceivap, que é seu comitê, instalou-se em 1996. Em 1998, havia uma estrutura de apoio, a que chamávamos de escritório técnico, que dava sustentação à Secretaria Executiva do Comitê. Essa estrutura, durante bom tempo, foi bancada pela União, até que a agência de bacia foi instalada.

Hoje, o Comitê do Rio Doce é apoiado pela ANA, em parceria com os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, por meio de uma sede regional situada em Governador Valadares. Essa estrutura oferece sustentação à Secretaria Executiva do Comitê do Rio Doce. Isso já se repetiu no Comitê do Verde Grande e agora será implementado no Comitê do São Francisco, que é um comitê-país, pois possui 630.000km² e 15 milhões de habitantes. Ademais, envolve a polêmica da transposição, que faz parte do dia-a-dia nacional. Esse comitê ainda não dispõe de uma estrutura que lhe dê condições de operacionalizar suas decisões.

Então, o que se fez? A ANA criou uma unidade administrativa regional com sede em Salvador e com 11 subsedes na bacia, inclusive em Belo Horizonte, onde o Comitê do São Francisco terá apoio.

Como se pode ver, essa estrutura depende da boa-vontade política do governante de plantão. É necessário que ela seja perene, tenha continuidade. Por isso é fundamental a implantação de uma entidade que tenha viabilidade financeira assegurada. O art. 43 deixa claro que não há independência administrativa, financeira e conseqüentemente política, se não houver independência para gerir os recursos. É importante

abordarmos esse assunto, porque não dá para se estabelecerem agências de bacia vinculadas a uma ou a outra entidade. É fundamental que se estude o modelo que iremos apresentar, de modo que os recursos sejam garantidos, independentemente do administrador de plantão dos organismos federal e estadual.

O primeiro problema enfrentado pela Agência Nacional e pelos comitês que decidiram pagar suas dívidas refere-se à interpretação da Lei nº 9.433, no que tange à personalidade jurídica dessa entidade. Temos dois caminhos: poderia ser um órgão público ou um organismo não governamental. Depois de muitos debates, se consideradas as duas experiências que apresentaremos, optou-se pelas associações civis, que são formadas no âmbito da sociedade, reguladas pelo novo Código Civil e têm estrutura definida pelos próprios associados.

Não entrarei na discussão das outras modalidades de personalidades jurídicas que poderiam contemplar o que prevê a Lei nº 9.433. Deixarei esse aspecto para ser discutido com os colegas da Mesa. O importante é que hoje temos uma legislação que permite à sociedade civil organizada montar uma entidade e candidatar-se, junto aos comitês, à agência de bacia.

Ainda quanto a agências de bacia, três experiências foram feitas no Brasil. A primeira experiência foi a do Alto Iguaçu e Alto Ribeira. Infelizmente, essa experiência hoje não se encontra em desenvolvimento.

A ANA, no entanto, teve uma inserção maior na experiência do Vale do Paraíba e do Piracicaba, Capivari e Jundiá, na região de Campinas, em São Paulo. Nessas experiências, houve crescente aprimoramento. Acreditamos que as experiências que virão poderão corrigir várias questões que foram colocadas e não puderam ser implementadas.

Com relação à experiência do Paraíba do Sul, como já disse, ele foi criado em 1996. Somente em 2002, o comitê criou a sua agência de águas. Na época, ainda não havia uma definição clara de qual seria a personalidade jurídica dessa agência. De 2002 até fevereiro de 2004, o comitê ficou debatendo e não definiu a sua personalidade jurídica para exercer as suas funções.

No entanto, esse momento talvez tenha sido o mais rico com relação à implementação da legislação brasileira sobre os recursos hídricos. Essa lei foi considerada por todos como extremamente avançada, mas seu detalhamento não permitia a criação da agência.

O Comitê do Paraíba do Sul, a ANA, a Secretaria de Recursos Hídricos e vários parceiros foram os responsáveis diretos pela edição da Medida Provisória nº 165, que foi sancionada em 11 de junho, na forma da Lei nº 10.881. Essa lei é que permite que hoje possamos apresentar essas duas experiências. Estende a todas as associações, a todas as entidades sem fins lucrativos que se enquadram no art. 47 da Lei nº 9.433 a possibilidade de virem a ser agências de bacia.

Hoje, além dos consórcios e associações intermunicipais, associações regionais, locais e setoriais, organizações técnicas não governamentais e outras reconhecidas pelo Conselho Nacional podem exercer as funções de agências de bacia, o que foi fundamental, uma vez que, pela Lei nº 9.433, isso só se aplicava a consórcio e associações intermunicipais.

Outra novidade que ajudou muito a implementação da agência foi o art. 4º, que obrigou a ANA a transferir todos os recursos arrecadados na bacia para aplicação na região. Essa era uma grande aspiração de toda a comunidade de recursos hídricos, que via um impedimento no art. 22 da Lei nº 9.433, que estabelecia prioridade de aplicação, mas não obrigatoriedade.

Uma terceira novidade é o art. 9º, que passou para a ANA a possibilidade de editar normas que facilitassem às entidades alegatárias, como foram chamadas as agências de bacia, o exercício de suas funções.

Assim foi criada a Agevap, entidade que tem uma assembléia geral, que foi colocada como o espelho do comitê, tem um conselho deliberativo e uma diretoria, e atende ao que se delibera no âmbito do comitê. Para fins de gerenciamento da gestão, foi proposto um contrato de gestão, cujas obrigações estão aí no quadro. À Agevap cabe alcançar resultados e à ANA definir normas flexíveis e o retorno dos recursos para a bacia.

Dessa forma, em 20/2/2005, pudemos iniciar uma discussão no âmbito do Ceivap, que culminou, no dia 1º/9/2005, com a federação do contrato de gestão. Os colegas de Mesa discutirão a questão.

A Agevap, que está funcionando há um ano e meio, recebe todos os recursos e é contratada pela ANA por meio desse contrato de gestão. Essa experiência foi fundamental, para que pudéssemos realizar uma segunda experiência na tentativa de avançar. Qual foi a segunda experiência? Foi na Bacia de Piracicaba, Capivari e Jundiá, que tem um pedaço na região do Sul de Minas e na região de Campinas. Saímos de lá com algumas premissas, ou seja, que se instalaria uma agência única de bacia em Piracicaba, Capivari e Jundiá, para que gerisse os recursos oriundos da União e que os recursos arrecadados nos rios de domínio de São Paulo e de Minas Gerais também viessem para essa entidade. Com essa premissa, houve uma discussão fundamental.

Instalada essa entidade, o que ela faria? Qual seria a sua missão? Depois de definida a missão e o que se queria dela no futuro, definiu-se claramente o que ela faria. Iniciamos um processo, construindo a base de uma negociação de gestão. Esse foi o modelo proposto, e é hoje praticado. Atualmente temos uma agência de bacia, PCJ, que é simples. Possui uma diretoria e um conselho fiscal, e a sua ligação com o comitê de bacia se faz por meio de uma câmara técnica, no âmbito do comitê de bacia. É uma câmara técnica especial, formada exclusivamente por membros do comitê. No entanto, não é o comitê todo. É como se fosse um conselho deliberativo, formado apenas por membros do comitê, em tamanho reduzido.

Abordarei a questão da transferência dos recursos da União para a bacia. A ANA começou a praticar a arrecadação desde 2003, e esse modelo está funcionando. Apesar de não termos a lei orçamentária votada no âmbito da União, todos os recursos que são arrecadados podem ser passados imediatamente para a bacia, independentemente da lei orçamentária ter sido votada, pois uma lei anterior, a LDO, garante que receitas próprias da União, no caso, da ANA, sejam repassadas. Portanto resolvemos o problema financeiro, ou seja, o problema orçamentário no âmbito da União, o que é muito importante para que a agência possa cumprir as metas de gestão.

Uma discussão que demandou um tempo enorme na bacia foi a respeito de qual seria o tamanho. Uma fase fundamental foi quando se quis definir o tamanho dessa agência e como essa agência seria sustentada. Para uma entidade delegatária exercer com capacidade técnica suas atividades, custaria em torno de R\$800.000,00 por ano. Isso demandaria uma receita de R\$10.000.000,00, oriundos da cobrança pelo uso da água. Em Piracicaba, foi escolhido o consórcio intermunicipal, PCJ.

O Estado da arte. Hoje temos que a personalidade jurídica definida e de uso freqüente que podemos utilizar a qualquer momento é a associação civil.

Os recursos financeiros têm a garantia de ser transferidos para a bacia que originou a sua cobrança.

A ANA normatizou compras e serviços que são modelados pelas normas que as organizações sociais praticam.

A contratação de pessoal, com a nova norma da ANA, é uma prerrogativa da entidade delegatária, desde que obedeça aos princípios constitucionais de legalidade, de transparência, de impessoalidade e de eficiência. Em outras palavras, as normas permitem a contratação, mas tentam evitar o "cabide de emprego".

Por último, cabe à entidade definir os salários dos seus Diretores. Não há nenhuma limitação por parte da União.

Falei só das facilidades. Falarei dos desafios.

Como uma entidade poderá ser a entidade de todos os comitês de determinada bacia? Se um determinado comitê não tiver arrecadação suficiente para instalar uma agência, como construiremos uma entidade que exercerá isso, sabendo dos desafios políticos dessa questão? Qual seria a estrutura interna das entidades delegatárias e como construiríamos uma relação agência-comitê para evitar os desgastes e sobreposição de funções? No contrato de gestão, como definiríamos metas que visualizassem a execução de ações de um plano de bacia? Como faríamos a integração das ações entre os Estados e a União, para que possamos realmente construir uma gestão integrada, harmoniosa e que, independentemente do domínio dos rios, possa garantir à população de determinada região a água na quantidade e na qualidade das demandas dos seus usos? Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Coordenador do Trabalho, Sr. Rodopiano Marcos Evangelista, Coordenador Adjunto do Fórum Mineiro de Bacias Hidrográficas.

O Sr. Coordenador - Agradeço a palavra ao Deputado João Leite e a presença de todos os palestrantes. Dando seguimento, passo a palavra ao Sr. Valter Vilela Cunha, Coordenador do Grupo Técnico para a Regulamentação das Agências de Bacias do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

Palavras do Sr. Valter Vilela Cunha

Boa-noite. Vamos tentar mostrar rapidamente onde se insere uma agência de bacia dentro do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Vamos tentar mostrar que a agência de bacia não é o órgão principal, mas um órgão secundário. Muitos acham que o principal dentro do Sistema é uma agência de bacia, mas não é.

Qual é a base legal que temos em Minas Gerais? Foi mostrado pela ANA como é o sistema federal, baseado na Lei nº 9.433 de 1997. Temos a Lei nº 13.199, que estabelece o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Como é esse sistema? Temos uma Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Abaixo, temos o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Esse conselho é paritário, formado por 40 pessoas, sociedade, usuários, poder público municipal e poder público estadual. Esse conselho define as diretrizes e políticas de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. Depois há o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, órgão fundamental, gestor do sistema em Minas Gerais. Depois temos os comitês de bacia. O comitê de bacia nada mais é do que o parlamento das águas. Ele determina, normatiza, enfim, define tudo.

Depois há as agências de bacia, que nada mais são do que uma secretaria executiva de um comitê de bacia. Portanto o importante é consolidá-los. As agências de bacia são uma consequência do comitê.

O comitê de bacia é um órgão deliberativo e normativo. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, por meio de uma proposta do Igam, em 4/10/2002, aprovou a Deliberação Normativa nº 6, que estabelece 36 unidades de planejamento, de gestão e de recursos hídricos em Minas Gerais. Na prática, essa deliberação era 34 por unidade. Depois, por meio de mais duas deliberações, criamos mais duas unidades de planejamento e gestão. Então, Minas Gerais somente pode ter 36 comitês de bacia. Isso foi um avanço espetacular no Estado. Quer dizer, essas unidades de planejamento e gestão foram definidas considerando as principais bacias, a sua vocação política, econômica e social.

Atualmente, no Estado, já há 26 comitês de bacia instituídos. Certamente aprovaremos mais um, que é o Pomba Muriaé, que está na pauta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Amanhã, nesta Casa, às 14 horas, discutiremos a aprovação de mais esse. Portanto passaremos para 27 comitês.

Mostramos que agência de bacia é apenas a consequência. O importante é o comitê. Pela nossa lei, podemos ter uma agência de bacia instituída pelo Estado mediante autorização legislativa. Ela terá personalidade jurídica própria e autonomia financeira e administrativa. Isso é uma agência de bacia, criada por meio de um ato legislativo.

Acreditamos que, em Minas Gerais, não teremos essa agência, porque o processo é mais demorado mas sim entidades equiparadas às agências de bacia. A nossa lei estadual, nos arts. 38, 46 e 47, define como equiparamos uma entidade a uma agência de bacia, para que aquela realize o papel desta. Elas atuarão como unidades executivas descentralizadas por ato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, é muito mais fácil ser aprovado nesse Conselho do que criar-se uma agência de bacia, por meio de lei. Então, a agência é criada mediante a solicitação de um comitê de bacia ou de comitês de bacia. Por exemplo, um comitê de bacia diz: "Desejo fazer a equiparação de uma associação qualquer em agência de bacia". Então, manda para o Igam, a fim de que faça a análise legal; e este o envia ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para aprovação. Essa entidade fornecerá o suporte administrativo, técnico e financeiro.

Em Minas Gerais, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas e regionais, locais e multissetoriais de usuários de recursos hídricos podem ser equiparados às agências de bacia. Elas terão sempre a natureza jurídica de organização civil para recursos hídricos. O importante é que somente tornar-se-á agência se se celebrar um contrato de gestão com o Estado, por meio do Igam. Se não o celebrar, continuará sendo uma associação de usuário sem as prerrogativas de uma agência de bacia. Portanto, não poderá cobrar nem fazer nada.

O que é o contrato de gestão que precisa ser assinado? É um acordo de vontade bilateral de direito civil, celebrado com a finalidade de assegurar às entidades equiparadas autonomia técnica, administrativa e financeira. Quando o Conselho aprovar essa equiparação, essa entidade negociará com o Igam um contrato de gestão. Só depois de assiná-lo poderá se tornar uma agência de bacia. Há requisitos para que um comitê solicite equiparação a qualquer entidade. Primeiramente, é preciso haver uma assistência legal de comitê. O que é isso? É preciso que haja um ato do Governador nomeando o comitê de bacia, que é um órgão de Estado. A bacia precisa ter viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos. Se não houver essa viabilidade, não será possível estabelecer uma agência naquele comitê. Sabemos que grande parte de Minas Gerais, regiões Norte e Nordeste, não terá uma agência de bacia. É preciso unir diversos comitês para formar uma agência, caso não exista viabilidade econômica e financeira. Além da autorização do conselho estadual, é preciso também que haja autorização legislativa, quando instituída pelo Estado, o que não acontecerá tão cedo. O que é viabilidade financeira? Falamos muito nesse assunto porque ele é fundamental. Os valores arrecadados com a cobrança serão aplicados exclusivamente na bacia em que foram gerados.

Isso é o que determina a lei mineira. O máximo que se pode tirar do custeio dessa agência de bacia é 7,5% do valor arrecadado. Portanto, 7,5% têm de ser suficientes para manter todo o custeio. Caso contrário, a agência não poderá ser criada. Aí, será preciso outro comitê para somar e permitir a criação.

Compete ao Igam arrecadar os recursos da cobrança. Como dito anteriormente, quem tem o poder de cobrar é o Estado. Todos os usuários pagam ao Igam, que, por meio um contrato de gestão, repassará os recursos à futura agência de bacia ou entidade a ela equiparada.

Mostrarei como essa questão é complexa. Peço desculpas a Aparecida, aqui presente, e ao Dr. Neiva, do Comitê do Rio Paraíba do Sul, porque estou utilizando seus dados para mostrar que esse foi o primeiro comitê e a primeira agência criados. A cobrança começou em março de 2003. Essa agência tem um dos maiores PIBs do País. O Rio Paraíba do Sul nasce em São Paulo, passa por Minas Gerais, na região de Juiz de Fora, e vai para o Rio de Janeiro. Achávamos que essa agência seria uma maravilha. Segundo dados da ANA, são arrecadados cerca de R\$537.000,00 por mês, numa média anual de R\$6.400.000,00 - esperávamos arrecadar R\$24.000.000,00. Desse valor, 7,5% totalizam R\$480.000,00 por ano. Assim, há R\$480.000,00 anuais para que a Agevap se mantenha, o que não ocorre. Ela se mantém com os subsídios da ANA, que, desde o começo, utiliza a Bacia do Paraíba do Sul como modelo, como piloto, e banca a sua agência. A arrecadação é insuficiente. Para que vocês tenham idéia de quem está pagando essa conta, a indústria arca com 35% de toda a arrecadação do Paraíba do Sul; o setor de saneamento, que são as companhias estaduais, as Prefeituras e os Saaes, 64%; a irrigação, 0,03%; e outros, 0,27%. Estamos mostrando esses números porque Minas é um Estado que tem muita pecuária e agricultura. Em várias regiões, somente essas atividades são praticadas. Nelas, a cobrança será irrisória. Não haverá condições para se criar uma agência de bacia nesses locais, porque não haverá sustentabilidade. O que estamos fazendo hoje no Conselho Estadual de Recursos Hídricos?

Temos o Decreto nº 41.578, que regulamentou a nossa Lei nº 13.199. O art. 19 diz o seguinte: "O Conselho Estadual regulamentará as agências de bacias e entidades a ela equiparadas, observado o seguinte:..." O item I não é importante. "II - O caráter técnico de atuação". O caráter político é todo do comitê. "III - A necessidade de constituir-se numa estrutura gerencialmente compatível e eficiente". Nosso Secretário José Carlos Carvalho, por meio da Deliberação nº 9, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de 3/1/2006, criou um grupo de trabalho para que, em 90 dias, seja regulamentado esse art. 19 do Decreto nº 41.578. O grupo de trabalho é composto de 12 entidades, inclusive o Igam. Já tivemos quatro reuniões e esperamos, na reunião do dia 28 de março, fechar essa minuta de deliberação normativa do Conselho Estadual, para que, na próxima reunião do Conselho, a ser realizada em maio ou junho, possamos aprovar essa deliberação. Após essa aprovação, teremos condições de aprovar a equiparação das propostas de criação de agências de bacias.

Dentro desse grupo de pessoas que conhecem o setor, estamos tentando definir quantas agências de bacias ou entidades a elas equiparadas poderão ser criadas em Minas Gerais. Temos 36 comitês de bacia. Com certeza não teremos 36 agências de bacias, por inviabilidade econômico-financeira. Estamos nessa fase. Esperamos que, dentro de dois ou três meses, o Estado regulamente isso e, daí para a frente, teremos uma definição de como poderão ser criadas essas bacias.

Rapidamente, dentro dos meus 15 minutos, penso que cumpri meu objetivo. Muito obrigado, estou à disposição para qualquer questionamento

O Sr. Coordenador (Rodopiano Marques Evangelista) - Agradeço as palavras do Sr. Valter Vilela Cunha e passo a palavra ao Sr. Francisco José Lobato da Costa, Diretor das Comissões Técnicas da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH -, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Sr. Francisco José Lobato da Costa

Gostaria de iniciar cumprimentando o ilustre Deputado João Leite, em nome de quem cumprimento os colegas da Mesa, fazendo um especial agradecimento ao Dr. Mauro da Costa Val, Coordenador do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias, que me deu a honra de participar deste evento.

É interessante notar que, depois de todos os detalhes a respeito das agências de bacias, provavelmente as observações que farei estarão muito bem referenciadas pelas exposições que me antecederam. O roteiro da nossa apresentação começará contextualizando as agências de bacia no âmbito do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, e gostaria de sublinhar a palavra "sistema". Vamos analisar de que maneira as agências de bacias ajudam a estruturar o sistema de gestão das águas, e depois as evidências em curso no Brasil a respeito de como esse tema tem evoluído, particularmente a Agevap, citada pelos dois colegas da Mesa, e o Consórcio PCJ. Não vou esquivar-me de mencionar também o histórico do que ocorreu no Estado do Paraná, minha terra de origem.

Depois vamos conversar um pouquinho sobre o que chamaria de um modelo de bom-senso, ou seja, agências de bacia seletivamente instaladas - o que também tem a ver com as observações do Dr. Vilela - e finalmente algumas recomendações para regulamentação de agências que sejam baseadas em associações de usuários ou consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas.

Vamos então, primeiro, contextualizar as agências de bacia no sistema de gestão de recursos hídricos. Essa gestão não é empreendida isoladamente nem pelos órgãos com poder de concessão de outorga de direito de uso da água - Igam, em Minas Gerais; Daee, em São Paulo; Suderhsa, no Paraná; e ANA, no âmbito da União - nem pelos comitês de bacia nem por agência nem pelos conselhos de recursos hídricos dos Estados nem pelo Conselho Nacional, mas sim por um sistema. E, quando falamos em sistema de gestão, precisamos ter a visão do conjunto, das instâncias que o compõem.

Isso significa que, ao regulamentar o funcionamento das agências de bacia e, complementarmente, dos conselhos, comitês e órgãos com poder de outorga, temos duas alternativas: a primeira é ocupar todos os espaços institucionais com todos, em todos os lugares, com iguais funções, o tempo todo, ou seja, tanto no conselho quanto nos comitês e agências de bacias, todas as instâncias representativas da sociedade civil ou do aparelho de Estado estarão disputando seus espaços.

Há uma segunda alternativa para a qual quero chamar a atenção dos senhores: estabelecer uma boa divisão de trabalho, segundo habilitações específicas do Estado, de organizações da sociedade civil e de usuários que interferem nos corpos hídricos.

Vamos, primeiro, verificar o que acontece se todos os espaços institucionais forem ocupados por todos os interessados. Quem são eles? Primeiramente os órgãos públicos detentores do poder de outorga, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, as Prefeituras Municipais. Em segundo lugar, vêm as representações da sociedade civil, desde as ONGs que militam na área do meio ambiente até organizações técnicas de ensino e pesquisa, universidades, etc. Também há os setores usuários de recursos hídricos, em geral os concessionários de serviços de saneamento, empresas de geração de energia hidrelétrica, irrigantes, indústrias e eventuais serviços municipais autônomos de saneamento básico.

E quais são todos os espaços? Primeiro temos os espaços dos conselhos de recursos hídricos e, segundo, os de comitês de bacias hidrográficas.

No âmbito das agências de bacias, estão os conselhos de administração das agências de bacia.

Se todas essas instâncias mencionadas estiverem em todos esses espaços, qual será o resultado? Teremos altíssimos custos de transação. Como muitas vezes tem ocorrido no País, o debate que não resolvemos no âmbito do conselho é transferido para o comitê de bacia hidrográfica e deste para o conselho de administração das agências e vice-versa. Portanto, para cada decisão de caráter executivo que deveríamos implementar no sistema de recursos hídricos, estaremos gastando municição, energia, com altíssimos custos de transação, pois todos estão em todos os lugares ao mesmo tempo.

Qual é a alternativa de uma boa divisão de trabalho? Primeiramente, reconhecer que as próprias esferas do poder público têm funções constitucionais e habilitações específicas, ou seja, as habilitações e as funções constitucionais da União são distintas das atribuições dos Municípios. A União define a coordenação geral, a gestão da política econômica e grandes questões nacionais, enquanto o Município tem a função de responder ao cidadão que a ele se dirige. Portanto, não podemos esperar a mesma resposta da União, dos Estados e dos Municípios.

O mesmo acontece com as entidades da sociedade civil. As ONGs ambientalistas são bastante bem equipadas para fazer vigilância social e denúncias de impropriedades no trato do meio ambiente, mas têm pouca capacidade executiva. Se solicitarmos delas respostas objetivas, provavelmente teremos limitações.

Por outro lado, geralmente os usuários de recursos hídricos são empreendedores, indústrias ou concessionárias de saneamento, que têm intervenções objetivas, portanto, têm também habilitações bastante específicas. Por isso, uma boa divisão do trabalho no sistema de gestão indicaria que o Estado, que define políticas e diretrizes gerais e regula o sistema de gestão de recursos hídricos, deveria ocupar preferencialmente um espaço institucional que tenha essas funções - sociedade civil, vigilância, transparência social e interesses de terceiros sendo bem representados. E os usuários deveriam ocupar cargos de natureza executiva, ou seja, o Estado deveria estar preferencialmente nos conselhos.

A sociedade civil tem um papel fundamental nos comitês, e os usuários deveriam ter uma presença maior nas agências de bacia. Aos conselhos cabem as diretrizes gerais; aos comitês, a vigilância social e o debate dos objetivos; e as agências de bacia deveriam ocupar cargos de natureza executiva.

Quais são as evidências em curso? A primeira, como apresentado, foi a Agevap, onde há níveis de inadimplência importantes e um excesso de controle. Como agência, é submetida a seis níveis de controle: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Interno do Ministério do Meio Ambiente, Procuradoria Jurídica da ANA, Comitê de Acompanhamento do Contrato de Gestão, o próprio Ceivap e Ministério Público. Há problemas de divisão de encargos entre o Ceivap, o Conselho de Administração da Agência e a própria Diretoria Executiva.

A segunda evidência é o consórcio PCJ. Ele tem um nascimento mais favorável porque, durante muitos anos, um consórcio público privado misto de Municípios e de empresas privadas teve uma arrecadação voluntária anual da ordem de R\$2.000.000,00, sem necessidade de uma lei que impusesse a cobrança. O consórcio já arrecadava esse valor sem a regulamentação da lei da cobrança pelo direito de uso da água. Por isso mesmo, ele, ao emitir o primeiro boleto de cobrança, atingiu o espantoso nível de adimplência de 97% dos boletos emitidos. Portanto tem credibilidade e proximidade com os usuários pagadores. Está estruturado, como visto na apresentação do Dr. Wilde, com grande grau de independência e uma boa estrutura executiva.

O Estado do Paraná, nos idos de 1995 a 2002, instituiu uma legislação muito parecida com a de Minas Gerais, baseando as suas agências de bacia em unidades executivas descentralizadas, preferencialmente associações de usuários e consórcios mistos intermunicipais. Instituiu, no âmbito do Alto Iguaçu, uma associação com nada menos do que 45 usuários de grande peso como Petrobras, Copel, nossa concessionária de energia, Sanepar, de saneamento, grupo Gerdau, Volkswagen, Renault, Boticário, algumas indústrias de papel e celulose, que garantiriam mais de 90% do valor a ser arrecadado. Há o espantoso custo notário de R\$0,08 por m², o que é oito vezes maior do que o preço estabelecido, por exemplo, pela legislação paulista de cobrança. Por que isso? Pela divisão de trabalho entre Conselho, que tinha o Estado como membro preferencial, comitês, em que a sociedade civil era o divisor de águas, e as agências de bacia, que eram pautadas exatamente pela proximidade com os usuários de recursos hídricos.

Lamentavelmente, o primeiro contrato de gestão celebrado no País com uma agência de bacia de direito privado foi rompido pelo atual governo, que simplesmente desmontou o sistema de recursos hídricos do Paraná, até hoje no limbo, sujeito a uma alternativa onde 100% das atividades são localizadas num estado autocrático e personalista. Isso é ruim para o Paraná e para a própria evolução do sistema de recursos hídricos no País.

O modelo de bom senso para a instalação de agências de bacia é considerar que devem ser seletivamente instaladas. Será que devemos ter comitês e agências em todas as bacias? Um estudo da ANA denominado Base Territorial para Gestão de Recursos Hídricos considera sistema de gestão - comitê, agência e conselho - conforme a complexidade do problema. Se a questão é muito simples e se não temos uma crise de gestão dos recursos hídricos, uma boa entidade estadual com poder de concessão de outorga é suficiente para responder a essa demanda. Se o problema vai ficando mais complexo, o órgão estadual deve ter crescente apoio do conselho, do comitê e, no limite, da agência de bacia hidrográfica, assim como a outorga do direito do uso da água passa a ter também, como instrumento complementar, a aplicação da cobrança. Isso significa que, sem conhecer os problemas de Minas Gerais, certamente podemos dizer que o País não precisa de 36 comitês de agências hidrográficas instaladas nem de comitês de bacia instalados, por exemplo, na Amazônia.

Para regulamentação de agências de bacias baseadas em associações de usuários, primeiro é preciso pensar numa boa divisão de encargos entre comitês, conselhos de administração e diretorias executivas das agências. Em seguida, é preciso observar com atenção o papel dos Municípios, que é fundamental e dúbio. Ao mesmo tempo que é poder público regulador, é usuário de recursos hídricos. Eles são titulares dos serviços de saneamento, dispõem resíduos sólidos, fazem uso de drenagem e legislam sobre o uso do solo. Portanto, têm dupla função no sistema de recursos hídricos.

Na composição dos conselhos de administração das agências, é preciso ponderar três fatores: número de usuários outorgados, vazão e cobrança pelo uso da água, ou seja, representatividade social; impacto sobre os recursos hídricos e peso financeiro da contribuição da cobrança.

Os arranjos institucionais são meios, não são fins em si mesmos, portanto devemos ter mais de um arranjo institucional de modo a corresponder às características do problema de recursos hídricos que queremos enfrentar. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Mauro da Costa Val, Coordenador-Geral do Fórum de Comitês das Bacias Hidrográficas, que tem 15 minutos para sua exposição.

Farei uma análise do contexto político-institucional. Quanto à legítima demanda da sociedade mineira em relação a recuperação dos recursos naturais e administração das águas, realizamos o seminário "Águas de Minas I", em 1993, e audiências públicas em que esta Casa Legislativa reuniu posicionamentos da sociedade para julgar ou dar opiniões a respeito do Orçamento do Executivo. As últimas audiências públicas, em 1995, 1996 e 1997, indicaram que 65% das indicações da sociedade mineira eram para que houvesse cuidado e recursos empenhados em recursos naturais e águas. Posteriormente o seminário "Águas de Minas II" foi o maior evento dessa tipologia realizado por esta Casa, e de maior respaldo social. Realizamos 17 reuniões regionais, com participação de cerca de 400 pessoas em cada uma; e, neste Plenário, compareceram, talvez, mais de mil pessoas, pois estava repleto de delegados das 17 regiões do Estado, cada um representando 50 pessoas.

Não há dúvida de que há uma legítima demanda da sociedade mineira quanto à aplicação de recursos e efetividade na gestão das águas do Estado. E, como representante da sociedade civil no Comitê de Bacia, pergunto qual é a eficiência das respostas das nossas instituições a essa demanda da sociedade. Por que isso está assim?

De maneira prática, abordarei alguns pontos. Faço parte do grupo de trabalho do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que está regulamentando as agências de bacias. Não há dúvida de que há necessidade de se trabalhar na racionalização, reduzindo o número de agências para que cada uma delas possa atender a mais de um comitê de bacia. Esse é um consenso entre todos os colegas que estão nos comitês de bacias.

É importante verificar outra coisa. Não sei bem quais foram os estudos que concluíram - e colocaram na Lei nº 9.433 - que, no máximo, 7,5% dos recursos da arrecadação com a cobrança devem ser utilizados para custeio da agência de bacia. Alguém deve ter feito uma conta. Nas interpretações, até subjetivas, conclui-se que 7,5% não são suficientes para custear as agências de bacias. Mas vejo uma interferência nossa na soberania dos comitês. Qual comitê de Minas Gerais já deliberou a respeito dos valores da cobrança do uso da água? Nenhum comitê discutiu isso. E como podemos concluir que 7,5% não são suficientes para custear as agências?

Outro tópico a ser questionado: o princípio da base legal é a descentralização. As agências de bacia terão atividades rotineiras. Há necessidade de capacitação, de instituições sólidas, sejam - como o Lobato propôs - da sociedade civil, sejam de usuários. Não devemos deixar de lado o fato de que a agência de bacia também está atuando no processo, respeitando o princípio da descentralização. Se reduzirmos a quatro ou três agências, iremos contra a descentralização.

O Valter se referiu a um tópico do art. 19: a agência precisa ser gerencialmente enxuta, ou algo parecido. Só podemos dizer que uma instituição ou um estabelecimento produtivo é gerencialmente correto, enxuto, eficaz ou eficiente, se definirmos o que ele fará.

Como todos sabemos, pelo que se avizinha na Agevap e no Consórcio PCJ, há algumas atividades prioritárias que as entidades delegatárias terão de realizar. Não há dúvida. Inicialmente, a entidade delegatária deve ser a secretaria do comitê, trabalhar com o sistema de informação, ter atividades de comunicação social, trabalhar na elaboração do plano diretor e cuidar muito bem da sua organização interna.

Não encontro dificuldade nem razão para protelar tanto o início dessas atividades - cadastrar usuários, montar um sólido sistema de informação, trabalhar com comunicação e com agregação e integração dos setores -, já que talvez o pacto social relativo à concordância com o sistema já esteja consolidado.

Pergunto-me - já estamos nisso há mais ou menos sete anos e o culpado é o Dr. Sebastião - por que não conseguimos colocar essas atividades em ação? Faço a análise do contexto político-institucional com base na nossa interpretação, para subsidiar o debate.

Não adianta taparmos o sol com a peneira. Há correlação desproporcional de forças políticas que influenciam o estabelecimento dessas diretrizes. Acabamos por perguntar o que é o Estado, o que é a sociedade e se os princípios constitucionais estão sendo respeitados. Se a sociedade mineira se apresenta legítima quanto a isso, se temos clareza das atividades a serem desenvolvidas, acredito que qualquer um que estiver nesse contexto, nesse segmento administrativo de recursos hídricos nos últimos anos, terá clareza de que essas atividades serão as primeiras a serem desenvolvidas. Há alguma coisa errada, talvez uma interpretação equivocada.

Há necessidade de lembrarmos de outro tópico. Tenho visto posicionamentos equivocados no Conselho: a necessidade de um plano diretor para iniciar a cobrança pelo uso da água. O decreto que regulamenta a lei mineira estabelece, claramente, que, enquanto não houver a elaboração dos planos diretores, pode-se iniciar a cobrança pelo princípio da tarificação progressiva. Isso é muito importante, pois, efetivamente, iniciamos um trabalho integrado com o órgão gestor ainda no início do governo Itamar Franco, na verdade, no final do outro governo. Já estamos no final do segundo, e ainda não conseguimos colocar em prática atividades como a de cadastramento de usuários. Não conseguimos montar um sistema de informação para o Estado nem vimos propaganda na televisão abordando a importância do uso racional da água nem esclarecendo o que significa comitê de bacia.

Estou abordando tudo isso porque, se quiséssemos, já estaríamos com algumas entidades equiparadas envolvendo essas ações.

Quanto ao que a nossa lei permite em se tratando de entidades delegatárias - as naturezas jurídicas das entidades delegatárias -, as entidades já equiparadas, as agências de bacia, a associação do Araguari e o consórcio do Rio São João estão localizados em regiões com perfeitas condições de desenvolver as atividades que poderiam estar estabelecidas no contrato de gestão.

Esta discussão nos remete a uma rediscussão do pacto com os segmentos envolvidos. Realmente queremos que o sistema se consolide ou não? O segmento de usuários, a sociedade civil e a administração pública querem que esse sistema dê certo? Há necessidade de reavaliar esse pacto, pois, certamente, as nossas regiões, o nosso potencial humano, científico, tecnológico, cultural e institucional nos permite fazer mais do que estamos fazendo; permite-nos dizer que poderíamos alcançar resultados mais práticos e dar, com muito mais eficiência, uma resposta à legítima demanda da sociedade.

Procurei novamente no dicionário o significado de eficiência e verifiquei que é a relação do rendimento com o esforço, bem diferente de eficácia. É você empenhar menos recursos e alcançar metas e objetivos. E estamos sendo muito pouco eficientes em relação ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Então, é necessário fazermos uma revisão, até mesmo uma análise política, para vermos se a administração pública está realmente atendendo aos anseios da sociedade, se estamos utilizando os princípios de competência, austeridade e impessoalidade constitucionais que o administrador público tem que respeitar.

Como desabafo, digo que temos enfrentado muitas dificuldades desnecessárias. Temos condições de fazer mais com os recursos que temos aqui e estamos dispostos a fazer, assim como vários setores. Julgo necessário reavaliar o pacto. A questão da agência diz respeito à cobrança, às funções e às competências legais dos órgãos.

Espero que tenhamos um rico debate. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Quero agradecer as palavras do Eng. Mauro da Costa Val, Coordenador-Geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas. Passo a palavra ao Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

Palavras do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho

Gostaria de cumprimentar o Deputado João Leite, Coordenador deste debate, auxiliado por nosso colega Rodopiano; os nossos visitantes Wilde, da Agência Nacional das Águas, e Francisco Lobato, do Paraná; os nossos coestaduanos Valter Vilela, da Copasa, e Mauro da Costa Val, Coordenador-Geral do Fórum Mineiro de Comitês; e todos os presentes, Presidentes de comitês de bacias hidrográficas, convidados, senhoras e senhores.

A França, há cerca de 20 anos, estabeleceu um modelo de gestão das águas no qual se embasou o modelo brasileiro. Recentemente, conversando com autoridades francesas sobre seu modelo de gestão, ouvi que a França, apesar de ser um país unitário, dificilmente, hoje, aprovaria o modelo de gestão das águas lá estabelecido. Além disso, pactuação é a palavra de ordem nas diversas bacias dos rios franceses.

Quando analisamos a questão brasileira, entramos em parafuso. Minas Gerais possui uma grande quantidade de bacias hidrográficas, e ficou estabelecido que teria 34 unidades de planejamento e gestão. No entanto, hoje são 36. Acredito que não será o suficiente, que teremos de criar mais quatro unidades para os mais de 10.000 cursos d'água mineiros, o que propiciará o mínimo de participação da sociedade civil, dos usuários da água, do poder público, sobretudo o municipal, distribuído pelos 853 Municípios mineiros.

Se a França observa hoje uma necessidade premente da pactuação do uso da água, se isso é palavra de ordem lá, para nós é palavra obrigatória. Minas Gerais, em se tratando de um Estado mediterrâneo - faz divisa com seis outros Estados, mais o Distrito Federal -, não pode esquecer que grande parte das águas que aqui nascem, antes de chegar ao Oceano Atlântico ou de atravessar a fronteira do Brasil para outro país, passará por outro Estado, constituindo-se água de domínio federal, quer dizer, há mais uma necessidade de pactuação com a ANA, responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos de domínio federal.

Dizem que a política está no sangue e nos nervos do mineiro. Então, mais do que nunca, há necessidade de que essa política de gerenciamento também esteja presente no sangue e nos nervos de todos os envolvidos na questão de gerenciamento dos recursos hídricos do Estado.

Falamos da necessidade de racionalização do número de agências, fato que motivou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos a promover a criação desse grupo técnico. Todavia, temos de analisar também a questão das águas de domínio federal. O que fazer, por exemplo, com os dois comitês estaduais que estamos criando, em relação à Agevap do Paraíba do Sul? Um deles, o do Pomba e Muriaé, será criado amanhã. O outro, o do Paraíba, já foi criado.

Sou muito prático nas questões de raciocínio. Se uma agência de bacias nada mais é - ou pouco mais é - que uma secretaria executiva de um comitê, a racionalidade leva-me a entender que a Agevap é a agência natural dos dois comitês que estão sendo criados. Pelo menos, há de se fazer esse tipo de tentativa. Há 4,5 Municípios que fazem parte da bacia do PCJ, embora tenham fundamental importância no abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, já que participam do abastecimento de cerca de 7 milhões de habitantes. Então, não há como se pensar na criação de uma agência de bacias para tais Municípios, quando temos uma entidade delegatória para o comitê do PCJ.

Para mim, isso é cristalino. Não há como se pensar de outra forma. Na discussão da agência no Estado de Minas Gerais, todos nós concordamos que não deve haver 36 agências, ou seja, uma agência para cada comitê. Quando pensamos na agência a ser criada, olhamos para o próprio umbigo, ou seja, pensamos sempre que deve ser criada a agência da nossa bacia. Cada um dos dez comitês da bacia do São Francisco entende que a sua bacia é que deve ser criada. Jamais imaginamos que a bacia do São Francisco deve ser dividida, que os comitês devem ser compartilhados em três, duas ou até em uma agência. Que problema há em se ter uma só agência, se ela é pouco mais que uma secretaria executiva de cada um dos 10 comitês?

Há algo mais a se considerar. O São Francisco atravessa seis outros Estados, que também terão comitês. A gestão dos recursos hídricos feita em cada uma dessas porções do São Francisco terá de ser integrada, pactuada, para que um comitê não interfira na qualidade ou na quantidade da água administrada pelo outro ou por sua agência de bacia. Portanto, vejam bem a necessidade dessa pactuação. É dessa forma que estamos discutindo os convênios de integração do Paraíba do Sul, que envolvem os três Estados, os órgãos gestores, os comitês, enfim, todos os atores da política de gestão de recursos hídricos.

Da mesma maneira, estamos discutindo o convênio de integração do PCJ. Para a reunião do Rio Doce, que será realizada na próxima semana, no Espírito Santo, levaremos a minuta de um convênio de integração.

Somente a integração e a pactuação farão com que racionalizemos essas estruturas e possamos ter a saúde econômico-financeira das nossas agências de bacia.

Pelas experiências que temos na Bacia do Paraíba do Sul e do PCJ, precisaríamos de uma arrecadação em torno de R\$10.000.000,00 para sustentar a saúde econômico-financeira de uma agência de bacias, com 7,5% apenas sendo gastos na estruturação dessa agência. Isso com uma estrutura mínima, uma diretoria, uma equipe técnica, sem considerar a contratação de projetos que deverão ser feitos para as interveniências a serem realizadas nas bacias desses grandes rios.

Se raciocinássemos em termos absurdos, com 36 agências no Estado de Minas Gerais, com a previsão de arrecadação de R\$10.000.000,00 para a sustentação de cada uma dessas agências, precisaríamos de arrecadar no Estado R\$360.000.000,00. Isso representaria 30 vezes a arrecadação do PCJ, junto com o PIB da Região Metropolitana de Campinas e parte da Região Metropolitana de São Paulo.

Isso representaria o dobro, ou seja, 20 vezes mais do que está sendo arrecadado hoje na Bacia do Paraíba do Sul, mais o PIB de três grandes Estados da União, boa parte do Estado de São Paulo, todo o Vale do Paraíba, com alto índice de industrialização, boa parte do Estado de Minas Gerais e boa parte do Rio de Janeiro, considerando-se, inclusive, a própria Capital. Vejam bem a necessidade de racionalização.

Ao encerrar as minhas palavras, gostaria de lembrar, mais uma vez, para a reflexão dos senhores, que a lei faculta a cada um dos 36 comitês a criação da sua agência. O órgão gestor do Estado está disposto a respeitar aquilo que cada um desses comitês de bacia definir, sem o que não é gestão descentralizada e participativa.

Mas deixo para a reflexão de todos os senhores essa nossa problemática séria. Ter uma agência própria de bacia não é aquilo que cada um de nós deve perseguir. Acho que os comitês devem trabalhar urgentemente os instrumentos de gestão para que, com sua agência própria ou não, possam dar uma resposta urgente à sociedade, porque esta também se cansará de ouvir sobre comitê de bacia, agência de bacia, órgão gestor, seminário, etc. e perguntará sobre a qualidade e a quantidade de nossas águas e sobre o que começamos a pagar pelos recursos hídricos.

A sociedade exige resposta. E resposta dentro de um tempo que não é ilimitado. Estamos trabalhando nisso há cerca de uma década e meia. Temos por obrigação dar resposta à sociedade pelos nossos atos. É o que deixo para a reflexão de vocês. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Coordenador

Agradeço ao Dr. Paulo Teodoro, Diretor-Geral do Igam. Peço licença ao Coordenador-Geral, porque me abstive de fazer uma introdução de cada palestrante, para fazer um esclarecimento rápido. Os palestrantes são importantes, mas mais importante ainda são os debatedores. Em respeito a eles, quero fazer uma introdução, porque estou sentindo na carne o que é a responsabilidade de gerir a primeira agência de água de Minas Gerais através do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mogi-Guaçu e Pardo.

Ele está localizado na porção Sudoeste de Minas Gerais, na divisa com o Estado de São Paulo. As maiores atividades degradadoras são a mineração, a irrigação, o uso irracional da água, a incidência de agrotóxico e o lançamento de esgoto "in natura", sem tratamento. Praticamente 350 mil habitantes abastecem uma pequena bacia de 6.000km².

Estou trabalhando com o meio ambiente e os recursos hídricos, pelos quais tenho grande carinho desde a década de 90. Como bem disse meu amigo Sebastião Virgílio, antigo Diretor do Departamento de Recursos Hídricos, o Dr. Paulo está fazendo um excelente trabalho no Igam. Concordo em gênero, número e espécie com todos os assuntos debatidos. Agora, precisamos concentrar nossos esforços. A sociedade civil, os usuários, os poderes públicos estadual e municipal devem tirar o assento da cadeira para trabalhar em prol da bacia.

Sou Presidente da Associação Nacional de Serviços Municipais de Água e Esgoto - Assemae -, e nossa responsabilidade é muito grande, principalmente porque, de acordo com a bacia, os usuários, as indústrias, a sociedade de forma geral pagarão esse valor insignificante junto com a Copasa.

Vocês não podem pensar que a agência de bacia salvará o planeta com o recurso hídrico local, porque não vai. São recursos arrecadados para fazer uma mesma bacia, talvez um sistema de cadastro, mas deve haver uma integração do sistema, conforme bem disse o Dr. Francisco. O Estado deve cumprir o seu papel, de acordo com as normas legais, e os usuários devem cumprir o seu papel executivo. Concordo plenamente com o Dr. Francisco. A sociedade civil deve cobrar, legislar e fiscalizar os assuntos por meio dos comitês de bacia. Quanto à integração, não vejo dificuldade alguma. Aliás, é muito simples.

Quanto a nossa colaboração, estamos partindo para a doação espontânea pela utilização de recursos hídricos. O que seria isso? Não podemos esperar que o Estado resolva todos os problemas, pois sei das dificuldades burocráticas do governo. Há a questão de se enquadrar, por meio da LRF, o contingenciamento e a falta de dotação orçamentária. Qual é o papel do Estado? Em conjunto com a sociedade, por meio dos comitês, procurar uma forma para viabilizar isso. Uma delas seria o Fundo de Recursos Hídricos, que até hoje não saiu do papel. De acordo com o Secretário de Estado, acredito que, neste ano, haverá disponibilidade, e os comitês definirão.

Quanto à legislação do fundo hídrico, outra coisa importante é definir, por meio de suas agências de bacias, qual será o melhor local para a aplicação, e sempre temos de pensar no montante da bacia. Se estou captando recursos para o montante, estou melhorando a qualidade de água, a jusante daquela bacia. Com todo o respeito à ANA, e tenho o maior carinho pelo José Machado, mas acredito que as coisas devem ser discutidas em âmbito local, regional, e não em âmbito de União. Não existe União, não existe Estado se não existe Município. Tudo se paga no Município. Sou municipalista por convicção, mas respeito a posição de todos os senhores.

Deve sair daqui uma posição séria, forte, firme. Temos de nos pautar na experiência do Comitê do Pará, por meio da Sra. Regina Greco, que realiza um excelente trabalho. Temos de nos basear no sistema de informação, já referido, do Mauro da Costa Val, nas nossas experiências, na experiência do Comitê de Três Marias e de vários outros e principalmente nas condições provisórias para saber como se mobiliza uma população.

Sentimos na pele que a sociedade, principalmente as indústrias e os usuários, está cansada de bate-papo. Temos de partir para a ação. Temos de viabilizar recursos de uma forma mais simples, mais austera. Não precisamos de estações de tratamento de esgoto mirabolantes nem de milhões e milhões de reais. Talvez o que precisamos seja um filtro biológico, que custa 1/3 desse valor. Precisamos de ações imediatas, e a sociedade clama por isso. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Rodopiano Marques Evangelista, Coordenador Adjunto do Fórum Mineiro de Bacias Hidrográficas, que tão bem coordenou os trabalhos. Daremos início à fase de debates.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Com o objetivo de agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - O Luciano Alencar da Cunha, da Escola Superior de Advocacia de Barbacena, faz uma pergunta dirigida ao Dr. Mauro da Costa Val: "Como o senhor vê a participação da sociedade na gestão das águas? Como torná-la efetiva e real dentro do espírito do legislador? A sociedade terá voz e vez?". Com a palavra, o Sr. Mauro da Costa Val.

O Sr. Mauro da Costa Val - Concordo plenamente com você e acho muito boa a divisão de trabalho feita e proposta pelo nosso colega Lobato. A meu ver, a função da sociedade está ligada às decisões políticas de planejamento, decisões essas reservadas ao comitê de bacia. No contexto de certa falta de eficiência da administração pública, digamos assim, algumas atividades-fins podem, sim, ser executadas pela sociedade. A base é no Município, mas, prioritariamente, nos comitês de bacia. Tenho sempre feito a seguinte pergunta: por que concordamos com essa falta de eficiência?". Se estabelecermos a meta de varrer os passeios de um quarteirão e dermos essa tarefa a uma dona de casa, ela a executará em 1 hora ou 2 horas. Mas, se a delegarmos à administração pública, é provável que ela seja discutida em um mês e executada em outro - e ainda seja mal feita. Não sei por que nós, a sociedade, concordamos com esse tipo de coisa. Salvo a arrecadação, temos certa dificuldade nas outras funções. Por isso, teoricamente, a sociedade tem de ficar no comitê. Mas, em virtude dessa ineficiência, algumas coisas podem ser executadas pela sociedade, sim. Não tenho alergia a ONGs.

A Sra. Maria Aparecida Vargas - Boa-noite. Sou Secretária Executiva do Ceivap e Presidente do Conselho de Administração da Agevap. Meu questionamento é, na verdade, uma informação. Desde janeiro, primeiro mês de arrecadação do PCJ, vemos o alto índice de adimplência: 97%. Isso vem de encontro ao índice de inadimplência do Paraíba do Sul, mas não discutimos a questão de que, ao falarmos dele, estamos nos

referindo aos 188 Municípios contra os 80 do PCJ. São feitos 270 boletos de cobrança no Paraíba do Sul contra 100 no PCJ. Além disso, vemos um nível de cobrança do setor de irrigantes no Paraíba do Sul. Temos de contar com isso. Hoje há um grande usuário adimplente da Bacia do Rio Paraíba do Sul na Mesa. A inadimplência da indústria no Paraíba do Sul significa 1%. Portanto temos de fazer essas contas de outra forma. Não quero dizer com isso que estejamos acobertando a inadimplência. Temos de buscar, principalmente, o fortalecimento do cadastro, que é o nosso maior problema.

Há uma outra questão quando falamos da pactuação. Devemos discutir a dominialidade, sim, principalmente em nível institucional; porém, devemos parar de colorir água quando formos pactuar. Neste momento, não há como colorirmos o que é água da União ou de cada Estado. Temos conseguido fazer isso no Paraíba do Sul.

Rodopiano, contrario um pouco o que o senhor disse. Com a gestão de dinheiro arrecadado da União no Paraíba do Sul, temos feito bastante aplicação, principalmente em Minas, em área de domínio do Estado, onde ainda não há arrecadação. Portanto é perigoso colorir água quando vamos falar sobre pactuação.

O Sr. Wilde Cardoso Gontijo Júnior - Gostaria de endossar as ponderações da Maria Aparecida. A Bacia do Piracicaba, como disse o Lobato, é menor, com um número de usuários muito pequeno: aproximadamente 100. Isso realmente facilitou a adimplência do pagamento da cobrança. Hoje a Bacia do Piracicaba está lucrando em vista da experiência promovida na Bacia do Paraíba do Sul. Se não tivéssemos realizado essa experiência no Paraíba do Sul, provavelmente teríamos construído esse modelo em Piracicaba. Este deve ser o nosso exercício: aprender sempre com as experiências apresentadas.

Mais uma vez, ponho à disposição dos comitês mineiros a experiência da ANA. Certamente se promovermos uma integração de ação entre a ANA, as agências já instaladas e esse movimento de criação de agências em Minas, haverá menos erros do que no Paraíba e no Piracicaba, e todo o Brasil lucrará com isso.

O Sr. Presidente - Wilde, obrigado. Pergunta dirigida ao Dr. Paulo Teodoro de Carvalho pelo Sr. Luciano Alencar da Cunha, da Escola Superior de Advocacia de Barbacena: "Como estabelecer o consenso para a pactuação do uso das águas, havendo uma tensão entre os diversos atores sociais envolvidos na questão?"

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Alguns aspectos na criação dos comitês de bacias hidrográficas devem ser levados em consideração. Como se forma um comitê de bacias hidrográficas? A primeira providência é uma ampla mobilização entre os representantes de todos os atores envolvidos. Se não for muito bem feita, esses atores da bacia hidrográfica ainda não estarão prontos nem adequadamente preparados para a constituição de um comitê. Portanto precisa ser bem feita.

Depois de feita essa mobilização, esses atores terão consciência de que existirá tensão. Aliás, é exatamente essa tensão que levará à mobilização. Uma população plenamente satisfeita não se mobilizará e irá para a frente da televisão, a fim de assistir a uma novela, ao noticiário de esportes, e não participará de reunião alguma. Então, somente enfrentará essa problemática, quando os problemas a atingirem diretamente. É aí que está o grande papel da liderança envolvida. Se não for capaz de conviver com esses conflitos, não está preparada para assumi-la. Os conflitos sempre existiram e sempre existirão.

O nosso papel é o de quem está à frente de um órgão gestor e dos comitês de bacias hidrográficas: buscar, por meio de uma ampla negociação, a resolução dos conflitos. Daí a necessidade de ter sangue e nervos de político para enfrentar a situação; caso contrário, não há como solucionar os problemas.

A Sra. Regina Greco - Minha pergunta se dirige ao Wilde, ao Valter, ao Francisco e ao Paulo Teodoro. Ficamos, por volta de 1 hora, escutando todos, e quero saber a opinião dos expositores quanto à existência de uma real vontade política de Minas Gerais em ter suas agências de bacia.

Em 2002, um grupo de técnicos do Comitê da Bacia do Rio Pará ficou, por oito ou nove meses, discutindo sobre cobrança e agência. Chegamos à conclusão de que, primeiro, deveríamos fazer um cadastramento de usuários da água e um plano diretor da bacia.

Com essa questão agora, quero saber se todos sentiram o que, a nosso ver, ficou pairando: existe realmente uma vontade política do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, do Igam e de outros órgãos de formar as agências de bacia em Minas Gerais? Obrigado.

O Sr. Wilde Cardoso Gontijo Júnior - A observação da Regina é extremamente pertinente, mas, a meu ver, o ambiente de discussão do assunto já está instalado em Minas. Parece-me que o Conselho Estadual de Minas sentirá essa vontade política e definirá como deve ser conduzida a política de gestão de recursos hídricos no Estado.

A ANA simplesmente coloca à disposição de Minas suas experiências. Gostaríamos de debater, se for o caso, com o conselho estadual, essa visão técnica sobre a implantação de agências.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Francisco.

O Sr. Francisco José Lobato da Costa - Regina, em primeiro lugar, não creio que haja uma incongruência entre a instalação de agência de bacia e a operacionalização dos instrumentos de gestão, uma vez que essas duas coisas podem caminhar paralelas. É possível fazer o cadastro, estruturar a outorga e, simultaneamente, avançar no sistema institucional.

Devemos ter a paciência necessária para a construção de um sistema institucional complexo que tenha na Agevap e no PCJ as duas pontas de lança do País. Naturalmente errarão, acertarão, irão um pouco mais para lá ou para cá, mas terão aprendizados, muitos dos quais foram expostos aqui hoje e serão apropriados por Minas a seu tempo.

O simples fato de estarmos debatendo as pontas-de-lança do País na montagem de agência de bacia hidrográfica é a expressão da vontade política de que tudo caminhe de fato.

O Sr. Valter Vilela Cunha - Regina, é óbvio. Estamos num processo muito interessante. Em 1999, foi votada nesta Casa a Lei nº 13.199. Após isso, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, juntamente com o Igam, regulamentou essa lei, que é o Decreto nº 41.578. Foi um passo importante. Em seguida, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com o próprio Igam, regulamentou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em Minas Gerais, que é a Lei nº 44.046, de 2005. Agora, em termos de decreto, em termos de legislação, estamos tranquilos. Nesse momento, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos está participando desse grupo de trabalho, para regulamentar a criação e a equiparação daquelas entidades a uma agência de bacia. Trata-se de um processo rico, produtivo e que está caminhando. Vamos dar um exemplo para este país, caminhando com os pés no chão, com muita convicção acerca do que estamos fazendo. Mas não é de um dia para o outro que iremos montar um Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Estamos indo bem, e com muita segurança.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - A preocupação é bastante salutar. Quando a Regina menciona essas situações, demonstra, inclusive, que os comitês têm pressa. Mas cada coisa deve estar em seu devido lugar. Se tivéssemos implementado essa cobrança, agências de bacias, no passado, estariam inteiramente irregulares. Estamos implementando uma estrutura que irá mexer no bolso de quem produz, no bolso do cidadão comum, e ninguém gosta de pagar. Se estabelecermos estruturas irregulares, ninguém pagará. Haverá apenas meia dúzia de pessoas dispostas a ajudar no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, falando-se em antecipação de cobrança, mas isso vai até um determinado ponto. Quando o usuário perceber que ele está pagando e que o usuário vizinho, talvez concorrente dele na produção de um determinado bem de consumo, não está pagando, é claro que ele recuará. Então, há a necessidade de que a coisa seja bem estruturada de acordo com a legislação. A Lei de Recursos Hídricos Estadual e a Lei de Recursos Hídricos Nacional não eram auto-aplicáveis, assim como a própria Constituição, que quando mencionou isso, dependia de lei complementar; e agora, mesmo com o decreto de cobrança estatuído, temos a necessidade de estabelecer um sistema dentro do Estado e estruturar esse sistema, ou seja, determinar quantas agências teremos, até onde vai a atuação de cada agência e outras coisas necessárias. Estamos dentro de uma organização em que iremos interferir no sistema produtivo, que não perdoará escorregões da nossa parte. Então, Regina, infelizmente temos de ir devagar com isso e criar os instrumentos de gestão, sem os quais não há como implementar um sistema de cobrança.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Paulo. A Presidência agradece a presença das autoridades e dos convidados.

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/3/2006

Presidência dos Deputados Fábio Avelar, José Henrique e Laudelino Augusto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Primeiro painel: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Fabrícia Rezende Araújo - Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos - Palavras do Sr. Sérgio Barbosa - Palavras do Sr. Carlos Bernardo Mascarenhas - Palavras da Sra. Alice Silva Castilho - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Segundo painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Paulo Romano - Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos - Palavras do Sr. Carlos Alberto Santos Oliveira - Palavras da Sra. Sônia Mara Prata - Palavras do Sr. José Ricardo Ramos Roseno - Palavras do Sr. Luiz Cláudio Costa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Welliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h7min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Arlen Santiago, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com a apresentação dos painéis "Água: Conhecer para Administrar - a Importância do Sistema de Informações" e "Agricultura: Uso e Produção de Água".

Primeiro Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado José Henrique, Presidente da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - Cipe Rio Doce; Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas; Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Igam; Fabrícia Rezende Araújo, Chefe de Divisão de Sistema de Informações do Igam, representando a Diretora de Instrumentalização e Controle do Igam, Célia Maria Brandão Froes; Sérgio Barbosa, Gerente do Núcleo de Gestão da Informação da ANA; Carlos Bernardo Mascarenhas, Consultor na Área Ambiental - Projeto Manuelzão-UFMG; Alice Silva Castilho, Membro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos; e Hamilton Lage, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio e Coordenador dos Trabalhos.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, a Sra. Fabrícia Rezende Araújo.

Palavras da Sra. Fabrícia Rezende Araújo

Sou engenheira civil, trabalho na Divisão de Sistema de Informações do Igam, que é ligada à Diretoria de Instrumentalização e Controle. Represento, na oportunidade, a Diretora, Dra. Célia Froes.

Nosso tema é "Água: Conhecer para Administrar - a Importância do Sistema de Informações". É preciso conhecer e ter dados sobre a água para fazer a gestão do sistema de informações. Daí a importância de um sistema estadual de informações de recursos hídricos.

Tanto na legislação federal, Lei nº 9.433, quanto na Lei nº 13.199, que trata da política estadual de recursos hídricos, um dos tantos instrumentos é a implantação do sistema estadual de informações de recursos hídricos.

O objetivo geral do sistema estadual de informações de recursos hídricos seria o de reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos, atualizar permanentemente as informações sobre a disponibilidade e a demanda de recursos hídricos, além de fornecer subsídios para a elaboração dos planos de recursos hídricos. Resumindo, o sistema tem a função precípua de reunir informações para auxiliar na gestão de recursos hídricos.

O sistema de informações pode apoiar a gestão de recursos hídricos por intermédio do cadastramento dos usuários, do apoio à decisão de outorga, da simulação de cobrança, das informações físicas e socioeconômicas das bacias, da divulgação das informações coletadas e da facilitação da integração das ações relacionadas a recursos hídricos.

Voltando para a legislação, os princípios básicos do sistema de informações de recursos hídricos seriam a descentralização da obtenção e produção de dados e informações, a coordenação unificada do sistema, de maneira a haver compatibilidade entre os sistemas estadual e nacional e o acesso aos dados e informações garantido a toda a sociedade, pois não adianta termos grande quantidade de dados se ficarem armazenados só para nós. A divulgação é importante.

No Igam, a implantação desse sistema ficou a cargo da Divisão do Sistema de Informações. É um dos poucos instrumentos que ainda não foi implantado no Estado. Esse é um trabalho que estamos começando agora, com o apoio da ANA, que está em fase de implantação do sistema nacional de recursos hídricos.

A finalidade da Divisão de Sistema de Informações é muito parecida com a finalidade de qualquer sistema de informação: coletar, armazenar, tratar e divulgar informações hidrológicas, meteorológicas e de qualidade de água que subsidiem a aplicação dos instrumentos de regulação, controle, outorga e enquadramento, bem como prevenção e minimização de eventos hidrológicos adversos - é o trabalho de coleta e divulgação dos dados.

Outra finalidade da Divisão é desenvolver, coordenar e gerir um sistema de informações de recursos hídricos do Estado, visando à gestão descentralizada e compatível com o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH. Quero ressaltar mais uma vez a importância dessa compatibilidade, de se falar a mesma língua, pois não adianta o sistema estadual ser implantado de uma forma que não dialogue com o sistema nacional.

No Igam, tínhamos uma idéia do sistema estadual e ficamos muito felizes ao tomar conhecimento da proposta do sistema nacional, que, aliás, é muito mais bem elaborado e está em fase mais avançada de desenvolvimento. Mais nos alegramos em ver que tudo o que imaginávamos para o nosso sistema será incorporado pelo sistema nacional, de forma até mais detalhada. O Sérgio Barbosa, da ANA, poderá falar um pouco mais sobre isso.

A princípio, nossa idéia era ter no mapa de Minas Gerais alguns temas que poderiam ser lançados de acordo com o estudo específico que se pretendesse fazer. Por exemplo, se alguém quer estudar um curso d'água específico, vai entrar com o tema da hidrografia; se quiser estudar uma bacia ou uma unidade de planejamento, terá os "links" para abastecer o meu mapa. Ou, ainda, se o estudo for específico para um rio ou estação fluviométrica, poderá buscá-los diretamente. Com isso, conseguiria as informações básicas sobre o ponto que procurasse. Coloquei nesta transparência o exemplo de uma busca por estação fluviométrica. Vemos, aqui, os dados básicos: nome, localização - em que Município está, em que bacia, quais as coordenadas geográficas. Em uma busca mais refinada, teremos acesso a informações específicas do ponto em estudo - no meu exemplo, uma estação; então, teríamos aqui informações sobre o histórico de cota, o histórico de chuva, vazão e entidade operadora - se é o Igam que opera, os dados estão ali disponibilizados; se não for uma estação do Igam, veremos ali onde buscar esses dados, qual a entidade responsável por isso. Dei o exemplo de uma estação, mas podemos falar, por exemplo, de um trabalho sobre um ponto específico em um rio, do qual quero informações para fazer o pedido de outorga. Ou seja, são vários pontos que podemos apresentar. Enfim, esse é o escopo básico do que o Estado almejava com o sistema estadual de informações.

Não podemos esquecer que o Sistema Integrado de Meio Ambiente - Siam - já está implementado no Estado. Então, o sistema estadual tem que ser compatível com o nacional e com o Siam. Temos que buscar uma integração entre as gestões ambiental e de recursos hídricos.

No Igam existem várias informações armazenadas de forma isolada que compõem o sistema estadual. Pelo Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - Simge -, obtemos informações sobre previsão do tempo, alerta de enchentes, redes de observação telemétricas e convencionais, mapas climáticos, entre outros. Essas informações estão disponíveis no "site" do Igam, por meio do "link" do Simge.

Recebemos informações sobre dados hidrológicos das estações que operamos, que estarão disponíveis no sistema. Há uma ficha descritiva que contém todas as informações sobre determinado ponto. Por exemplo, no caso de uma estação fluviométrica, mostra os dados da sua localização, bacia e Município, as coordenadas geográficas, o acesso àquele posto, que tipo de dado é coletado naquele posto e os gráficos sobre a sua seção transversal. Podemos disponibilizar os gráficos. Os dados são constantemente atualizados. Citei o exemplo de uma curva-chave, cujas informações podem ser disponibilizadas. São históricos e gráficos de chuvas, cota, vazão e outras informações existentes numa estação.

O Igam possui outras informações disponíveis em sua página, no "link" Águas de Minas. Na reunião de ontem foi feito o lançamento do mapa da qualidade 2005. Todas essas informações poderão ser incorporadas ao sistema, assim como toda a rede de monitoramento, os resultados das análises, o Índice de Qualidade das Águas - IQA - e as informações sobre outorga. Cada um possui um banco de dados, mas ainda não estão incorporadas informações a respeito do usuário, da vazão outorgada, da finalidade daquela outorga e dos tipos de intervenções. Todos esses dados podem servir de subsídios para novas intervenções que aconteçam naquele curso d'água.

Recebemos informações de comitês de bacias hidrográficas, dos planos diretores, do enquadramento e do cadastramento de usuários. O que podemos buscar nos planos diretores para disponibilizar? O diagnóstico da unidade de planejamento, a disponibilidade hídrica, as diretrizes e os critérios para instrumentos de gestão. Disponibilizamos todos os enquadramentos, como o da Bacia do Rio Paracatu, feitos pelo Igam. A Feam, na década de 90, fez o enquadramento dos Rios das Velhas, Verde, Paraopeba, Pará e Paraibuna. Tais informações também poderiam ser divulgadas.

A proposta do sistema nacional são alguns módulos. Todas essas informações poderiam encaixar-se em algum desses módulos para serem disponibilizadas pelo sistema nacional e, no nosso caso, pelo sistema estadual de informações de recursos hídricos.

A intenção do Igam, como gestor do Estado, é possuir uma ferramenta tecnológica de gestão das informações sobre recursos hídricos, com acesso interativo para permitir o alinhamento de conteúdo e a tomada de decisões. Hoje o Igam tem grande apoio da ANA, com quem trabalharemos em conjunto, afim de aproveitar toda a base existente do SNIRH para implantarmos nosso instrumento no Estado, tão importante para a divulgação de informações e para nos ajudar na gestão dos recursos hídricos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Passamos a coordenação dos trabalhos ao Sr. Hamilton Lage, Presidente do CBH do Rio Santo Antônio.

Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos

O Sr. Coordenador (Sr. Hamilton Lage) - Bom dia. Agradeço a oportunidade de participar dos debates com um tema que, nas discussões do nosso Comitê, diria que nem é prioridade, mas pré-requisito para a gestão ambiental e de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Santo

Antônio. Parabeno a Assembléia pela escolha dos temas, porque "Água: Conhecer para Administrar - a Importância do Sistema de Informações" e "Agricultura: Uso e Produção de Água" servem para todas as amplitudes de gestões públicas que temos.

Parabeno a Fabrizia por sua palestra. Esperamos ansiosamente a evolução desse sistema. Desejamos que os demais palestrantes também tragam novidades.

Com a palavra, o Sr. Sérgio Barbosa, Gerente do Núcleo de Gestão da Informação da ANA, que dispõe de 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Sr. Sérgio Barbosa

Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de falar um pouco sobre o trabalho que a Agência Nacional de Águas está desenvolvendo dentro do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. É um instrumento importante, previsto na Lei Federal nº 9.433. Estamos trabalhando em várias frentes. O nosso objetivo é exatamente o tema da palestra: "Água: Conhecer para Administrar". Para conhecer, devemos organizar as informações existentes e dar-lhes visibilidade, além de estruturá-las em bancos de dados e ferramentas de consulta e análise.

Administrar traz a necessidade não apenas do conhecimento dessas informações, mas também de sua evolução dentro da estrutura de um sistema de informações.

O SNIRH busca uma integração institucional entre a sociedade e os governos federal e estadual. Como coordenadora do Sistema Nacional de Informações, previsto na lei das águas, cabe à ANA a implementação desse sistema, que busca uma construção conjunta, participativa e descentralizada. Esses são os fundamentos básicos. Estão trabalhando conosco os governos estaduais e a sociedade civil, por meio de comunidades científicas. Temos 4 redes de pesquisa e 19 instituições de pesquisa em todo o Brasil, que estão trabalhando dentro da proposta do Sistema Nacional, que também conta com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia e com o fundo CT-Hidro.

Os objetivos básicos do SNIRH são: coleta e divulgação de informações e atualização permanente dessas informações. Aí entra o conhecer, porque é preciso ter as informações sempre atualizadas. O administrar também necessita disso.

Além disso, ele tem de ser um instrumento que forneça subsídios a planos e que seja um ponto de referência para o desenvolvimento de outros instrumentos. Isso se integra às necessidades da administração e dos recursos. Os próprios objetivos, como eu disse, estão previstos nos incisos e artigos da Lei nº 9.433, que trata da coleta, divulgação, atualização e fornecimento. O trabalho da Agência é fazer cumprir os requisitos previstos na lei das águas.

O Sistema contém a proposta de divisão em módulos. O módulo de topologia hídrica seria a parte referente a uma rede hidrográfica nacional. O módulo de dados quantitativos traria as informações sobre qualidade e quantidade da rede hidrometeorológica. O módulo de oferta hídrica e operação hidráulica traria a contribuição das redes de pesquisa integradas ao desenvolvimento do Sistema Nacional. O módulo de regulação de uso abrange os instrumentos da gestão: outorga, fiscalização e cobrança pelo uso da água. Haveria ainda o módulo de planejamento e gestão e o módulo documental.

É bom que esse sistema tenha uma integração com os entes estaduais. Essa integração com todos os gestores é importante, porque não existe administração só das informações da União, sem as informações dos usuários estaduais. A própria gestão de uma bacia dá-se de forma integrada. Para que atuemos juntos na gestão, precisamos desse nível de informações harmonicamente compartilhadas com os Estados.

O módulo de topologia hídrica armazena a estrutura topológica relativa à rede hidrográfica. A idéia é que, a partir dessa rede, consigamos associar e disponibilizar as demais informações necessárias a essa gestão de recursos hídricos. Ela usa um conceito nomeado de hidrorreferenciamento. Na verdade, é uma base cartográfica extraída da cartografia do Brasil ao milionésimo. Ela é georreferenciada e tem uma estrutura topológica de rede levada para uma estrutura de banco de dados. Ela também usa esse conceito para essa função integradora. A partir daí é que se consegue extrair e associar informações, buscando a jusante ou a montante de determinado ponto.

Esse módulo tem um conteúdo de informações nativas, que são as informações topológicas descritas nessa estrutura da rede. Trabalha também com informações agregadas, que são as advindas de outros módulos do sistema, e as informações referenciadas, que são associadas a essa rede pela codificação do hidrorreferenciamento. A codificação do hidrorreferenciamento é a Codificação de Otto, que é aplicada a essa rede hidrográfica para que se tenha toda a codificação de um trecho ou de um rio todo associado a uma bacia hidrográfica.

Esse módulo tem basicamente três tabelas que associam toda essa topologia. Nelas estão as informações nativas, que correspondem a trechos de rios com o código da bacia; as informações sobre esses rios, como a área da bacia, a dominialidade, o comprimento, a extensão desse trecho; e as informações sobre a relação espacial, ou seja, a própria topologia da rede.

Essas informações agregadas vão gerar tabelas que relacionam os trechos a essa grandeza. Agregam-se as informações advindas de uma outra unidade de informação a essa rede, para que se consiga recuperá-la como consulta a montante ou a jusante de determinado ponto e fazer a análise da sua bacia. Essa agregação poderia ser feita tanto em um trecho como a montante dele, ou por meio das duas formas de agregação de informações.

Essas informações agregadas indicariam o módulo de topologia. Teríamos um código desse hidrorreferenciamento que identifica o trecho de uma rede hidrográfica, um trecho do rio ou o próprio rio. Assim, têm-se as informações desses outros módulos finalísticos ou mesmo de um provedor externo de informações.

Essa informação passaria a ser agregada a essa rede, mudando a sua unidade básica.

Outra maneira de trabalhar com essas informações é fazer o referenciamento delas. Da mesma forma, teremos o código da informação e os módulos complementares. Mas essa informação será somente referenciada a esse trecho para fazer a busca em estrutura de bancos de dados.

Aqui, temos a estrutura desse módulo de topologia, que é essa base do referenciado com as suas ferramentas de construção da topologia e associação de informações; a base de informações agregadas; a base de informações referenciadas; a visualização, pois aí entra toda a parte de consulta dessa base; e, principalmente, o trabalho de intercâmbio de informações com os gestores estaduais. Sem essa parte do sistema, não conseguiremos avançar dentro dessa estruturação e organização para esse trabalho integrado. A idéia proposta dentro do sistema de informações é para que aqueles que forem da área de informática trabalhem com "web services", que são serviços de publicação de informações para a integração com os demais sistemas estaduais e a troca dessas informações.

O outro módulo é o de dados qualitativos, que armazena as informações de qualidade e quantidade oriundas do monitoramento hidrometeorológico, os dados advindos da rede e as informações da operação hidráulica de reservatórios.

Aqui, estão os dados que a Fabrizia citou, da rede hidrometeorológica, da operação dos dados estaduais integrados nessa rede nacional; os dados de qualidade da água, os projetos de qualidade, que são monitorados e integrados às estações de monitoramento; os dados de operação hidráulica desses reservatórios; e os dados de séries naturais, de vazões reconstituídas, que compõem as séries históricas desse banco em que será feita toda a análise de disponibilidade existente nos cursos d'água para os instrumentos de regulação. Aplicação básica deles são os dados históricos referenciais para suporte; determinação de vazão de referência para o suporte e a outorga; e projetos em estudo de interesse econômico e ambiental. Aqui, temos uma modelagem desse banco de dados. Hoje, há o banco de dados do Hidro, que é utilizado por vários Estados, inclusive por outros países. A idéia é fazer uma reestruturação nesse banco, para que comece a aceitar novos tipos de informações. Há um trabalho de padronização e normatização dessas informações. Essa proposta de normas e padrões para esse banco de dados quantitativos é um trabalho desenvolvido dentro do Sistema Nacional em conjunto com uma rede de pesquisa, que é coordenada pela Cope do Rio de Janeiro. A idéia é que esse trabalho tenha métodos de consistência, equipamentos, procedimentos de coleta e análise, principalmente para qualificar a informação que estará disponível no sistema.

Sistema de gerenciamento de base de dados. Novamente, há a necessidade do intercâmbio de informações e a parte de operação dessa rede hidrometeorológica, de que a Fabrizia falou. Todos sabem da grande dificuldade que é a operação dessa rede. Com a extensão territorial do Brasil, realmente são necessários recursos para essa operação.

Dentro da estrutura de módulos, temos a normatização e a padronização, que compõem o levantamento e a compilação de normas e padrões de certificação; toda a parte de metodologia e modelos operacionais existentes que possam ser aplicados na descrição dos processos; e um manual que oriente esse trabalho para que todos tenham a orientação desses processos descritivos, dessas normas, desses padrões e certificações que serão aplicados nesses dados de qualidade.

Aqui, a parte do sistema de gerenciamento, a reestruturação dos aplicativos hoje existentes dentro da Agência para esses estudos e o Hidro, que é o sistema hoje existente. Logo abaixo dos textos, todos os Estados que utilizam esse sistema, que baixam as informações da Agência com essas informações.

Do lado direito estão os países, como o Japão, que baixam essas informações do Brasil para análise a partir desse sistema. É preciso estar muito atento aos objetivos do desenvolvimento desse módulo, dessa reestruturação, bem como aos usuários do sistema, porque daremos visibilidade às informações existentes.

Vemos aí a parte de intercâmbio de informações. Volto a dizer que esse é o ponto crucial do sistema, que se une aos sistemas dos gestores estaduais, proporcionando uma gestão integrada do processo.

Por fim, a operação da rede, o módulo de operação hidráulica, que serve para disponibilizar e centralizar as informações para planejamento de outorga da operação hidráulica.

Aqui estão as outras três redes de pesquisa que estão trabalhando conosco. Uma delas é a rede coordenada pela Universidade Federal de Viçosa, que trabalhará na parte de regionalização de vazão propondo modelos. A outra rede de naturalização de vazões é coordenada pela Universidade Federal Fluminense. Por fim, a rede coordenada pela Universidade Federal da Paraíba, que desenvolve modelos de integração de chuva e vazão. Além disso, essas redes trabalham com todas as ferramentas de apoio, a parte de estimativa de uso e as simulações de operação hidráulica.

Essa é a proposta desse módulo, que busca integrar os modelos desenvolvidos pela comunidade científica a fim de trabalharmos as informações medidas na rede de qualidade e quantidade das águas.

O módulo de regulação de uso reúne as informações sobre o uso de recursos hídricos em todo o território nacional. Sobre os processos associados a esse módulo, há o cadastro nacional de usuários de recursos hídricos, já implementado hoje. Esse sistema foi desenvolvido pela Agência. Por meio do seu "site", é possível acessar as informações desse cadastro.

Esse sistema já está sendo aplicado no cadastro da Bacia do Rio São Francisco e também nos cadastros das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, que possuem uma parte mineira. A parte mineira do cadastro dessas bacias está sendo aplicada pelos usuários federais.

Estamos migrando as informações do Rio Paraíba do Sul, que foram desenvolvidas dentro do sistema integrado que faz a gestão da sua bacia em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, existem nesse cadastro outras ações que contam com a participação de outros Estados, até mesmo Minas, para a integração das suas informações, a fim de que seja um cadastro nacional. Dessa forma, as informações mínimas e necessárias sobre o usuário serão definidas por esse cadastro, para que todo o Estado possa avançar com aquelas informações complementares. O objetivo desse cadastro nacional é ter a visão dos usuários de recursos hídricos em todas as bacias.

Esse módulo é o de outorga de uso, ou seja, o módulo de cobrança nos usos dos corpos hídricos de domínio da União. Essa cobrança já está implementada e aplicada ao Piracicaba, Capivari e Jundiá, o chamado PCJ, e também ao cadastro de usuários.

Por fim, o módulo de fiscalização, o recebimento e a disponibilização dos dados de usuários aos gestores de maneira a permitir a coerência no exercício da regulação. A estrutura desse módulo consiste em cadastro, outorga, cobrança, arrecadação e fiscalização.

Vemos agora o detalhamento do cadastro nacional. Vou passar rapidamente por esse módulo. Na página da ANA há um fórum sobre isso. Basta os senhores consultarem o seu "site" para obterem maiores informações sobre o modo como está desenvolvido esse cadastro. Ele baseia-se principalmente na definição de um empreendimento integrado em que todas as captações e lançamentos estarão associados a uma finalidade específica ou a todo o empreendimento. Dessa forma, todas essas informações de captação, sejam elas de domínio da União, sejam elas de domínio do Estado, assim como os seus lançamentos, poderão ser feitas de forma integrada.

O módulo de planejamento e gestão faria o acompanhamento físico e financeiro do planejamento por bacia. Além disso, aumentaria e daria visibilidade aos processos de planejamento de uma bacia hidrográfica. Funcionaria como uma base para o sistema de gestão, as ações de comitês de bacias e outros órgãos gestores. Assim, obteríamos toda a parte de entrada e alteração de informações sobre a estrutura de planos, todos os dados sobre a evolução física e financeira de ações nesse plano e nessa bacia, que é uma dificuldade que enfrentamos.

São muitas ações descentralizadas, e não temos conhecimento do que se investe em cada bacia ou de como registrar essas informações. Obviamente, dependeremos do trabalho integrado para fazermos as informações chegarem até o sistema. Não adianta termos o sistema se não trabalharmos para alimentá-lo com informações.

Além dessas finalidades, esse módulo teria a parte de análise e pluviologia. Trabalhamos com a qualidade da água, com a criação de indicadores, de balanço de cargas poluidoras; enfim, essa parte destina-se à gestão de recursos com todo o arcabouço legal e a parte institucional, instrumentos e investimentos nessa área, os setores usuários, toda a parte de saneamento, de barragem e de irrigação, os demais setores integrados.

Trabalhamos com prevenção e análise de eventos críticos, como anomalias e precipitações, índice de aridez, e com a caracterização da ação antrópica.

Por fim, o módulo documental serviria para armazenar uma base de dados sobre os documentos referentes aos recursos hídricos de maneira distribuída.

Hoje, na Agência há o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED -, que registra boa parte das informações, e um centro de documentação que as organiza. Que isso evolua para um sistema de gerenciamento de conteúdo e que possamos tratar essas informações, disponibilizando-as para a unidade de uma bacia hidrográfica.

Quanto aos processos associados, há sempre a necessidade dessas informações.

Já foi iniciada a parte de desenvolvimento desse sistema nacional. A empresa que está trabalhando conosco é o Centro de Estudos de Sistemas Avançados, de Recife, que opera a parte de implementação das funcionalidades. Já iniciamos no ano passado a etapa de entendimento dessas necessidades e estamos finalizando um relatório sobre ela. A partir do mês de abril, no mais tardar em maio, iniciaremos o desenvolvimento desses módulos. A idéia é trabalharmos o sistema em módulos e, à medida em que chegarem as informações, as funcionalidades e as ferramentas, disponibilizarmos esses módulos gradativamente.

Temos ainda um trabalho de organização das informações hidrometeorológicas. Há um "link" para acessá-las no "site" da ANA: snrh.ana.gov.br. Obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Agradecemos ao Sr. Sérgio Barbosa e passamos a palavra ao Sr. Carlos Bernardo Mascarenhas, Consultor da área ambiental do Projeto Manuelzão, da UFMG, que disporá de até 15 minutos para a sua exposição.

Palavras do Sr. Carlos Bernardo Mascarenhas

Bom-dia a todos. Agradeço o convite para representar o Projeto Manuelzão, a UFMG e também uma câmara técnica da Bacia do Rio São Francisco, da qual sou membro, representando o Projeto Manuelzão.

Diferentemente do que foi apresentado até então, mostrarei o sistema legal e as formas como o Estado e o País estão armazenando suas informações, um lado mais prático de como alguns exemplos de informação podem ser utilizados.

É importante buscarmos informações históricas. Nosso País é relativamente novo, e a ciência e a pesquisa no Brasil também não vêm de muito tempo.

Há uma grande falta de dados históricos sobre vários aspectos biológicos e sobre as bacias hidrográficas como um todo, principalmente em algumas áreas onde não existe conhecimento algum. Temos necessidade de buscar informações quando existem, incentivar a realização de novos estudos, principalmente em áreas pouco conhecidas, assim como o estudo de bacias hidrográficas, considerando a unidade como um todo, e não apenas pontos.

Como exemplo - no caso da bacia do Rio das Velhas -, quando Lund se encontrava em Lagoa Santa, vários pesquisadores europeus aqui vieram porque encontravam uma pessoa de origem europeia também, sentindo-se num porto seguro para realizar algumas pesquisas. E vários naturalistas, zoólogos, botânicos vieram ao Brasil pesquisar. Foi lançado um livro, em 1875, sobre os peixes do Rio das Velhas. A bacia do Rio das Velhas é uma das poucas bacias hidrográficas brasileiras que possuem dados históricos realizados em ponto focal. Geralmente, esses naturalistas europeus, quando vinham ao Brasil, chegavam pelo Rio de Janeiro ou por Salvador, atravessavam o País, indo para a Amazônia ou em direção ao Pantanal ou aos outros países da América do Sul, faziam coletas de dados, de espécies de plantas e animais, levando-as aos seus países de origem. Faziam uma espécie de trilha buscando dados.

Nesse caso, houve um dado ímpar, porque essas pessoas permaneceram na região de Lagoa Santa, na bacia do Rio das Velhas, por mais tempo. Esse primeiro pesquisador, Reinhardt, aqui esteve em duas oportunidades, ficando praticamente um ano em cada uma de suas viagens, coletando dados exclusivamente sobre peixes no Rio das Velhas. Mais tarde, esse material já estava no museu, e ele o repassou a um segundo pesquisador, Lütken, que escreveu uma obra. E essa obra estava escrita em dinamarquês arcaico e em latim, sendo praticamente indisponível para o nosso conhecimento. Por meio de um projeto financiado pelo Ministério de Meio Ambiente, o Projeto Manuelzão, sob minha coordenação, conseguimos traduzir esse livro para o português, e hoje ele se encontra disponível, trazendo informações valiosas sobre o que era o Rio das Velhas no passado.

Com base nesses estudos, pudemos utilizar esses dados de alguma forma. Naquela época, em Lagoa Santa, existiam cerca de 17 espécies de peixes diagnosticadas pelo referido pesquisador. Após 150 anos, ou seja, em 2000, houve um projeto para estudar a Lagoa Santa e os afluentes do Rio das Velhas, financiado pela Fundação O Boticário, e constatamos que, daquelas 17 espécies encontradas, apenas 4 permaneciam no ambiente, de tão alterado e degradado que foi ao longo desses 150 anos. Ocorreu que 70% das espécies existentes naquela época foram extintas localmente. Elas aparecem na bacia em outros pontos, mas não mais na Lagoa Santa. Uma dessas espécies, o "Characidium" lagossantense, uma espécie de pequeno porte, hoje consta nas listas oficiais, estadual e nacional, de espécies ameaçadas de extinção.

Outro exemplo, também em Lagoa Santa, é o caso da introdução de espécies exóticas. Lá foram introduzidos o tucunaré e o trairão, que não eram da bacia, e, num ambiente fechado, predadores de grande porte competiam com alguns predadores de menor porte lá existentes: o peixe-cachorro e a pirambeba, sendo que essas duas espécies estão entre as que foram excluídas, extintas localmente na Lagoa Santa. Isso mostra o efeito de um predador voraz sobre a fauna nativa, causando um impacto, muitas vezes, irreversível.

Outro dado importante que levantamos nas pesquisas é a formação das listas de espécies ameaçadas. Elas são feitas depois da ECO 92 e dos acordos internacionais firmados àquela época. Os países, na Convenção da Biodiversidade, são obrigados a fazer estudos sobre essas espécies ameaçadas de extinção nos diversos ecossistemas do mundo.

Em Minas Gerais, com os estudos disponíveis, conseguimos detectar, até 1996, 19 espécies que constavam em alguma lista. A partir de então, começaram a aparecer as listas oficiais. O estudo foi promovido pelos governos federal e estadual, homologadas e publicadas no diário oficial. Hoje, em Minas Gerais, a lista consta de três espécies ameaçadas e 32 numa categoria "presumivelmente" ameaçada. Esse "presumivelmente", que está entre aspas, está aí mais por falta de informações do que por definição da ameaça a que estão sujeitos esses peixes. Na lista nacional, publicada em 2004, temos 33 espécies de peixes ameaçados de extinção em Minas Gerais. A lista estadual encontra-se num período de reavaliação, e, talvez neste ano ou no ano que vem, saia nova lista.

Em 1998, em Minas Gerais, por meio de um grande "workshop", foram determinadas algumas áreas prioritárias para preservação. Esse estudo foi financiado pelo governo e deveria, na época, ser um elemento norteador do uso das bacias hidrográficas e de limitações, como a construção de usinas hidrelétricas. Esse instrumento não foi efetivamente utilizado, e várias bacias foram, num período de sete anos, alteradas. Estou dando exemplos de usinas hidrelétricas, mas temos outros. Empreendimentos foram instalados em áreas determinadas como prioritárias por terem uma grande riqueza de espécies. Dou o exemplo do Rio Araguari. O trecho baixo do Rio Araguari, no Triângulo Mineiro, era uma área prioritária para peixes. Havia ali o jaú, que estava ameaçado de extinção. Hoje, encontram-se em implantação duas usinas do Consórcio Capim Branco. O trecho não consta mais como prioritário, porque já não tem tanta importância. Outro exemplo de área prioritária para conservação é a Serra do Espinhaço. Ela foi declarada hoje, pela Unesco, como uma reserva da biosfera. Ela é uma das áreas mundialmente importantes para conservação. Na parte de peixes, esse mapa está mostrando que, na maioria dos locais indicados, havia uma espécie ameaçada de extinção ou um único registro de uma espécie. A espécie, naquela área, foi coletada e descrita pelo pesquisador. Ela só foi coletada naquele lugar. Então, isso mostra uma grande lacuna. Vemos que há concentração, na Serra do Espinhaço, em alguns pontos. Há uma grande lacuna sobre a área geográfica do Espinhaço. Há concentração apenas em alguns poucos pontos. Estes representam muito pouco. Trata-se de uma lacuna muito grande. Apesar de termos ferramentas para criar essas áreas prioritárias, ainda falta muita coisa para ser feita.

Outro aspecto que considere importante ferramenta de estudo e pesquisa são as espécies exóticas introduzidas. Tratando-se de peixes, é muito comum pessoas desinformadas, às vezes até com boa intenção, trazerem espécies de outras bacias para as bacias mineiras e vice-versa. Fizemos um estudo em Minas Gerais e, nas barrinhas vermelhas, vemos os números de espécies registradas até 1996 na literatura técnica. Com o aumento, principalmente depois da resolução do Conama que criou a obrigatoriedade de relatórios de impacto ambiental, várias empresas tiveram de fazer levantamentos para o licenciamento, e estes trouxeram um grande volume de informações.

Já em 2003, como vemos nas barras azuis, há bacias, como a do Paraíba do Sul, que têm 40 espécies exóticas. A do Rio Doce tem 30 espécies exóticas. São bacias contaminadas por peixes de outras bacias, o que representa uma ameaça às espécies nativas, como vimos no exemplo de Lagoa Santa.

Criamos um índice de contaminação, a barra vermelha, e vemos que a bacia do Paraíba do Sul tem 40% de espécies exóticas. O Rio Doce tem 38%, e o Mucuri, quase 20%. Quer dizer, temos a informação, e ela, por algum motivo, não sai do meio acadêmico, acabando por fazer falta, no caso das decisões políticas ou administrativas de empresas ou do governo, a fim de evitar que essas espécies se espalhem mais ainda, controlando as que já estão no ambiente.

Um outro exemplo é o da poluição. Quer dizer, todas as nossas bacias hidrográficas sofrem um pouco com a poluição, algumas mais, outras menos. Esta foto é do Ribeirão da Onça, no Rio das Velhas. Então, nesse ponto, o Rio das Velhas já é poluído, e o Ribeirão da Onça traz mais poluição ainda. Visualmente, vemos a espuma e como ela contribui negativamente para a qualidade da água.

Nas pesquisas feitas no Rio das Velhas, temos o óbvio comprovado com dados. O que acontece? Todos sabem que a Região Metropolitana de Belo Horizonte é um problema para o Rio das Velhas. Nos levantamentos feitos sobre os peixes do Rio das Velhas, vimos que esses pontos, P1, P2 ao P6, estão localizados de montante para jusante. A linha vermelha é uma curva esperada quanto ao que se conhece hoje sobre a fauna de água doce. Esta tende a aumentar, ou seja, o número de espécies, de montante para jusante, o que é fácil de ver. Uma cabeceira ou um rio raso com águas claras, frias e pouca profundidade limitam esse ambiente no que trange à ocorrência de algumas espécies. Por exemplo, nunca teremos um surubim de 60kg em uma água de 30cm, o caso das nascentes. A partir do momento em que o rio ganha corpo, ganha também diversidade de ambientes e características. Há os gradientes de velocidade, ou seja, pontos com grande velocidade de água, e outros não, e gradientes de temperaturas, e profundidade. Tudo isso torna o rio apto a receber um maior número de espécies. Então, quando os rios da Região Metropolitana de Belo Horizonte recebem o esgoto de quase 4 milhões de habitantes, vemos que o número de peixes diminui, recuperando-se mais ao final da bacia, depois de Lassance, onde a água começa a depurar-se, em razão da entrada de afluentes com água de melhor qualidade.

Nos Rios Paraopeba e das Velhas, temos ainda o problema da mortandade. Coloquei esta foto de uma recente mortandade ocorrida no Rio Paraopeba, a da esquerda. Na da direita, vemos um surubim perto de uma garrafa "pet". Tive a curiosidade de medir uma garrafa dessas e descobri que ela mede cerca 33cm. Então, esse peixe deve medir mais de 1m, e isso é um pouco deprimente.

Outro trabalho que fazemos é o uso do biomonitoramento. O uso de bioindicadores são aqueles grupos de espécies que, de alguma forma, e por sua presença, quantidade e distribuição, indicam a magnitude dos impactos ambientais sofridos pelo ecossistema. A Patrícia falou um pouco sobre o IQA, que é uma medida físico-química, não levando em consideração o dado biológico. No biomonitoramento, além do físico-químico, levamos em consideração as comunidades de seres vivos que ocorrem na bacia. Então, ele é muito eficiente. A medida físico-químico é instantânea, mas o ser vivo que está ali sofre aquele problema ambiental constantemente, durante todo o seu ciclo de vida.

No Rio das Velhas, então, temos uma rede com 37 postos de amostragem, onde são analisados parâmetros bacteriológicos, algas, plâncton, invertebrados bentônicos e peixes. Esse é o alto Rio das Velhas, destacando-se, em cinza, a Região Metropolitana.

Depois, o Médio. Em seguida, o Baixo Rio das Velhas, onde encontramos uma variedade de espécies, por exemplo, de macroinvertebrados bentônicos, os invertebrados, ou seja, moluscos, larvas de insetos e outros grupos. No Alto Rio das Velhas, dominam espécies resistentes, por causa da poluição. Esse dado é mais interessante para a Região Metropolitana, onde apenas três grupos de espécies conseguem resistir à qualidade de água do Rio Arrudas, do Rio Onça e de alguns rios de Belo Horizonte.

No caso do biomonitoramento dos peixes, há dados interessantes sobre como o rio pode recuperar-se. Com as informações que temos, sabemos que o Rio das Velhas ainda possui fauna muito rica, já que 75% de seus peixes se encontram preservados nos afluentes. As lagoas marginais, segundo estudo recente financiado pela Fapemig, comportam quase todas as espécies migradoras, que as usam como berçário. É muito importante sabermos que as lagoas estão funcionando biologicamente como funcionavam no passado.

Existe uma crescente preocupação com a qualidade das águas, razão por que estão sendo construídas as Estações de Tratamento de Esgoto. O Rio das Velhas ainda não possui barragens em seu curso principal, tendo, por isso, o trecho livre, além de alta conectividade com o Rio São Francisco, de onde podem advir peixes. Assim que a qualidade das águas melhorar, o rio poderá ser povoado.

No início de nossos estudos, constatamos que no Rio das Velhas havia 93 espécies de peixes. Na segunda etapa desse estudo, feito com os afluentes, percebemos que havia 107. Hoje, considerando as lagoas marginais, incluídos todos os dados, já sabemos que são 115 as espécies. Dessas, oito são novas, ou seja, não são conhecidas pela ciência nem foram ainda formalmente descritas. Além disso, existem 15 espécies de importância comercial, as de maior porte, necessárias à pesca, além de espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Também fazemos alguns estudos, patrocinados pela Fapemig, no Rio Paraopeba, para conhecer as migrações de peixes, muito pouco conhecidas hoje no Brasil. Há uma escada de peixes na usina térmica de Igarapé, mais ou menos no meio do curso, onde há este pontinho vermelho. Inserimos cirurgicamente alguns transmissores nos peixes. Este é um curimatã; este, um dourado. Marcamos dourado, naquela região, de até 15 quilos. Esses peixes são soltos na água e rastreados por estações fixas ou barcos equipados com antenas, que recebem sinais. Por dois anos, é possível monitorar os peixes e saber quais as áreas importantes para as espécies, em termos, por exemplo, de reprodução e de alimentação.

Sem conhecimento, é impossível tomarmos uma decisão correta em prol da preservação de uma área ou de uma espécie. Devemos incentivar esses estudos para que, por meio de um banco de dados, conforme o pessoal da ANA e do Igam demonstrou, as informações possam ser incorporadas, em conjunto, ficando elas disponíveis. Poderíamos, com o aumento das informações e da gestão dos recursos hídricos, trocar imagens chocantes como estas por um belo dourado, por um bando de colhereiros numa lagoa marginal do Rio São Francisco, por plantas aquáticas ou por certas espécies de peixes. Vemos aqui o belo Rio Cipó, tido como berçário para o Rio das Velhas. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Para falar sobre o tema "Água: Conhecer para Administrar - A Importância do Sistema de Informações", com a palavra, a Sra. Alice Silva Castilho, membro da ABRH, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

Palavras da Sra. Alice Silva Castilho

Bom dia a todos. Agradeço à organização do evento o convite feito à ABRH. Falarei com a visão dos usuários, uma vez que a associação representa os usuários que utilizam as informações em diversos órgãos. Como fiquei a jusante, todo mundo bebeu água limpa. Talvez, por isso, minha apresentação se torne um pouco repetitiva. Peço desculpas se assim o for, mas organizei-a em função disso.

Falarei sobre o sistema de gerenciamento de recursos hídricos e como o sistema de informações está integrado a ele; os marcos da evolução administrativa no Brasil; as competências para a área de recursos hídricos; a concepção de um sistema; a classificação de dados e informações; e exemplos.

Como já foi dito pelos colegas, o sistema de gerenciamento é um instrumento da política nacional de recursos hídricos, assim como os planos de bacia, o enquadramento, a outorga, a cobrança e a compensação ao Município. É um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes à sua gestão.

Princípios: descentralização da obtenção e produção de dados e informações. Esse é um ponto muito importante, porque as fontes de alimentação de um sistema de recursos hídricos são diversas. Mais à frente, veremos a interface dessa produção das informações nos diversos Ministérios que compõem o governo brasileiro e os órgãos que estão ligados a eles.

A coordenação é unificada: no sistema nacional, é feita pela ANA; nos Estados, pelo órgão gestor. No Estado de Minas Gerais, o órgão gestor é o Igam; no Estado do Espírito Santo, o Iema; no Distrito Federal, a Adasa. E acesso aos dados e informações garantido a toda a sociedade.

Não repetirei os objetivos, que foram ditos em outra apresentação. Cabe ao Poder Executivo Federal, por meio da ANA, implantar e gerir o sistema nacional e aos Poderes Executivos dos Estados e Distrito Federal implantar e gerir os sistemas de informações estaduais, que fazem parte do sistema nacional. Vamos falar sobre o levantamento das informações hidrológicas, o histórico delas. Em 1909 houve o início de um monitoramento (não pela criação do Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet -, porque antes era o Departamento Nacional de Meteorologia - DNMET) climatológico, de variáveis meteorológicas fora do curso d'água, como precipitação, evaporação, temperatura, pressão atmosférica, etc.

Na década de 30 houve o início do monitoramento da água superficial, feito pela Divisão de Águas, ligada ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Então, a água, passou a ser considerada recurso mineral, como realmente é. O DNPM está ligado ao Ministério de Minas e Energia.

Na década de 40 o monitoramento passou a ser realizado por outros órgãos, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - e companhias de energia, que também criaram redes próprias.

Na década de 60 houve a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE -, também no Ministério de Minas e Energia, e de uma rede básica para fins hidrelétricos das companhias de abastecimento de água, que também começaram a criar redes próprias.

Na década de 70 foram criados órgãos ambientais e comitês de bacias.

Na década de 80 foi instituída a Lei do Meio ambiente, os diagnósticos de bacia e avanços na legislação ambiental.

Na década de 90 criou-se a Lei nº 9.433, de 1997, da Política Nacional de Recursos Hídricos, e houve a extinção dos distritos do DNAEE nas Capitais, na época do Governo Collor. Isso prejudicou muito o monitoramento hídrico superficial no Brasil porque o DNAEE era responsável por essa rede: a partir dos dados coletados, tinha que transformá-los em informações. Nessa época houve uma diminuição de aportes de recursos para a operação dessa rede, que ficou bastante prejudicada.

Normalmente essas estações de monitoramento são visitadas quatro vezes ao ano. Em 1990 não o foram e, em 1991 e 1992, aconteceram apenas duas visitas. No meio da década de 90 o DNAEE transformou-se em Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Esse foi um marco importante porque o DNAEE perdeu as atribuições ligadas à água, o que causou a criação da ANA em 2000.

Então, na década de 90, esse monitoramento, o levantamento das informações acontecia no âmbito do Ministério das Minas e Energia, mas, a partir da criação da ANA, passou a ser responsabilidade do Ministério de Meio Ambiente, que ficou responsável pela política nacional de recursos hídricos e pela política de meio ambiente.

O Ministério da Integração Nacional abriga a Defesa Civil, que possui informações importantes para o sistema de informações de recursos hídricos ligadas a inundações e secas. O Ministério de Minas e Energia abriga o serviço geológico, que é responsável pelo levantamento das informações geológicas.

As águas subterrâneas estão contidas na competência do Ministério de Minas e Energia, onde também está a Aneel. A matriz de geração de energia brasileira é praticamente toda baseada em energia hidrelétrica.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento abriga o Inmet, responsável pela rede metrológica.

O Ministério da Saúde, por meio das companhias de saneamento, é um fornecedor de informações para o sistema de recursos hídricos.

O Ministério dos Transportes abriga as empresas ligadas à navegação, como a Asfra, que trata da navegação do São Francisco.

O Ministério da Defesa abriga o Inpe e a aeronáutica, que detêm informações importantes para o Sistema de Informação dos Recursos Hídricos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão abriga o IBGE, que dispõe de dados de censo e cartográficos, indispensáveis para o sistema.

O Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Relações Exteriores são responsáveis também pelas questões relativas às bacias transfronteiriças.

O Ministério do Meio Ambiente - MMA - abriga a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, que é competente para formular a política nacional de recursos hídricos.

O Conselho Nacional é competente para promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários e para arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre os conselhos estaduais.

O Ibama, dentro do MMA, é o órgão gerenciador da questão ambiental.

A ANA, na esfera de suas atribuições, tem como competência implementar a política nacional de recursos hídricos.

O Sistema de Informação de Recursos Hídricos dará suporte às ações de um comitê de bacia e ao sistema estadual ou nacional de gerenciamento de recursos hídricos, para demais instrumentos da política de recursos hídricos e ações da gestão integradora.

Discorrerei sobre o que cada usuário espera de um sistema de informações. Por meio de várias transparências, vocês avaliarão se é realmente isso que esperam de um sistema de informações, até o estudante de nível secundário. Estão presentes os representantes dos comitês de bacia, o colega do Santo Antônio e o pessoal do órgão gestor, como o Sr. Paulo Teodoro.

Um Secretário de Estado, um Secretário Municipal e um administrador de empresa pública esperam acompanhar as ações de governo executadas, em andamento ou previstas; o cronograma físico-financeiro; os orçamentos; os recursos previstos; as demandas existentes por ações e a legislação.

O Poder Legislativo, composto pelo Vereador, Deputado, Senador, Promotor de Meio Ambiente, Tribunal de Contas, Procuradoria e outros espera desse sistema: legislação, ações de governo executadas, em andamento ou previstas; cronograma físico-financeiro; documentação de licitações e cumprimento de exigências ambientais.

Um planejador de empresa privada cujo empreendimento depende de recursos hídricos espera: disponibilidade hídrica; disponibilidade em reservatórios; adutoras; outorgas concedidas; legislação; procedimentos de outorga e licenciamento; elementos sobre a cobrança; mapas digitais e dispositivos de consulta de informações geográficas básicas, etc.

O usuário em geral, que planeja captar e armazenar água ou lançar efluente espera obter informações básicas sobre os corpos d'água; sobre o procedimento para solicitação de outorga e licenciamento e sobre a legislação.

Os planejadores de recursos hídricos no âmbito dos órgãos gestores precisam conhecer as disponibilidades e demandas por água no cenário atual e no futuro; as soluções previstas para curto, médio e longo prazos; os orçamentos e cronogramas; as ações de governo; as demandas existentes por ações; os planos, projetos e programas e a legislação.

Técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental: cadastro de usuários dos recursos hídricos; cadastro de fontes potencialmente poluidoras; caracterização ambiental da bacia: ecossistemas, reservas ambientais e legislação.

Técnicos que cuidam do acompanhamento e adoção de medidas de controle de eventos extremos, tipo secas, cheias e acidentes com impactos ambientais, precisam de dados de monitoramento dos corpos d'água; informações meteorológicas de previsão de tempo e clima; cadastro de áreas de risco; instrumentos para simulação de impacto dos eventos críticos; planos de ação preventivos e corretivos e legislação.

Técnicos de empresa de consultoria, empresa pública de atividade-fim, precisam de dados hidrológicos, de qualidade da água e da piezometria de aquíferos; informações regionalizadas; mapas digitais, dispositivos de consulta e geração de informações georreferenciadas; demandas existentes por ações; informações sobre disponibilidade hídrica em diferentes locais da bacia hidrográfica de interesse: vazões médias, disponibilidade em reservatórios, adutoras; ações de governo executadas, em andamento ou previstas; legislação.

Membros de comitês de bacias hidrográficas, de conselhos em geral e técnicos do órgão gestor de recursos hídricos responsáveis pela gestão participativa precisam de informação sobre legislação; informações detalhadas sobre a bacia hidrográfica: disponibilidade hídrica, usos múltiplos da água atuais e previstos, biodiversidade; ações na bacia executadas, em andamento ou previstas; orçamentos; recursos previstos; instituições potencialmente financiadoras; demandas existentes por ações; cadastros; planos e projetos; informações sobre a gestão participativa: comitês de sub-bacias, conselhos estaduais, conselhos de usuários de reservatórios, todos com cadastro dos membros, agendas de trabalho.

Estudantes de pós-graduação - interesse à pesquisa - precisam de informações detalhadas sobre a bacia hidrográfica: disponibilidade hídrica, usos múltiplos da água atuais e previstos, biodiversidade; dados de monitoramento dos corpos d'água; informações regionalizadas; cadastros de obras hídricas; planos e projetos; mapas digitais e dispositivos de consulta e geração de informações georreferenciadas e legislação.

Estudantes de nível médio e a população interessada em geral: informações detalhadas sobre a bacia hidrográfica: disponibilidade hídrica, usos múltiplos da água atuais e previstos, biodiversidade.

Varri a gama de usuários de um sistema de informação que a Associação Brasileira de Recursos Hídricos está representando.

Que tipo de informações estarão disponíveis num sistema de informações? Espaciais, que são mapas e imagens; tabulares, que são monitoramento e cadastro; e documentais, que são relatórios, leis, planos, projetos, inventários e obras.

Há a cartografia sistemática: estradas, drenagem, Municípios, Estados, regiões, cidades-sede, bacias hidrográficas; e a cartografia temática: solos, vegetação, relevo, geologia, hidrogeologia.

Redes de postos de monitoramento: climatológico, pluviométrico, fluviométrico, qualidade de água, sedimentométrico, ambiental e piezométrico.

Informações espaciais. Infra-estrutura de recursos hídricos: poços, adutoras, eixos de transposição, reservatórios, elevatórias; informações de usuários: abastecimento humano, industrial e irrigação; zoneamento ambiental: flora e fauna; sensoriamento remoto: imagens de satélite, radar, fotografia aérea; fichas técnicas da infra-estrutura de recursos hídricos: açudes, poços, adutoras, eixos de transposição, reservatórios, elevatórias.

Informações Tabulares. Demanda consuntiva: irrigação, abastecimento humano e industrial, e não consuntiva: recreação, navegação, geração de energia, piscicultura; outorga; cobrança; geografia física e dados de postos e estações.

Outras informações. Documentais: relatórios, legislação, planos de recursos hídricos, projetos, inventários, editais, termos de referência.

Em termos de um sistema de informação baseado em um "software" que possa ser "linkado" a outros, a experiência brasileira é a que se segue: em 1995, Pernambuco, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, criou o Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Estado; existe um sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos em São Paulo e no Ceará; e o do Distrito Federal está em fase de criação.

Aqui, vemos exemplos de sistemas que ainda não estão interligados ou "linkados" a um único "software", mas que também podem ser considerados sistemas se as suas informações estiverem agrupadas em um único "site". Quem atua na área de recursos hídricos sabe da dificuldade para a obtenção de dados antes da Internet. Para sabermos a cota ou a vazão, entrávamos em contato com o escritório do DNAEE, que nos fornecia um disquete com os dados, além do dado impresso naquele formulário contínuo, enorme. Isso ocorria, quando não conseguíamos abrir o disquete, caso em que era preciso redigitar todos os dados que constavam no papel, o que demorava alguns dias ou semanas. Assim, esse acesso em tempo real, pela página da ANA, é um avanço muito grande e importante. E podemos ver, navegando, que o "site" da ANA é aprimorado continuamente. Ou seja, podemos considerar que ele já é, sim, um sistema de informação, embora não seja integrado em uma base única. Nele há mapas, dados em forma de "softwares" e também dados em tempo real, de monitoramento das telemétricas, por exemplo.

Outro "site" de informações muito interessante e que pode servir de base para os nossos é o de Portugal, em que consta monitoramento costeiro, monitoramento subterrâneo, etc. Pela Internet, vemos ainda monitoramento de açudes e reservatórios na Bahia e em Pernambuco; mapas no Ceará; um sistema de informações para o meio ambiente, qualidade de água e Simge em Minas Gerais; o Hidrotec de regionalização de vazões da Universidade Federal de Viçosa para todo o Estado; os alertas do Doce, do Pantanal e de Manaus e o Sistema de Informação de Águas Subterrâneas - Siagas - no "site" da CPRM; e previsões do tempo e prognóstico climático no "site" do INMET.

Antes de terminar, quero dar mais um alerta sobre a situação atual da operação da rede hidrometrológica básica. O pilar de um sistema de informação é a coleta de dados básicos, que se vão transformando em informação com o decorrer do tempo, e a demanda, que é construída por cadastros de usuários, por censos e pela própria concessão de outorga. Para se ter gerenciamento de recursos hídricos ou de qualquer outro recurso - por exemplo, da sua conta bancária -, é preciso saber quanto entra e quanto sai, a disponibilidade e a demanda. Mas, nos últimos três anos, vimos assistindo a um comprometimento na frequência da operação da rede hidrometrológica nacional.

Como eu disse no início, as estações são normalmente visitadas quatro vezes ao ano; em anos anteriores, quando havia algum tipo de problema orçamentário, eram visitadas três vezes. Mas, nos últimos três anos, embora prevista em doze meses, com quatro visitas a cada estação, a operação só se deu em seis meses, com duas visitas a cada estação. Ocorre que às vezes uma estação é destruída por uma enchente, por exemplo, e se perde muito tempo para recuperar tudo; e aqueles dados ficam perdidos, porque às vezes não se dispunha de uma régua para monitorar o nível do rio, enquanto a estação esteve destruída.

Outro problema que verificamos nos equipamentos automáticos de transmissão via satélite, que são caros - da ordem de milhares de dólares -, é que, sem manutenção, se transformam em ninhos de cobras, caixas de marimbondos ou colmeias.

No final das contas, ao invés de monitorarmos dados de chuva, estamos monitorando a produção de mel e a atividade de uma colmeia.

Este é meu "e-mail": acastilho@golder.com.br. O representante regional da ABRH em Minas Gerais é o Éber. Este é seu "e-mail": eber@bh.cprm.gov.br. Em breve, a ABRH regional terá um "site" em Minas Gerais. O "site" da ABRH nacional é www.abrh.org.br.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de transparências.

O Sr. Coordenador - A Alice citou os comitês de bacias. Fiquei impressionado com o detalhamento feito sobre a necessidade das informações. Quero acrescentar, em vista da experiência que temos em nossa bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, que é necessário que esses dados sejam compatíveis com as unidades de planejamento. Precisamos enxergar tudo isso. Nossa discussão é que a relação é exatamente com a base de todas essas informações, que é a base cartográfica, e que não a temos em escala compatível com as unidades de planejamento. Esse é um ponto fundamental. O sistema nasce em cima de quê? É incompatível com aquele que está ao lado do olho-d'água, ao lado da nascente? É isso que estamos discutindo no CBH Santo Antônio.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante daremos início à fase de debates. Informo que temos oito inscritos. As perguntas podem ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Informo que já encerramos a fase de inscrições. Para agilizar os debates, solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivas e sucintas, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - A primeira pergunta é do Sr. Nísio de Sousa Armani, engenheiro mecânico do Crea-MG e da Abemec, para o Sr. Carlos

Bernardo Mascarenhas: "Além dos desmatamentos, dos assoreamentos, das canalizações, da poluição dos vários cursos d'água, das barragens edificadas sem transposição da piracema das espécies exóticas introduzidas, há outros motivos causadores da extinção inaceitável das biotas, espécies de "rios nossos de cada dia"?".

A segunda pergunta é de Sylmara Lisboa, do Instituto Izabela Hendrix, para o Dr. Carlos Bernardo: "A criação de um ambiente favorável para a manutenção das espécies de peixes existentes poderia evitar uma possível extinção? Quais as medidas necessárias para essa manutenção dentro do sistema nacional de infra-estrutura de recursos hídricos?". Com a palavra, o Dr. Carlos Bernardo.

O Sr. Carlos Bernardo Mascarenhas - Em relação à primeira pergunta, uma das ferramentas que mostrei, que é o biomonitoramento, é muito eficaz para demonstrar como a biota aquática responde a uma série de impactos. Na pergunta foram mencionados alguns desses impactos, mas nem todos. Temos uma gama variada. No caso dos peixes, temos como avaliar o efeito do impacto quando existem bons estudos prévios realizados. No caso dos empreendimentos atuais, apesar da legislação para o licenciamento de empreendimentos impactantes, vemos que nem sempre o levantamento inicial básico é bem-feito por causa da pressa, por razões econômicas.

Um levantamento "falho" no início comprometerá uma comparação futura.

Quanto a dados históricos, que também mencionei na palestra, poucos lugares possuem dados de décadas ou de séculos atrás, o que nos impossibilita fazer essa comparação. Por meio de estudos que estamos realizando, como o biomonitoramento, constataremos como os impactos de uma bacia afetaram diversas comunidades da biota aquática. Após a implantação de empreendimentos ou no gerenciamento de determinada bacia hidrográfica, poderemos determinar, ao longo do tempo, por meio desse monitoramento, se os impactos estão aumentando ou diminuindo e se o ambiente está respondendo de forma positiva, ou seja, com a volta de algumas espécies. Esperamos que isso ocorra no Rio das Velhas.

Quanto à segunda pergunta, ou seja, o sistema relacionado com a manutenção e a preservação de espécies, se formos comparar as populações humanas, desde o descobrimento do Brasil até hoje, verificaremos a existência de áreas densamente povoadas que causam impacto provocado por lixo, esgoto e atividades econômicas para manter a população. Os objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação é proteger certos ambientes que têm importância, por possuírem fauna rica, vegetação singular e áreas onde só ocorre uma espécie.

Como estamos falando sobre conservação, geralmente pegamos uma espécie-bandeira, como o mico-leão-dourado ou o mono-carvoeiro, e protegemos uma área muito grande. Com a proteção da área para aquela espécie-bandeira, estamos protegendo um ambiente maior, incluindo rios, o que propicia a conservação da fauna da bacia naquele trecho.

O ideal é compatibilizar o uso da bacia com a vida nela existente, tornando esses empreendimentos menos impactantes, além de permitir que os estudos necessários para a determinação dos impactos sejam mantidos, ou seja, os estudos devem ser contínuos. Muitas vezes, as pessoas não interpretam o que seja monitoramento. Por exemplo, após a construção de uma barragem, dizem que cuidarão dela durante três anos. Não. O monitoramento deve ser contínuo. A frequência poderá ser alterada e o esforço diminuído, mas o monitoramento deve ser contínuo, para que possamos diagnosticar as alterações, evitando a extinção de espécies, como mostrei durante a palestra.

O Sr. Paulo Romano - Cumprimento a todos os expositores, que deram amplas informações sobre o avanço no SNIRH. Peço licença para tentar ampliar essa agenda de informações. Estamos debatendo o subtema "Água e Educação". Ontem discutimos questões relacionadas com educação e cultura, ou seja, o grande número de pessoas que não têm nenhuma ligação com esse tipo de sistema. Peço licença para fazer esse corte. Tenho orgulho de dizer que ajudei a contribuir para esse sistema quando fui Secretário Nacional de Recursos Hídricos. Por exemplo, o mapa da qualidade das águas de Minas Gerais foi criado e lançado. Está presente o Maurício Andrés, ex-Presidente da Feam, que hoje está no Igam.

O Secretário de Meio Ambiente da época era o mesmo José Carlos Carvalho. Considero uma evolução fantástica, estamos fazendo uso de uma linguagem do melhor padrão. Mas preocupa-me, chega a angustiar-me o fato de estarmos tratando de um tema restrito. Aliás, as palavras são muito fortes. A expressão não chega a ser "gestão de água". Fala-se em sistema de informação para administrar. Quer dizer, é algo que tem uma característica de gestão num sentido muito pragmático, de dados, enfim, num nível de racionalidade muito grande. Meus cumprimentos por isso.

Minha questão é que precisamos evoluir e decodificar informações para a sociedade. Essa é uma lacuna muito séria. É bom estarem aqui os Deputados Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; e José Henrique, Presidente da Cipe Rio Doce e desta reunião, para nos ajudarem a criar esse novo momento. É evolução, não é mudança no caminho do que está-se fazendo, no aspecto formal e técnico. A população não conhece o assunto; temos de decodificá-lo. Esse dia-a-dia refere-se a pessoas. É um público difuso, não é composto só de usuários como os que citamos aqui. É muito difícil e bem mais complexo.

Tenho uma sugestão ao Dr. Paulo Teodoro. Quem sabe Minas Gerais não poderia novamente liderar um apoio a uma base que já existe - aliás, aqui há pessoas comprometidas com o que na época chamamos de Movimento de Cidadania pelas Águas - e ali ancorar um sistema de informação prático, do dia-a-dia, para as pessoas, cobrindo parte daquela lacuna? Não sabemos se a melhor educação seria a formal ou a informal, mas seriam divulgadas informações que incluíssem as pessoas sob a perspectiva do cuidado com a água. É o contraponto que o cidadão pode dar aos órgãos que fazem gestão de água. Muito obrigado.

A Sra. Alice Silva Castilho - No final da minha apresentação, citei alguns exemplos. Falei muito dos avanços do "site" da ANA, que abrange várias informações já decodificadas. Do lado esquerdo do "site" encontram-se muitas dessas informações, inclusive voltadas para crianças. Quem acompanha o "site" do Inmet pode constatar um grande salto evolutivo no nível de informação, logicamente ligada à atribuição do órgão. Ela está vindo de uma forma muito mais palpável para a população de um modo geral.

O Sr. Vinícius Martins Ferreira - Complementando a informação do Dr. Paulo Romano, estamos implantando na Bacia do Alto Rio Grande uma rede de informações que vai beneficiar 15 Municípios diretamente e 28 indiretamente. Essa rede está fazendo um diagnóstico da ocorrência de grandes erosões na região, as voçorocas. Um dos objetivos é tornar tais informações acessíveis a todos. Porém, estamos com grandes dificuldades para conseguir informações em nível local, sendo que algumas delas estão disponíveis na Cemig. Eu trouxe o ofício e aproveito a oportunidade para solicitarmos essas ortofotocartas. São fotos aéreas planificadas que contêm o detalhamento das informações por meio das quais conseguimos interpretar onde estão essas voçorocas e os impactos que geram nos recursos hídricos.

Mas não conseguimos essas ortofotocartas da Cemig. Para que tenham uma noção, cada ortofotocarta custa R\$100,00. Para fotografar um Município são necessárias, no mínimo, 10 ortofotocartas - isso equivale a R\$1.000,00. Acessamos os órgãos regionais da Cemig e não obtivemos resposta. Raramente há algum retorno; quem quer que a gente adquira essas ortofotocartas. São fotos tiradas em 1985 e, por meio delas, pudemos acompanhar a evolução dessas erosões em 20 anos.

Este ofício, Dr. Paulo, é para que o senhor encaminhe ao Presidente da Cemig, Dr. Djalma Bastos. Acredito que não deve ser complicado conseguir isso, mas, nós, particularmente, estamos com muita dificuldade.

Essas ortofotocartas são distribuídas à comunidade, às escolas, aos agricultores, para que consigam ter uma noção do território, de onde estão os principais cursos d'água, as maiores erosões, como está a distribuição do território. Precisamos disponibilizar isso a todos os comitês, todas as ONGs, etc. Obrigada.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Teodoro, o Sr. Nísio Souza Armany, do Crea-MG, gostaria de ouvir um comentário do Dr. Paulo e da Dra. Alice sobre a seguinte afirmação: "Nos cadastros de área de risco do Brasil há mais de 300 mil voçorocas e erosões, com as respectivas extensões e dimensões."

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Antes de responder a essa pergunta, quero falar rapidamente sobre a questão levantada pelo Dr. Paulo Romano. Também tenho esse tipo de preocupação, Dr. Paulo. De repente, começamos a buscar um refinamento acadêmico a respeito dessas informações, quando, na verdade, para uma atuação no gerenciamento de recursos hídricos, sobretudo para cuidar de uma problemática que nos pressiona a cada dia, precisamos urgentemente de informações mais simples. Informação é um tema bastante complexo, e comporta a atuação de todos, até daqueles que querem especializar-se profundamente no tema. Mas também não nos podemos esquecer das respostas mais prontas de que necessitamos agora. Acho que o sistema de informações tem de permear todas essas realidades. A comunidade acadêmica tem de mergulhar fundo nessa problemática. Não nos faltam assuntos para teses de mestrado, doutorado, pós-doutorado, em todos os níveis, basta concitar a comunidade acadêmica. Mas também é preciso verificar o que a comunidade, que está com a mão na massa no dia-a-dia, pode extrair de todas essas informações e colocar numa linguagem acessível ao cidadão comum, que é o nosso grande aliado na questão das águas.

Em relação às ortofotocartas da Cemig, acho que os aproximadamente R\$15.000,00, R\$18.000,00 que estão sendo solicitados não farão com que a Cemig fique mais rica ou mais pobre. Encaminharemos o seu pedido à Cemig, Vinícius, com todo o prazer. Estamos negociando um contrato novo com a Cemig e, se for o caso, poderemos incluir isso nele.

A Sra. Alice Silva Castilho - O cadastramento das áreas de risco normalmente é feito pela própria Defesa Civil, só que ela atua nos três níveis: federal, estadual e municipal. Quando a Defesa Civil Municipal é organizada, geralmente esse cadastro fica na base do Município, e assim sucessivamente.

Quanto ao mapeamento das voçorocas e erosões, ele está mais ligado ao IEF, que é responsável pelo levantamento de cobertura e uso do solo.

O Sr. José Alberto de Resende - Estou representando o Presidente do Comitê de Bacias do Vale do Piranga e também sou membro do Comitê Nacional do Doce.

As apresentações da Sra. Fabrícia, do Sr. Sérgio e da Sra. Alice retratam bem os dois Brasis que vivemos. Existe o Brasil da informação, informatizado, e um outro Brasil que mostra a realidade de quem está lá na ponta da bacia e que não sabe da necessidade de se preservarem as nascentes. Eles não conhecem o que é preciso para que o produtor tenha um ressarcimento mínimo. Ou seja, o que pode ser dado a ele para que abra mão de sua pequena área. É exatamente o que o Amarildo disse: informação não é conhecimento.

Não sou contra informação, mas espero que esse investimento em informação não seja feito em detrimento daqueles que estão na ponta do consumo.

Ontem, lamentavelmente, assisti aqui ao último painel. Por infelicidade, a organização deste evento determinou que ele fosse exibido às 17 horas. Ocorre que, em decorrência de um atraso na exibição dos outros painéis, ele só pôde ser exibido uma hora mais tarde e para menos de 10% da platéia. Os Deputados que coordenavam o painel eram apenas o Laudelino Augusto e o João Leite.

Os comitês estão à deriva, esperando a criação das agências que vão patrociná-los ou viabilizá-los. Não são ações que os comitês devem promover na bacia, e sim a maneira de viabilizar a si próprio, como forma de avaliar o que deve ser feito na referida bacia. Mas isso não está sendo feito.

Ontem ouvi opiniões do representante da ANA e do representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que chegou à conclusão de que não existirão as agências. São duas opiniões divergentes. Posteriormente, o Sr. Paulo Teodoro contemporizou um pouco a situação, mostrando a possibilidade de se fundirem comitês em prol da criação de agências.

O fato é o seguinte: ou se criam dispositivos para essas agências e se viabilizam os comitês ou pára-se de falar em comitês. As pessoas estão cansadas de reuniões de mais e de ações de menos.

O Poder Legislativo pensa que está tudo bem e que já existem informações demais, ou melhor, legislação demais. Mas, na verdade, as coisas não acontecem assim. Lá na bacia existem mães falando para os filhos não jogarem lixo no terreiro porque "terreiro não é rio". Isso é fato. Digo isso porque trabalho com o Senar e convivo com as comunidades. Morei no meio rural por 12 anos e constatei isso.

Vamos deixar de ser hipócritas e avançar nas informações, sobretudo por meio de ações na base. Caso contrário, essas reuniões de nada vão adiantar. Não basta ter um belo programa de computador com todas as informações. Só as pessoas podem gerar as ações baseadas nessas informações.

Lamentavelmente, ontem o debate foi muito pobre em relação à criação das agências, porque as pessoas não ficaram aqui.

É preciso que haja informações precisas. Mas, para isso, deve haver dispositivos. Do contrário, esses comitês irão à falência. Se forem observar a exposição que acontece ali, os comitês só têm fotografias para mostrar.

Os comitês trazem poucas ações do Projeto Manuelzão e de outros. Gostei do que disse o Hamilton: precisamos das informações como pré-condição para começarmos o trabalho, mas precisamos de ações lá, para não termos de esperar respostas de ações de comitê. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço a participação do José Alberto de Resende. Como membro deste Parlamento, sei que sempre queremos respostas imediatas. Temos de lembrar que a discussão sobre o meio ambiente é recente, pela história deste país. Não podemos dizer que as reuniões e encontros são ineficazes. Se estamos discutindo um fórum sobre educação, temos de chamar a sociedade a participar, porque nossa cultura é de sempre cobrar respostas do poder público. Se não participarmos, se a sociedade não participar, principalmente se há uma questão de gestão descentralizada, há necessidade da participação de todos.

Nesta Casa, há a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. A partir de 1999, criamos a Comissão Especial, da qual faço parte, a Cipe Rio Doce. Uma comissão interestadual, formada por Minas e Espírito Santo, porque é uma bacia nacional, para discutirmos os problemas ambientais do Rio Doce. Acharmos que ela é uma das bacias mais poluídas pelo processo de mineração de mais de três séculos. Há mais de 20

anos que nesta Casa se fala em Rio Doce. Existia aqui o consórcio entre França e Brasil, que começou a diagnosticar os problemas do Rio Doce.

Estou também na expectativa de ver respostas para a melhoria da qualidade da água, para diminuir o avanço na poluição, construção das barragens e o assoreamento cada vez mais constante, por ser uma bacia com grandes usinas siderúrgicas, indústrias de celulose e com uma ocupação cada vez mais crescente. Queremos essa resposta. Mas acho que a importância do comitê é manter uma gestão descentralizada.

Temos uma agenda a cumprir este ano. Iremos a Mutum, porque o último comitê criado na bacia hidrográfica do Rio Doce foi o Subcomitê da Bacia do Rio Manhuaçu. Vamos lá discutir e chamar as escolas, os Vereadores e toda a sociedade a participar, falar sobre meio ambiente e a preocupação com aquela região.

A preocupação com o meio ambiente e a busca de recursos são importantes. Temos um plano até ambicioso para isso, mas, quando falamos dele, falamos em um plano para 20 anos. E, tratando-se de imediatismo, 20 anos é muito tempo.

Falamos sobre o Rio Doce limpo, trabalho que a Cipe Rio Doce desenvolveu junto a vários órgãos dos governos de Minas e Espírito Santo, com a participação das ONGs, para o esgotamento sanitário. É preciso ter recursos e sensibilizar, nos orçamentos federal e estadual, para a participação do parlamento, do governo e das Prefeituras para iniciar esse processo, mas é importante a participação da sociedade para a educação no meio ambiente.

Entendemos ser necessária a chamada da sociedade civil para a conscientização de que ela é responsável. Se joga lixo, tem de saber que vai poluir. Precisamos da água, e nossos rios estão poluídos. É preciso participação de toda a sociedade.

O Deputado Laudelino Augusto - Já estamos com o tempo esgotado, mas vale um comentário simples para aprofundarmos no assunto. Foi muito válido o questionamento, essa é uma angústia de muitos de nós.

Ontem, a última Mesa na parte da tarde foi Agência de Bacia. Falou-se nessa Mesa sobre a burocracia, a demora do chamado poder público. Foi dado exemplo de uma agência que já está funcionando porque a sociedade civil organizada se mobilizou, até para a parte financeira, fez isso para poder ver se funcionava. Tiramos isso como idéia prática, pois assim veríamos alguma agência, algum comitê, dois ou três conjuntamente, funcionando, com a sociedade civil presente, cobrando, fazendo o controle social, tão necessário, tão importante.

Foi muito válido o questionamento para aprofundarmos o estudo e colocá-lo em prática. Os comitês de bacias têm de ser prioridade. Também devemos considerar bacia como unidade de referência, o que já é dito pela lei, assim como as suas agências.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - O José Alberto tem um pouco de razão porque a sociedade começa a cobrar a que veio o comitê, sobretudo de vocês, representantes dos comitês de bacias hidrográficas, e temos de lhe dar uma resposta.

Por outro lado, o envolvimento da sociedade nessas questões não é muito rápido. Se partíssemos para um outro tipo de modelo de atuação, um pouco mais autocrático, provavelmente nem os comitês existiriam e, aí, quanto à gestão de recursos hídricos, não estaria dito na lei federal nem na estadual que seria descentralizada e participativa. Seria centralizada nos poderes públicos federal e estadual e ponto final. Mas esse é exatamente o modelo de que procuramos fugir, até para atendermos o espírito da Constituição de 1988 e a legislação de recursos hídricos.

Lembro-me de que o primeiro evento de que participei, quando assumi a Diretoria no Igam, em 2003, ocorreu na Fundação João Pinheiro e foi sobre agências de bacias. E a discussão no evento de ontem - inclusive lamentei a presença de pouca gente devido ao cansaço do pessoal, uma vez que se tratava do último evento do dia - foi mais uma ação provocativa lançada para os comitês. Agora caminharemos para a solução da questão. Teremos de dizer o número de agências de bacias, sua natureza jurídica, suas potencialidades econômico-financeiras, porque não podemos jogar para perder nem retroagir na questão do gerenciamento de recursos hídricos.

Fica aqui a provocação e, dentro em breve, marcaremos um evento para discutir, única e exclusivamente, a questão das agências, e vocês nos darão as diretrizes para fazê-lo.

O Sr. Presidente - Há duas perguntas dirigidas ao Dr. Sérgio Barbosa. A primeira é de Vinícius Martins Ferreira, da Comissão GD1, Projeto Maria de Barro: "As informações do cadastramento já efetuado nas Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Paraopeba já estão disponíveis no "site" da Agência Nacional de Águas?" A segunda é de Cláudio Souza, da Universidade Federal de Diamantina: "Como a telemetria tem contribuído para a aquisição de informações e em qual proporção, em relação às informações obtidas?"

O Sr. Sérgio Barbosa - Hoje, no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH -, trabalhamos basicamente com o cadastro da Bacia do Rio São Francisco, feito e conduzido pela Codevasf. Esse trabalho ainda está sendo alimentado nesse cadastro: uma parte é coletada por fichas e digitada nos Estados e a outra é coletada por meio de equipamentos eletrônicos, sendo que ainda não se encontra totalmente nesse banco de informações.

Aqui, em Minas, trabalhamos os dados do PCJ dos usuários federais e estaduais, no caso de uma contratação do cadastro do PCJ mineiro pelo Igam, que já se encontra registrado no sistema do CNARH. A Agência deu um treinamento para o pessoal do Comitê do Rio Pará, que também está mandando suas informações para esse cadastro. A idéia é que tratemos essas informações. À medida que o órgão estadual tiver todas essas informações centralizadas, é importante que seja feito esse sincronismo de bases e informações com o órgão central. Se houver esses dados em cada comitê, as coisas funcionarão melhor. A idéia é que elas sejam centralizadas. O órgão precisa de todas as informações estaduais. É preciso que troquemos essas informações dentro desse padrão proposto pelo cadastro nacional. Se esses cadastros já estivessem desenvolvidos dentro de uma plataforma tecnológica, de um banco de informações, teríamos de fazer o que foi feito pelos usuários do PCJ de São Paulo, por exemplo. Eles já tinham um sistema. Fizemos uma importação desses dados e trouxemos todas essas informações para o cadastro nacional.

Em relação a esses dois, vou levantar as informações, mas acredito que eles ainda não estejam dentro do banco de dados do cadastro nacional. O Sr. Paulo poderá falar melhor sobre isso.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Posso complementar a informação. Em relação ao Paraopeba, ainda vamos fazer uma nova varredura e universalizar o cadastro. Ele ainda não foi feito. O do Rio Paracatu está praticamente pronto, mas não está ainda disponibilizado. Apenas como notícia, e notícia boa, fecharemos o São Francisco até o final do ano, com o cadastramento de todos usuários das 10 bacias, afluentes das 10 unidades de planejamento de gestão da Bacia do São Francisco. Vamos iniciar, nos próximos dias, o do Alto São Francisco. Já iniciamos Pandeiros e Calindó. Urucuia e Rio das Velhas já estão em negociação com a ANA. São as três últimas. Estamos finalizando Pará, vamos finalizar Paraopeba, Paracatu. As outras estão em andamento. Depois, os dados serão disponibilizados para todos.

O Sr. Sérgio Barbosa - A outra pergunta é em relação às outras estações telemétricas. Dentro da Agência, há uma Superintendência de

Informações Hidrológicas, que cuida de toda parte da operação da rede, incluindo os dados de telemetria. Já existe, no "site" da ANA, um acesso a todas essas estações telemétricas implantadas. Nelas, estão todas as informações coletadas. Você seleciona a estação que quiser. Estão disponíveis a partir do momento em que chegam a esse banco de dados. Os dados estão disponíveis "on-line", por meio do "site" da Agência.

Outra forma de disponibilização - e isso é um dos objetivos dentro do Sistema Nacional - é a criação de serviços de publicação dessas informações. É uma forma de divulgação. Essas informações deverão ser integradas aos sistemas estaduais que venham a ser desenvolvidos. Não é preciso trazer essas informações para dentro do sistema; posso usá-las ativamente dentro do próprio "site" da ANA. Se quiserem consultar hoje, poderão constatar um "site" de acesso a toda a parte telemétrica. São dados da Superintendência de Informações Hidrológicas.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. Guilherme Montana Gonçalves, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dirigida ao Sr. Paulo Teodoro: "Muito foi falado sobre a criação de agências. Gostaria de saber quais são as ações que estão ocorrendo, por exemplo, para a defesa de peixes e para as estações de tratamento".

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Em relação à instalação de comitês, houve um avanço muito grande. Em 2003 havia 13 comitês criados e apenas 8 regularizados. Em 5 comitês, as suas decisões, dadas as várias irregularidades na sua constituição ou eleição, seriam nulas de direito. Então, todos eles foram regularizados, criamos mais 13 comitês, e o 14º será criado hoje. Chegaremos a 27 comitês de bacias hidrográficas, e temos ainda 7 comissões pró-formação de comitê.

O processo de criação de agência é um pouco mais complicado, e ontem tivemos oportunidade de discorrer sobre isso. Não é tão simples assim. Por exemplo, o PCJ, com 11 anos de atuação, criou a sua entidade delegatária e iniciou um sistema de cobrança. No Paraíba do Sul, também a discussão arrastou-se por quase 10 anos, antes da criação da agência e do sistema de cobrança. Quer dizer, são ações que não se realizam de um dia para outro.

Quanto ao saneamento na bacia, enquanto não se formam os comitês de bacia e as agências para uma ação mais direcionada na bacia, existem outras políticas públicas levadas a efeito por outros órgãos que procuram atender esses aspectos. Também os instrumentos de gestão não estão parados, os órgãos gestores têm procurado... Por exemplo, estamos em um esforço muito grande para estender o monitoramento do licenciamento concedido na bacia, fiscalizar as outorgas concedidas e ampliar o número de outorgas. Temos consciência de que o número de outorgas hoje é muito pequeno em relação às necessidades do Estado. Das 200 mil outorgas que pensamos que o Estado terá ao final, temos cerca de 16 mil outorgas concedidas até hoje. Então, há um esforço tremendo, e trabalho não falta para os comitês de bacias hidrográficas. Seria até muito chato que os órgãos gestores resolvessem tudo e não sobrasse nada para a ação dos comitês, no final. Então, há muito desafio pela frente, e deve haver ação integrada entre os comitês, os órgãos gestores, a sociedade civil, os usuários de água e todos os atores envolvidos na política de gerenciamento de recursos hídricos. Devemos arregaçar as mangas e trabalhar. São 500 anos de um modelo de desenvolvimento que não foi favorável à questão ambiental. Temos de mudar esse quadro e contamos com todos para isso.

O Sr. Coordenador - Senhores, não poderia deixar, neste momento, de apresentar um pouco do que vivemos à frente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio e de um outro sistema, o do meio ambiente. Também sou Secretário de Meio Ambiente da cidade de Itabira, e a preocupação que percebo e tenho hoje é como controlar a ansiedade. No Santo Antônio, a maior preocupação é, primeiro, controlar a ansiedade do Presidente; segundo, controlar a ansiedade dos Conselheiros; e, terceiro, controlar a ansiedade da própria sociedade. O diagnóstico pessoal que tenho feito é que nós, aos expressarmos e pensarmos sistematicamente - e por isso foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente, e agora implantamos o sistema nacional de gestão de recursos hídricos -, enfrentamos um problema: não terminamos ainda a implantação do sistema nacional de meio ambiente. O mesmo foi implantado na instância federal, além de parcialmente na instância estadual. Entretanto, praticamente não chegou à instância municipal, mesmo sendo esse sistema da competência da União, do Estado e dos Municípios.

Por toda essa vivência, por todo esse nosso correr dentro da bacia e no nosso Município, buscando informações em outros locais, em Municípios ou Estados, ouvimos o depoimento dele sobre como a mãe fala para o filho. Devo dizer que não posso nem descrever o que escuto de meus colegas de gestão dentro do meu Município ou de outros que visito.

Não devemos implantar o sistema de gestão de recursos hídricos se este não for integrado e se não concluirmos o sistema de meio ambiente. Se analisarmos os fatos, verão que os maiores problemas dos recursos hídricos ocorrem por falta de gestão ambiental, gestão do nosso sistema de meio ambiente, que não se repassadas a estes, para que tenham não só visão local, mas também visão do contexto, ou seja, o que sou neste Município, o que sou nesta bacia e o que posso fazer de diferença.

Não poderia deixar de dar este depoimento porque a necessidade de integração dessa gestão é o que estamos questionando no nosso comitê e no nosso Município. Como ninguém defende aquilo que não conhece, tornamos disponíveis informações e escalas compatíveis, em condições de chegar aos cidadãos comuns ou de serem repassadas a estes, para que tenham não só visão local, mas também visão do contexto, ou seja, o que sou neste Município, o que sou nesta bacia e o que posso fazer de diferença.

Encerro este depoimento. Estamos realmente a mil por hora nesta discussão, neste entendimento acerca do que devemos fazer e da necessidade de contermos a nossa ansiedade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Assembléia Legislativa, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Igam, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, o Crea manifestam os seus agradecimentos às autoridades que participaram dos debates.

Neste momento, passamos a Presidência ao Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, e a coordenação dos trabalhos ao Sr. Dennis de Oliveira Ayres, coordenador da Comissão Permanente de Meio Ambiente do Crea.

Segundo Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Laudelino Augusto) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o segundo Painel os Exmos. Srs. Deputado Padre João, Presidente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa; Paulo Romano, Consultor em Recursos Hídricos e Agricultura da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Carlos Alberto Santos Oliveira, Assessor de Meio Ambiente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Roberto Simões; Sônia Mara Prata, Assessora da Fetaemg, representando o Presidente da Fetaemg, Wilson Luiz da Silva; José Ricardo Ramos Roseno, Gerente da unidade Regional da Emater de São Francisco; Luiz Cláudio Costa, Professor de Meteorologia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa; e Dennis de Oliveira Ayres, Coordenador da Comissão Permanente de Meio Ambiente do Crea-MG e Coordenador dos Trabalhos.

Palavras do Sr. Paulo Romano

Meus cumprimentos aos componentes da Mesa na pessoa do Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta

Assembléia. Expresso meu agrado por estar com meus conterrâneos, especialmente depois que voltei a trabalhar em Minas Gerais como Consultor na Secretaria de Agricultura, para fazer uma melhor integração prática na ação com a questão ambiental.

Deixarei para apresentar o roteiro que preparei após uma breve introdução. Pretendo chamar a atenção para algumas questões que, para mim, passam a ser uma preliminar do tema "Agricultura - Uso e Produção de Água". O primeiro deles diz respeito aos temas de ontem - questão cultural e educacional - e ao tema de hoje - a informação. Afinal de contas, não existe produção de cultura nem eficácia em educação sem boas informações, o que, na verdade, é produção de conhecimento, o que, na verdade, acumulando, gerará cultura.

Para motivar o pensamento, tomarei uma palavra do Dr. Maurício Andrés, mineiro com destaque na assessoria da ANA, respeitado na área de meio ambiente e cultura. Fez uma síntese contundente, apropriada ao meu tema. Diz que, na verdade, somos uma sociedade urbana e, em relação à água, "hidroalienados". Ora, se somos "hidroalienados", usando sua respeitabilidade, falta-nos informação ou compreensão do problema. Na verdade, compreender algum problema sem ter informação é difícil. Qualquer gerente só toma boas decisões quando tem boas informações. Então, essa é uma premissa importante.

É difícil falar sobre água para uma sociedade essencialmente urbana, como no Brasil.

Por isso chamo a atenção: o que se fala em relação à agricultura no contexto das questões ambientais, principalmente da água, e considerando-se o sistema formal, é perdido na essência da função mais importante da agricultura, que é a produção e a conservação da água. Só vemos a agricultura como usuária de água à vista da sociedade urbana.

Hoje, o Renato Machado, no "Bom Dia, Brasil", referindo-se ao Fórum Mundial da Água realizado no México, disse que pode faltar milho por falta de água. Isso é um absurdo porque, a rigor, no Brasil, a produção de milho que depende de água para irrigação é praticamente zero. A desinformação assusta as pessoas e joga a sociedade contra o produtor.

Ontem, o nosso amigo Wagner, da Fiemg, disse que o consumo de água, para se produzir um 1kg de milho, é equivalente a 10 mil litros. Mas estava-se referindo a processamento da planta. Num fórum anterior, um Diretor da Usiminas falou sobre o que precisava para se produzir 1t de aço ou 1t de milho. Os ambientalistas, desavisadamente, começaram a falar que isso era um absurdo, que estavam exportando nossa água por intermédio dos grãos, esquecendo que isso é parte de um processo da natureza. Quando se exporta grão ou carne de frango, exporta-se uma síntese. O grão gastou milhares de litros de água, mas ele está na natureza. São incompreensões que acontecem.

Quando falei de falta de informação para a população, não quis dizer desse sistema formal, porque nele a peça mais importante em relação a planejamento e gestão de água no Brasil - legislação recentemente aprovada e que está levando o Brasil a uma dianteira -, chama-se Plano Nacional de Recursos Hídricos. Quem aqui já acessou a internet para saber o que é esse plano? Essa é uma realidade. A maioria dos agricultores não têm acesso à internet. Precisamos trabalhar melhor essa realidade.

Dizem também que a agricultura é a maior consumidora de água, referindo-se à água que é extraída. Isso é verdade, mas é água que fica no sítio. Ela pode entrar com uma qualidade inferior e sair com uma qualidade superior, depurada pela planta. Fala-se que o consumo urbano de água é de apenas 10%, mas vemos no boletim do Igam que, para se depurar 1 litro de esgoto, precisa-se de 30 litros de água. Então, na verdade, não são apenas 10%: é esse litro mais os outros 30.

São realidades diferentes que dispersam a agenda. Falo que precisamos dessas informações para tocar a emoção das pessoas. A Coordenadora da Educação falou muito bem sobre isso ontem.

É preciso tocar a emoção das pessoas. Historicamente, as Prefeituras e as empresas de abastecimento de água em geral, como as grandes líderes - Copasa e todas as outras -, não resolvem o problema de esgoto, por ser muito tranquilo manter o discurso de que a água é essencial, esquecendo-se da agenda da água fora do conforto. Como novamente disse o Andrés: as pessoas estão contidas entre a água que sai da torneira e vai para o ralo. Essa expressão foi dele. Professores de universidades não sabem sequer o ciclo de tratamento da água.

Discorrerei sobre ciclo hidrológico, rompido quando a natureza foi devastada e depreciada pelo homem por razões históricas. Quando o entorno do nosso Rio Doce era mata atlântica, habitada somente por índios, não havia problema, pois a natureza estava equilibrada. Quando trouxemos demandas, iniciou-se o desequilíbrio.

Esse é o nosso desafio. O problema ambiental número um - concitando-os a ampliar a agenda, que já é complexa - é a quantidade, e não a qualidade da água. Quando for feito o tratamento do esgoto e dos afluentes e quando houver melhores processos agrícolas, resolveremos o problema da qualidade. A quantidade de água é um problema seriíssimo, que ocorre não somente em relação ao curso principal ou às acumulações, como também na natureza, no solo, que deve estar bem irrigado, para que as safras sejam melhores e mais seguras e para que haja ofertas difusas, com ampla capilaridade, porque, depois que a água cai no rio, é muito difícil retirá-la para atender a alguma demanda, pois o transporte é caríssimo.

Em Minas Gerais precisamos estrategicamente manter a água no território mineiro pelo maior tempo possível. Por isso, não somos a favor da transposição da água. Alguém utilizou uma expressão muito forte, que gostei: seria um seqüestro de água, que o sistema legal e político está permitindo. Temos de segurar a água enquanto estiver no território mineiro, pois, da mesma maneira, interessa ao pequeno, ao microprodutor e ao grande produtor a água que está em seu território de atuação. Isso é essencial. Estamos perdendo essa batalha, pela falta de conservação da água em nosso território.

Rapidamente, direi coisas óbvias. Por que precisamos de água na agricultura? Precisamos dela em razão das demandas da sociedade. Quando falo em água, refiro-me aos ciclos natural e artificial de irrigação. A sociedade demanda alimentos mais baratos, ofertas permanentes e diversidade de produtos requeridos, geração de divisas para pagar conta externa, geração de emprego e renda e qualidade do produto. A cada dia a sociedade fica mais exigente.

As exigências para o produtor são as seguintes: busca de alternativas tecnológicas para melhorar o uso da água; cuidados ambientais, pois até do ponto de vista mercadológico é um problema produzir sob condições negativas ambientais, já que alguns mercados rejeitam; e eficiência econômica, pois sem sustentabilidade não se chega a lugar nenhum. Os representantes dos agricultores dizem que "o produtor no vermelho não cuida do verde". Isso não acontece porque ele quer, mas porque, quando precisa investir para resolver um problema, para mitigar um dano e para revitalizar um curso de água e o meio ambiente, precisa desembolsar. E, infelizmente, a agricultura é uma atividade de rentabilidade baixa. Por isso, nem bancos nem grandes empresas de outros setores trabalham na agricultura.

Não se esqueçam de que estou falando de uma agricultura que, em Minas Gerais, sobretudo, é 80% dependente de pequenos produtores. Oitenta por cento do solo mineiro está distribuído entre pequenos produtores.

No mundo, 70% do consumo na irrigação é de água extraída de poço artiano ou de outro manancial e corresponde a 17% da área irrigada.

Vejam a eficiência: 40% da produção em volume.

Os que são da minha geração se lembram bem da década de 70. Na época, eu era Secretário Executivo do Ministério da Agricultura. Faltava feijão, e o povo fazia fila para comprar esse item importante na mesa do brasileiro. Foi a irrigação que acabou com o problema e também com a história das frutas sazonais. De modo geral, podemos comprar todas as frutas o ano inteiro. A irrigação está atendendo a esse requisito da sociedade.

No caso do Brasil, 61% do volume de água extraída vão para a irrigação, e apenas 5% da área cultivada no Brasil estão sob irrigação. Isso é baixíssimo em comparação aos índices de irrigação na agricultura mundial. Mesmo assim, no nosso caso, geram 16% da produção e 35% do valor da produção.

Explique-se que a maior parte da área irrigada no Brasil é de frutas, hortaliças e sementes, que têm um valor agregado maior, sendo que a maior parte é de arroz, no Rio Grande do Sul. Nesse caso, a água circula: vai e volta.

No País, há crescimento no uso da irrigação, e, na minha opinião, isso ampliará. Estima-se que a área irrigada deverá crescer para 30% da área total agricultada.

Um dado novo que pode gerar enorme polêmica é a irrigação para a produção de agroenergia. Energia da biomassa é uma realidade importante para Minas Gerais. Bioóleo, álcool e madeira são uma agenda importantíssima para o Estado.

Quando o assunto é irrigação, as recomendações gerais são as seguintes: melhorar o manejo de água na irrigação, visando a reduzir desperdícios e promover a reutilização para irrigação.

Em futuro não muito longínquo, desejamos que cidades em ambiente agrícola tratem seus esgotos para reutilizá-los na irrigação de plantas e árvores em geral. Obviamente, jamais irrigaremos hortaliças com esgoto, mesmo que tratado.

Prossigamos com as recomendações. Aprimorar planejamento da irrigação. Nesse ponto, o conhecimento é importante. Temos de nos aprofundar nas pesquisas. Até hoje usamos indicadores internacionais para fazer avaliação de projetos de irrigação.

Promover a eficiência da agricultura de sequeiros é, a meu ver, um ponto fundamental. Quase 100% dos pequenos produtores que vivem da agricultura familiar produzem grãos. Melhorar a agricultura de sequeiros é um investimento importante que se relaciona diretamente com a questão da água.

Quanto à produção de água, o essencial é ajudar a natureza a recompor o ciclo hidrológico. No passado, quanto tudo era virgem, os córregos ainda eram limpos e estavam cheios de peixe. Agora a realidade é outra; em Minas Gerais, por exemplo, mais da metade do território do Estado está com pastagens em alto nível de degradação. É triste ver a realidade dramática do Rio Doce, do Mucuri, etc. Então, falo aqui nessa recomposição do ciclo após as chuvas, porque esse é o único momento em que a natureza prodigamente nos fornece aquilo que o sistema de gerenciamento e a lei propõem, ou seja, a distribuição democrática da água - ainda que em alguns anos chova mais em um lugar e menos em outro, em Minas Gerais temos, em média, tirando o semi-árido, 1.400ml por ano, o que é muita chuva, e chuva boa. No entanto, a maior parte dessa chuva está escorrendo rapidamente, o que ocorre por uma série de problemas, não apenas pelo manejo inadequado do solo, dentro das fazendas; ocorre também em virtude das estradas vicinais e de outros danos feitos fora das fazendas. Tendo em vista essa situação, é preciso reconhecer o produtor rural como um prestador de serviços ambientais no momento em que estiver fazendo conservação de água e solo. Isso está na lei, onde foi parar exatamente porque é da natureza - não se dissocia a conservação de água da conservação de solo, pois a primeira é decorrência da segunda. E o melhor lugar para se armazenar água é o solo; é ali que ela se filtra, infiltrando-se, vai alimentar mananciais, e, enquanto estiver no solo, é parte da alimentação, da vida da planta, da vida econômica ou da natureza. Esse ponto é fundamental, e temos de trabalhar esse tipo de conceito.

A grande mudança que se propõe é a adoção da tecnologia de integração lavoura-pecuária. Essa é uma mudança de paradigma da visão europeia, trazida pelos Estados Unidos, de fazer revolvimento, de afogar o solo para o plantio. Hoje, já não se faz isso. Mas estamos caminhando muito devagar, ainda no início desse processo. Hoje, o negócio é plantar deixando camadas de material vegetal, resto de culturas ou a própria pastagem degradada, seca, e plantar em cima. Já há tecnologia para o pequeno produtor e já se pode plantar nessa perspectiva em qualquer circunstância. Além disso, reduzir o plantio de morro abaixo, o que é básico; reduzir o excesso de compactação; trabalhar com as pastagens degradadas; eliminar os solos desnudos; e resolver a questão das estradas vicinais maltratadas e malconservadas - em Minas não temos essa estatística, mas em São Paulo 50% da erosão se deve a problemas de estradas de terra malconservadas e maltraçadas.

Para a produção de água, temos a perspectiva mineira de trabalhar com florestas, de fazer o reflorestamento em áreas que já foram florestas e onde não é possível recompor a floresta natural no todo - onde for área de preservação permanente ou de reserva legal, sim. Do ponto de vista econômico, nós, que estamos com uma monocultura degradada de pastagem, de braquiária, vamos passar para a integração lavoura-pecuária, a integração pecuária-floresta ou, simplesmente, floresta, como já temos exemplos muito bons aqui em Minas. Aproveito para repetir que devemos deixar de lado o preconceito com o eucalipto. Minas tem nesse produto algo fundamental para gerar renda e emprego e para fazer a recomposição ambiental - não para ser usado em área de floresta natural, mas para substituir pastagens degradadas.

Aí, temos algumas das indicações, como aumentar a permanência da água. Nosso grande desafio é encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável.

Neste quadro, a intenção é apenas demonstrar que a redução de perda, digamos a economia de água quando se faz o plantio direto, se comparado com o plantio convencional: no plantio direto, mantêm-se praticamente 70% daquilo que se perde por erosão no plantio convencional.

O verde mostra o plantio direto. Os outros dois traços mostram o plantio convencional e a perda acumulada de água ao longo dos anos. A perda acumulada de água segue a mesma tendência. Por isso digo que, fazendo a agricultura com o manejo adequado do solo, teremos resultados no manejo da água.

No plantio convencional, há setas mostrando os resultados: emissão de carbono, degradação do solo, lixiviação e uma série de outros danos. É tudo extraído do solo. Aqui temos o aquecimento da atmosfera. É o inverso, trazendo para a matéria orgânica. Aqui temos baixa sustentabilidade. Em última análise, deixaremos de arar o solo, que é um ato mecânico de elevada perda por erosão, para adotar um processo que não tem aração de solo e é biológico. As plantas mortas formam redes de capilares em que o ar e a água circulam. Isso mostra que, em Minas Gerais, já temos solução para esses macroproblemas ambientais.

Mas quero plantar uma semente nova: vamos redescobrir que, do ponto de vista de floresta, Minas tem uma vocação natural, mas não gerou uma cultura florestal. Precisamos fazer com que o ato de reflorestar faça parte da cultura mineira. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos

O Sr. Coordenador (Dennis de Oliveira Ayres) - Cumprimento o Deputado Laudelino Augusto e os demais componentes da Mesa, assim como todos os participantes. Agradeço a oportunidade de participar da Mesa do 5º Fórum das Águas, em especial do tema atual, que trata de agricultura, uso e produção. Quero dizer da responsabilidade dos profissionais do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea -, especialmente em dois pontos: esses profissionais são, em grande parte, os responsáveis pela preservação, pela recuperação e pela readequação de nossos recursos hídricos. São eles que muitas vezes estão à frente em empresas, indústrias e empreendimentos em áreas degradadas. Cabe especificamente ao Crea a fiscalização da habilitação legal desses profissionais e de suas atividades nas áreas de recursos hídricos. O Crea tem feito diversas ações de fiscalização na área de recursos hídricos na bacia do Rio São Francisco, do Rio Doce, do Mucuri, do Jequitinhonha e do Paranaíba. Foram feitas 17 ações e visitas a cerca de 800 empreendimentos. Essas ações de fiscalização são denominadas Fiscalização Preventiva e Integrada - FPI. Essa fiscalização é integrada com organizações civis, com o Ministério Público, com a Prefeitura e com algumas ONGs. Todos os empreendimentos são visitados e fiscalizados pelos órgãos próprios de meio ambiente.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Santos Oliveira, Assessor de Meio Ambiente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, que disporá de 10 minutos para falar sobre o tema.

Palavras do Sr. Carlos Alberto Santos Oliveira

Bom-dia a todos. Cumprimento a Mesa e os demais participantes deste evento. Manifesto minha alegria e responsabilidade por representar o nosso Diretor-Presidente, impossibilitado de comparecer em razão de compromissos agendados no ano passado.

Uso e produção de água na agricultura. O Sr. Paulo Romano, que me antecedeu, apresentou uma panorâmica muito interessante e abrangente de uso e produção de água na agricultura. Sempre que discutimos esse tema, levantamos questões como as abordadas aqui. O meu amigo Wagner, da Fiemg, disse que a produção de 1kg de milho necessita de muitos litros de água, mas quase 100% dessa produção é de sequeiro. Além disso, a água utilizada é a de chuva.

Outra questão interessante é o argumento de que 70% da água se destina à irrigação. O Sr. Paulo Teodoro explicou que se trata de 70% da água extraída para abastecimento humano, mineração e agricultura. Em Minas Gerais apenas 5% da área agricultada é irrigada.

Não preparei uma palestra com transparências porque desejo dar um cunho mais político à manifestação da Faemg. Na realidade, desejo falar sobre o destino dos comitês de bacias do Estado de Minas Gerais. O Sr. Paulo Romano fez um alerta - parece que teremos uma exposição abordando esse tema - sobre a produção de água. Devemos ter em mente o conceito de finitude da água, ou seja, a água acaba. Não o acabar propriamente dito, mas muda de lugar, vai para outro caminho, toma outro destino. Às vezes, rios considerados permanentes hoje são rios somente quando chove. Além de a água "acabar", entre aspas, existe a questão de sua qualidade, ou seja, como a água fica ruim, não pode ser utilizada.

Quanto ao uso de água, talvez possamos buscar ajuda nos dados técnicos existentes, mas esse aspecto foi muito bem esclarecido pelo Sr. Paulo Romano. A respeito da produção de água, o Maurício Fernandes, da Emater, autoridade no assunto, e o Prof. Osvaldo, da Universidade de Viçosa, conseguem demonstrar que é possível não só melhorar a vazão das águas de determinados cursos e nascentes, mas também a sua qualidade.

Como faremos isso? As ações levadas a efeito para obter-se a melhoria de vazão e de qualidade da água são realizadas no meio rural, na fazenda, na propriedade rural, onde são feitos reflorestamentos, recomposição de matas ciliares e proteção de nascentes. Isso é feito no campo. A Federação da Agricultura é o órgão máximo de representação dos produtores rurais. Aqui estamos oferecendo a parceria dos produtores rurais de Minas Gerais para promover ampla e profunda prática de ações de recomposição ambiental e de recuperação dos recursos hídricos, os quais somam cerca de 200 mil filiados aos nossos 400 sindicatos. Estamos buscando o poder público, comitês de bacia hidrográfica e as entidades de recursos hídricos do Estado e oferecendo formalmente essa parceria.

Eu disse comitês de bacia hidrográfica, que serão o palco de todas essas ações. As ações de melhoria da produção de água e de melhoria da qualidade das águas serão realizadas pelos produtores rurais, como eu disse, lá na propriedade rural, em parceria com os comitês. O nosso ponto de referência são os comitês de bacia hidrográfica, que criaram tantas esperanças em Minas Gerais.

O Estado foi fundo nessa história de comitê. O Brasil não está com essa febre, o pessoal está indo devagar. Quando o assunto é meio ambiente, dizem que, em Minas Gerais, cria-se mais, discute-se mais essa questão; aqui o poder público e as ONGs são mais ativos. Criou-se no Estado, então, uma grande expectativa em relação aos comitês de bacia.

Há em Minas Gerais cerca de 30 comitês de bacia criados e 5 ou 6 em fase de criação. Os primeiros foram criados por volta de 1999, 2000. A avaliação que a Federação da Agricultura faz do desenvolvimento de comitês de bacia é muito pessimista. Separando os que vou chamar de mais bem nascidos, que são o Velhas, o Paraopeba, o Pará, o Mogiguaçu e o Pardo, o resto são comitês que não atingiram 10% ou 20% do seu potencial e da sua capacidade de fazer, como determina a legislação. É um desenvolvimento muito ruim.

Tivemos aqui o depoimento emocionado do José Adalberto, que é o retrato da história dos comitês de bacia em Minas Gerais. Criou-se uma expectativa muito grande, e a notícia que se tem de produtores rurais que participam de comitês de bacia... E a Federação da Agricultura foi fundo nessa questão. Criado o Comitê da Bacia do Rio Suaçuí ou o da bacia do rio tal, mandávamos a carta para o Presidente do sindicato, alertando-o que o comitê de bacia era importante não só para o produtor rural, mas também para toda a nossa vida, que discutiria política, que faria e aconteceria. Mas não ocorreu nada disso.

O José Adalberto falou até em hipocrisia do poder público. Vou um pouco mais devagar nessa questão, mas o fato é que o comitê de bacia não se desenvolveu. Por que isso aconteceu? Falou-se muito aqui das agências de bacia, como se fossem um instrumento mágico: se crio agência de bacia no meu comitê, depois de amanhã, terei dinheiro para fazer coisas. Não é assim. Além de ser um órgão cuja criação é extremamente complexa, tanto que ainda não temos a sua regulamentação em Minas Gerais, a agência de bacia é o braço operacional do comitê. Antes da agência de bacia tem de haver o comitê. Na sua essência, no que diz respeito à legislação, o comitê é um órgão do poder público, mas é descentralizado, o que é algo espetacular, e conta com a participação da sociedade civil organizada e dos usuários. Mas é essencialmente um órgão do poder público. Os comitês de bacias vão se desenvolver e atender às nossas expectativas no dia em que tiverem dinheiro para fazer as coisas, para comprar computador, para pagar aos funcionários, pagar o telefone e o aluguel de sala. Hoje isso não acontece; eles funcionam na sala da Prefeitura, do IMA ou de outro órgão, não têm independência. Esse é o retrato dos comitês de bacias. O grande desafio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e de todos vocês que estão participando deste evento, que estão lá, na base, é fazer com que o governo entenda que são necessários recursos orçamentários para custear o comitê de bacia. Senão, daqui a 10 anos vamos dizer: participei desse negócio, é uma pena que não tenha dado certo. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Agradeço ao colega Carlos Alberto Santos Oliveira pelas palavras e pelo tom político sobre o assunto. Com a palavra, a Sra. Sônia Mara Prata, assessora jurídica da Fetaemg, representando o Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores da

Agricultura do Estado de Minas Gerais, que disporá de 10 minutos para a sua exposição.

Palavras da Sra. Sônia Mara Prata

Quero cumprimentar os componentes da Mesa e os demais presentes e agradecer o convite à Fetaemg para participar deste evento. Somos representantes da maioria dos agricultores familiares, dos posseiros, parceiros e arrendatários, que trabalham com as suas famílias nas suas propriedades ou em propriedades contratadas ou arrendadas de terceiros.

Apesar de ter pouco acesso ou acesso limitado aos recursos financeiros para implementar a sua agricultura, o seu plantio, o agricultor familiar está preocupado com a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos do seu Município, da sua propriedade e da propriedade em que trabalha. Esse entendimento é do agricultor com grande responsabilidade na preservação do meio ambiente. A maioria da produção do Estado vem da agricultura familiar.

Temos duas situações. A primeira é a conservação do meio ambiente, e a segunda, a conservação e a preservação das águas, das nascentes, dos rios. Trabalhamos com a preservação desse meio ambiente, e, nos últimos anos, foram notificados vários casos de desmatamento. A maior preocupação dos agricultores é preservar e conservar as nascentes dos rios.

Contando com parcerias no Estado com a Emater, a federação e os sindicatos que trabalhamos junto aos agricultores familiares sempre discutimos a questão da educação não formal, a fim de procedermos à recuperação dos rios e de suas margens.

O problema ambiental tem a ver com toda a produção de água, e não só com a conservação das águas de uma pequena propriedade.

A educação formal tem sido muito discutida em palestras e seminários promovidos em níveis estadual e municipal. A participação dos comitês, dos sindicatos e dos trabalhadores também tem sido muito importante nas suas regionais.

Outra discussão importante diz respeito ao fato de que os agricultores familiares têm reivindicado, em níveis municipal e estadual - e até mesmo federal -, a importância dos incentivos financeiros para os agricultores e também para técnicos, dada a importância da preservação e da conservação das bacias, das nascentes e do decorrer dos rios.

Estamos falando de recursos financeiros. Para que o agricultor familiar possa produzir e para que seja sustentável a sua produção, ele teria de contar com um maior apoio financeiro e técnico dos órgãos estaduais e municipais. Assim, além da produção sustentável do seu Município, existe a responsabilidade de recuperação das águas, fazendo com que a sua propriedade tenha uma produção melhor, mais adequada e também sustentável.

Finalmente, os agricultores familiares têm consciência de que a agricultura familiar é importante para o processo ambiental. Eles devem ter uma grande participação na recuperação do meio ambiente por meio de suas atividades agrícolas do dia-a-dia, nas pequenas parcelas de terra de que fazem uso no meio rural. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Gostaria de agradecer à Sra. Sônia Prata. Passo a palavra ao Sr. José Ricardo Ramos Roseno, gerente da unidade regional da Emater, de São Francisco, neste fórum representando o Sr. José Silva Soares, Presidente da instituição, para a sua apresentação. O senhor disporá de 10 minutos para falar.

Palavras do Sr. José Ricardo Ramos Roseno

Cumprimento toda a Mesa e a plenária. Agradeço o convite feito ao nosso Presidente José Silva, a quem represento neste momento. Gostaria ainda de parabenizar, por este evento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o Igam, a Assembléia, o Crea e o Fórum Mineiro de Comitês e Bacias.

Vou embasar a minha palestra em uma experiência da Emater no projeto de manejo integrado de sub-bacias, mais especificamente dentro do programa de revitalização do Rio São Francisco, visto tratar-se de um programa estruturador do governo do Estado, em que a Emater vem atuando há alguns anos dentro dessa metodologia.

A empresa tem como missão promover o desenvolvimento sustentável, que passa pelo desenvolvimento ambiental. O tema "Agricultura: Uso e Produção de Água" está diretamente relacionado com a missão da Emater no campo, cujo principal cliente é o agricultor familiar. Ele é protagonista das questões ambientais e da produção e uso da água no meio rural.

Em 2001, a Emater elaborou cerca de 200 projetos em convênio com a ANA, com o objetivo de criar manejo integrado de sub-bacia hidrográfica. Seria um projeto-piloto em cada Município banhado pelo Rio São Francisco. No entorno da Bacia do Rio São Francisco vivem 40% da população do Estado de Minas; 40% do PIB; 246.000km² e 40% da área.

Essa lâmina mostra a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, seus Municípios e afluentes. O objetivo é o manejo integrado de bacias hidrográficas, implantar sistema de manejo integrado dos recursos naturais, em especial água, solo e vegetação, tendo a bacia hidrográfica como unidade, gestão e planejamento, de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. A idéia é haver uma sub-bacia e uma bacia hidrográfica em cada Município selecionado como projeto-piloto. A bacia hidrográfica seria a unidade de planejamento e gestão para as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável.

Principais fundamentos básicos, caracterização e manejo integrado de bacias hidrográficas. A idéia é pensar globalmente, agindo localmente. Uma bacia hidrográfica se interliga a outra de ordem hierarquicamente superior, constituindo, em relação à última, uma sub-bacia. A idéia é destacar, na bacia do Município, a interação das comunidades, de modo a contribuir com a preservação daquele afluente que, por perspectiva, contribuirá com a calha principal do Rio São Francisco.

Essa lâmina mostra um esquema da bacia hidrográfica, em que a água é o resultado da interação entre recursos naturais e atividades humanas, principalmente atividades antrópicas, como agropecuária, barragem, industrialização e mineralização. O uso, a ocupação e o manejo influenciam a quantidade e a qualidade da água produzida na bacia.

Base para o desenvolvimento sustentável. As bacias selecionadas no Norte de Minas, principalmente, coincidem muito com o que mostraremos agora: cultivo morro abaixo, área desmatada, ausência de saneamento básico, crescimento urbano desordenado, uso indiscriminado de agrotóxicos, áreas desmatadas, incêndios freqüentes, corpos d'água degradados, erosão do solo e pastagens degradadas. O objetivo é que, a

partir desse cenário, haja o envolvimento das lideranças da comunidade e dos usuários da bacia para reverter esse quadro.

Essas são algumas imagens de áreas degradadas: aqui, bacias onde elaboramos projetos; aqui havia uma estrada mal locada, sem nenhuma base técnica que virou essa área degradada; aqui o carvoejamento, o desmatamento, os cursos d'água sem proteção, sem mata ciliar, com agricultura chegando até a beira do rio; essa é uma área degradada com pastagem mal manejada.

Procedimentos metodológicos e operacionais para elaboração do projeto. Como foi construído? Acreditamos que o seu sucesso depende da participação da comunidade.

Essas duas fotos mostram a participação da comunidade. Nessa fotografia, mostramos a proposta sendo levada à comunidade e, logo em seguida, a comunidade trabalhando, construindo, desenhando a bacia, identificando os locais degradados com a ajuda de técnicos, verificando o que será feito. A base da oficina foi: como era aquele curso d'água há 30 anos; como é o curso d'água hoje; o que a comunidade quer; e em que local a comunidade deseja o recurso hídrico daqui a 30 anos. Essa era a base para o projeto ser construído em parceria com a comunidade.

Aqui mais algumas fotos da construção do projeto, com identificação das áreas degradadas. Há a foto de uma maquete. Esse projeto foi desenvolvido no Município de São Francisco. Nas oficinas, a construção do projeto considerava as dimensões social, ambiental e econômica, já que acreditamos que o desenvolvimento sustentável tem de levá-las em conta.

Estratégias técnicas para elaboração e condução do projeto; técnicas e práticas que visem o disciplinamento do uso e ocupação do solo, a revegetação de áreas críticas ou estratégicas, o controle do escoamento superficial e o controle das fontes de poluição.

A idéia é manejar a bacia, de modo a preservar, recuperar e produzir, além de revitalizar o curso d'água, melhorando a vida das pessoas que dependem daquele ambiente.

Estimular o planejamento, uso e ocupação da paisagem; proteção das áreas de preservação permanente; proteção de nascentes e das áreas a montante; proteção e recuperação de vegetação nativa em áreas de recarga de aquíferos; implantação de obras; e conservação de solo e água - aqui, no caso, um terraço.

Construção de bacias; captação de águas de chuva em estradas, em pastagens, de modo a reter a água na superfície do solo por mais tempo a fim de que infiltre e abasteça o lençol freático; construção de gabião para proteção de erosão, de voçorocas; construção de bacias de captação de água e chuva.

Aqui, uma estrada, que chamamos de estrada ecológica. Esta foto é do Município de Ibiraçu, no Norte de Minas. Esta estrada foi construída há quatro anos e não recebeu conservação porque não foi necessário.

Bacia hidrográfica revitalizada. Esse é o objetivo dos 200 projetos. Aquela bacia foi selecionada como projeto-piloto. É uma bacia com áreas cultivadas em terraço, áreas florestadas, corpos d'água limpos, saneamento básico, crescimento urbano, conservação de água e solo, lavouras orgânicas, pastagens recuperadas, lazer e turismo.

A interação do agricultor com o meio ambiente, ao invés de degradá-lo, fará com que a bacia hidrográfica produza água, alimente aquele afluente e os cursos d'água a jusante.

Há aproximadamente dois anos, a Seapa e a Semad firmaram convênio com os Ministérios do Meio Ambiente e da Integração para ser executado pela Codevasf, Emater e IEF. A idéia era a de manejo integrado das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Verde Grande e Pacuí e do Córrego Pajeú, um convênio no valor de R\$2.697.880,00. Esse projeto está sendo implantado nos Municípios de Espinosa, Mamonas, Gameleiras, Monte Azul, Mato Verde, Catuti, Serranópolis, Porteirinha, Janaúba, Capitão Enéas, Francisco Sá, Montes Claros, Coração de Jesus, São João do Pacuí, São João da Lagoa, Glauclândia e São Francisco. Aqui, na cor mais escura, estão os Rios Verde Grande, Pacuí e Pajeú e as bacias que foram selecionadas. Foram negociadas as três metas do projeto. A primeira era o controle do processo erosivo com construção de bacias de captação, implantação de terraços, estabilização de voçorocas, recuperação de áreas subterrâneas e recuperação de áreas degradadas. Essa meta encontra-se em fase de execução. As máquinas estão a pleno vapor, no Município de Glauclândia, na construção das bacias de captação e terraços.

A meta 2 constitui-se de reflorestamento de nascentes, de margens e áreas degradadas. Essa meta também se encontra em implantação. As comunidades estão cercando as nascentes, as matas ciliares e plantando as mudas que são fornecidas pelo IEF.

A meta 3 é a que se encontra mais adiantada e que consideramos a principal ação do programa. Refere-se à educação ambiental, dividida em capacitação de agricultores, capacitação dos técnicos e em campanhas. Toda a execução do projeto leva em conta a participação da comunidade. Existe a participação de todas as escolas, com passeatas, carreatas, palestras, seminários, etc.

Aqui, uma campanha de educação ambiental realizada no Município de Coração de Jesus. Aqui, mais algumas fotos.

Nas oficinas, a construção do projeto leva em conta sua dimensão social, ambiental e econômica.

Estratégias técnicas para elaboração e condução do projeto. Técnicas e práticas que visem ao disciplinamento do uso e ocupação do solo, a revegetação de áreas críticas e estratégicas, controle do escoamento superficial e controle das fontes de poluição. Aqui, temos uma campanha de educação ambiental nos Municípios de Coração de Jesus, São João do Pacuí, São João da Lagoa. Estão ali 2.200 pessoas às margens do Rio Pacuí. Houve apoio dos três Municípios, da gestão municipal.

Houve cursos de educação ambiental em Francisco Sá, Capitão Enéas e Espinosa. Vemos, ainda, a campanha de Nova Porteirinha, com cursos e "blitz" em todas as escolas.

Gostaria de mostrar esses trabalhos, iniciados há dois anos, baseados no mesmo projeto encomendado pela ANA. O Ministério Público de São Francisco destinou os recursos das multas de apreensão de cargas de carvão e madeira para aplicação nesse projeto. Em 2003, o Ministério Público de São Francisco, por meio da Promotoria de Defesa do São Francisco, destinou recursos para esse projeto. Na Bacia do Pajeú, foi selecionada uma pequena microbacia para serem aplicados esses recursos. Lá foram feitos cercamentos de matas ciliares, cercamentos de nascentes, terraços e bacias de captação de água de chuva. Após um ano, fizemos imagens aéreas e começamos a enxergar o resultado. Nestas fotos, dá para ver os terraços mais ao centro, o curso d'água e a nascente abaixo. Nesta outra foto, podemos ver a coloração das pastagens. Onde foram feitas as inversões, as pastagens estão bem mais verdes, mais escuras.

O que esperamos dos 17 projetos que estão sendo implantados em caráter piloto é esse resultado colhido em São Francisco e que está servindo de modelo para vários técnicos, produtores e entidades. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Agradecemos as palavras do Sr. Ricardo, Gerente da Emater, bastante ilustradas por "slides" das bacias degradadas, mas revitalizadas atualmente. Com a palavra, o Prof. Luiz Cláudio Costa, professor de Meteorologia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa, que disporá de 10 minutos para sua exposição.

Palavras do Sr. Luiz Cláudio Costa

Inicialmente, gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, especialmente os Deputados Laudelino Augusto e Padre João, bem como os colegas que aqui estão para esta discussão. Agradeço o convite para estar aqui. Devido à exiguidade do tempo, vamos mostrar rapidamente algumas coisas que, por felicidade, alguns já mostraram. Vamos mostrar que, na realidade, muita coisa se diz que não condiz com a verdade, principalmente em relação à utilização de água na agricultura. O sistema é altamente complexo, e a agricultura, que muitas vezes é vista como vilã, é vítima de processo naturalmente ineficiente. Esse processo está em transição violenta, causando ao agricultor e à agricultura danos terríveis. Numa época em que discutimos tanto a violência, quando a agricultura sofre essas alterações de um sistema naturalmente ineficiente e uma transição rápida, vemos a maior violência que poderá existir, ou seja, a violência da fome. Isso é causado por essa transição rápida, na qual a agricultura é muito mais vítima do que vilã. Vamos mostrar alguns números, porque vamos tentar fazer com que não se forneçam dados ou informações. Temos de pegar o dado e transformá-lo em informação. Informação tem de ser transformada em conhecimento, e o conhecimento em sabedoria e cultura, senão os dados servirão somente para justificar algumas ações que não são corretas no todo. Vamos, então, mostrar como está a água na agricultura. Se pensarmos nos sistemas que afetam a nossa cultura e produtividade, veremos que o mais variável de todos é a água, aquele que mais penaliza a nossa produtividade. Todos nós conhecemos a interação solo, água, planta e atmosfera, e como isso determina o nosso crescimento e produtividade. É importante alimentar esse sistema, pegando essas informações e dados e transformando-os em um conhecimento necessário. Na realidade, todos nós conhecemos esses números, que, muitas vezes, são citados de forma profundamente irresponsável, colocando a agricultura como a vilã do processo. Mostraremos um pouco mais para frente que estamos diante de um processo... Os números, ou seja, os dados e as informações são verdadeiros, mas os conhecimentos advindos dessas informações, muita vezes, não o são. Também a cultura a que isso leva não é verdadeira. Então, conhecemos esses números, que não serão explorados, e sabemos, como anteriormente já foi dito por várias pessoas, como é a utilização da água na irrigação.

Sabemos que o uso e a disponibilidade de água na agricultura - e isso é importante - dependem essencialmente de fatores meteorológicos, do nosso ciclo hidrológico, sobre o qual o Paulo falou muito bem, no início. Muitas vezes, pensamos que temos um grande Deus responsável por isso tudo, esquecendo-nos daquela frase belíssima de Tomás de Aquino, um dos grandes homens da Igreja, e de João da Cruz, que diziam que somos os braços de Deus. No uso da água, ocorre a mesma coisa, não existe alguém que decide se teremos chuva, enchente ou furacão, prejudicando uma determinada atividade. Existe um sistema altamente complexo. Se pegarmos a circulação geral da atmosfera que influenciara o que chamamos de modelo de impacto nas nossas culturas, com enfoque na agricultura, verificaremos que temos um sistema altamente complexo, em profunda transição, que penaliza, de maneira muito rápida - e mostrarei alguns dados preliminares para Minas Gerais - a atividade agrícola. Se pensarmos os processos... A agricultura utiliza 70% da água, e mostrarei alguns números, quanto gastamos para produzir uma cultura C3, uma cultura C4. Esquecemo-nos de todo um processo que influencia as condições climáticas na propriedade, no local, que, ao final, será o principal determinante da nossa disponibilidade e eficiência no uso da água na agricultura.

Vemos agora o sistema solo, planta, água e atmosfera colocado em camadas. Verificamos que temos desde a camada macroclimática, em larga escala, até o nível da propriedade, onde há todos os fatores sociais que afetam aquilo que chamamos de disponibilidade do uso da água na agricultura. Pela exiguidade do tempo, não podemos detalhar mais, mas mostramos isso, para que nos auxilie nas discussões.

Falaremos um pouco sobre a transição. Esses são os dados do IPCC, de 2001, e já temos um novo resultado, em 2006, quanto às mudanças climáticas. O primeiro gráfico à esquerda é quando tentamos fazer modelos, mostrando qual seria a alteração esperada. Mostramos a temperatura, considerando somente as forças naturais. Depois, no segundo, consideramos somente as atuações do homem, ao longo do tempo. No último, somamos as duas. Vocês podem verificar que, no quadro de baixo, quando somamos tanto as atuações naturais quanto as dos homens, temos quase um modelo perfeito, ou seja, conseguimos... Por exemplo, hoje, na universidade, estão rodando um modelo para saber, como ficará a situação de Minas daqui a 50 anos. Utilizamos esse tipo de modelo, que nos dá informações sobre o futuro. Evidentemente não temos uma precisão de 100%, mas ele nos orienta sobre as medidas de curto, médio e longo prazos.

Hoje temos uma preocupação. Todos nós falamos no aumento da temperatura e no aumento da redução da precipitação. Confesso aos senhores que, em termos de agricultura, não me preocupo muito com esse aumento, na média. O mais grave - e já vivenciamos isso, pois mostrarei alguns dados - é a variação dos extremos. Esse é o problema. Quando falamos em um aumento de 0,5°C, 1°C, temos os nossos melhoristas genéticos. Temos capacidade de fazer adaptações. Alguns resultados que informam que, se a temperatura aumentar 1°C, o café, a soja e o feijão ficarão assim, ou assim não funcionam. Primeiramente, a relação não é linear. Segundo, as plantas e as culturas têm uma plasticidade. O que será terrível para nós e já está ocorrendo são os extremos. Teremos muito mais secas e enchentes. Isso, sim, é terrível.

Temos de estar preparados. Por isso falamos que o sistema é altamente vulnerável quando dessas transições. Temos de estar sempre pensando em curto, médio e longo prazos, não nos preocupando tanto com a média, mas com os extremos.

Há ali a distribuição normal. Teremos muito mais. Trouxe alguns dados que mostrarei aos senhores. Trata-se de um projeto no qual estamos envolvidos junto com colegas nossos da Europa, o qual já nos mostra claramente as temperaturas de verão. Há um aumento dramático da variabilidade em razão dessas alterações. Isso não ocorre tanto quanto à média, mas quanto à variabilidade. Vivemos isso em Minas, quando chegamos a ter veranículos de quase 60 dias, com temperaturas altíssimas. São os extremos, não tanto a média.

Temos aqui um exemplo sobre o que ocorre quando temos essas variações. São dados reais de um plantio de soja, um experimento nosso. Os dados são mostrados ali. Até os dias 39 e 40, houve chuva adequada. Depois, houve um veranículo de quase 20 dias. Sabemos o que ocorre, nesse caso, com as culturas. Estamos diante de um sistema altamente vulnerável tanto na utilização quanto na disponibilidade de água.

Aqui estão os dados preliminares que queria mostrar sobre os resultados de Minas Gerais. São dados medidos em Unai, num afluente do São Francisco. Observem os pontos vermelhos, que representam secas severas. Para caracterizar essas secas, usamos três critérios: a precipitação mensal tem de estar abaixo de 80% da média esperada. Estamos falando de precipitação 80% abaixo. A evapotranspiração tem de estar 20% acima do esperado. Então, quando associamos esses dois, observamos que, a partir de 1995, há um grande aumento da seca severa em Minas. É claro que toda essa alteração já está chegando até nós.

Aqui são resultados preliminares. A seca em Minas no período de 1970 a 1980, no período de plantio, de outubro a janeiro. Observamos que houve pouca ou quase nenhuma seca extrema, algumas próximas ao normal. Só houve algumas secas severas. Observe que houve uma mudança grande na década de 1980 a 1990. Há secas severas, localizadas em quase todo o Estado, e situações mais graves ainda na década de 90. Estamos ampliando a base de dados para tirar aqueles "olhos-de-boi", para termos os dados mais ajustados. Enfim, percebemos grande avanço em tudo isso.

Temos os números das secas em Minas Gerais, numa análise histórica de 1974 a 2003. Não possuímos os dados de quando houve seca e de como e por que ocorreu. Estamos disponibilizando esses dados para que tenhamos possibilidade de monitoramento, que estamos vendo. Claro que uma seca no Norte de Minas é uma e no Sul de Minas é outra. Há diferentes secas, com diferentes conseqüências.

Já conhecemos todo o discurso da água na agricultura. Sabemos o que ela oferece. Temos aquele outro discurso sobre o qual falaremos também. É necessário um grande volume de água e todas essas coisas sobre as quais já falamos. Qual a solução? Uso racional de água na agricultura, ações fora e dentro da fazenda. Fora da fazenda é exatamente o que estamos fazendo aqui, os interesses da sociedade, os comitês de bacias, a outorga de água, o valor de água, a implementação da Lei nº 9.433, e uma série de outras atividades que todos nós devemos promover.

Falaremos um pouco das ações dentro da fazenda. O Sr. Paulo já adiantou um pouco o assunto. Dentro da fazenda, temos o manejo e o gerenciamento. Mostraremos aqueles números sobre os quais muitos já falaram. As culturas C3 precisam de aproximadamente 600g de água para produzir 1g de matéria seca. É uma questão da natureza. Isso não ocorre por que a agricultura é vilã do processo. Se pensarmos em termos de energia na agricultura, se pensarmos no sistema em que entra e sai energia, é em torno de 2% ou 3% de eficiência, ou seja, somente 2% a 3% é transformado em grãos. O sistema é ineficiente. Então, isso não tem nada a ver com a agricultura ser vilã de um processo. Muitas vezes, os números nos assustam. Precisamos de 4 litros de água por dia para beber, mas, para produzir o nosso alimento diário, precisamos de 2.000 a 5.000 litros. Essa é uma característica da cultura. A agricultura é vítima do processo, não a vilã; tem de conviver com esse sistema e otimizá-lo. Quando colocamos esses números, sem dar-lhes a conotação adequada, transferimos a responsabilidade para alguém que é vítima de um processo, e não a vilã. É claro que temos a oportunidade de melhorar um pouco. Se tornarmos o uso da água na agricultura 1% mais eficiente, economizaremos 200.000 litros de água. Existe campo e possibilidade de melhorarmos, mas é preciso fazer isso com muita responsabilidade, sem apontar a agricultura como vilã de um processo, porque ela não é vilã desse processo; é simplesmente vítima de um processo e precisa de ajuda para transformá-lo.

O Paulo falou sobre os fatores que influenciam o uso eficiente da água, para o que devemos estar atentos. Pragas, doenças e aspectos nutricionais. Drenagem profunda excessiva; veranico; época de plantio. Chuva em excesso após o plantio é terrível. Perdemos muita água por evaporação, então, é fundamental pensarmos bem na época de plantio. A água tem de ficar próximo às raízes da cultura.

Outros fatores para os quais precisamos estar atentos são: redução do escoamento superficial, evaporação, uso por plantas daninhas, redução da drenagem, otimização da infiltração de água no solo, manejo dos resíduos, rotação de culturas, armazenamento de água, políticas de incentivo - o agricultor ser visto, realmente, como produtor de água.

Concluindo, é preciso entender que a agricultura é um sistema hierárquico em contínua interação com os diversos componentes climáticos, ecológicos, econômicos, sociais e políticos do planeta. Sem essa visão, não conseguiremos atender às necessidades.

Qualquer estrutura que objetive o desenvolvimento da agricultura e da água na agricultura deve ser baseado em perspectivas de longo termo e ter atuação multidisciplinar.

Muitas vezes, temos uma visão muito localizada. Estamos diante de um panorama, de uma escala hierárquica que vai do empírico ao mecanístico, do qualitativo ao quantitativo. Isso tudo tem de estar unido e à disposição para as nossas tomadas de decisão.

O sistema em que estamos pensando é altamente complexo. É fundamental que os usuários façam uma interação regional e dinâmica, com informações, conhecimento, para gerarmos cultura.

Em Minas Gerais, tivemos a pior seca, em 30 anos, que afetou em torno de 2 milhões de pessoas. Segundo dados da Emater, em 86 cidades do Norte de Minas a perda da safra 2005-2006 se aproximou dos 100%, o que provoca a fome e a miséria a que nos referimos.

Poderia ser esse o fim, mas temos a certeza de que encontramos como este mudarão o panorama. Acreditamos que haja outro fim, em que poderemos matar a maior violência - a fome. A agricultura é fundamental para desempenhar esse papel e precisa do nosso auxílio para fazê-lo. Temos outro final em que todos acreditamos. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Agradeço ao Prof. Luiz Cláudio Costa a apresentação.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dennis a contribuição. Neste instante, daremos início à fase de debates. Informo que temos oito inscritos. As perguntas podem ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Informo que já encerramos a fase de inscrições. Para agilizar os debates, solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivas e sucintas, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Vamos às perguntas dirigidas ao Sr. Paulo Romano: do Sr. Nísio Souza Armani, do Crea: "Concordando com toda a fala de V. Sa., favor enfatizar o valor das barraginhas, dos 'terraceamentos' e outras tecnologias acessíveis ao pequeno agricultor".

Do Sr. Expedito Lúcio da Silva: "Onde obter informações ou vídeos sobre a técnica de plantio que dispense o arado e o gradeamento do solo?".

Do Sr. Adalberto de Resende: "Como fica o desafio de produzir alimentos "versus" preservação do meio ambiente? Quais as ações práticas que o governo do Estado vem desenvolvendo de fato?".

O Sr. Paulo Romano - Em relação às barraginhas, elas são muito importantes, mas estão tendo o seu uso disseminado. Barraginhas são aquelas bolsas de contenção lateral nas estradas ou onde já há a sinalização da corrente de água nas enxurradas. Faz-se a barraginha em seqüência, para reduzir a força da água, que irá reduzindo a erosão, e a água vai-se infiltrando. Na verdade, não é uma barragem de acumulação de água permanente; é de acumulação do excesso da água que correria durante as chuvas mais fortes. É fundamental na conservação de estradas de qualquer natureza, mas na agricultura ela vale para dentro das fazendas, para as estradas, para os corredores. Em 1995, quando era Secretário de Recursos Hídricos, ajudei com o Centro de Milho e Sorgo, juntamente com o Luciano Cordoval. Em Sete Lagoas, as mil primeiras barraginhas feitas tiveram resultado fantástico. São informações que precisamos divulgar. Sou entusiasta disso, mas

tento passar para todos que precisamos fazer mudanças de conceitos. Antes da solução da barraginha, precisamos prevenir, precisamos evitar esse escoamento. Para isso existem outras técnicas, como o plantio direto. Enfim, qualquer coisa que esteja protegendo o solo, reduzindo o escoamento da água trará redução de custos de conservação futura e, sobretudo, redução das perdas, algumas irrecuperáveis.

Em relação às informações sobre o subsídio do plantio direto, vou dar o meu telefone, que é 3284-6519, mas você deve procurar mais informações no "site" da Embrapa, Integração, Lavoura e Pecuária. Não tem erro, porque você terá informações muito importantes. O desafio de produzir alimentos e preservar o meio ambiente, na verdade, é um dilema. É o nosso compromisso de sobrevivência no planeta Terra. Nós temos que chegar a essa equação. Não há uma regra, vai variar de bacia para bacia, de sociedade para sociedade. Isso é o que chamamos de desenvolvimento sustentável. Há demandas com processos civilizatórios. Algumas podem ser reduzidas, para que se reduza a pressão. Diria que essa agenda de desenvolvimento sustentável tem de ser construída local e regionalmente. Temos vontade e conhecimento para isso, nas linhas popular e tecnológica novas e modernas.

O Deputado Padre João - Pergunta do José Adalberto, da Amapi: "Como ficará o desafio de produzir alimentos "versus" preservação do meio ambiente? Quais as ações práticas que o governo do Estado vem desenvolvendo de fato?"

Nem a legislação, nem movimentos, nem ninguém tem direito de inviabilizar a vida impedindo a produção de alimento, pois quem não se alimenta não vive. Quem produz alimento hoje não pode inviabilizar a vida em médio, curto e longo prazos, acabando com as nascentes, pois a água é a fonte da vida. Não temos o direito de inviabilizá-la.

Está claro o método de produção. O José Adalberto mora em uma região onde uma das culturas foi eleita como principal vilã. Depois do eucalipto, a cana é a maior vilã. Sabemos que há como produzir cana preservando-se o solo. Foi comprovado por pesquisas que há como recuperar o solo cultivando-se cana.

O problema mais sério é o método de plantio, seja da cana, seja do eucalipto, seja de outras monoculturas. O tempo é reduzido, e não podemos aprofundar-nos tanto. A agricultura familiar é isso. Quando se consegue diversificar, é um passo para produzir e preservar. A agricultura familiar é um modelo para isso. O Estado tem de cumprir o seu papel garantindo educação e infra-estrutura aos órgãos, para poder trabalhar e orientar. Quando procedemos à revisão do orçamento do Estado, com as Secretarias de Agricultura e a de Meio Ambiente, verificamos que é fundamental a integração dos órgãos e das empresas, como a Emater, o IEF, o Igam, havendo uma interlocução entre o Município e os órgãos do governo federal. Perdemos muito. O dinheiro público, seja municipal, seja estadual, seja federal, não pode ser desperdiçado, pois quem perde é o Planeta. Todos nós perdemos pela falta de sabedoria e de interpretação da lei. Não há consenso. O que o governo federal repassa ao governo do Estado, por exemplo, em relação à mata atlântica e ao plano de manejo, não é praticado, embora esteja previsto em lei, para que haja harmonia entre a produção e a preservação.

A Sra. Marcilene Aparecida Ferreira - Na verdade, não tenho pergunta a fazer. Trago, sim, uma preocupação que me tem acompanhado há muito tempo.

Os palestrantes de ontem e de hoje abordaram os princípios que devem nortear as questões ambientais: os princípios da gestão democrática das águas, da educação ambiental, do desenvolvimento sustentável e da preservação, que tem que ver com os procedimentos de licenciamento ambiental; no entanto, há um princípio fundamental que anda esquecido. É o princípio da precaução, que significa a não-realização de empreendimentos econômicos que põem em risco o meio ambiente.

Não poderia, por exemplo, estar sendo concedido licenciamento a diversas hidrelétricas numa mesma bacia hidrográfica; não deveria ser permitida a expansão do agronegócio com as monoculturas em áreas do cerrado, tampouco se deveria pensar na transposição do Rio São Francisco.

Pretende-se, por exemplo, ampliar a área de plantação de eucalipto de 5.000.000ha para 11.000.000ha. Em Minas Gerais, há cerca de 1.000.000ha de área plantada. Pretende-se chegar a mais de 2.000.000ha.

Reitero as palavras do Deputado Padre João e da Dra. Sônia: devemos mudar o foco da política de desenvolvimento econômico para o campo.

É preciso priorizar a agroecologia nas áreas dos agricultores familiares e assim caminhar, de fato, para a garantia da água e da biodiversidade de hoje e também de amanhã.

O Sr. Presidente - A Marcilene foi bem clara. Precisamos unir-nos em torno desse objetivo.

Tenho para mim que, se a unidade de referência passasse a ser, como diz a lei, as bacias hidrográficas, já seria um grande passo. Você questiona o fato de se fazerem na mesma bacia tantos empreendimentos que acabam degradando a natureza e esgotando os recursos naturais. Está correta.

Pergunta de Gisele Rodrigues Souza, da PUC Minas de Betim, ao Sr. Carlos Alberto Santos Oliveira: "Por que não há participação efetiva da comunidade, sindicatos e produtores rurais em comitês de bacias? Que ações deverão ser propostas para maior participação e efetiva descentralização?"

O Sr. Carlos Alberto Santos Oliveira - Antes de responder à Gisele, farei uma breve observação sobre questionamentos anteriores a respeito da sustentabilidade. Sustentabilidade é tudo o que desejamos. Foi o que disseram também o Prof. Paulo Romano e o Deputado Padre João.

O poder público mineiro esforça-se muito para conseguir a sustentabilidade, usando como recurso o licenciamento ambiental. Ainda é o único caminho para a adequação das atividades produtivas da agropecuária, da indústria e da mineração. Minas Gerais é o Estado que mais se aprofundou no licenciamento ambiental.

A Gisele fala da pouca participação efetiva da comunidade, dos sindicatos e dos produtores rurais nos comitês de bacia. No primeiro momento dos comitês de bacias hidrográficas, houve participação desses segmentos. O poder público, a sociedade e os usuários das águas manifestavam-se na maioria dos comitês. Mas foi havendo desgaste. As reuniões dos comitês acabavam dando em nada. Tenho a informação de que os produtores rurais que participam de comitês de bacias estão desistindo, pois não estão vendo o pleno desenvolvimento desses comitês. É isso.

O Sr. Presidente - Do Sr. Nísio de Souza Armani, do Crea e da Abemec-MG, à Dra. Sônia Mara Prata: "Como pesquisador, detenho uma valiosa gama de tecnologias aplicáveis à agricultura familiar e as coloco à disposição da Fetaemg". Ele ainda solicita informações a respeito dos caminhos a seguir para que isso, se for o caso, possa ser concretizado. O Fernando Antônio Cardoso fará, oralmente, uma pergunta dirigida aos Drs. Paulo Romano e Carlos Alberto.

O Sr. Fernando Antônio Cardoso - Mais do que uma pergunta, são observações que gostaria que fossem também comentadas pelo Prof. Cláudio.

Colocamos o instrumento de gestão ambiental "versus" instrumento de gestão de produção sustentada. Ora, a cada conferência, a cada palestra ou mesmo a cada intervenção, como a última, sempre concluímos que o que está nos faltando é uma atitude do Estado para a definição de políticas no segmento de instrumentos de gestão da produção sustentada. No que diz respeito à preservação do meio ambiente, estamos bastante avançados na legislação, na própria estrutura do Estado e no envolvimento da sociedade. Mas, em relação aos instrumentos para um processo de produção sustentada, realmente nos falta muito.

Para citar alguns exemplos, temos o Pró-Floresta, que está sendo implementado pelo Estado e que precisa de mais fundamentos; na velha e falada questão da conservação de solo e água, o governo precisa definir e implementar seus conceitos e princípios; a própria pesquisa precisa ser vista com maior objetividade para a implementação de tecnologia adequada para o processo de produção.

Enfim, entendemos que o conhecimento existe; é preciso que seja ampliado com maior objetividade e que o governo do Estado assuma posições que institua políticas e instrumentos adequados para isso. Gostaria que o Dr. Paulo, o Carlos Alberto e o Prof. Cláudio comentassem a respeito. Obrigado.

O Sr. Paulo Romano - Em minha opinião, a essência da solução está em ocuparmos o espaço de alguns fóruns permanentes - como o Copam, o Conselho de Recursos Hídricos - e de fóruns desta natureza para rediscutirmos conceitos. Vou retomar a fala do Secretário de Meio Ambiente, Dr. José Carlos Carvalho, líder nesse processo ambiental no Estado e no Brasil, e que já dizia o mesmo quando Ministro: já chegamos à suficiência no desenvolvimento de instrumentos de comando e controle para a área ambiental. De minha parte, diria que, em alguns momentos, já houve até saturação, usando uma palavra de mesmo sentido, mas um pouco mais forte.

Agora, precisamos ver quais são os instrumentos que caberiam ao Estado e que poderiam vir a ter a conotação de estímulo.

O Sr. Coordenador - Gostaria de agradecer a oportunidade da presença e salientar a importância das apresentações e dos debates que ocorreram na parte da manhã. Sendo breve, quero colocar o Crea e a sua Comissão Permanente de Meio Ambiente à disposição de todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - O Crea tem sido um grande parceiro. Aliás, participa conosco da realização deste evento, assim como o Fórum dos Comitês de Bacia, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Igam e a Assembléia Legislativa. A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença. Vamos concluir com uma frase do Movimento de Atingidos por Barragens, neste Dia Mundial da Água: "Água é para a vida, não para a morte".

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/3/2006

Presidência dos Deputados Doutor Ronaldo e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Primeiro painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Maria Antonieta Alcântara Mourão - Palavras do Sr. Leandro Quadros Amorim - Palavras do Promotor de Justiça Fernando Galvão - Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Segundo painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa - Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos - Palavras do Sr. Luiz Fontes - Palavras da Sra. Maria Dalce Ricas - Palavras do Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá - Palavras do Sr. José Antônio da Cunha Melo - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Ermano Batista - Gustavo Valadares - Jesus Lima - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Padre João - Roberto Ramos - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Ronaldo) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com a apresentação dos painéis "Uso da Água na Mineração" e "Participação da Sociedade na Preservação das Bacias Hidrográficas".

Primeiro Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas; Maria Antonieta Alcântara Mourão, hidrogeóloga da Companhia de Recursos Minerais - CPRM - Serviço Geológico do Brasil; Leandro Quadros Amorim, Superintendente de Meio Ambiente da Minerações Brasileiras Reunidas - MBR -; Fernando Galvão, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural; Adolpho Portela, Diretor de Gestão Participativa do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - e Coordenador dos Trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

Tendo em vista que estamos em nosso quarto ano de permanência nesta Casa, com muita satisfação participamos deste Fórum. No primeiro momento em que participei, senti a diferença entre o que se faz na Capital, na Assembléia Legislativa, e o que se faz nas Câmaras Municipais. Na minha cidade - como poderia dizer para não machucar tanto? -, deterioramos muito a água. O corpo da minha cidade sempre foi corpo cortado, machucado, pois antigamente as águas do córrego onde eu pescava eram límpidas. Nele se podia nadar, até mesmo tomar água, mas atualmente queremos distância, pois é constituído de puro esgoto. E essa realidade não é tão diferente da de outras cidades. Infelizmente, talvez não seja apenas a realidade de Minas Gerais, de nosso país, já que a raça humana é uma só e veio para usar este Planeta. Como cupim, que destrói madeira, nós, lentamente, destruímos o nosso planeta.

O jornal "Estado de Minas" de hoje chama a atenção, em estudo muito bem-feito, para o futuro da nossa Amazônia. É duro, pois todos os dias, falamos sobre isso e assistimos a matérias a respeito do assunto pela televisão, mas não adianta. Moro numa região onde há várias siderúrgicas, e dói meu coração ver a quantidade de caminhões que transportam madeira. Tenho a certeza de que não se trata de madeira renovada, como eucalipto, pinho. Transportam carvão. Estamos aqui diante de uma platéia seleta comparada ao restante do País. Temos esta consciência. Esta Casa tem o papel de elaborar as leis. Em Minas Gerais, temos as melhores leis de proteção do meio ambiente, frentes parlamentares magníficas, por exemplo, a da silvicultura, mas, infelizmente, não temos o poder da caneta. Meus prezados senhores e senhoras, não posso ser o dono da caneta. Não poderia ter a posse dessa caneta, porque, se eu tivesse, existiria uma punição terrível para quem cortasse uma árvore.

Tenho um pequeno pedaço de terra, com uma árvore muito bonita, que tem uma história. Se essa árvore for cortada um dia, sem a minha presença - talvez eu não veja quem vai cortá-la -, talvez eu morresse, porque tenho muito respeito por ela. Em meu pensamento, aquele que destrói a natureza destrói a nossa vida. Não tenho dúvida nenhuma de que é um criminoso.

Nesta semana, em que se festeja a água - ela tem de ser festejada todo dia -, este fórum, realizado todo ano, vem de novo avivar em nossas mentes esse compromisso sério, divino, que temos com nosso planeta.

Com estas palavras, quero abrir esse dia de hoje e passar a palavra para a Sra. Maria Antonieta Alcântara Mourão, hidrogeóloga da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM - Serviço Geológico do Brasil.

Palavras da Sra. Maria Antonieta Alcântara Mourão

Bom-dia. É um prazer e uma honra comparecer a este Plenário, participando do 5º Fórum das Águas. Sou hidrogeóloga da CPRM, que tem como atribuição o serviço geológico do Brasil. Estou inserida na Gerência de Recursos Hídricos e Gestão Territorial da companhia.

Antes de começarmos a falar da água em mineração, é importante conhecer o cenário nacional da mineração no Brasil. Esse mapa está mostrando o número de minas distribuídas por cada região do território nacional. Fica evidente a concentração de minas na Região Sudeste. E, nesta região, Minas destaca-se como Estado minerador por excelência. De todo o minério extraído, 73% estão associados aos minerais não metálicos usados na construção civil, ou seja, rochas ornamentais, areia, cascalho, brita e calcário para cimento; minerais não metálicos para uso industrial e gemas compõem 16%; minerais metálicos, principalmente ferro, ouro, manganês, alumínio, estanho e cromo, compõem 11%.

O consumo de água pela atividade de mineração está ligada, principalmente, aos seguintes processos de atividades: o processo industrial e nas indústrias de beneficiamento de minério. Essa transparência mostra o exemplo de uma hidrometalúrgica. Temos também no processo de lavagem do minério, no combate à emissão de poeira, para o consumo humano nas instalações, nos escritórios das minas, na irrigação de área revegetada, na lavagem de máquinas e caminhões empregados na mineração e no rebaixamento dos níveis d'água.

Comparativamente, qual é o volume captado pela mineração em relação aos demais usos da água? A título de exemplo, foi preparada essa transparência que mostra os volumes obtidos por captações superficiais, subterrâneas e de surgências ou nascentes na região da área de proteção ambiental da RMBH que abriga minerações de ferro e, secundariamente, minerações de ouro. Os volumes obtidos por captações especiais são advindos do abastecimento público e do uso industrial, que, juntos, somam mais de 70%. Os volumes obtidos por captações superficiais de nascentes são basicamente associados ao abastecimento público, que consome 71,5%. E a mineração se destaca no volume obtido por captações subterrâneas, principalmente associada à atividade de desaguamento de mina ou abaixamento de nível, que nesse caso são 67,5%. Esse é apenas um exemplo. Esse número irá variar de região para região, dependendo do tipo de empreendimento minerário.

Esse é um quadro que mostra os impactos ambientais que podem advir da atividade extrativa mineral. Esse quadro foi preparado pelo Igam, num trabalho realizado no alto Rio das Velhas, que mostra as principais interferências identificadas nessa região e que se relaciona principalmente com a captação e a alteração da dinâmica hídrica, a geração de resíduos sólidos e a geração de efluentes. As captações e a alteração da dinâmica hídrica associam a interferência em nascentes e áreas de recarga aos desvios em cursos d'água, aos usos na lavra, aos processos e aos serviços de infra-estrutura, ao rebaixamento da mina.

Essa transparência mostra um modelo esquemático do processo de rebaixamento. O rebaixamento é uma atividade necessária ao avanço da lavra, quando se atinge o nível da água.

Há duas situações: a mina subterrânea e a mina a céu aberto. Essa barreira hidráulica pode existir ou não. No caso da mina a céu aberto, pode haver a seguinte interferência: redução de vazão. Este é o nível original, e aquele é o rebaixado. Pode ocorrer a redução de nascentes e também das restituições dos aquíferos nos cursos e corpos d'água.

Em relação à mina subterrânea, haverá uma redução no nível original da água. Se essa atividade não for muito bem projetada, pode ocorrer também abatimentos no terreno.

No que diz respeito à geração de resíduos sólidos, as atividades que se associam a esse impacto são relacionadas com a disposição de estéril, que normalmente é feito em pilhas nas minas.

Quais são os problemas especificamente relacionados com os recursos hídricos que uma má distribuição pode acarretar? Esses problemas são: a poluição das águas superficiais e subterrâneas e os acidentes ecológicos decorrentes do rompimento de pilhas precariamente construídas e sem o necessário estudo geológico, geotécnico e ambiental. Há ainda os problemas particulares, como os efluentes ácidos, caso a pilha

contenha altos teores de sulfeto, mineral associado a minérios de ouro, de outros metais e de substâncias tóxicas oriundas da extração do ouro, como cianetos, resíduos de arsênico e outros.

A disposição dos rejeitos normalmente é feita por meio de barragens, as famosas barragens de rejeitos, estruturas civis construídas para armazenar o rejeito da mineração, que é retido no sistema. A água é infiltrada, fluindo pelo dreno de pé.

Essas barragens precisam ser muito bem projetadas, construídas e operadas, necessitam de um monitoramento sistemático. A sua ruptura ocasiona graves acidentes ecológicos e ambientais, aliás até mortes. A maioria desses desastres decorre da deficiência na construção, na manutenção e na operação dessas barragens.

As demais atividades associadas à geração de resíduos sólidos são: erosão em minas abandonadas, infra-estrutura e malha viária, processos de lavra e beneficiamento.

As atividades associadas à geração de efluentes correspondem à lixiviação e à infiltração nas cavas, nas pilhas e nas barragens. O problema principal associado a isso é a drenagem ácida de minas, fenômeno que ocorre quando o minério contém sulfeto, que, em contato com a água, pode gerar o ácido sulfúrico. Esse problema sério muitas vezes está associado ao passivo ambiental das minerações operadas desde o século passado até 30 anos atrás.

Outros problemas associados à lixiviação e à infiltração em cavas são a poluição por metais pesados e a desoxigenação e a eutroficação de corpos d'água.

Além disso, associada à geração de efluentes, há a atividade de processo de lavra, o beneficiamento ou o insumo químico e a emissão de esgoto sanitário.

A parte inferior do quadro é interessante por mostrar a percepção ambiental da sociedade como um todo no que diz respeito aos impactos da mineração.

Medidas preventivas, preditivas ou mitigadoras de impactos nos recursos hídricos: recirculação das águas - a instalação não descarta toda a água que usa, recuperando a maior parte dela por meio de espessadores e barragens de rejeito, onde a água é captada para o processo industrial, permitindo, assim, sua recirculação e sua reutilização contínua, numa proporção que pode alcançar 70%; implantação de redes de drenagem de águas pluviais; implantação de estações de tratamento de esgoto que processam as cargas orgânicas brutas; instalação de caixas de coleta que separam óleos usados nas oficinas, possibilitando o seu reaproveitamento.

Outras medidas preventivas são: o dimensionamento e a construção das pilhas de estéril e de barragens de rejeito, de acordo com as normas da ABNT, incluindo sistemas de drenagem interna, drenagem superficial e de controle de erosão durante as fases de implantação e de operação das atividades minerárias; a implantação e a manutenção de redes de monitoramento e de ações de reabilitação; a implantação, operação e manutenção de redes de monitoramento de qualidade das águas superficiais e subterrâneas e de sistemas de inspeções periódicas para garantir a integridade e a eficiência dos sistemas de coleta e de tratamento de efluentes; a execução de estudos e procedimentos para avaliação de impactos provenientes do rebaixamento de nível de água, envolvendo toda uma gama de atividades, desde o levantamento geológico-estrutural da área de abrangência das sub-bacias de contribuição até o inventário e o cadastramento dos pontos de água - nascentes, poços, cisternas, etc. -; a definição das bacias hidrogeológicas e da rede de monitoramento hídrico, superficial e subterrâneo, e o projeto de uma rede de monitoramento hídrico de superfície, piezométrico e meteorológico; a implantação efetiva dessa rede de monitoramento; o estabelecimento do modelo conceitual dos aquíferos, determinando-se as unidades hidroestratigráficas, as condições de contorno e o sistema de fluxo subterrâneo; a execução de uma modelagem matemática e computacional para a previsão dos impactos; e, por fim, a definição do sistema de rebaixamento de nível de água na mina.

É importante ressaltar que a água explotada no rebaixamento pode ser utilizada nas usinas de beneficiamento mineral, aproveitada para abastecimento de comunidades circunvizinhas ou reposta aos usuários ou comunidades bióticas eventualmente prejudicadas.

No descomissionamento de alguns empreendimentos minerários de grande porte verificam-se a tendência à disposição de estéréis e rejeitos no interior das cavas a serem abandonadas e a possibilidade de uso das cavas exauridas como reservatórios de água. A sustentabilidade técnica e ambiental dessa alternativa, porém, deve ser objeto de avaliações detalhadas a partir de resultados de monitoramentos.

Finalmente, vemos que a mineração, pela própria definição, causa impactos ao meio ambiente, e estes deverão ser cuidadosamente estudados e minimizados.

A mina altera o local onde se estabelece e produz minério - o que é consumido e o estéril. A degradação da área é inerente ao processo de mineração. A intensidade dessa degradação depende do volume, do tipo de mineração e dos rejeitos produzidos.

As atividades minerais sempre devem buscar o desenvolvimento sustentável, que implica necessariamente em recursos econômicos, sociais, ambientais, que não devem ser tratados separadamente. Ou seja, em toda situação que envolva a degradação de um recurso natural, há um custo econômico e um custo ambiental que não podem ser tratados em separado.

Muitos problemas ambientais são provocados pela ausência de medidas preventivas e pela falta de uma recuperação efetiva. A recuperação deve ser um processo que se inicia antes da mineração e finda muito depois de esta ter-se completado, integrando-se a todas as etapas da atividade mineral.

Tem-se observado a evolução das legislações federal, estaduais e municipais de modo a garantir a conservação dos aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e a regulamentar o uso das águas, algumas tratando especificamente do setor mineral. Dessas, vale a pena citar a Resolução nº 29 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que trata da integração de procedimentos e ações de todos os órgãos e entidades que lidam com a questão de mineração, meio ambiente e recursos hídricos; e a Resolução nº 55, também do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que determina as diretrizes para a elaboração do plano de utilização da água na mineração, um documento que será exigido para todos os empreendimentos que requeiram a outorga de direito de uso da água.

Por fim, o impacto ambiental não deve ser tratado de forma isolada, para cada empreendimento, mas de forma sistêmica, sendo analisado juntamente com as demais formas de ocupação de um território. Para isso, é preciso um conhecimento sistemático e histórico e um banco de dados bem estruturado e consistente, integrado a um sistema de informações, para que se possam fazer intervenções e uma análise de forma mais rápida e integrada.

Era só o que eu gostaria de dizer, esperando ter sido clara o suficiente. Muito obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Presidente - Passamos a coordenação dos trabalhos ao Sr. Adolpho Portela, Diretor de Gestão Participativa do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam.

O Sr. Coordenador (Adolpho Portela) - Bom dia a todos. Peço ao Deputado Fábio Avelar que agradeça ao Deputado Mauri Torres o apoio que a Assembléia Legislativa deu à realização deste Congresso. Agradeço também ao Deputado Laudelino Augusto, um companheiro e amigo do meio ambiente, e ao Deputado Doutor Ronaldo, com quem nos encontramos por diversas vezes, no interior do Estado. Por fim, para fazer justiça, gostaria de, em nome do Dr. Paulo Teodoro, Diretor-Geral do Igam, e em meu próprio, agradecer ao Juscelino Ribeiro, que foi fundamental para a realização deste fórum, antes e durante o evento.

Com a palavra, o Sr. Leandro Quadros Amorim, Superintendente de Meio Ambiente da MBR, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Sr. Leandro Quadros Amorim

Bom dia a todos. É um prazer poder falar de um tema tão importante como a água. Por uma falha minha, na hora de preparar a apresentação, não observei o tempo, mas vou tentar cumprir o prazo, resumindo a nossa fala.

Particularizarei a questão do minério de ferro e sua relação com a água. A Antonieta antecedeu-me e falou brilhantemente sobre a mineração como um todo, mostrando os grandes impactos ambientais e os cuidados a serem tomados para que a mineração seja desenvolvida com qualidade. Minha exposição particularizará o minério de ferro e sua grande interface com a água. Existe uma diversidade grande dos minerais metálicos e não-metálicos, e todos fazem uma interface com a água, uma vez que a mineração consiste numa escavação. A relação entre mineração e água é tão antiga quanto a mineração, que tem 2 mil anos de idade. A água é sempre encontrada, fazendo uma grande interface com a mineração. Nosso desafio é trabalhar de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável, porque no mundo atual não se admite nenhum projeto de mineração que comprometa as águas. Esse é o grande desafio que precisa ser cumprido.

Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente lançou o Plano Nacional de Recursos Hídricos, onde há informações muito importantes. Apresento esta tabela para discutirmos a questão da água, partindo do geral para o particular. Esta tabela mostra a quantidade de água retirada no Brasil inteiro. São 1.592m³ de água retirada por segundo, representados na primeira coluna da tabela. Uma parte dessa água, 751m³ por segundo, é devolvida para os rios. O consumo está representado na última coluna: são 841m³ por segundo. Percebemos que a grande retirada de água, 46%, é destinada à irrigação. O uso urbano também retira bastante: 26%. São 420m³ por segundo, devolvendo-se 332m³ por segundo. Mas com que qualidade? Quando falamos que um sistema urbano usa água e depois devolve, na maioria dos casos falamos que devolve esgotos.

O setor industrial também está abrangido. A captação é de 281m³, com uma devolução quase total: 226m³. Existe a questão dos efluentes industriais, que precisam ser controlados. A irrigação é a que devolve menos. Capta 739m³ por segundo e devolve só 148m³ por segundo, consumindo 591m³ - ou seja, consome 69%. Na última coluna está representado o uso urbano, que consome 11%. O uso industrial, no qual está incluída a mineração, é de 7%. O consumo industrial é pequeno. A mineração é uma particularidade dentro do consumo industrial.

Em Belo Horizonte estamos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, cujos dados relativos à retirada de água são um pouco diferentes dos dados nacionais. A quantidade proporcional de irrigação é maior ainda: no Brasil é de 46%, na Bacia do Rio São Francisco é de 68%. E o percentual urbano é menor. O quadro nacional está muito alterado, devido à cidade de São Paulo.

Abordarei as três questões: urbana, agrícola e mineração. O gráfico da direita mostra o exemplo da exportação. Tomei a exportação como um exemplo porque é um setor em que vivemos um momento de muita pujança. Entre os principais produtos de exportação brasileira, os do agronegócio são muito importantes. Em 2005 não tivemos um ano muito bom para a soja, mas continua sendo um produto muito importante.

Do lado esquerdo estão os produtos de base mineral. Muitas vezes avaliamos a mineração por si só, mas esquecemo-nos que é a base de uma enorme cadeia produtiva. No caso do minério de ferro, por exemplo, temos a indústria siderúrgica, a automobilística e muitas outras. O agronegócio e a indústria de base mineral são duas atividades muito importantes, e ambas causam grandes impactos ambientais.

Devemos comparar as duas. Se queremos trabalhar com desenvolvimento sustentável, precisamos estar de acordo com o controle ambiental adequado.

Neste mapa vemos todos os títulos minerais em Minas. A Antonieta mostrou que a maioria das minas está em nosso Estado ocupando uma grande área. Frequentemente, este mapa é apresentado como se tudo isso em vermelho fosse mineração. Conseqüentemente, a grande "ameaça", entre aspas, que a mineração causa é a ocupação de solo do Estado. Existe um erro nessa interpretação. Para cada 100 áreas minerais pesquisadas, apenas uma se torna mina. Neste mapa são considerados todos os alvarás de pesquisa, áreas que estão sendo pesquisadas.

O próximo mapa mostrará as áreas que realmente são concessões de lavras. Como podem ver, a área diminuiu bastante. Este azul representa as áreas do Estado onde existem concessões de lavras e, portanto, minas. Estou falando sobre mineração organizada e legalizada. Não estou fazendo referências a atividades ilegais, que, infelizmente, são muito freqüentes. Estou falando especificamente sobre a mineração que age dentro da lei.

Identificamos, neste mapa, o Sul de Belo Horizonte, a região do Quadrilátero Ferrífero, onde existem muitas concessões de lavras. Como podem ver, existem outras áreas menores do Estado que também possuem concessões de lavras.

A extensão territorial do Estado de Minas Gerais é de 588.000km². Os títulos minerais - cor vermelha no primeiro mapa - representam 21% do Estado. Essas concessões de lavras, na cor azul, representam apenas 1% do Estado. Nem toda concessão de lavra é efetivamente utilizada para mineração. A concessão de lavra, ou seja, a área onde existe uma concessão legal, geralmente é muito maior que a área da mineração em si. Podemos estimar a área efetiva de mineração em 30% da área total de uma concessão de lavra. Estamos falando de algo em torno de 0,3% da área de Minas Gerais - maior Estado minerador do Brasil, como a Antonieta mostrou - efetivamente ocupado por mineração.

É importante entendermos esse conceito para não chegarmos a conclusões equivocadas. Por exemplo, esse mapa vermelho é mostrado, muitas vezes, cruzando-se esses dados com áreas de importante biodiversidade e unidades de conservação. Isso não corresponde à realidade. Teremos de compará-lo com esse mapa azul.

Vamos particularizar a questão na Bacia do Rio das Velhas, onde predominam mineração, ocupação urbana e captação de água para o abastecimento público. O Rio das Velhas nasce perto de Ouro Preto e tem sua foz na Barra do Guaicuí, afluente do Rio São Francisco. Estamos

no Quadrilátero Ferrífero, área onde existe forte concentração de mineração de ferro. Para efeito de planejamento, a bacia do Rio das Velhas foi dividida em três: o alto Rio das Velhas - da nascente até Belo Horizonte, ocupando 10% da bacia -, o médio Rio das Velhas e o baixo Rio das Velhas.

No plano de recursos hídricos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas foi feito um levantamento de toda a bacia, que tem 28.000km², para que fossem verificadas as áreas de uso. Na coluna maior, da direita, temos: 45km² de mineração, 1.800km² de mata, 11.300km² de campos e 14.000km² - metade de toda a bacia do Rio das Velhas - de pasto.

A Bacia do Rio das Velhas é um grande pasto, e a área de mineração é muito pequena.

Fazendo a separação em alto, médio e baixo Rio das Velhas, observamos que a distribuição é mais ou menos igual no médio e no baixo. A diferença é que existem 14km² de mineração no médio e não há mineração no baixo. Esses 14km² equivalem basicamente à mineração de calcário. No alto Rio das Velhas são 31km² de mineração, basicamente de ferro.

Percebemos que há uma distribuição diferente. A parte urbana, por exemplo, é muito maior, porque inclui a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em termos proporcionais, verificaremos diferenças entre o alto, o médio e o baixo. O médio e o baixo têm uma distribuição mais ou menos semelhante; o alto é diferente.

Analisando aqueles mesmos números de forma proporcional, vemos que 50% da bacia são pasto. O baixo Rio das Velhas tem 51% de pasto, e o médio tem 54%; a distribuição é parecida. O alto Rio das Velhas tem, proporcionalmente, 26% de matas, ao passo que há 5% no médio, 4% no baixo e 6% no total da bacia.

A concentração de matas no alto Rio das Velhas é muito maior, e também a concentração de mineração. Trata-se daquela mineração de ferro. Ainda assim, essa mineração de ferro ocupou 1,1% do alto Rio das Velhas. E toda a mineração ocupa 0,2% da bacia como um todo. O curioso é que, nesse 1,1%, estamos gerando 15% de toda a produção de minério de ferro do Brasil. Então, utilizando-se 1% de parte da Bacia do Alto Rio das Velhas ou 0,2% da Bacia do Rio das Velhas como um todo, geram-se ali 15% da produção brasileira de minério de ferro. É claro que tudo tem de ser analisado com muito cuidado.

Esta figura refere-se à questão da mata, mas vou passar direto em função do tempo, senão não conseguiremos chegar ao final.

O uso do solo está intrinsecamente ligado às águas, em termos de qualidade e quantidade. Este gráfico também existe no plano de recursos hídricos da Bacia do Rio das Velhas e mostra a qualidade da água do rio, representada pelo Índice de Qualidade de Água - IQA -, desde a nascente, que está na parte esquerda do gráfico, até a foz, que está na direita. Aquela região do meio fica próxima a Belo Horizonte. É onde a qualidade da água cai bastante, em consequência do lançamento de esgotos da Capital, do Arrudas e do Onça. Isso fica bastante evidente no mapa. Depois a qualidade da água melhora, pelo efeito da diluição.

Fizemos uma análise um pouco mais detalhada deste "slide", separando os afluentes das águas do próprio rio. O gráfico está mostrando tanto os afluentes do Rio das Velhas quanto a própria água do rio. Esta linha indica o rio. Estas bolinhas que estão do lado de fora, para cima ou para baixo, são alguns afluentes. Verificamos, por exemplo, que aqueles dois pontos que estão abaixo da linha do rio são os dois primeiros poluidores do Rio das Velhas. São dois rios que têm qualidade muito inferior à do Velhas, o que significa que o estão poluindo. Em seguida, vemos dois rios que têm qualidade superior à do Velhas, ou seja, estão jogando água limpa nele.

Vamos dar nome aos bois. O primeiro poluidor do Rio das Velhas é o Rio Maracujá, aquele que passa em Cachoeira do Campo, próximo a Ouro Preto. O segundo poluidor é o Rio Itabirito, que recebe o esgoto sanitário da cidade de Itabirito. Não está escrito, mas o terceiro poluidor é o Ribeirão Água Suja, que recebe o esgoto de Nova Lima. À frente, vemos os efeitos do Arrudas e do Onça, puxando a qualidade do Velhas para baixo. Em seguida ele recebe águas melhores, e a qualidade vem melhorando, por diluição, até chegar novamente a uma condição adequada.

Quais são os rios que lançam águas boas? No alto Velhas, temos o Rio do Peixe e o Rio Macacos, cujas águas têm boa qualidade. Esses rios estão justamente onde está a mineração.

Na Bacia do Rio do Peixe estão as Lagoas dos Ingleses, das Codornas e do Miguelão. O Rio do Peixe é o melhor afluente do Rio das Velhas, e é exatamente ele que recebe os efluentes da mineração de ferro. Observamos que os Rios Itabirito e Maracujá alimentam e poluem a APA Sul e estão fora da área de proteção ambiental - as cabeceiras da bacia ficaram de fora. A melhor forma de planejamento de território é a bacia hidrográfica, e não esta aqui, porque o objetivo da APA é proteger as águas; mas estamos deixando de fora as cabeceiras e dois dos poluidores da bacia.

Como disse a Antonieta, uma atitude importante na indústria de mineração é o reaproveitamento da água. No caso do minério de ferro no alto Rio das Velhas, reaproveitamos 90% da água. Temos uma vantagem muito grande em relação a outras minas, como por exemplo as minas de ouro, onde há sulfetos, pois não temos potencial de geração de águas ácidas. No processo de mineração de ferro não existe nenhum contaminante natural, nem de sulfetos, como disse a Antonieta, nem artificial, porque não usamos produtos químicos. Por isso, no caso da mineração de ferro, temos a feliz possibilidade de fazer um bom aproveitamento das águas. Com uma boa gestão e uma simples decantação, fazemos com que essa água torne-se de ótima qualidade.

Este é um modelo de rebaixamento do nível de água, em que são mostrados os tipos de rocha da região. Onde há mina também há água, porque o minério é um aquífero. Mas há outro tipo de aquífero, este aqui, que não está relacionado com o minério. No rebaixamento, abre-se uma mina na formação ferrífera. Enquanto ela está acima do nível de água, nada acontece; depois, são perfurados poços, instalados os esquemas de controle, e esses poços bombeiam a água. Passa a existir um fluxo em direção à mina, permitindo-a aprofundar-se em condições de segurança, sem água. Concluída a mina, os poços são desligados e o fluxo volta para ela, formando um lago no local da cava de mineração. No caso do minério de ferro, esses lagos acumulam água de qualidade. Mas observem que esta nascente ao lado não sofreu nenhuma alteração, porque não há ligação desta água com a água profunda da mina. A prova disso está nesta foto. Temos um curso d'água que é uma das fontes de abastecimento da cidade de Belo Horizonte, a Bacia do Mutuca, e, bem ao lado, uma mina já exaurida, a Mina da Mutuca, onde foi feito um rebaixamento do nível de água de 250m. Não aconteceu nada com essa bacia, porque esse é um aquífero de circulação rasa, em que não há essa comunicação. Necessariamente, nem todos os rebaixamentos afetam a nascente, mas isso pode acontecer. Por isso, são importantes os planos de gestão e a garantia de disponibilidade hídrica para todos.

Aqui, um exemplo de impermeabilização de solo no Bairro Belvedere, em cima da formação ferrífera. Esse é um problema para os aquíferos, porque aqui a cidade está impermeabilizando o solo. Vejamos numa imagem de satélite o tamanho da dimensão das duas coisas. Vemos uma imagem de Belo Horizonte, o seu tamanho; aqui, a Mina de Águas Claras, e, no canto esquerdo, a Mina da Mutuca. Observem a dimensão dela e a dimensão de Belo Horizonte e comparem como a impermeabilização de aquífero e uso do solo.

Este é o último "slide". Na verdade, por termos água de boa qualidade, encaramos essa proximidade com comunidades e com a fonte de

abastecimento uma oportunidade, e não um problema.

É perfeitamente possível que se utilize dessa água porque ela é uma necessidade da mineração ao fazer o rebaixamento com vistas ao abastecimento público. Gostaria de citar vários exemplos onde isso já está acontecendo, mas não vou ter tempo. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Agradecemos ao Dr. Leandro Quadros Amorim. Convidamos para falar sobre o tema o Dr. Fernando Galvão, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

Palavras do Promotor de Justiça Fernando Galvão

Bom-dia a todos. Agradeço o convite feito ao Ministério Público e a oportunidade de poder representá-lo aqui.

O tema é muito importante. Entre os recursos naturais, a água é o que mais nos chama atenção e nos causa preocupação. Precisamos fazer algumas reflexões.

Trouxe pequenas referências e anotações sobre a legislação, a fim de orientá-los em uma rápida conversa sobre a possibilidade de gestão do empreendimento que, apesar de produzir impactos no meio ambiente, tenha por objetivo preservá-lo.

O meio ambiente é um bem jurídico importante na Constituição. Eu diria, talvez até um dos mais importantes bens jurídicos da Constituição, o que pode ser percebido no art. 225, que diz o seguinte: "Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações".

Não há um bem jurídico que tenha recebido da Constituição um tratamento tão especial quanto o meio ambiente. A Constituição é muito clara em dizer que precisamos preservá-lo não em um projeto imediato, mas projetá-lo para o futuro, em prol do atendimento das necessidades de pessoas que ainda nem sequer nasceram. Então, podemos verificar que é sujeito de direito um ser humano que ainda nem nasceu.

No direito civil há uma construção que diz que se deve preservar o direito do nascituro, daquele que, já concebido, tem expectativa de nascer com vida, no futuro. E agora a Constituição projetou essa proteção para ainda mais longe ao dizer que é preciso proteger o meio ambiente para as gerações que virão. O nosso desafio são os projetos de longo prazo.

Como administrar o desenvolvimento e o interesse pela preservação do meio ambiente? Lamentavelmente, não raro se estabelece uma relação de antagonismo e conflito tão prejudicial a todos nós. A idéia é conciliar. Precisamos conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento. Mas nem sempre essa discussão é muito fácil ou bem compreendida. Porém, o esforço sempre vale a pena, na medida em que avançamos, cada vez mais, na consciência da preservação.

Em relação aos instrumentos, o Deputado Doutor Ronaldo fez uma abordagem muito feliz. Os instrumentos são perfeitos. A lei não é um obstáculo à preservação. Não poderíamos dizer que é preciso mudar as leis para conseguir a preservação do meio ambiente, e sim cumprir as leis, sem passionalismo ou disputas emocionais, simplesmente porque são regras. Regras que, neste momento, foram consideradas as mais adequadas pela nossa sociedade, como forma de orientar as atividades.

A atividade de gestão desse desenvolvimento não pode passar por cima de outros interesses igualmente importantes.

Destaco algumas referências na Constituição Federal. O § 1º do art. 225 reza que a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado - essa é uma mensagem importante, precisamos trabalhar em prol do equilíbrio - cabe ao poder público. O "caput" do artigo estabelece que é dever da sociedade, mas incumbe o poder público de exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

A idéia é ter todas as informações necessárias à compreensão do que acontecerá no momento em que o empreendimento estiver operando, conseguir mitigar esses impactos negativos e potencializar os positivos. Se chegarmos à conclusão de que aquela atividade poderia desequilibrar o meio ambiente, a regra do "caput" estaria sendo violada. Minha premissa fundamental é conseguir manter o equilíbrio. Isso exige uma atividade de gestão.

Quero dizer com isso que não é possível simplesmente autorizarem-se todos os empreendimentos. É necessário avaliar cada empreendimento, o impacto que vai gerar no meio ambiente e perceber se há condições de mantê-lo equilibrado. Obviamente, isso é difícil.

A exigência do estudo prévio e de sua publicidade nos indica que todos devemos participar dessa discussão, que deve ser muito clara, as premissas devem ser conhecidas. Se precisamos de informações técnicas, elas devem ser claras o suficiente para qualquer pessoa do povo entender e manifestar se concorda ou não e ser instrumento do estudo de impacto ambiental, vinculado a um processo de licenciamento ambiental, atividade de gestão que cabe ao poder público, com a participação da coletividade.

Falo sobre a participação da coletividade porque nos conselhos de política ambiental dos Municípios temos representantes da comunidade que avaliarão esse estudo e se manifestarão sobre a viabilidade ou não e sobre as medidas que devem ser adotadas para preservar o equilíbrio do meio ambiente na sua relação com a atividade de desenvolvimento.

Outra informação importante é que está clara na Constituição a relevância da atividade minerária, tanto que o constituinte diz claramente sobre a necessidade de se recuperar o meio ambiente que, pela própria natureza da atividade, será impactado de forma importante. Ali temos duas obrigações. No § 2º do art. 225, temos que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado. Obrigação para o empreendedor. Mas diz que será feito de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. Obrigação agora para o órgão público indicar a solução técnica. Estamos compartilhando essa gestão. Nem o empreendedor pode eximir-se da sua obrigação de reparar o dano, a degradação causada inerente à atividade, nem o poder público pode eximir-se da sua obrigação de exigir uma metodologia, uma forma de reparação daquela interferência de acordo com a técnica adequada, sendo responsabilidade do poder público aprovar a maneira adequada de se recuperar o meio ambiente.

Insisto na construção de instrumentos de gestão. A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 1/86 trata do estudo de impacto ambiental.

E aí a mineração aparece claramente, de maneira muito explícita, como uma atividade que não exige estudo prévio de impacto ambiental e aprovação por meio de licenciamento.

O art. 2º da resolução diz: "Dependerá da elaboração de estudos de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente e do Ibama em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como a mineração". Portanto, a idéia é a de que vamos conhecer todos os detalhes antes de começar a atividade. E se a Constituição fala num estudo prévio, precisamos deixar claro que impactos serão produzidos na atividade, e é muito importante que passemos da fase da declaração dos direitos humanos fundamentais para a efetivação desses direitos. Na prática, chamo a atenção para o fato de que o estudo de impacto ambiental não pode ser uma peça formal, que me autoriza sempre a atividade, nem simplesmente um estudo. Devemos fazer um estudo adequado, que traga as informações necessárias - todas elas, não só algumas -, e que previamente eu saiba o que vai acontecer, para que possa fazer um planejamento para controlar aquela atividade. Esse o sentido da lei.

Se pensarmos que podemos trabalhar com a formalidade, ou seja, com um estudo ambiental que é cópia de um outro parecido, de um empreendimento que se fez no Município tal e que posso adaptá-lo - mudo o nome do empreendedor, mudo o nome do local -, isso não é gerir a atividade e a sua relação com meio ambiente. Preciso ter uma informação verdadeira, um estudo de impacto ambiental material, ou seja, que traga as reais informações - e todas -, antes de começar o empreendimento, para que possa fazer essa gestão que nos ordena a Constituição.

Percebemos, nessa resolução, que há uma referência muito clara: que o estudo de impacto ambiental abranja todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não-execução desse empreendimento, ou seja, com alternativa zero. Minha idéia é: se o empreendimento causar desequilíbrio ao meio ambiente, se eu não puder reequilibrar aquele ecossistema que será impactado, tenho alternativa zero. Mas é preciso, no estudo, visualizar todas as alternativas. Assim, não podemos admitir uma gestão que tenha uma única alternativa, que o empreendedor diga como quer fazer e o Estado simplesmente permita-lhe fazê-lo. Tecnicamente, temos de perceber quais são as possibilidades de impactar menos, de controlar mais, de potencializar aquela atividade de modo que haja efetivamente essa compatibilidade dos interesses. Assim, um estudo de impacto ambiental que não traz alternativas não serve aos fins a que se propõe. É possível, então, que o órgão gestor diga: essa alternativa proposta pelo empreendedor não é a melhor; necessitamos de outra; precisamos modificar o projeto; do contrário não será possível, porque a hipótese é a da alternativa zero, da não-execução desse empreendimento. Lamentavelmente, minha experiência tem mostrado que, muitas vezes, ou seja, mais do que seria adequado, os estudos de impacto ambiental são peças formais que não apresentam as informações de que precisamos, que não apresentam alternativas, e não estamos fazendo uma gestão de meio ambiente.

Para finalizar, o art. 6º me diz que preciso ter todas as informações, o diagnóstico da área de influência do projeto e suas interações, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área antes da implantação do projeto. Preciso saber do meio físico, o subsolo, o ar, o clima, as águas, destacando os recursos minerais, os corpos de água, a topografia, os tipos e as aptidões do solo, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas, o meio biológico. Não podemos esquecer-nos do meio socioeconômico, porque não nos interessa saber somente sobre a água, mas também sobre seu uso numa comunidade. E preservar a qualidade é outra parte da discussão, depois que o empreendimento acabar.

É preciso ter cuidado com todas as questões importantes. Tenho de garantir o uso da água. Então, esse estudo de impacto ambiental tem de discutir esse aspecto de maneira clara.

O art. 6º ainda me diz que é preciso analisar os impactos, é preciso ter as alternativas claras, identificar a magnitude dos impactos e fazer uma interpretação do que vai acontecer. Isso só será possível se o estudo for sério e me possibilitar as informações necessárias para essa análise. Parece-me que o nosso desafio é passar da fase da declaração, da boa intenção para a efetivação. É preciso fazer com que a lei seja realmente aplicada, não porque é ponto de vista de um grupo que tenta impedir o progresso, o desenvolvimento de outro grupo. O problema não é esse. Essas são as regras consideradas adequadas por todo o grupo social. Quando as defendemos, a idéia é que combinamos isso. Não há que se pensar em antagonismos, mas em convergência de esforços para se chegar a um ponto de preservação que interesse a todos.

Espero ter trazido alguma contribuição em relação a essa previsão legal. Como o Deputado falou, temos leis muito boas para a defesa do meio ambiente, que é um bem jurídico tão caro e reconhecido pela Constituição. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos

Antes de passar a coordenação ao Deputado Doutor Ronaldo, quero parabenizar a Maria Antonieta e o Leandro e fazer alguma complementações à palestra do Dr. Fernando Galvão. A preocupação hoje do sistema de meio ambiente, comandada pela Secretaria de Meio Ambiente, é exatamente essa. Para se obter uma licença ambiental, há necessidade do pronunciamento da Feam, da Fiemg e do Igam sobre o compromisso de se evitarem os impactos ambientais. A preocupação do Secretário José Carlos é a mesma. Quando uma empresa solicita um licenciamento ambiental, apresenta um orçamento de viabilidade econômica, financeira e técnica muito bom. Apresenta o que vai fazer para minimizar o impacto ambiental. O que nos preocupa é que nesse orçamento o custo do reparo dos danos ambientais não tem a mesma eficácia no contexto do estudo de viabilidade econômica.

Isso nos preocupa. Será que eles, realmente, analisam e fazem uma previsão orçamentária de quanto custará isso? Refiro-me não só ao impacto ambiental, mas também ao social. Quando se analisa a parte técnica do que ocorrerá, as previsões do que temos de fazer para manter a natureza como antes são executadas com muita eficiência, mas agora estamos com dúvida se é real esse estudo de viabilidade do orçamento. Realmente, não consideram esse custo como periférico. A análise desse custo deve ter o mesmo valor do custo técnico, econômico e financeiro. Essa é a nossa preocupação. Os projetos são maravilhosos. Todos aqueles que entram e conseguem a licença ambiental obedecem todas as exigências da lei.

No caso da mineração, esta tem vida útil. Para quando ela acabar, as grandes empresas mineradoras fazem o orçamento disso, prevendo um custo final. Depois que acabar a vida da mina, haverá recurso para recompor a natureza? Será que as outras mineradoras, talvez a maioria, não façam uma reserva financeira e econômica para reparar a natureza, depois do término da sua atividade econômica? É essa a preocupação de todos nós, e podem estar certos de que estamos atentos a ela, que também é do Dr. José Carlos Carvalho.

São essas as considerações, complementando a brilhante palestra do Fernando. Agora passo a coordenação para o Deputado Doutor Ronaldo, que dará início aos debates. Agradeço a todos.

O Sr. Presidente - Gostaria também de fazer coro com o Dr. Adolpho. Na abertura do simpósio ocorrido esta semana na Fiemg, foi essa exatamente a fala do Secretário. Não tenha dúvida nenhuma. O orçamento da empresa deve ter vistas para coibir um futuro desgaste da natureza. Achei isso muito interessante, pois mostra, mais uma vez, a seriedade da secretaria. Visito muito os Estados e, em breve, visitarei um outro para estudos no campo do meio ambiente, e desconheço uma secretaria tão bem orientada para isso. O senhor pode ter certeza disso, Dr. Adolpho.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante daremos início à fase de debates. As perguntas podem ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizar os debates, solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivas e sucintas, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Informamos aos participantes e telespectadores que as palestras apresentadas em Power Point estão disponíveis no "site" da Assembléia Legislativa www.almg.gov.br.

Aviso de interesse geral: A ata deste Seminário Legislativo, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no "Diário Legislativo", na edição do dia 1º/4/2006.

Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do seminário, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise do seminário será exibida pela TV Assembléia nos seguintes dias e horários: no dia 14 de abril, sexta-feira, às 8 horas, abertura da reunião do dia 21 de março, parte da manhã; no dia 15 de abril, sábado, às 8 horas, 2ª parte da reunião do dia 21 de março, parte da tarde; no dia 16 de abril, domingo, às 8 horas, 3ª parte da reunião do dia 22 de março, parte da manhã; no dia 17 de abril, segunda-feira, às 8 horas, plenária final da reunião do dia 23 de março, parte da manhã.

Debates

O Sr. Presidente - Inicialmente, daremos a palavra ao Sr. Rui Nogueira, que representa a entidade Nação do Sol e fará sua pergunta oralmente.

O Sr. Rui Nogueira - Meu nome é Rui Nogueira, sou médico, pesquisador e escritor. Fico muito contente por ver muita gente no Brasil estudar, discutir e preocupar-se com o meio ambiente, a água e a ecologia. Gostaria de deixar para a Mesa um questionamento.

Ouvi, e se ouve a todo o instante, que exportação é uma maravilha e a solução de tudo. Pergunto à Mesa se não estamos precisando estudar um pouquinho mais o problema da exportação. No Brasil, há contratos de exportação de minério de ferro a US\$5,00 a tonelada, o que não representa R\$30,00. A exportação tem total isenção de impostos, conforme a Lei Kandir. Em 2002, exportamos 7 bilhões e 800 milhões de minério de ferro, de todas as formas, mas, no Brasil, só ficaram R\$360.000.000,00 da CPMF.

Além disso, há algo sórdido no comércio internacional. Se formos à padaria da esquina e quisermos comprar o pãozinho a R\$0,01, o padeiro jamais nos venderá seu produto. No entanto, do Brasil, todos compram o minério ou qualquer outro produto pelo preço que impõem, o que não tem cabimento.

Há um estudo da seção financeira da Unesco, que analisou todas as exportações do mundo no ano passado. Eles dizem que a exportação do Brasil nada resolve, porque a maioria dos exportadores são empresas estrangeiras. Se analisarmos o caso da soja, veremos que os cinco maiores exportadores são estrangeiros, sendo Bunge e Cargill os dois principais. Segundo informam, não há vantagem porque o resultado da exportação não vem para o povo ou para empresários brasileiros, ficando para a companhia estrangeira, que faz a remessa dos lucros. No ano passado, a remessa de lucros do Brasil aumentou 73% em um ano. No ano anterior, o índice foi de 43%. Estão sangrando nosso país, situação que precisa ser revista.

Outro ponto também citado pela Unesco - que nem analisou a isenção de impostos, só mencionando a influência das empresas estrangeiras - é que hoje 60% do comércio mundial ocorre entre matriz e filial. Há um exemplo terrível em Paracatu, Minas Gerais. Uma mina do Canadá explora a Serra do Ouro, que está meio desmanchada. Há uma lei que considera o ouro como ativo financeiro. Assim, desde a mina, o ouro da filial canadense é visto como ativo financeiro. A empresa pode, quando quiser, simplesmente transferir o ouro de Paracatu para sua matriz - no Canadá -, que provavelmente é inglesa.

Há muita gente estudiosa e bem-intencionada, mas os estudos têm de ser aprofundados, não se considerando apenas que deve haver uma floresta sustentável. No Brasil, há a maior plantação de eucalipto do planeta, e ela acabou com a mata atlântica. Já não se plantam alimentos, e os moradores de certas regiões foram expulsos. Só é plantado o eucalipto para se fazer pasta de celulose, e 98% da sua produção é exportada com total isenção de impostos. Temos de rever essa situação, porque a realidade do Brasil, desde a Colônia, é sair riqueza e ficar buraco e miséria. Nada é recuperado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a exposição muito pertinente do Sr. Rui Nogueira. Alguém gostaria de comentá-la?

O Sr. Leandro Quadros Amorim - Em relação à questão da exportação e ao preço do minério de ferro, nos anos recentes houve uma importante mudança no cenário. O senhor falou que o preço seria US\$5,00. Na verdade, o preço atual é dez vezes superior, uma vez que 1t de minério de ferro está custando US\$50,00. No ano retrasado, houve 20% de aumento no preço do minério de ferro; no ano passado, 71% de aumento; e a previsão para este ano é de mais 20% de aumento. O senhor pode ficar tranquilo, que não estamos vendendo minério de ferro a preço de banana. Ao contrário, temos enfrentado grande conflito internacional com a China, em virtude do preço do minério de ferro.

No que diz respeito à exportação, vou-me ater à questão do minério de ferro, que conheço mais, e à questão das multinacionais. No caso, o grande exportador de minério de ferro do Brasil, que está forçando o aumento de preço no mercado mundial, é a Vale do Rio Doce, que é uma companhia nacional. Logo, a preocupação com relação a empresas estrangeiras não se aplica ao caso do minério de ferro, cujo aspecto social é bastante relevante. Conforme afirmei, o minério de ferro é a base de uma cadeia produtiva muito grande: a cadeia siderúrgica, a automobilística e por aí vai toda a seqüência industrial que começa com o minério de ferro. No caso do Brasil, exportamos o excedente, após alimentar todo o mercado siderúrgico nacional. E vejamos os senhores que o Brasil é o nono produtor mundial de aço; não é uma produção pequena: ela se aproxima dos 50.000.000t este ano. Esse mercado de aço alimenta a construção civil, a indústria automobilística, a indústria aeronáutica e por aí vai. Só que temos uma capacidade de produção muito maior, porque temos reservas maiores de minério de boa qualidade. Então, exportamos o excedente. Como decorrência do aumento de preço a que me referi, esse excedente, no último ano, transformou-se no primeiro produto da pauta de exportação brasileira, com US\$7.400.000.000,00. Esse valor representa 16% de todo o nosso superávit na balança comercial. O Brasil tem esse potencial, e não há razão para não utilizá-lo, uma vez que é possível abastecer o mercado siderúrgico doméstico e mantê-lo produtivo, assim como toda a cadeia produtiva que se segue. E, além disso, temos grande capacidade de exportar o excedente para o mundo, o que nos permite ditar preço.

O Sr. Presidente - Agradecemos a fala do Sr. Leandro Quadros Amorim. Com a palavra, o Sr. Nísio de Souza Armani, engenheiro do Crea-MG, para uma apresentação oral.

O Sr. Nísio de Souza Armani - Vivemos em uma Minas Gerais realmente dotada de todas as minas, com a forma topográfica é uma cabeça - o cérebro do País. A riqueza máxima de Minas é realmente o mineral, e temos de considerar que minério não é só o minério sólido, mas também

a água, uma vez que nosso Estado, em diversos aspectos, é a caixa-d'água do Brasil.

No caso da mineração legalizada, sobre a qual os expositores já explanaram muito bem, e da questão de se fazer cumprir toda a legislação estabelecida na Constituição e na emenda do Deputado, levamos em conta que toda mineração tem como consequência cavidades que podem ser dotadas de toda biota e podem ser reservas hídricas eternas, a exemplo da MBR, em Águas Claras, que poderá propiciar suprimento complementar de água para Belo Horizonte. E nós, na mineração legalizada, podemos transformar todas as cavidades consequenciais e todas as bacias de rejeito em áreas de recarga de lençol freático, de acordo com o nosso geólogo, Prof. Edésio Teixeira. Pergunto se não está passando da hora de considerarmos isso e todas as outras possibilidades de proteção ambiental como sendo a mineração legalizada aliada ao meio ambiente, desde que esteja totalmente enquadrada na legislação ligada ao caso.

O Sr. Leandro Quadros Amorim - Infelizmente, a parte que não tive tempo de exemplificar na minha exposição foi exatamente sobre esse tema. Essas possibilidades são enormes. Conheço o trabalho do Prof. Edésio, e ele foi muito feliz no seu trabalho. Temos grandes reservatórios de água que podem e devem ser transformados em reservatórios de água para o uso da sociedade. No caso de Águas Claras, ainda não temos previsão, mas existem outras situações em que as minas já estão praticando essa ligação com o abastecimento público. A Mina de Tamanduá, há cerca de 10 anos, fornece toda a água para o Condomínio Morro do Chapéu, gratuitamente. A mina está próxima à comunidade, tem poço de rebaixamento, tem essa água em excesso. Então, quem abre a torneira no Morro do Chapéu recebe essa água da mina. No mundo todo busca-se isso. Quando se tem uma mineração próxima à comunidade e há esse excedente de água gerado pelo rebaixamento, o ideal é aproveitar. Na Mina Capão Xavier, o projeto abrange o abastecimento de todo o Bairro Jardim Canadá, do Condomínio Retiro das Pedras, do Condomínio Jardim Monte Verde e da parte alta de Belo Horizonte. Essa integração vem sendo buscada, caso a caso, de acordo com os estudos e a localização das minas. A Mina do Pico, próxima a Itabirito, poderá abastecer a cidade daqui a 20 ou 30 anos. Isso é possível e desejável.

O Promotor de Justiça Fernando Galvão - Não pretendo polemizar sobre nenhum tema específico, mas parece que precisamos evoluir um pouco mais na questão dos estudos. O manejo de lagos profundos parece que não está suficientemente estudado.

Quando tratamos, em um estudo de impacto ambiental, do fenômeno da eutrofização, precisamos aprofundar-nos na questão. Não posso simplesmente tangenciar, tenho de conceder-lhe uma dimensão.

Esse argumento da disponibilidade de água no futuro tem desviado a nossa atenção da necessidade de um planejamento prévio. Um plano de gestão hídrica tem de ser formulado e bem trabalhado antes do início das atividades. Ele não pode ser elaborado concomitantemente ou após as atividades. Isso não pode ser feito para daqui a 25 anos, pois temos de conhecê-lo agora.

Podemos pensar que, depois, disporemos de um reservatório, um lago profundo, mas o que acontecerá no período em que está sendo formado? Quantos anos são necessários para isso? E o uso da água? A disponibilidade que haverá depois do preenchimento da cava não será a mesma da fase em que está sendo inundada.

Muitas vezes a posição do Ministério Público tem sido mal compreendida, mas a idéia é chamar a atenção para a necessidade de um planejamento prévio a fim de dimensionarmos as questões e de evitarmos trabalhar com o preconceito de que tal solução seja inviável por não ter havido estudo suficiente. Não posso dizer que isso seja viável ou inviável, mas posso afirmar que é necessário estudarmos mais, para termos a certeza do que poderá acontecer.

O Sr. Leandro Quadros Amorim - Tranquilizarei o Fernando Galvão e toda a sociedade, pois esses estudos estão bastante profundos. Como não dispomos de minerais com potencial para contaminar a água, também não haverá risco de se contaminarem esses lagos.

A única possibilidade de contaminação seria por elementos que viessem de fora, com aconteceu na Lagoa da Pampulha. O controle desses lagos, para se evitar a contaminação externa, é muito fácil, porque se localizam no alto dos morros. Como a bacia hidrográfica de contribuição é muito pequena, a área que necessita de controle também é reduzida. No caso da Lagoa da Pampulha, é necessário controlar uma área de algumas centenas de quilômetros quadrados para que não haja poluição. Em relação a esses lagos, como se localizam no alto dos morros, a área a ser protegida é do tamanho do próprio lago. Assim, o controle é muito fácil.

Na prática, isso acontece na Mina de Águas Claras. O lago está sendo enchido há cinco anos. O volume de água representa uma vez e meia o da Lagoa da Pampulha. O lago tem 100m de profundidade, com água de excelente qualidade.

Os estudos foram prévios e aprofundados. Não existe nenhuma previsão de poluição desses lagos. A única possibilidade seria a contaminação por elementos externos, mas não permitiremos que isso aconteça.

O Promotor de Justiça Fernando Galvão - Não pretendo gerar polêmica em relação a nenhuma questão específica, mas os estudos públicos, para conhecimento, análise e discussão sobre as minas mencionadas pelo Leandro, são extensos, mas apenas tangenciam algumas questões fundamentais.

Efetivamente, o plano de gestão hídrica não estava concluído ao se dar início à atividade da Mina Capão Xavier. Não penso que a MBR não tenha condições de fazer isso, pois a empresa é muito séria, mas o precedente é muito ruim. Se uma empresa considerada séria e com capacidade econômica pode iniciar o seu empreendimento antes de apresentar os estudos, projetos e planos, por que uma outra não poderia fazer isso também? A situação é complicada. A regra deve valer para todo o mundo, senão não deverá valer para ninguém.

Insisto: não estou dizendo que não seja possível fazer um estudo ou um plano de gestão hídrica. Imagino que isso já esteja até pronto ou quase pronto. No início das atividades, de fato, não havia nada feito.

Os vários volumes do estudo de impacto ambiental abordam muitas questões e de forma bem extensa, mas o fenômeno da eutrofização é tangenciado, não é enfrentado de verdade. Isso é que me parece o desafio. Se tudo isso custa recursos e demanda tempo, é um problema que imporá maior sacrifício.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. José Adalberto de Resende, da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga - Amapá.

O Sr. José Adalberto de Resende - Deputado Doutor Ronaldo, se eu passar do tempo, vou alertá-lo, com todo o respeito, porque o senhor abriu precedente de 6 minutos para uma mesma resposta.

O Sr. Presidente - Claro. Esta é uma mesa de debates, e, se eu pudesse, ficaria aqui até amanhã. Pode ter certeza disso.

O Sr. José Adalberto de Resende - Achei estranho o nobre Dr. Leandro perder metade de seu tempo para dizer que a agricultura é a grande vilã no uso da água. Se tivesse participado do painel de ontem, ele teria ouvido o que o Dr. Paulo Romano disse a respeito da capacidade que tem a agricultura de pegar água, gerar seu produto e devolvê-la para o meio ambiente em condição bem melhor do que pegou. Isso é possível sobretudo quando se trata de águas residuais contaminadas com matéria orgânica.

Mas não vou polemizar com o Dr. Leandro. Da próxima vez, que ele venha para ouvir os dados da agricultura e, então, retirar essa lâmina de sua palestra.

Do ponto de vista social, pergunto: que quantidade de água é usada em relação à área beneficiada - agricultura e mineração? Isso porque encolheram ali o mapa da mineração e disseram que a outra parte é usada para pecuária.

Qual o volume de água em relação ao número de empregos gerados na agricultura e na mineração? Não existe um coeficiente de distribuição de renda, mas qual é o volume de água utilizado na mineração em relação à capacidade de distribuição de renda que a agricultura pode promover? Convido o Plenário a refletir sobre esses pontos, porque novamente a agricultura veio a ser a vilã. Sou agrônomo de formação e não poderia deixar passar em branco essa questão.

As grandes empresas gostam de ações pontuais. Dizem: "Poluímos até Belo Horizonte; então, temos de resolver o problema só até Belo Horizonte. Daqui para a frente é problema do Onça e do Arrudas". Ora, elas têm de pensar em bacia. Se poluíram a cabeceira, é preciso pensar nas conseqüências até a foz.

As empresas trabalham com soluções pontuais. Em Ponte Nova, por exemplo, houve uma audiência pública em que uma empresa insistia em resolver os problemas pontuais no Município, ao invés de resolver problemas que ela causa à bacia.

Tenho exemplos. Não citarei nomes, mas quem quiser tratar desse assunto pode me procurar.

Naquela mesma audiência pública, quando nossa instituição pediu ao Ibama que, se aquele empreendimento fosse aprovado, exigisse, no mínimo, 3% de compensação ambiental pelos estragos, obteve a seguinte resposta de um Diretor: "Às vezes, pensamos que 3% é pouco, mas não é. É muito. Esses 3% podem fazer com que o capital que está vindo para cá migre para o Bahrein". Respondi: "Se lá não existe legislação ambiental; se lá ninguém se interessa por preservar e reconstituir o que se perdeu, que o capital vá para o Bahrein ou para onde quer que seja".

Parabenizo o Ministério Público, que tem brigado bastante por isso, tentando interpretar as leis e entrando com ações, porque a lei deixa brecha para isso. É muito dinheiro em jogo.

O Dr. Fernando já nos conhecia, de Viçosa, e fico muito satisfeito em vê-lo tão bem nesse trabalho.

Por último, alerta a nossa Assembléia Legislativa para o fato de que deve depurar um pouco as leis que vêm lá de cima. Nosso Estado é minerador, e os interesses de Minas têm de ser tratados muito mais aqui do que naquele Congresso, com o qual, depois de ontem, fiquei muito frustrado, como brasileiro: nosso Congresso é um "Big Brother", em que vão dois para o paredão e nenhum deles volta para casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A assessoria nos lembra do adiantado da hora - só poderemos ficar aqui até às 10h30min -, razão pela qual não receberemos mais perguntas. Indago se algum dos expositores gostaria de fazer uso da palavra. Com a palavra, o Sr. Leandro Quadros.

O Sr. Leandro Quadros Amorim - Gostaria de me desculpar com o José Adalberto se, por acaso, minha apresentação deu a entender que eu estava de alguma maneira atacando a agricultura. Não era esse o objetivo. Ali não havia intenção de fazer crítica alguma à agricultura.

O que pretendi em minha exposição foi simplesmente mostrar à sociedade as questões da utilização da água. Isso não quer dizer que esteja criticando ou julgando que deva ser diferente. Estava simplesmente mostrando a utilização de água pela agricultura e comparando-a com os outros usos humanos, para desenvolver o raciocínio de que as duas atividades - o agronegócio e a indústria de base mineral - são importantes. Usei essa comparação porque a sociedade percebe muito bem a importância do agronegócio, mas não a da indústria de base mineral. Quando alguém vai à feira e compra uma laranja, tem a perfeita noção de que aquilo veio do campo e é fundamental para a vida, mas dificilmente, quando compra uma geladeira, tem idéia de que foi preciso haver uma mineração para produzir aquela geladeira - poucas pessoas têm essa noção. Assim, como o tempo era muito curto, busquei essa comparação para tentar mostrar, rapidamente, que a importância da indústria de base mineral é tão grande quanto a do agronegócio, que, reconheço, é enorme. Portanto, peço desculpas se deixei a impressão de fazer algum tipo de crítica ou ataque à agricultura.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Maria Dalce Ricas, da Amda, que dirigirá uma pergunta ao Sr. Leandro Quadros.

A Sra. Maria Dalce Ricas - Leandro, parabéns por sua palestra, em que você demonstrou de forma clara que é possível haver uma mineração responsável, que, se modifica o meio ambiente, pode recuperá-lo e minimizar os impactos.

No entanto, há também centenas de minerações irresponsáveis. Realmente, se fizermos comparações, o passivo ambiental da mineração em Minas Gerais é muito grande, mesmo sobre os nossos cursos de água. E a sociedade tem dificuldade em perceber que a mineração vai desde a extração de areia, que alimenta a construção civil, por exemplo, às gigantescas minas de minério de ferro no Estado de Minas Gerais. Podemos perceber isso.

Então, é preciso mais do que palestras em fóruns como este para mostrar que é possível que a mineração seja uma atividade ambientalmente responsável. Mas observamos que os órgãos que representam o setor produtivo - por exemplo, no Conselho Estadual de Política Ambiental - jogam sempre na retranca. Você não acha que as empresas ambientalmente responsáveis não se fariam representar de forma mais efetiva se buscassem sanear o setor de mineração, ao invés de serem, de certa forma, complacentes com a degradação que acontece em todo o Estado? O Rio Abaeté, por exemplo, respingou em vocês. Responsáveis ou não, a mineração é que leva a pecha, porque isso realmente é verdade.

O Sr. Leandro Quadros Amorim - Concordo com você, Dalce. Acho que está na hora de o setor de mineração separar claramente uma mineração organizada, que segue as leis, de uma mineração como essa que você citou. A existência dessas minerações é algo extremamente negativo para a imagem da mineração como um todo porque, da mesma forma, a sociedade não diferencia uma coisa da outra. Assim, acidentes que aconteçam ou situações ilegais e irregulares como essas prejudicam demais a imagem do setor de mineração como um todo. Entendo, concordando com a Dalce, está na hora de começarmos a separar o joio do trigo em nossas representações.

O Sr. Presidente - Pergunta de Ana Paula Salgueiro Vieira, estudante de engenharia ambiental na Universidade Fumec, dirigida ao Dr. Fernando Galvão: "Qual é o papel do gestor ambiental através dos instrumentos legais para a utilização dos recursos naturais de forma sustentável?".

O Promotor de Justiça Fernando Galvão - Tenho a impressão de que precisamos evoluir na noção de gestão. Posso usar uma referência apresentada pelo Leandro: o que seria se todas as possibilidades de extração de minério fossem desenvolvidas ao mesmo tempo? Temos uma quantidade assombrosa de decretos. Se todos fossem executados ao mesmo tempo, seria um caos. Parece-me que o gestor tem uma função às vezes difícil de, considerando esses efeitos sinérgicos e cumulativos, limitar a atividade que se quer inserir num ambiente que já está saturado de intervenção. Parece-me que esse é um primeiro papel muito importante. Ou seja, não é só autorizar; é preciso autorizar, ter condições de fiscalizar, analisar exatamente o contexto no qual se insere aquela atividade, para verificar se há suportabilidade e sustentabilidade.

Depois que percebemos a possibilidade, temos que analisar o conteúdo material da proposta para perceber as medidas mitigadoras ou controladoras daquela intervenção que serão exigidas e efetivamente fiscalizadas. Parece-me que o gestor tem que ter pulso forte em dois momentos: na avaliação da sustentabilidade daquele empreendimento no contexto em que se insere e, depois, isoladamente, na proposta que estiver sendo apresentada, verificando que medidas poderão ser adotadas para controlar aquela intervenção, se for viável. Se não, seria o caso de se optar pela alternativa zero.

O Sr. Presidente - Pergunta de Frei Gilvander Moreira, que representa o Movimento Capão Xavier Vivo, dirigida a Leandro Quadros Amorim: "A mineração em Capão Xavier já atingiu o lençol freático? Se não, quando atingirá? Quantas toneladas de ferro já foram exploradas em Capão Xavier? A MBR já tem licença para rebaixar o lençol?".

O Sr. Leandro Quadros Amorim - A mineração não atingiu o lençol freático. A expectativa é que se atinja o lençol freático em 2007. Em Capão Xavier já foram extraídos cerca de 10.000.000t. A MBR ainda não tem autorização ambiental para fazer o rebaixamento do lençol.

O Sr. Presidente - O Frei Gilvander Moreira inscreveu-se para uma manifestação oral. Peça que seja o mais sucinto possível.

O Frei Gilvander Moreira - Em primeiro lugar, parabênzo o Dr. Rui Nogueira pela firmeza com que defende uma sociedade sustentável. Somos companheiros nessa luta. Gostei de ouvir sua firmeza.

Não podemos contentar-nos com mitigações. Mitigar é amainar, dar um jeitinho brasileiro. A água é fonte de vida, é uma coisa tão séria que não basta só mitigar e fazer pequenos arranjos.

Essa conversa de desenvolvimento sustentável é uma grande falácia. É contraditório: o desenvolvimento está na área econômica e refere-se à acumulação: mais ferro, mais tecnologia; o sustentável está na área da biodiversidade, da harmonia e da vida. Temos que lutar por uma sociedade sustentável. Temos que colocar um freio. A humanidade não sustenta mais essa conversa fiada de desenvolvimento sustentável. Isso é só para melhorar a fachada. Temos que ter cuidado com uma série de eufemismos. Douram a pílula, mas a injeção é pesada.

Ouvimos falar em área trabalhada. Por que não falar em área explorada? Cava? Não é cava, é cratera mesmo.

Estéril? As pessoas simples não entendem essa palavra. É resíduo mesmo. Recursos hídricos. Precisamos superar o economicismo. Água é muito mais que recurso. A expressão "recurso" pertence à área econômica. Ao falarmos recurso humano, estamos transformando o humano em economia. Água não é apenas recurso hídrico, mas fonte de vida, meio de vida. Somos água.

A MBR admitiu: "Água indesejável para mineração". É triste ouvir que o que importa é exportar. Precisamos ficar atentos à expressão "mineração dentro da lei". Existem muitas minerações que, aparentemente, estão dentro da lei. Qual lei? Qual interpretação de lei? A qualidade das águas no lago da cratera de Águas Claras. Na CPI da MBR, realizada nesta Casa, a representante da Feam, se não me falha a memória, a Zuleika - consta nas notas taquigráficas, que estão disponíveis no "site" www.capaoxavier.org - disse que houve redução na qualidade das águas da cratera de Águas Claras. Portanto, Leandro, a água não está excelente. É preciso verificar isso.

Não basta jogar a culpa no povo que gera esgoto sem tratamento nem na agricultura que utiliza irrigação por aspersão. Precisamos rever o modelo. Urge rever o modelo de produção, que é profundamente concentrador de riqueza e renda e depredador do meio ambiente. Temos de lutar por um ambiente inteiro, e não apenas por um meio ambiente.

E as dezenas de toneladas de peixes mortos no Rio São Francisco, contaminados pelos níveis elevadíssimos de metais pesados? Não podemos tapar o sol com a peneira: dizer que crateras e mais crateras garantirão água no futuro é, no mínimo, uma irresponsabilidade, é brincar com o futuro das próximas gerações. Será melhor acreditarmos que a biodiversidade, mãe da vida, garantirá um futuro melhor. É muito complicado verificarmos que a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente está de braços dados com a MBR, está sendo financiada.

Dr. Fernando Galvão, considerando que existem três ações na justiça - duas populares e uma ação civil pública - questionando o atual licenciamento da Mina Capão Xavier, quais as perspectivas que V. Exa. vê sobre a possibilidade ou não de um licenciamento para rebaixar o lençol freático? Obrigado.

O Promotor de Justiça Fernando Galvão - O meu amigo Frei Gilvander me apertou um pouco agora. Aproveito este momento, ainda que rapidamente, para tentar defender o desenvolvimento sustentável. Tenho vários pontos de discordância com o Leandro, profissional que respeito imensamente, temos uma ótima relação, mas as discordâncias são naturais do processo democrático. Precisamos trabalhar a idéia de desenvolvimento sustentável, ou seja, isso não é enganação. Temos de fazer com que isso se torne realidade, porque as pessoas precisam desenvolver-se econômica e socialmente. Não posso ser preconceituoso, ou seja, a mineração não pode estar sempre errada. Não posso trabalhar com essa idéia. Peço-lhe desculpas, sou muito franco. Você sabe disso, já conversamos várias vezes. Preciso perceber em que medida a mineração pode desenvolver economicamente a sociedade fazendo com que o País cresça, mas respeitando a população. O caminho do meio está na diretriz da lei. Precisamos cumpri-la. Não estou dizendo que haverá poluição na Mina Capão Xavier. Não sabemos. Deveria ser observado um rito, como ficou acordado, para que todos os cuidados fossem tomados evitando-se a poluição.

Num ponto de discórdia, entendo que os ritos não foram observados. Propus uma ação civil pública principal e, recentemente, uma cautelar, pois sei que está próximo do rebaixamento do lençol.

Se, num primeiro momento, eu disse que tinha uma grande expectativa de que o Judiciário me desse uma resposta - aí você me apertou -, o tempo foi passando, e isso não aconteceu. Efetivamente, temos menos expectativas em relação ao Judiciário e mais em relação aos outros atores desse processo, para que possamos, talvez numa Mesa como esta, encontrar soluções de consenso. De fato, o Poder Judiciário não chamou o processo à ordem, não fez com que se cumprissem os ditames da lei. Ele é moroso, tem suas deficiências, outras prioridades, são muitos processos - eu não queria entrar nesse mérito -, mas o fato é que o tempo está passando e isso não aconteceu. Se eu ficar só esperando a resposta do Judiciário, ela não virá e vou ficar frustrado. Então, com muita boa-vontade e expectativa, conversarei com o Leandro em todas as oportunidades que surgirem, pois sei que é um profissional altamente qualificado, de bom-senso, que quer efetivamente encontrar

uma solução para essas questões.

A Sra. Maria Dalce Ricas - Deputado Doutor Ronaldo, por favor. Queria solicitar a palavra, não sei se agora ou depois, porque o Frei Gilvander citou a Amda na sua fala e quero responder-lhe.

O Sr. Presidente - Bem rápido, por favor, por causa do tempo.

A Sra. Maria Dalce Ricas - Pois não. Não sei se vocês perceberam, mas, no final da sua fala, ele citou a Amda. Frei Gilvander, na escola em que o senhor é aluno, eu sou professora. Se o senhor discorda das ações da Amda, ela é uma entidade aberta a qualquer pessoa que queira contribuir para modificar suas ações. Nossas formas de captação de recursos são legalizadas. Se o senhor discorda das leis, tudo bem. O senhor é representante de uma instituição poderosa, que até hoje deu diversos caminhos ao mundo, nem sempre positivos. O senhor pode tentar mudar as leis e torná-las legais. Acredito que as suas formas de captação de recursos sejam legais; das quais, aliás, não se olha a fonte.

Quero-lhe dizer que, independentemente de erros que cometamos - não somos santos -, a Amda tem contribuído até para que a mineração no Estado melhore, inclusive por parte da própria MBR. O senhor deveria ser um pouco mais responsável antes de lançar acusações desse tipo e conhecer um pouco mais a história da Amda, das pessoas que nela militam, da responsabilidade que temos, antes de dirigir a um público que não está discutindo o assunto acusações levianas e irresponsáveis, como acabou de fazer. Obrigada.

O Sr. Presidente - Farei três perguntas ao Dr. Fernando. A primeira é do professor e biólogo Dênio Pimenta Valle, da Prefeitura de Belo Horizonte: "É possível estabelecer um limite, dentro da objetividade, após a análise do EIA-Rima, de conter o máximo possível um impacto ambiental, por exemplo, de uma mineradora?".

O Promotor de Justiça Fernando Galvão - Entendo que sim, e os critérios são técnicos e objetivos. Preciso analisar e não simplesmente aceitar ou carimbar o estudo e fazê-lo seguir adiante. Se ele for analisado por critérios técnicos, pode haver alteração de parâmetros e limitação de propostas.

O Sr. Presidente - Miguel Ângelo, de Betim, da Vila das Flores: "Em Minas Gerais temos muitas bacias hidrográficas. Pergunto-me se, com tantas idéias, por que ainda há lugares, como o Norte do Estado, que não têm uma atenção para o tratamento da água?". É uma pergunta complexa, talvez o Dr. Adolpho possa responder depois. A última pergunta é de Ana Turolla, do Movimento Capão Xavier e da Organização em Defesa da Bacia do Rio São Francisco: "Existe o conhecimento da lei de preservação do meio ambiente por parte do Estado, da sociedade e das empresas mineradoras. O que será que está faltando? Onde estão os responsáveis em acionar o mecanismo que exige o cumprimento desta lei?".

O Promotor de Justiça Fernando Galvão - Na verdade, eu sou um dos responsáveis por acionar. Não posso dar respostas. Quando demando no Judiciário, quem dá a resposta é ele. Nessa questão específica de Capão Xavier, expressei, com um grupo de Promotores, minha opinião e a discordância em relação a esse procedimento numa ação civil pública, numa ação cautelar - então, são duas ações cíveis -, e também numa ação criminal.

Sinto-me diretamente obrigado por essa questão. Quando digo que respeito o posicionamento, que quero dialogar, estou consciente das minhas obrigações e não deixei de propor nenhuma das ações. Agora, proponho e outro profissional julga.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. José Nelson de Almeida Machado, que representa o Comitê de Bacia do Rio das Velhas, que fará questionamento oral ao Sr. Leandro Quadros Amorim.

O Sr. Leandro Quadros Amorim - Quando se constrói um lago, cria-se um círculo virtuoso de aproveitamento do recurso hídrico para determinado uso. Por exemplo, a Barragem do Serra Azul, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que tem uma vazão mínima de 270 litros por segundo, com a construção do lago, terá o aproveitamento de 2.600 litros por segundo, ou seja, em torno de 10 vezes mais. O mesmo acontecerá com o sistema Rio Manso. A construção de um lago impacta alguma coisa, mas o problema que precisa ser resolvido é o do abastecimento humano. Não há como negar isso, já que saneamento é uma necessidade imperiosa das pessoas.

Na região do Jardim Canadá há uma demanda muito grande de abastecimento público. A construção desse lago na Mina Capão Xavier, fora os outros usos da estação de água, poderá promover grande melhoria nesse abastecimento, principalmente se for considerada a qualidade da água oriunda da mineração e também o nível topográfico disponível. No entanto, muita gente acha que o abastecimento público de Belo Horizonte será penalizado por esse empreendimento minerário. Peço não só ao Dr. Leandro, mas também à Dra. Antonieta que comentem esse assunto, pois há uma contradição nessa informação. A população está crescendo e precisa de uma solução no que diz respeito ao abastecimento público. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Há 19 anos, eu era Secretário de Minas e Energia. A água era utilizada apenas para a eletricidade e para o abastecimento humano.

Voltei a trabalhar no serviço público e deparei com uma mudança muito grande. Nesses três anos em que estou trabalhando no Igam, muitas foram as nossas realizações. No entanto, temos consciência de que isso ainda é muito pouco em relação ao que ainda temos de fazer.

A minha preocupação, visível em meus cabelos brancos, é com o grande inimigo do bem-estar social e do desenvolvimento responsável do meio ambiente. É preciso assegurar a qualidade de vida de hoje às gerações futuras, dos próximos 20, 30, 60 anos.

A nossa responsabilidade é com o imobilismo. O imobilismo da extrema esquerda, que quer ficar parada contemplando a natureza, como na época de Pedro I, de Pedro II ou de Cabral. Já o imobilismo da extrema direita é continuar poluindo e desrespeitando o meio ambiente, ao invés de promover um desenvolvimento sustentável.

Essa é a minha experiência de vida. Temos de lutar contra o imobilismo, em prol de um desenvolvimento sustentável.

O Sr. Presidente - Encerrando a nossa participação, vamos passar a palavra à Sra. Maria Antonieta Alcântara Mourão, para suas considerações.

A Sra. Maria Antonieta Alcântara Mourão - Tive oportunidade de acompanhar o problema de Capão Xavier, na Copasa, quando do início de toda a discussão, há 10 anos.

Analisávamos a viabilidade dos relatórios com a MBR. Tenho acompanhado Capão Xavier com interesse profissional, mas não tão inserida no processo.

As questões mais delicadas de Capão Xavier foram justamente a proximidade com as captações da Copasa e a proximidade com a área urbana. Grande parte dessas captações se associa à unidade ferrífera, que está sendo minerada.

Durante todos esses anos, foi feito um monitoramento em toda aquela região. E isso já dura cerca de 10 ou 12 anos - talvez o Leandro possa informar melhor esse prazo.

O modelo matemático estabelece as possibilidades de impacto e as medidas que a empresa deverá adotar caso ocorra esse impacto, ou seja, como será feito o suprimento para a Copasa. Quando a mina se exaurir, deverá existir um compromisso por parte da empresa de repor essa água para a Copasa.

Em Capão Xavier, existem descargas do aquífero, que está associado ao minério de ferro. Os modelos matemáticos demonstraram que, em alguns pontos, vai haver impacto, razão pela qual serão adotadas medidas compensatórias.

O Sr. Leandro Quadros Amorim - Na verdade, a pergunta foi relacionada à existência de algum problema com o abastecimento público. Nesse caso, informo que não haverá problema, em razão da quantidade de água, bastante superior ao impacto, que será fornecida diretamente ao sistema Copasa.

A pergunta do José Néelson está relacionada à formação do lago. Ou seja, ele perguntou, se o lago atuar como reservatório, se isso aumentará a capacidade do sistema. De fato, aumenta, como acontece em qualquer outro reservatório de água. O lago acumula água no período de chuva, e, no período de seca, essa água será utilizada, de forma que o sistema Morro Redondo, ao qual esse lago será ligado, terá, ao final, durante a operação da mina e após a sua exaustão, uma capacidade de produção maior que a existente hoje.

O Sr. Presidente - Para encerrar, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto - Saúdo a todos e a todas. Farei apenas uma observação. Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, acompanhei bem de perto a organização deste Fórum. Desde o início, tínhamos consciência de que os assuntos não seriam esgotados. Este é um que parece ter ficado com muita coisa ainda para ser discutida, aprofundada. As portas da Assembléia estão abertas. Temos discutido vários assuntos.

Na terça-feira, dia 28, vamos a Três Marias discutir sobre a mortalidade de peixes. Temos feito acompanhamento sobre a pilha de rejeitos de estéril em Belo Vale e acompanhado também na Serra da Canastra. Semana passada, em São Tomé das Letras, participamos de um importante evento, uma pesquisa que a UFMG está acompanhando e coordenando para a melhoria da questão das pedras, do quartzito, que tem trazido sérias dificuldades para o ambiente, portanto para a vida. Também acompanhamos a questão da água mineral e o uso da água na mineração. A água mineral é tida como minério a tal ponto de "permitir-se" sua exploração até à exaustão. Como em uma mina de ouro ou de ferro, extrai-se a água mineral, como aconteceu em São Lourenço.

Tenho a notícia de que agora o governo do Estado tomou a decisão de passar as águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá para a Copasa. Estamos acompanhando para ver se é a melhor solução para o caso.

O assunto não se esgotou. Sinto a angústia de muitos aqui. Mas temos de tomar jeito, somos seres inteligentes, temos vontade, liberdade, e podemos ter sociedade sustentável. Podemos, a favor da vida, organizar-nos e ponderar. Claro que esse sistema que coloca o lucro acima de tudo é perigoso, precisamos tomar cuidado.

As portas da Comissão de Meio Ambiente estão abertas, vamos aprofundar-nos nesses assuntos. Solicitem suas audiências, que vamos acompanhá-las.

Concluo lembrando o art. 225 da Constituição Federal, muito bem citado por Dr. Fernando Galvão: a garantia do meio ambiente - de um ambiente inteiro, como disse Frei Gilvander - saudável, com garantias de vida para hoje, amanhã, para o futuro, para essa geração e para as próximas, é importante. Temos de nos unir. Política é reunir forças visando ao bem comum. Que nos unamos para que o art. 225 seja uma realidade. Obrigada.

O Promotor de Justiça Fernando Galvão - Deputado, poderia fazer uma proposição? É sobre um tema que nos afeta diretamente e nos preocupa. Como o senhor falou, há desdobramentos dessa questão, quem sabe a Comissão de Meio Ambiente não dirige um processo de discussão sobre o Plano de Gestão Hídrica de Capão Xavier, que até hoje não conhecemos? Pelo menos eu não o conheço e, ao que eu saiba, não existia no momento do início da operação. Se existe, vamos partilhar, discutir, ver o que está acontecendo. Para isso, não haveria lugar mais legítimo do que a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia.

O Deputado Laudelino Augusto - É uma idéia, Presidente, que podemos assumir.

O Sr. Presidente - A Assembléia Legislativa, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais manifestam seus agradecimentos às autoridades que participaram deste debate.

Neste momento, passo a Presidência ao Deputado João Leite, membro da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Casa e a coordenação dos trabalhos ao Sr. Geraldo Fausto da Silva, Diretor de Desenvolvimento Florestal Sustentável do IEF, representando o Sr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do IEF.

Segundo Painel: Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o segundo painel os Exmos. Srs. Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Igam; Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão, da UFMG; Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas; Luiz Fontes, membro da Ambiente Brasil, da Universidade Federal de Viçosa e do Fórum Mineiro das ONGs Ambientais; a Exma. Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; e os Exmos. Srs. Miguel Ângelo dos Santos Sá, membro da Comissão Permanente de Meio Ambiente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea-MG -; José Antônio da Cunha Melo, Presidente Regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - Abes-MG -; Geraldo Fausto da Silva, Diretor de Desenvolvimento Florestal Sustentável do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, representando o Diretor-Geral, Humberto Candeias Cavalcanti, e Coordenador dos Trabalhos.

Bom dia a todos. Esta é mais uma oportunidade para reafirmarmos alguns princípios e propostas de defesa do meio ambiente e da água que o representa. Sempre trabalho a questão da água como um eixo que representa todo o meio ambiente. Tudo se manifesta na água, inclusive a nossa mentalidade. Por isso é que a água é chamada de espelho de água porque mostra a nossa cara. Podemos avaliar a civilização mineira e belo-horizontina pelo estado em que se encontra o Rio das Velhas, e não pelo número de carros importados ou casas sofisticadas existentes. Para que haja uma transformação, é fundamental fazer um diagnóstico correto. Sem diagnóstico não há tratamento.

A questão ambiental deixou de ser marginalizada para ser endeuçada. Num encontro internacional do México, ocorrido por esses dias, estranhei a ausência da Dalce. Lá só havia figurões, que nunca participaram de nada, com algumas exceções. E os governos que subscrevem compromissos internacionais não os cumprem em seus países. Gasta-se muito dinheiro, dinheiro esse que falta para quem está fazendo o trabalho de base. Morei na Argélia por cinco anos, onde trabalhava com tuberculose, participando, todos os anos, de congressos internacionais de tuberculose. E o Prof. Chaulet, um francês que aderiu à luta armada contra os franceses e ficou na Argélia como herói, também pneumologista, trabalhava comigo. Ele me dizia: "Apolo, esses encontros internacionais anuais de combate à tuberculose em Londres, Bagdá, Moscou, Rio de Janeiro nada mais são que turismo". Dizia também que havia mais gente vivendo que morrendo de tuberculose porque nos hospitais para tuberculosos as pessoas, às vezes, não dispunham nem de um leito.

Tenho uma resistência cultural a esses grandes encontros, a essa gastança de dinheiro quando, na verdade, quem está fazendo o trabalho enfrenta muitas dificuldades.

Vejo, com muita desconfiança essa necessidade de "marketing" desvinculado da honestidade, do trabalho, da realidade. Podemos ver isso na situação dos comitês em Minas Gerais. Recursos que seriam destinados aos comitês, como o Fhidro, não chegam e, quando chegam, são em conta-gotas. Há uma dificuldade muito grande para se fazer um trabalho. É muito difícil também ser governo. Reconheço isso. Fazer uma gestão competente é muito difícil. Mas não posso, em nome da gestão e da austeridade, cortar completamente os investimentos. Todos falam que o comitê de bacias é fundamental na gestão descentralizada, compartilhada, envolvendo a negociação. Aprendi muito, no comitê de bacias, a fazer negociações entre as ONGs, entre governos, entre fazendeiros. Todos fazemos parte do mesmo mundo. Foi muito importante, num momento de educação política, saber articular, porque os interesses de todos são legítimos. Não posso achar que só o interesse do meu órgão seja legítimo. Os empresários, os fazendeiros, as ONGs, os governos fazem essa engenharia. Eles também têm seus interesses. É muito difícil fazer essa engenharia. Estamos conseguindo fazer isso nos diversos comitês, principalmente no do Rio das Velhas. Tenho um relacionamento amigável com todos. Estamos avançando em setores com que não tínhamos nenhum relacionamento anterior. Isso está sendo feito sem preconceitos. Antes, tinha muito preconceito em relação a eles. O Projeto Manuelzão tem sido para mim uma escola, como também a direção do CBH Velhas. Vários empresários tinham medo de mim, mas hoje a situação é diferente. Hoje me consideram uma pessoa comum e normal. Tive dificuldades para tomar posse no Comitê do Rio das Velhas na primeira vez. Houve reações, mas tudo foi vencido.

Sempre digo aos meus parceiros que temos de colocar a divergência bem clara, mas buscar a solução. Não podemos ficar só denunciando. Não gosto quando a pessoa camufla a diferença. Temos de conversar com todos os usuários, com todos os setores e com o governo, deixando claro aquilo com que não estamos de acordo. Temos de ter a intenção de buscar a mediação para continuar um trabalho conjunto. É melhor trabalhar junto que estar apartado, brigando. Não brigar é a melhor forma de trabalhar juntos, de defender nossos interesses.

A população, as ONGs e os movimentos sociais ganharam muito poder no comitê de gestão das águas. O caminho que indico a todos os movimentos sociais é uma participação cada vez maior. No comitê, trabalhamos o território de bacias, não o território de Municípios, o território do País. Rompemos as fronteiras nacionais e começamos a trabalhar o planeta, as bacias de água doce, bacias de água salgada. O planeta é nossa casa. Começamos a criar esse intercâmbio entre diversos setores. Não estamos falando somente de idéias teóricas. Assim, trabalhamos para fazer acontecer. Por isso, tivemos condições de propor a Meta 2010, que tem outro nome, Linha Azul. Linha Azul significa Meta 2010, ou seja, nadar, pescar e navegar na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que é um esgoto hoje. Juscelino fez Brasília em quatro anos, com muita oposição e dificuldades. Não há ninguém contra a Meta 2010. Ela vai ser uma grande conquista social, estética, ambiental e econômica para todos os Municípios que estão precisando das águas do Rio das Velhas para se desenvolver, mas não podem fazê-lo por causa dos esgotos da região metropolitana. É muito importante ter propostas concretas.

Por que Linha Azul? Porque temos um bom relacionamento com o Governador Aécio Neves, que nos tem recebido. Não queremos muita coisa, apenas respeito, diálogo e alguns compromissos, que ele vem cumprindo. Ele assinou a Meta 2010; está no diário oficial, mas pedimos a ele que aumente o ritmo, que o Estado seja mais ativo e focado, que a meta seja para 2010, e não para 2020. Por isso, quando vimos a Linha Verde cheia de vigor, com data marcada para terminar e com dinheiro - e ela vai acontecer, porque o Governador é um bom administrador -, falamos: "Governador, já que o senhor tem essa capacidade de fazer a Linha Verde acontecer, por que também não assume a Linha Azul, a Meta 2010, despoluir o Rio das Velhas? Por que o senhor não faz isso como grande meta do seu governo?". Aliás, essa é uma prioridade ainda maior que a Linha Verde, pois beneficiará toda a bacia do São Francisco e milhões de pessoas, e Belo Horizonte perderá a vergonha de ter destruído o Rio das Velhas. Estamos convencidos de que o Governador nos surpreenderá e irá fazer alguma coisa até junho, até o Dia Mundial da Água. Conversei com o Dr. José Carlos, e há indícios de que o Governador assumirá a Linha Azul, ou seja, a Meta 2010, com a mesma decisão que ele assumiu a Linha Verde.

Quanto a esta, sugerimos o seguinte: que o governo do Estado, por meio do Manoel Costa, Secretário de Desenvolvimento Regional, uma pessoa muito importante, faça uma reunião com os Municípios da área cástica e realizem o zoneamento ecológico e ambiental de toda a área cástica, antes que o movimento seja muito grande naquela região, com instalação de oficinas e fábricas. As pessoas compram terrenos ali, e os Municípios têm planos diretores desconexos com a questão mais ampla da bacia e área cástica. Do contrário, aquela região será impactada por causa do porto seco, pois haverá muitos galpões e fábricas que desejarão aproveitar o aeroporto de Confins. É necessário que o governo se adiante, pois isso está na Bacia do Rio Velhas, e crie o plano diretor sub-regional na área cástica, a fim de que o desenvolvimento da região não crie problemas irreversíveis em uma área muito delicada e importante.

Terminarei, porque o tempo é muito pequeno. Tenho medo de falar no tempo certo e, depois, a Dalce falar por meia hora. Respeito o tempo e falarei sobre as propostas finais.

O Projeto Manuelzão introduziu o biomonitoramento das águas do Rio das Velhas, uma iniciativa no Brasil. Há seis anos fazemos o biomonitoramento com peixes e bêttons, invertebrados que vivem nas águas, e propomos que, além da vida aquática, monitorar a qualidade das águas e da mentalidade regional, que o biomonitoramento também controle a qualidade do governo. Governo bom, boa gestão ambiental não é aquela do discurso, mas aquela que traz o peixe de volta. Os peixes testemunharão quem é bom Secretário, quem é bom governo, do ponto de vista ambiental. Temos de ter um indicador de avaliação institucional. Aliás, desejo pedir à Emater que analise a sua política de divulgação do peixe, porque há técnicos da Emater que espalham tilápia, um peixe exótico, na Bacia do Rio das Velhas, sendo que temos peixes excelentes na região. Todos os biólogos condenam essa poluição biológica de tilápia. Essa política deve ser revista pela Emater, parceira do Manuelzão e do CBH Velhas. Temos de falar as coisas para elas mudarem. Devemos tornar público que é necessário que a Emater intervenha na questão dos técnicos que fazem a poluição biológica com tilápia, sendo que não há indicação para isso. Não é necessário.

Outra questão: estamos implantando, com o apoio prometido pelo Sr. José Carlos Carvalho e pela Feam, o monitoramento participativo integrado com as instituições governamentais para alertar sobre a mortandade de peixes e realizar pesquisas integradas com a UFMG. Precisamos descobrir as causas dessas mortes. O projeto, que acabei de aprovar, será apresentado aos Srs. Ilmar e José Carlos, ainda nesta semana. Precisamos envolver toda a comunidade ribeirinha nos afluentes do Rio das Velhas e milhares de pessoas no monitoramento das

águas desse rio.

É necessário também sugerir ao IEF, Feam, à Polícia Militar Ambiental, enfim, a todos os órgãos que cuidam da fiscalização, que essa seja civilizada, isto é, com a participação da sociedade civil, e não militarizada, porque o povo sabe de tudo que está acontecendo. Não é preciso contratar mais funcionários. Se forem feitas articulações com a sociedade civil, teremos notícia de tudo que está acontecendo de certo e de errado. Assim, poderíamos economizar dinheiro e ser mais eficientes. A fiscalização tem sido utilizada para arrecadação de recursos para a Fazenda, e não para o meio ambiente, o que é um absurdo. A fiscalização não está a serviço do meio ambiente, pois chega tarde demais, e o dinheiro não é investido de forma racional em melhorias ambientais. Queremos que os problemas não mais aconteçam, pois, depois, não haverá como resolvê-los.

Tudo bem. Faço uma crítica sobre a forma de organização da Agenda 21 e do Projeto das Colméias, na Bacia do São Francisco. O governo federal, ao invés de investir nos comitês de bacias hidrográficas, os quais estão estruturados em Minas e são exemplos para todo o Brasil, está criando uma nova estrutura e anarquizando os comitês. Estão organizando colméias por território, e isso não coincide com a bacia. Querem a Agenda 21 com pólos metropolitanos regionais.

Com isso, não se define o território. O território do meio ambiente é prioritariamente de bacias hidrográficas e ecossistemas regionais.

Por essa razão, faço um apelo aos Deputados do PT e de partidos aliados para que o Ministério do Meio Ambiente mantenha suas colméias - uma forma de eles também participarem diretamente - para que as colméias e a Agenda 21 sejam feitas pelo território de bacias, até para economizar reuniões. Não podemos mais realizar um milhão de reuniões.

A mobilização social é fundamental no comitê. Não acredito em movimento ou comitê que não tenham forte mobilização social. Temos de encurtar a distância entre discurso e prática e mudar paradigmas. Tenho conversado muito com o Prof. Edésio. Se não houver mudança em conceitos oficiais, em normas legais, não temos como melhorar a questão ambiental. Há vários comportamentos e propostas ambientais que não são compatíveis com a defesa do meio ambiente, pois refletem, por exemplo, a canalização de córregos, a permissão de ocupação de encostas das montanhas e a proibição de ocupação de topo; o não-aproveitamento de entulhos da construção civil na recuperação de voçorocas e a autorização de calçamentos dos quintais das casas, o que deveria ser proibido pelos planos diretores de posturas urbanas.

Proponho um seminário ou reunião técnica e política para mudanças na legislação a fim de que essa atue sob novo paradigma ambiental. Muito obrigado e um abraço a todos.

O Sr. Presidente - Agradecemos a exposição do Prof. Apolo Heringer. Neste momento, passo a coordenação dos trabalhos ao Sr. Geraldo Fausto da Silva, Diretor de Desenvolvimento Florestal Sustentável do IEF.

Palavras do Sr. Coordenador dos Trabalhos

O Sr. Coordenador (Geraldo Fausto da Silva) - Obrigado. É uma satisfação compor esta Mesa com V. Exa., Deputado João Leite, pessoa que respeitamos e admiramos pelo trabalho que vem realizando nesta Assembléia. Saúdo o caro Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

Cumprimento o Dr. Paulo Teodoro, Presidente do Igam; nossos companheiros conferencistas, Luiz, Dalce, Apolo; e nosso amigo do Crea. Tenho a honra e a responsabilidade de representar o IEF e nosso Diretor-Geral, Dr. Humberto Candeias, que teve de atender a uma demanda do nosso Secretário, José Carlos Carvalho, fora de Belo Horizonte e pediu-me que o representasse, desculpando-se por sua ausência.

Estava dizendo que represento o Dr. Humberto, o que é uma boa oportunidade para me apresentar e conversar com os senhores. Militamos no IEF há cerca de 40 anos e temos tido a oportunidade de estar junto de vários dos senhores aqui presentes, assim como de várias pessoas que trabalham no dia-a-dia conosco e que não estão participando deste evento. Com relação a este evento específico, o 5º Fórum das Águas, achamos que foi de extrema felicidade os promotores, o Igam, o Crea e a Assembléia Legislativa realizá-lo aqui no Plenário desta Casa, fazendo jus ao tema que debateremos agora, "Participação da Sociedade na Preservação das Bacias Hidrográficas". Nenhum local seria melhor do que este para que houvesse participação da sociedade, porque a Assembléia representa a sociedade.

Nós, do IEF, temos a satisfação de dizer que, desde sua criação, sem nos furtarmos a nossas responsabilidades, sempre procuramos buscar o apoio da sociedade, sempre procuramos buscar parceria das entidades representativas, que sempre respeitamos, uma vez que nos ajudaram a crescer e a vencer vários obstáculos.

Conforme afirmou o Dr. Apolo, a abertura para a participação da sociedade ajuda. Não se deve cobrar irresponsavelmente, mas apresentando soluções, buscando alternativas junto com o governo, junto com os representantes do Legislativo, o que faz com que cresçamos. Nenhum órgão consegue sobreviver se não estiver em consonância com os anseios da sociedade. Temos a felicidade de ter crescido e de conseguir realizar nossos trabalhos, apresentando resultados junto com esses parceiros. Nenhum órgão consegue realizar sozinho. O próprio governo é o espelho da sociedade, realiza o que a sociedade cobra mais. Na área de meio ambiente, temos crescido graças à cobrança. Várias coisas foram realizadas mais recentemente. No passado, não teríamos conseguido fazer uma reunião como esta, para discutir meio ambiente, porque o Plenário ficaria vazio. Ninguém se preocupava com meio ambiente, ninguém se preocupava em proteger nascente, ninguém se preocupava em reflorestar; pelo contrário, tínhamos de sair à caça de pessoas que tivessem interesse em estar conosco. Criamos a demanda, e hoje estamos felizes porque estamos vendo resultados, e essa demanda é cada vez mais crescente na sociedade, fazendo com que nos procuremos adequar cada vez mais, gerando novas atividades que venham dar apoio e suporte.

Temos deficiências, achamos que fizemos muito pouco ou quase nada do que é necessário fazer em relação ao meio ambiente, mas estamos tranquilos porque estamos buscando caminhos, estamos conseguindo apoio. Com um público tão bem representado por essas pessoas que irão falar, acho que estamos no caminho certo.

Passo a palavra ao Prof. Luiz Fontes.

Palavras do Sr. Luiz Fontes

Bom-dia a todos. O tema sobre o qual fomos convidados a falar é "Participação da Sociedade na Preservação das Bacias Hidrográficas". Sou professor da Universidade Federal de Viçosa, dirijo uma ONG-Oscip chamada Ambiente Brasil, faço parte do Fórum das ONGs Ambientalistas Mineiros e sou Presidente do Codema de Viçosa. Entendi esse tema como a participação do terceiro setor. A Assembléia faz parte da sociedade, o governo faz parte da sociedade, o primeiro setor, a MBR, todos fazemos parte da sociedade. Entendi esse tema como sendo o terceiro setor, daí a Mesa estar composta pela Amda, Manuelzão, Abes, Ambiente Brasil, Crea.

No ano passado fizemos uma palestra em Brasília a pedido de uma ONG chamada Amigos do Futuro, sobre o terceiro setor e a atuação ambiental. O terceiro setor é muito amplo. A Abes e o Crea são um tipo de terceiro setor, mas as ONGs, assim caracterizadas, já têm um trabalho mais definido. Quando a Dalce foi a Viçosa fazer uma palestra para alunos de 12 cursos diferentes, falei para os meus alunos que existem ONGs que têm uma atuação ambiental ou política mais forte. A Amda tem uma atuação política muito forte, provoca o debate, com foi visto no momento anterior, provoca o Apolo quando acha que a Dalce vai falar muito. A Amda tem um papel importante no Brasil, o Manuelzão tem um papel importante na educação ambiental, mas atua na ponta do sistema, diretamente com a população ribeirinha; tem um jornal com uma tiragem de 100 mil exemplares, do qual tenho a satisfação de receber 40 exemplares para distribuir aos meus alunos.

O Ambiente Brasil é uma Oscip que já tem sete anos. A nossa atuação não é propriamente política, mas trabalha na ponta do sistema da educação ambiental. Se tivéssemos que resumir este fórum, poderíamos falar que a educação ambiental é a palavra-chave, e educação ambiental como um processo de mudança de hábitos, como normalmente se diz. Não temos que procurar mudar hábito na educação ambiental. Hábito é aquilo a que nos acostumamos. Vim de Viçosa hoje de manhã e andei 220km. Passei em várias curvas e não sei quantas vezes mudei a marcha, porque é um hábito. A educação ambiental leva a uma mudança de atitude. Faz refletir, não nos permite ouvir uma intervenção e ficar calado, sem rebater, se essa atitude gerar uma contribuição; não nos permite ficar calado quando alguém está desperdiçando água.

Uma criança educada em questões ambientais muda a sua atitude, passa a vigiar os pais. Vejo que a grande contribuição que podemos dar para um evento destes é fortalecer os mecanismos e os processos de educação ambiental. Esse é um ponto muito importante porque é preciso mudar a atitude. É um processo. Não pode ser apenas uma campanha. O Fórum não pode resumir-se apenas a uma ação anual, tem que ser um processo constante, assim como está-se pretendendo fazer com o Rio das Velhas, com a Linha Azul.

Mesmo assim, dispomos de um eixo de trabalho que envolve ações desenvolvidas fortemente na área de produção de material de educação ambiental e de pesquisas práticas de campo em educação ambiental para a mudança, em termos de bacia hidrográfica, especificamente de recursos hídricos, como foi exposto.

Consolidamos forte produção de material didático. Realizamos um trabalho com a Cemig, denominado Colheita de Chuvas. Contamos com o Maurício Fernandes, da Emater, como consultor, e com o Sérgio Regina nesse trabalho, que adotou o conceito de propriedade como produção de água, pois o grande produtor de água para a área urbana é a área rural. Trabalhamos com isso e apoiamos o trabalho de campo.

Lançaremos o mapa dos recursos hídricos do Município, pois é comum encontrarmos somente os mapas das grandes bacias. Essa idéia surgiu porque Viçosa tem muita informação sobre o Ribeirão São Bartolomeu, responsável por 60% da água tratada da cidade e 100% da água tratada da UFV. Essas informações estão contidas nas teses que se encontram na biblioteca central da Universidade. Como as professoras dos ensinamentos fundamental e médio não têm acesso a elas, resolvemos lançar um livro denominado "Recursos Hídricos e Percepção Ambiental no Município de Viçosa". Nesse livro, procuramos passar as informações codificadas em linguagem científica para uma linguagem mais acessível.

Como subproduto, apresentamos o mapa das Bacias do Rio Turvo Sujo e do Ribeirão São Bartolomeu de Viçosa, em que aparece a cidade, o "campus" da UFV, as estações de tratamento de água, as represas existentes na Universidade e as represas que abastecem e controlam o fluxo de água.

Aquele colorido forte no mapa representa o Município de Viçosa, mas todos os Municípios do entorno fazem parte desse processo do recurso hídrico.

Consideramos uma contribuição importante a denominação dos córregos no mapa. Para as professoras, serão publicados mapas grandes, para que abram na mesa com os alunos, a fim de serem localizados os córregos, como o dos Araújos, pois temos de conhecer para preservar. Não conseguiremos preservar os recursos hídricos, se não os conhecermos adequadamente. Não adianta falar para a meninada sobre a Bacia Amazônica, sobre o São Francisco e sobre o Rio das Velhas apenas. Temos de aplicar a premissa da educação ambiental, que é pensar globalmente, mas temos também de fazer com que os meninos de Viçosa conheçam a sua cidade. Em Ponte Nova, por onde passa o Piranga, grande afluente do Rio Doce, as pessoas têm de conhecer a malha dos córregos também.

Talvez tenhamos uma situação mais privilegiada devido à Universidade, mas isso tudo atualmente é muito fácil, pois podemos buscar as imagens produzidas por satélites e os documentos do IBGE.

Em dois meses esse livro deve ser publicado. Ele será gigante, contendo, de um lado, o mapa e, do outro, os recursos hídricos em âmbito municipal, para que não extrapole a cidade de Viçosa, tornando-se um instrumento de educação ambiental direcionado a um coletivo maior.

Há também as bacias de demonstração de uma outra ONG que atualmente trabalha conosco. Trata-se de uma pesquisa prática aplicada em propriedades rurais tipicamente mineiras, de acordo com o contexto discutido aqui hoje: preservação de bacias e manutenção de recurso hídrico. O programa Probacias, para a recuperação de nascentes e manejo de bacias hidrográficas de cabeceira, é coordenado pelo Prof. Osvaldo Valente, ex-professor da UFV, que desenvolveu um trabalho muito forte com o Marcos Gomes, estudante de doutorado. Esse programa delimitou a Bacia do Córrego dos Araújos, para proceder a um monitoramento hidrológico. Essa bacia é uma das que compõem o São Bartolomeu, que oferece água para a cidade.

Nesse monitoramento hidrológico é feito um trabalho de cercamento das nascentes para impedir que o gado continue usando a água e trazendo problemas à nascente, e de colocação de caixas para a dessedentação dos animais.

No reflorestamento, é preciso aplicar técnicas que não deixam o solo descoberto para aumentar a infiltração de água. É preciso ainda traçar pontos na paisagem, observando o que é côncavo e convexo, onde é melhor reflorestar e onde contribuir para melhor aporte de água; capinar entre a linha do café ou de qualquer outro plantio; construir terraços com tração animal, resgatando aquilo que se está perdendo para fazer segmentos curtos.

Há dois exemplos da ação do terceiro setor na ponta da educação ambiental: um livro, um mapa, mostrando recursos hídricos numa dimensão local, e uma demonstração prática de pesquisa. Algumas nascentes dessa bacia já apresentam aumento de 8% a 10% na vazão. Uma delas chegou a 20% em dois anos e meio. São dados medidos com o sistema que foi implantado e que geraram a tese de mestrado do Márcio.

É preciso saudar a realização de Fórum importante como este, numa Casa como esta, que ajuda a fortalecer um sistema legal no Brasil, de que Minas é modelo e referência.

Ano passado, tive o prazer de aqui estar durante a Semana do Meio Ambiente, oportunidade em que o Governador assinou uma série de decretos de extrema importância para a questão ambiental em Minas. No próximo mês será realizado também o Congresso Mineiro de Biodiversidade.

Concluindo, insisto no ponto que perpassa muitas falas dos convidados de hoje: temos de caminhar para um processo efetivo de educação ambiental. É a única maneira de alcançar um horizonte azul nesse processo todo.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Parabenizamos o Prof. Luiz Fontes por sua grande contribuição ao evento e passamos a palavra à Dra. Maria Dalce Ricas, da Amda, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

Palavras da Sra. Maria Dalce Ricas

Bom-dia, meus companheiros de Mesa. Cumprimento especialmente a platéia, parte da minoria que está tentando fazer história, já que a minoria é feita por histórias, e também Beatriz, Alice e Marcinha, mulheres batalhadoras destas Minas Gerais.

Sendo a água um recurso imprescindível à vida, à agricultura, à indústria, à mineração, à construção civil, ao parcelamento do solo, à proteção do meio ambiente, ao lazer, à cultura e à saúde, por que, então, após 30 anos de existência do Conselho Estadual de Política Ambiental, ainda continuamos a assistir à degradação das nossas bacias hidrográficas?

A água, antes de ser mercadoria, precisa existir. Para existir, tem de ser protegida. Sua proteção depende da proteção do solo e das florestas, o que não prevê necessariamente o imobilismo e a paralisação das atividades econômicas.

A função das organizações da sociedade civil não é lutar para a paralisação das atividades econômicas - se bem que algumas delas devam ser proibidas, porque não são imprescindíveis ao bem-estar humano -, mas, sim, para conciliar a maioria delas com a proteção e o uso correto dos recursos naturais.

Degradação não cai do céu. Não acontece por acaso: tem causas e agentes. Estamos em uma sociedade que há 500 anos vê cursos d'água como receptores e carreadores de seus dejetos, que convive nas cidades com córregos - Arrudas e afluentes - transformados em locais de medo e nojo, emparedados em subterrâneos onde habitam ratos e baratas, que não muda somente através de mensagens do tipo "proteja nossos rios" ou "não jogue lixo no córrego", que de forma geral é um esgoto pouco atrativo. É preciso, como disse o Luiz Fontes, muito mais insistência para conseguirmos uma mudança de comportamento.

Nos períodos de chuva, os rios, com suas margens e bacias ocupadas e detonadas, são promovidos a ameaçadores e assassinos. Lugar de assassino é na cadeia. Daí o sonho maior de quase todo Prefeito de canalizar córregos e construir uma avenida em cima, que as vezes é chamada ironicamente de avenida sanitária. Podem observar que as manchetes de jornais na época de chuvas são mais ou menos assim: "Chuva Matou mais Tantas Pessoas", "Rio Transbordou e Matou Tantos". Essa é a linguagem que usam. Ou dizem que amanhã o tempo será bom ou ruim, conforme faça sol ou chuva.

Como eu disse, um cenário como esse tem de ter causas, agentes. Uma delas, seguramente, é o descompromisso de setores do poder público e da iniciativa privada. Não estou excluindo a responsabilidade da sociedade, mas nós não temos, como pessoas físicas ou mesmo ONGs, o poder de multar, fiscalizar, paralisar etc. Este é um poder do governo do Estado. Também não temos o mesmo poder da iniciativa privada, a não ser quando participamos - como funcionários de empresas, por exemplo - da modificação do meio ambiente natural. Vejamos alguns exemplos.

A Copasa tem melhorado muito, mas tratar esgotos ainda não é o seu forte, porque é muito mais lucrativo vender água - aliás, é bom que se elogie, a Copasa não só vende como trata a água muito bem. Por exemplo, a maior parte da água que abastece Belo Horizonte sai da Estação de Bela Fama, em Nova Lima, captada no Rio das Velhas. Para limpar essa água, é preciso haver muita tecnologia e o custo que pagamos é alto, porque o rio, como resultado de tanta degradação, chega aqui imundo. Ora, todos os resíduos retirados do Rio das Velhas são colocados de lado e, depois, jogados no rio novamente. Quer dizer, até hoje a Copasa não construiu uma unidade de tratamento de esgoto aqui. E é bom lembrar do custo que estamos tendo, em Belo Horizonte, para conseguir fazer as duas estações de tratamento de esgoto financiadas pelo Banco Mundial, para tratar os esgotos que são jogados no Rio das Velhas.

Outra causa são as estradas. Em um Estado como Minas Gerais, cuja topografia é, em sua maior parte, totalmente irregular, as estradas são verdadeiras minerações. Se elas não forem bem feitas e bem mantidas, são fontes poderosas de assoreamento e degradação dos cursos d'água.

Também é causa a desintegração de políticas públicas: enquanto os órgãos ambientais, de forma capenga, tentam proteger, outros estimulam a degradação, como o Ministério e a Secretaria de Agricultura, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil. O governo federal, por exemplo, anuncia agora a liberação de verbas para colheitas e para a compra, para a próxima safra, de defensivos agrícolas - leia-se "agrotóxicos", venenos que serão jogados na agricultura e carreados para dentro dos nossos cursos d'água, completamente desprotegidos de suas matas ciliares. Não perguntem se há financiamento para que os proprietários recuperem nascentes e cursos d'água, porque não há. A Emater, por exemplo, tem alguns trabalhos pontuais muito bonitos no que se refere ao meio ambiente, mas, como disse o Apolo, não tem um projeto de integração ou de proteção do meio ambiente. Encontramos vários técnicos da Emater que "não estão nem aí"; podem chegar a um lugar para dar assistência técnica e ver uma nascente sendo pisoteada ou agrotóxico sendo jogado, mas não falam nada. Quer dizer, não há um projeto de integração, um projeto ambiental da Emater, que, a nosso ver, é o seu papel na sociedade.

Também a outorga deveria ser mais rígida - deveria pressupor obediência às leis ambientais por parte dos outorgados.

Ontem, a ONU divulgou um relatório segundo o qual a agricultura é a maior ameaça às reservas de água doce do planeta. Também o Leandro nos mostrou, em sua estatística, que hoje a agricultura é responsável por 46% da água captada no País. É claro, o maior responsável por esses 46% não é a agricultura familiar, mas o agronegócio, que é aquele que, infelizmente, detona para valer, como as culturas da soja e do café, entre outras. O trabalho da ONU sugere acabar com subsídios a pesticidas e fertilizantes e vender água a preços realistas - mais altos - como formas de reduzir não só a demanda, mas a poluição de fontes de água doce, como rios. E alerta para maiores problemas no futuro se medidas de proteção não forem tomadas. Isso foi uma transcrição.

O fato é que enfrentamos um grande desafio, e digo "nós" porque a bandeira ambiental, felizmente, não é mais só das ONGs. Vivemos segundo um modelo econômico que se baseia no desperdício. Quanto mais consumimos, quanto mais retiramos matéria-prima da natureza, mais gira a roda da economia, mais empregos são criados. Não tem nenhum compromisso com o futuro. É baseado na economia do mercado, ou seja, os recursos ambientais são retirados, o solo é plantado, as matas são derrubadas, o minério é retirado e as fábricas produzem produtos que não são baseados na real demanda do bem-estar humano, mas em uma lei de mercado. E todos fazemos isso, não adianta culpar as empresas ou os Deputados. Esse é um modelo no qual um emprego vale mais que as florestas ou que um rio inteiro e que não considera nunca o desemprego gerado pela degradação. É um modelo que ainda se baseia numa premissa ridícula de que a geração de riquezas só se faz por meio de trabalho humano, como se trabalho humano independentemente da utilização dos recursos naturais.

Trazendo o assunto para o nível local, o que podemos fazer para mudar isso, pensando que o ideal seria um modelo sustentável, diferente do modelo atual? Enquanto isso não acontece, temos que estabelecer ações realistas.

Já falamos sobre educação ambiental. É importante que seja feita a revisão dos currículos escolares em todos os níveis educacionais. Ao mercado de trabalho estão chegando engenheiros e economistas, os grandes responsáveis pelo planejamento da economia no Brasil, que continuam partindo da premissa de que os recursos naturais são ilimitados, que podemos utilizá-los sem nenhuma consequência. Os profissionais que chegam ao mercado não conseguem interligar o bem-estar e a necessidade dos seres humanos à proteção dos recursos naturais. Precisamos revisar os currículos e elaborar projetos. A Secretaria de Educação de Minas Gerais não tem um projeto de educação ambiental nas escolas públicas. Não adianta falar em revitalizar o Velho Chico com esse projeto de revitalização, recuperando 3 ou 4km de mata ciliar, quando descobrimos o estrago que fizeram no Rio Abaeté. O que adianta ter 3km de rio recuperado, com aquele passivo ambiental que certamente herdaremos e que afeta diretamente o Velho Chico?

Precisamos integrar as políticas públicas, até entre Estados, incluindo a área de educação. O País deveria falar apenas uma linguagem, porque o rio não conhece fronteiras. O Velho Chico carrega nosso esgoto para o Nordeste, e o Rio Muriaé carrega os rejeitos resultantes da ruptura da barragem da Mineração Rio Pomba. Não adianta falar em revitalizar o Velho Chico com esse projeto de revitalização, recuperando 3 ou 4km de mata ciliar, quando descobrimos o estrago que fizeram no Rio Abaeté. O que adianta ter 3km de rio recuperado, com aquele passivo ambiental que certamente herdaremos e que afeta diretamente o Velho Chico?

Precisamos rever o licenciamento ambiental. Como disse o Apolo, podemos, por exemplo, colocar a bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento nos processos de licenciamento ambiental; utilizando (...) para considerar a biodiversidade como referência, entre outras medidas. Precisamos estimular economicamente os proprietários rurais para preservar e proteger florestas. Mas só existe o contrário. Não existe financiamento em medidas públicas efetivas que estimulem as pessoas a proteger florestas e, conseqüentemente, a água.

Estímulo econômico para a criação de reservas particulares de patrimônio natural. Hoje só temos ônus. O proprietário que quer criar uma RPPNS o faz porque tem vontade, pois não recebe nenhuma ajuda do poder público.

Precisamos criar e implantar mais unidades de conservação. Minas Gerais está totalmente atrás de diversos Estados da Federação e anos-luz atrás de diversos países, como a Costa Rica, que tem 30% de suas florestas preservadas, que representam grande fonte de renda para o turismo. Minas Gerais não tem nem 2% de área legalmente preservada, e, desses 2%, a maior parte está no papel.

Precisamos de fiscalização e punição. Infelizmente haverá sempre aqueles que colocarão os interesses particulares em detrimento do interesse público, e a lei existe é para impedir isso. Caso contrário, não existiriam leis para punir assassinos e traficantes.

É necessário haver políticas fiscais tributárias de financiamento como instrumento de proteção do meio ambiente. Por exemplo, o que a Amda está achando do carvão vegetal de origem nativa, muito mais que o eucalipto, para coibir sua utilização nas indústrias de ferro-gusa?

O que cabe ao setor privado? Como já disse ao Leandro, o setor privado precisa sair da retranca e ajudar-nos a melhorar o Estado e o País. Tem que parar de defender o próprio interesse, como vimos muitas vezes.

Queremos que o Poder Legislativo aprove leis que, por exemplo, mandem captar a água para utilização na indústria e para atividades comerciais na área rural, abaixo do ponto em que se jogam os efluentes. Mandem o proprietário captar abaixo do curral. Mandem a empresa captar abaixo. Se ela captar água suja, que trate a água. Esse projeto já esteve na Assembléia, mas não foi aprovado porque o "lobby" foi poderoso. Vamos aprovar uma lei que mande captar a água abaixo de onde jogamos nossas sujeiras, para que a situação mude.

É preciso verificar se a lei não está interferindo de forma negativa em outras. Por falar em lei, se vocês acessarem o "site" do Congresso Nacional, verão o Projeto de Lei nº 3.057/2000. Se quiserem uma lei que detone o meio ambiente, leiam esse projeto e ficarão chocados.

Apolo, se essa lei for aprovada no Congresso Nacional, poderemos fechar a Amda, o Projeto Manuelzão e o Ambiente Brasil, porque nada restará.

Finalmente, o Executivo deve exercer melhor o seu papel de zelar pela proteção do meio ambiente, pois a ele concedemos os poderes de Estado e de polícia. Muito obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procedeu-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Obrigado, Maria Dalce. Concedemos a palavra ao Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá, representante do Crea.

Palavras do Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá

Sr. Deputado João Leite, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, havia preparado um CD para a minha apresentação, que duraria cerca de 25 minutos. Como fui orientado a reduzir esse tempo para 10 minutos, abandonei o CD. Utilizarei um disquete e, a exemplo do Apolo, tentarei fazer uma explanação.

Pedindo permissão ao Sr. Presidente, farei um louvor ao Dia Nacional do Meteorologista, profissional de extrema importância para o controle, a coleta de dados e o planejamento dos nossos recursos hídricos. Presto homenagem ao Secretário Nacional de Recursos Hídricos, engenheiro, nosso colega da Copasa, licenciado, ex-Vereador, ex-Presidente do Igam, que engrandeceu esse órgão. Apresentou, recentemente, o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Recomendo a todos que prestem atenção nesse plano, que foi debatido durante um congresso realizado pela Semae, no ano passado. Esse plano, de conhecimento mundial, foi apresentado ontem no Fórum Mundial das Águas, realizado no México.

O Deputado Laudelino Augusto fez referências à Copasa, pela assinatura do contrato com o governo do Estado para a exploração das águas de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari. Além da geração de empregos - queremos ver a água com a logomarca Copasa, de extrema qualidade, sendo vendida em todo o Brasil -, tenho certeza de que a Copasa dará atenção ao aspecto ambiental e preservacionista das bacias hidrográficas de recuperação dos aquíferos dessas instâncias. Caxambu e São Lourenço nos preocupam, em virtude da ocupação desordenada das áreas de recarga. Cambuquira e Lambari são protegidas pelo fato de serem cidades menores. Como não visito Araxá, não sei como está a situação desse Município.

Em função do tempo curto, centrarei a minha exposição, a pedido da Comissão de Meio Ambiente do Crea, na fiscalização preventiva e integrada de bacias hidrográficas. O Crea tem cerca de 100 mil profissionais registrados. É uma população imensamente multiplicadora de

idéias e ações. Esse é o grande caminho para chegarmos às práticas de preservação das nossas bacias hidrográficas.

Contarei uma historinha: moro em Nova Lima, cidade vizinha. Diariamente, faço caminhada por uma das banquetas, que são canais construídos pela Morro Velho há mais de 100 anos, a fim de levar água, gerando energia, além de atender à planta industrial da antiga Morro Velho.

Essas banquetas foram urbanizadas, são caminhos para se fazer caminhada. No sábado, à tarde, eu estava fazendo uma caminhada na do Rio Grande e vi três meninas varrendo a banqueta, porque no dia seguinte a Prefeitura realizaria uma solenidade ali. Quando ia passando, essas meninas estavam recolhendo o lixo com uma pazinha. A que estava com a pá perguntou: o que faço com isso? A outra falou para jogar na banqueta. Eu parei, brinquei com elas e mostrei o saco de lixo que estava ali perto, onde o pessoal costuma colocar. Falei para colocarem aquilo no saco de lixo e perguntei se elas tinham educação ambiental nas escolas. Disseram que sim, que a professora dizia que elas tinham de cuidar das árvores, da água, dos bichinhos e tal. Eu disse que cuidar da água era isso, elas não deveriam jogar esse material na banqueta, porque ela tinha sido limpa, estava bonita e deveríamos cuidar dela. Continuei a minha caminhada e, mais à frente, tenho certeza de que estava a escola das meninas. Observei que existia uma canaleta da escola, entulhada de lixo, lindeira à banqueta; ia tudo para dentro dela. E mais, esse mesmo córrego passa pelo centro de Nova Lima. Quando ele era a céu aberto, todos jogavam lixo nele. E esse córrego é tributário direto do Rio das Velhas. Foi canalizado, e hoje, apesar de o caminhão de lixo passar três vezes por semana, todo dia, a qualquer momento, o pessoal coloca lixo no passeio central da avenida. Vocês vêem como é a cultura. O homem nasceu, viveu e se instalou, desde o início da humanidade, nas beiras dos cursos d'água. E considera que eles foram feitos para jogar lixo e esgoto.

Esse tipo de cultura tem de ser mudado, como o Apolo conseguiu, com práticas mais eficientes. Temos de mudar a maneira de tratar a educação ambiental. Pela minha experiência de 35 anos de trabalho na Copasa, não adianta trabalhar a educação só com palavras, fôlder e folhetos, a parte teórica; isso foi até dito aqui. Temos de praticar. Sei, como engenheiro, assim como os médicos, os dentistas, os advogados também sabem, que só se aprende praticando no dia-a-dia, senão você não tem técnica.

Na palestra da Diretora da Secretaria de Meio Ambiente, Profa. Idarci Lasmar, ela teve a humildade de dizer que a Secretaria não tem um modelo próprio, 100% pronto, para fazer a educação ambiental. Precisamos encarar isso na prática. Tem de ser de modo prático, no dia-a-dia, mostrando à criança e ao jovem como deve ser feito. Não adianta ficar com muito papel, muita matéria, sem eficiência. Espero que eu não esteja sendo algoz de situações, nem fazendo críticas a posições que parecem estar certas, mas não há como fazermos educação ambiental sem ser de maneira prática. Debato esse ponto de vista, e entendo que é o melhor caminho.

Entrando na parte das FPIs, que é o tema principal, o Crea aposta nessa premissa. As FPIs são as Fiscalizações Preventivas Integradas, em que se engloba uma série de parceiros. O Crea tem tido como principais parceiros o IEF, a polícia ambiental, a Polícia Militar e o Ministério Público. Esses têm-se mantido ao longo do tempo. Inúmeros outros órgãos que vocês possam imaginar, inclusive ONGs locais, Prefeituras e sociedade civil de um modo geral têm participado, dependendo da característica do Município, da localidade ou da bacia.

Esse tipo de fiscalização foi introduzido em Minas Gerais em 1998, para a fiscalização de atividades urbanas. Em 2002, iniciamos a fiscalização preventiva integrada da Bacia do São Francisco em São Roque de Minas, onde fizemos uma grande mobilização.

Há todo um cuidado prévio à fiscalização preventiva. Vários técnicos vão ao local para fazer um trabalho junto à sociedade, à imprensa, a todos os segmentos daquele Município, principalmente aos engenheiros, que são os profissionais diretamente responsáveis pelas ações do sistema. Assim, vamos varrendo toda a bacia hidrográfica. Fizemos toda a fiscalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, foram 12 investidas, ações, e 671 visitas. Em seguida, partimos para as Bacias dos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri, Paraopeba e Santo Antônio.

O Crea tem tentado envolver o maior número possível de agentes, mas, infelizmente, ainda há algumas deficiências, e isso não acontece. Propomos a participação efetiva do Conselho, por meio de seus profissionais, na fiscalização preventiva integrada. Esse é o caminho para um maior envolvimento da sociedade com a preservação das bacias hidrográficas e do meio ambiente de modo geral.

As propostas de fiscalização preventiva integrada que ontem foram apresentadas pelo nosso colega, o geólogo João Carlos Moreira, em um dos cursos do Crea que durou 2 horas e meia, estão disponíveis a todos no "site" do Crea. Coloque-me à disposição para discutir esse assunto e as nossas propostas. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Agradecemos ao Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá e ao Crea-MG. Com a palavra, o Sr. José Antônio da Cunha Melo, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

Palavras do Sr. José Antônio da Cunha Melo

Cumprimento os Deputados João Leite e Laudelino Augusto, representantes desta Casa, que, nesta e em outras importantes oportunidades, permitiu que nós, sociedade civil, participássemos efetivamente das discussões sobre o saneamento e a proteção dos recursos hídricos, por meio de seminários como este, em que há participação intensiva, possibilidade de diálogo e geração de documentos que, de certa forma, nortearão as políticas públicas daí resultantes. É uma prova efetiva da participação, da boa-vontade e da competência da Assembléia Legislativa, que possibilita à sociedade civil vir aqui discutir e construir a Nação que todos desejamos.

Primeiramente, farei um histórico da Abes. A Abes é uma associação não governamental, de caráter nacional, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo contribuir, por meio do conhecimento de seus associados, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Ela foi fundada em 1966 e surgiu da necessidade do Plano Nacional de Saneamento, já que, naquela época, entre meados de 1960 e início de 1970, não existia o que poderíamos chamar hoje de Sanebrás. Existiam a Eletrobrás, a Telebrás e outras entidades de nível nacional. Mas, no campo do saneamento, isso não existia. Os agentes financeiros, ou seja, os agentes de política, os Ministros, sentiam essa falta.

Todos os esforços se concentraram na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - que era como uma representante da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária - Aidis -, como a grande difusora de tecnologia de saneamento.

Estávamos iniciando um processo, e o País apresentava índices terríveis de saneamento de água e de esgotamento. As companhias estaduais foram privilegiadas dentro do plano. Não existia um órgão que ligasse essas companhias à necessidade de desenvolvimento tecnológico de transferência de experiências positivas, etc. Foi dentro desse contexto que a Abes foi criada.

A Abes tem hoje representação em 21 Estados da Federação, com seções estaduais e no Distrito Federal. Temos evoluído a partir do nosso objetivo básico, inicial, já que hoje também participamos, com muita intensidade e na medida do possível, da formulação das políticas públicas

de meio ambiente, saneamento e recursos hídricos. Temos um papel importante, e não apenas único, de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico.

A Abes realiza grandes eventos em nível nacional, reunindo todo o setor de saneamento e de meio ambiente. De dois em dois anos, realizamos um grande congresso, chamado Congresso de Engenharia Sanitária Ambiental Nacional. O congresso anterior aconteceu em Campo Grande, e o próximo será realizado em Belo Horizonte, em 2007. Nesses eventos são reunidos cerca de três a quatro mil técnicos, empresários e governo. Discutimos os problemas referentes ao saneamento, ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Aproveitei a oportunidade para convocar todas as forças vivas de Minas, interessadas nesses três setores, a fim de que elas participem, efetivamente, do 24º Congresso de Engenharia Sanitária, a ser realizado em Belo Horizonte, em 2007, no Expominas.

Após ouvir tantos companheiros a respeito da importância da sociedade civil organizada, resolvi fazer uma referência específica à Abes de Minas, para depois entrar no tema da história da participação da sociedade civil na civilização ocidental.

Em Minas, a Abes participa dos seguintes conselhos: Conselho Estadual de Saúde Pública; Conselho de Recursos Hídricos; Conselho de Habitação e Saneamento, que está meio desativado; e do Conselho de Políticas Ambientais - Copam. Também temos participação em cinco dos Copams regionais, no Jequitinhonha, no Leste mineiro, no alto São Francisco, no Norte e no Sul de Minas. E ainda, nos comitês de bacias. Felizmente, dada a capilaridade da associação, também conseguimos participar de 12 comitês de bacias: o do Rio das Velhas; do Paraopeba; do Verde; do Pará; do Araguari; do Pomba; do Piranga; dos afluentes mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo; do Médio e Grande; do Araçuaí; e dos rios no entorno do Lago de Furnas.

Existem em funcionamento duas subseções. Uma, em Viçosa, na Zona da Mata, e outra, no Sul de Minas, com sede em Poços de Caldas. Esse é o contexto da vivência da nossa associação, na tentativa de se cumprir o objetivo maior que é levar o conhecimento dos nossos associados para promover a melhoria de vida da população do Brasil, especialmente de Minas Gerais -, por ser uma entidade nacional, de toda a população brasileira.

Resolvi fazer algo que dissesse respeito à importância da sociedade civil organizada. Não especificamente em relação ao comitê de bacia, e sim em relação ao mundo ocidental.

A primeira notícia que a história registra sobre a participação efetiva da sociedade civil no mundo das decisões são os conselhos tribais africanos e os conselhos tribais dos índios norte-americanos.

Os conselhos de sábios e de anciões reuniam-se e traçavam as diretrizes políticas das decisões para quem decidia, dos chefes ou do governo local.

Depois disso, nota-se a participação efetiva da sociedade civil em Atenas, na civilização grega. Em Atenas havia eleição de cinco em cinco meses, de 6 mil cidadãos, ou seja, 6 mil cidadãos assumiam em nome do povo a responsabilidade de dirigir o governo da cidade de Atenas. Daí vem o nome "democracia", governo do povo. Evidentemente, as questões operacionais de uma assembléia tão grande e com tempo muito curto de governo foram grandes e, possivelmente, não puderam fazer coisas muito operativas, tanto que não se preservou esse modelo no que diz respeito ao número.

De qualquer maneira, a primeira vez em que há notícia mais clara da participação da sociedade nos governos, efetivamente, foi na civilização da Grécia, onde havia o governo do povo. Evidentemente, havia outros defeitos, como escravidão. Não estou fazendo a defesa do governo de Atenas, mas expressando a importância da sociedade civil organizada no governo das civilizações.

A partir daí, a civilização romana não desenvolveu nada que demonstrasse a participação da sociedade que não o Senado e instituições políticas formais. Depois entramos em um período longo em que não se tem notícia da participação da sociedade, como na Idade Média, e em governos autoritários monárquicos ou militares.

Houve algumas revoluções, como a Revolução Inglesa de 1680, a Revolução Francesa no século posterior e outras, em que o povo reagiu a um governo despótico, fosse ele monarquista, fosse de outro regime.

Logo depois de um curto espaço de tempo, as instituições políticas se rearranjaram e houve a retomada do poder pelas instituições políticas convencionais, mas não com participação efetiva da sociedade no governo.

Após a Segunda Guerra Mundial, existiu um reordenamento político, depois de um certo tempo.

No início da década de 70 tivemos o estabelecimento dos dois mundos: mundo socialista e mundo capitalista, nessa divisão que existiu durante muito tempo no mundo. Também no início da década de 70, o governo inglês de Margareth Thatcher e o de Reagan, nos Estados Unidos, criaram o modelo político e econômico conhecido como neoliberalismo. Nesse modelo prevaleciam políticas de governo mínimo, livre mercado e baixa importância ecológica na construção das políticas públicas.

Felizmente, em meados da década de 80, surge, como uma nova possibilidade de reordenamento organizacional das nações, já que o neoliberalismo dava mostras de muitos insucessos na condução da política pública, um movimento considerado - como dito por meu antecessor de Viçosa - como o terceiro setor. Nesse momento, especialmente na Inglaterra, foi desenvolvido o terceiro setor, que seria a participação da sociedade civil organizada nas decisões do governo. As diretrizes básicas do terceiro setor são: governo e sociedade civil em parcerias efetivas; valorização da participação comunitária por meio do aproveitamento de iniciativas locais; envolvimento do terceiro setor com as associações voluntárias e outras entidades; proteção da esfera pública local; descentralização e governo como administrador de riscos. Nesse momento, aparece uma possibilidade mais efetiva de participação e de convivência da sociedade civil organizada e dos poderes políticos institucionais.

Deve-se destacar aqui a importantíssima colaboração do Movimento Verde alemão, que, de forma incisiva, conseguiu incluir na proposta do Partido Social Democrata alemão uma efetiva participação de grupos ambientalistas e ainda estabeleceu novos conceitos de modernização ecológica em que a proteção ambiental é vista como uma fonte de crescimento econômico e social, e não como empecilho a este.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ocorrida em 1992, no Rio, tínhamos como grande determinação oficial um movimento com esse objetivo.

O art. 10 do documento final dessa conferência realizada no Rio de Janeiro estabelece: "O melhor modo de tratar as questões do meio ambiente é assegurando a participação de todos os cidadãos interessados, no seu nível pertinente".

Trazendo todas essas informações mundiais para o Brasil, a Constituição de 1988, conhecida como Constituição cidadã, permite e atribui - como vimos na apresentação do nobre Promotor Fernando Galvão -, no art. 225, que a responsabilidade sobre o meio ambiente é do poder público e da comunidade.

A partir da Lei nº 9.433, de 1997, que institui a política nacional de recursos hídricos, deixamos claro que está garantida nas leis brasileiras a efetiva participação da sociedade.

No âmbito dos recursos hídricos, nota-se que o Estado planejador e investidor, com decisão centralizada e objetivando o crescimento econômico, transforma-se em um Estado mediador de conflitos e regulador, que utiliza a descentralização, a participação pública, uma visão integrada como método, e o desenvolvimento sustentável, compondo o tripé eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental. Em termos de arcabouço legal, para cuidar de recursos hídricos não se faz necessário muito mais, embora possamos sempre melhorar a lei. Porém, o que já existe permite, invoca e exige a participação da sociedade civil organizada. Somos testemunhas disso na participação de discussões importantes sobre recursos hídricos, relativamente ao Rio São Francisco e na própria formulação do plano nacional apresentado nesta semana no México.

Vimos lamentar, como representantes da Associação Brasileira Sanitária, que o excessivo centralismo e a falta de visão da realidade instalada no setor de saneamento, que vem sendo mantida teimosamente pela proposição de lei regulatória de responsabilidade do governo federal, vem mantendo o setor de saneamento, por quase 15 anos, sem uma base legal que garanta, pelo menos, a estabilidade dos atores envolvidos nessa questão, a tranqüilidade da população atendida e a esperança de tantos brasileiros que não dispõem de saneamento básico.

A Abis entende que é da melhor qualidade a legislação de proteção dos recursos hídricos, pois já permite uma razoável proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos, e que devemos cuidar de melhorar essas leis, mas, primeiramente, devemos nos empenhar para que ações efetivas sejam tomadas por cada um dos atores envolvidos, de forma a compatibilizar o necessário crescimento econômico com o indispensável cuidado com a proteção ambiental. E, para isso, destacamos o importante papel do Ministério Público em sua nobre missão de fazer cumprir as determinações legais de proteção dos nossos recursos naturais. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Coordenador - Obrigado, José Antônio. Passo a coordenação dos trabalhos ao Deputado João Leite, para dar início aos debates.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Vamos à primeira pergunta, do Bruno Rocha: "O que está faltando, na opinião de vocês, para que a sociedade realmente exija direitos relacionados ao meio ambiente? Qual a metodologia mais adequada para se atingir principalmente aqueles que não têm acesso à educação? Seria a informação?".

A Sra. Maria Dalce Ricas - Realmente, acho que falta informação. Aprovamos, no Copam, uma moção ao Governador, para que as verbas de publicidade não fossem utilizadas somente para a propaganda do que o governo faz, mas para levar informação sobre a utilização dos recursos naturais. É o único jeito de levar informações de como devem ser utilizados os recursos humanos e do que faz o poder público. Vou exemplificar: muitas vezes, as pessoas passam perto de uma cratera de mineração ou perto de uma área de empréstimo ao longo das rodovias não recuperadas e olha aquilo com uma certa resignação. Há jeito de mudar. Com raras exceções, qualquer tipologia econômica tem hoje tecnologias capazes de garantir a mitigação e a reabilitação dos impactos ambientais. Esse tipo de informação é fundamental para as pessoas, porque, assim, percebem que, além de terem direito, como cidadãs, de participar da gestão dos recursos naturais, podem fazer exigências, porque é possível compatibilizar as entidades econômicas com o que está acontecendo no meio ambiente. Acho que a disponibilidade de informação é pouca. Vemos pessoas disseminando informações erradas ou contrárias, radicalismos ou muita flexibilidade. É preciso chegar ao meio termo. No nosso entender, não podemos paralisar as atividades econômicas, mas mostrar à sociedade que todos somos consumidores, que é possível compatibilizar. Para isso, a imprensa poderia colaborar mais. O governo tem maior poder de comunicação.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - João, vou fazer uma crítica à Bíblia, por não ter incluído, nos 10 Mandamentos, a degradação ambiental como pecado.

A Sra. Maria Dalce Ricas - Bruno, ele acabou de tocar numa coisa essencial. Já que o Frei Gilvander está tão preocupado com a questão ambiental, policiando até organizações não governamentais, imaginem se a Igreja Católica abraçasse a bandeira do meio ambiente! Se dissessem às pessoas que respeitar o meio ambiente era uma coisa sagrada, estaríamos feitos.

O Sr. Presidente - As outras legislações tratam da questão ambiental. Ela não está nos 10 Mandamentos, mas, nas leis pronunciadas por Moisés, temos um verdadeiro código ambiental.

Com a palavra, o Sr. Dartison da Piedade Fonseca, de Itabira.

O Sr. Dartison da Piedade Fonseca - Tendo em vista as falas anteriores, dizendo que precisamos sair do discurso para a prática, depois que ouvi a exposição do professora de Viçosa, estamos começando, em Itabira, a recuperação dos nossos principais mananciais.

A técnica é exatamente aquela que ele apresentou ali, e isso me deixa muito tranqüilo, pois sabemos que estamos no caminho certo. O Marco Antônio, que foi citado, também é nosso assessor, e desejo pedir ao colega do Crea, que o colocou de portas abertas, que venha a ser também nosso parceiro nesse projeto. As secretarias municipais apóiam o nosso projeto, que é tecnicamente bom e foi, aliás, aprovado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente. Não fomos ainda beneficiados com recursos, e essa é uma outra questão na qual também o Crea e outras entidades poderão nos ajudar. Começamos a comprar os materiais e contratar mão-de-obra. Então, deixo esse esclarecimento. Em Itabira, começamos também uma ação prática que recuperará o nosso principal manancial. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A questão está dirigida ao Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá, representante do Crea. Aproveito para fazer mais duas perguntas para ele responder. A primeira é da Livia Nadur Novaes, engenheira hídrica: "Há três anos, existem os profissionais engenheiros hídricos e a profissão ainda não foi aprovada pelo Crea. Qual está sendo o obstáculo para a liberação?". A outra é do Paulo Bastos, do CBH

Verde, de Três Corações: "Qual o incentivo ou apoio do Crea, no que diz respeito à criação e regulamentação de profissionais da engenharia especializados em gestão e aplicação racional dos recursos hídricos?".

O Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá - Primeiramente, responderei a pergunta da Livia, dizendo que isso é uma questão de documentação, e sua aprovação depende do Ministério da Educação. Qualquer instituição de ensino deve ter o licenciamento para se instalar e iniciar seus cursos. Durante esse período, muitas vezes, a instituição inicia o processo e se registra no Ministério da Educação, encaminhando, depois, toda a documentação aprovada para o Crea, se for - é lógico - uma profissão que está dentro daquelas reguladas pela Lei nº 5.194, de 1966, a lei federal que regula as profissões do sistema Confea-Crea. O problema está mais na instituição de ensino. Também deve haver um movimento de vocês, estudantes ou já formados. Existem muitos egressos das escolas sem nenhuma expectativa ou perspectiva. Então, cabe também a vocês se movimentarem pressionando a escola para que ela envie a documentação, que, normalmente, é rapidamente assimilada pelo Crea, onde há um departamento que trata desse assunto. A partir daí, os profissionais poderão ser registrados. Cabe a vocês pressionarem a escola, e à escola, cumprir as obrigações, adequadamente. Pode ser que ela já tenha enviado a documentação e que falte alguma coisa. Então, isso deve ser muito bem cuidado.

A pergunta do Paulo Bastos é sobre como o Crea pode ajudar nesse trabalho de inserção dos profissionais no exercício das atividades de proteção de bacias. Paulo, o seu caso é de Três Corações. A inspetoria que engloba a cidade de Três Corações é a de Varginha. Temos, em Varginha, a inspetoria composta por três executivos e oito engenheiros modais que tratam de cada modalidade da profissão. Então, essa inspetoria está plenamente apta a orientar, na região, todas as atividades profissionais. Também, no "site" do Crea, nós, das câmaras especializadas, estamos à disposição sempre que pudermos para trabalhar e dar orientações quanto a isso. A partir do momento em que atividades da engenharia denotem qualquer problema de ética, exercício ilegal ou exercícios inadequados com imperícia e imprudência, o cidadão tem todo o direito de denunciar isso ao Crea.

O Crea tem uma comissão de ética, que trata desse assunto, e, se o profissional estiver exercendo sua profissão de maneira inadequada, poderá até perder seu registro e ficar impedido de exercer seu ofício.

Espero ter respondido à pergunta e estou à disposição para qualquer outra colocação.

O Sr. Nísio de Souza Armani - Meu nome é Nísio de Souza Armani, sou engenheiro mecânico e estou representando o Crea, a Abemec e a Abis-MG. A participação da sociedade na preservação das bacias hidrográficas é nosso tema de hoje. Desde os anos 70, comecei a observar a possibilidade de reaproveitarmos passivos ambientais tidos e havidos no mundo inteiro como problemáticos, como as carcaças de pneus que deixavam de ser úteis como elementos rodantes. Assim, eu os transformei em componentes de barramentos, consubstanciando em concepções tecnológicas e científicas das áreas de engenharia como um todo. Esses componentes propiciam a recuperação de ecossistemas na contenção de erosões, voçorocas e outras coisas mais. Por isso, volto, pela enésima vez, a esta mesma Casa, para trazer esse assunto à tona, já que são imprescindíveis as recuperações de ecossistemas, num Brasil que possui 200.000.000ha de áreas degradadas.

O Prof. Edésio, sábio mestre em geologia, afirmou, em 1999, que já existiam mais de 300 mil voçorocas em nosso país, algumas delas com 20km de extensão. Podemos, fazendo um trabalho de formiguinha, estancar esse assoreamento que detona todos os corpos de água do País, cuja consequência pode ser a destruição de toda a biota. Assim, coloco novamente à disposição toda essa tecnologia, que, infelizmente, está sendo replicada de forma extremamente tímida em nosso Estado e em nosso país. Considerando que são descartados 30 milhões de pneus por ano, podemos desenvolver essa tecnologia de forma responsável, com engenharia, para que seja possível a recuperação de nossas bacias hidrográficas. Assim agindo, as consequências serão as melhores.

Eu, que detenho essa tecnologia e engenharia, coloco-a, pela enésima vez, à disposição da inteligência brasileira, para que possamos fazer essa recuperação virar realidade.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Sr. Nísio Armani. Com a palavra, o Sr. Antônio de Almeida Passos, engenheiro e consultor, a quem solicitamos dirigir-se ao microfone.

O Sr. Antônio de Almeida Passos - Obrigado. Antes de fazer minha pergunta, gostaria de me dirigir ao Sr. Luiz Fontes. Estou decepcionado por Viosa mandar seu lixo para o aterro sanitário, enquanto aquela unidade deveria continuar merecendo pesquisas. Também quero dizer ao Sr. Miguel Ângelo, do Crea, que naquela vala não havia nenhuma latinha de cerveja ou refrigerante, porque é economicamente viável tratá-la. Temos um projeto, que gostaria de mostrar aos senhores. O lixo de Minas é economicamente viável e pode gerar, imediatamente, 15 mil empregos.

Também gostaria de dirigir-me à Sra. Dalce. Já houve pena de morte no Brasil para quem cortasse pau-brasil. Nem por essa razão, alguém foi preso, morto ou sobrou pau-brasil, que só pode ser encontrado nos parques. Não será com penas que resolveremos o problema do saneamento brasileiro. Dirijo minha pergunta ao Diretor do IEF.

Antes de fazer esta pergunta a V. Exa., gostaria de citar duas experiências de bons resultados que poderiam acontecer para que resolvêssemos problemas de matas ciliares. Em São Paulo, uma Delegacia do interior está produzindo mudas. Poderíamos aproveitar nossa rede de prisioneiros, com ajuda para a recuperação deles mesmos, porque para produzir mudas não são necessárias ferramentas nem qualquer elemento que poderia causar problema. Também poderíamos aproveitar a rede escolar para a produção de mudas em suas próprias cidades, e, imediatamente, teríamos resolvido o problema das matas ciliares.

Segunda-feira, na cidade de Conselheiro Lafaiete, assisti a uma demonstração de alunos de escolas públicas nas nascentes dos rios. Portanto, esse trabalho é criterioso e da maior importância.

Minha pergunta é: o que, de fato e de prático, o IEF está fazendo para recuperar as matas ciliares em nosso Estado?

O Sr. Presidente - Além dessa pergunta, dirigida ao Dr. Geraldo Fausto da Silva, temos outra, do Fernando Antônio, da Faculdade Católica de Uberlândia: "Comentar sobre a transferência de reserva legal - propriedade rural - para outras bacias, conforme permite a legislação em Minas. Solicito ao Dr. Geraldo Fausto da Silva que responda a essas duas perguntas.

O Sr. Coordenador - Boa tarde. Foi uma satisfação receber essa pergunta. Parabênzoo por sua participação e por suas colocações. O IEF não está fazendo; "nós" estamos fazendo. O IEF não faz nada sozinho, conforme afirmei no início de minha fala. Temos responsabilidade, como órgão do Estado, de coordenar, articular e implementar as políticas.

O que estamos fazendo de concreto, na Bacia do Rio das Velhas e em algumas bacias de afluentes do Rio das Velhas, o que levará à despoluição do São Francisco, é desenvolver alguns projetos implementados em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Integração Social, por meio da Codevasf. E, no Estado, fazemos uma integração com a Emater, em algumas regiões, principalmente no Norte do Estado.

Produzimos mudas de espécies nativas regionais, deixando-as prontas para ser plantadas em nossas matas ciliares.

Fazemos cercamento das nascentes, disponibilizando mourão de cerca e arame farpado, além de prestar assistência técnica aos produtores rurais para que possam fazer o cercamento de suas nascentes, evitando o acesso de animais às cabeceiras e às nascentes, conforme o próprio Prof. Luiz comentou em sua fala.

Estamos procedendo à recuperação de áreas degradadas, para aumentar a infiltração da água no solo e melhorar a qualidade das nossas águas.

Temos diversas ações. No ano passado, trabalhamos em 41 Municípios do Norte, com 16 projetos. Temos viveiros com mudas prontas para serem plantadas. Quando terminar esse período chuvoso, começaremos a preparar mudas para o próximo ano.

Temos um trabalho bem iniciado com o Projeto Manuelzão, no Rio das Velhas. Falei com o Prof. Apolo que estamos disponibilizando arame, mourão de cerca e mudas para um trabalho que o Projeto está desenvolvendo na região que vai desde Sabará até Sete Lagoas, pensando na Meta 2010, que o Prof. Apolo mencionou.

Estamos engajados no processo e estamos com os nossos técnicos motivando os produtores rurais a se engajarem. Mas o proprietário rural tem que aceitar, ainda não podemos impor, apesar de a legislação nos permitir. Não podemos invadir a propriedade e implantar o projeto. Temos que ter a adesão dos proprietários e, na medida em que eles aceitem o engajamento, temos disponibilidade para assistência técnica, arame, mudas e até insumos, e, em alguns casos, o nosso projeto paga a mão-de-obra para o produtor fazer a implantação do projeto. Não sei se respondi a sua questão.

Em relação à pergunta do Fernando Antônio, da Faculdade de Uberlândia, acho que a legislação estadual é uma lei feita pelo IEF. É uma lei que foi discutida com a sociedade civil organizada, com o setor produtivo e muito debatida na Assembléia Legislativa. A possibilidade de relocação de reserva é uma alternativa democrática e benéfica para o meio ambiente, mas essa relocação é feita seguindo alguns critérios técnicos, na medida em que se constata a impossibilidade de implantar-se a reserva naquela propriedade, naquela bacia. É uma abertura que a lei nos deu para proteger os ecossistemas no Estado. Ela é transferida de uma bacia para outra, mas sempre buscando proteger o mesmo ecossistema. E a reserva legal é para proteger a biodiversidade. No passado, os desmatamentos foram feitos, mas havia uma outra realidade. Se constatarmos que em determinada propriedade não há a cobertura e a reserva legal, é melhor ter em outra área. Pior seria se não houvesse essa alternativa. Sempre que possível, procuramos fazer a reserva legal na mesma propriedade.

Acredito que você falou de Uberlândia. A região do Triângulo é uma região bem deficitária em termos de cobertura vegetal no Estado porque a agricultura e as indústrias se expandiram muito e, na época, não havia legislação que proibisse. Agora, temos que nos adequar. Buscamos implantar um reserva legal na própria região do Triângulo e, na impossibilidade, a lei nos permite fazer a relocação em outras bacias dentro do mesmo ecossistema.

O Sr. Presidente - Vou conceder a palavra aos citados. Com a palavra, o Luiz Fontes, que foi o primeiro citado.

O Sr. Luiz Fontes - A Universidade, há 10 anos, construiu uma usina de triagem de lixo que ficou fechada durante quatro anos por problemas entre o Reitor e o Prefeito. Mas há quatro anos houve um acordo da universidade com a Prefeitura. A Prefeitura assinou um convênio, e a usina foi reativada. A cidade tinha um lixão, várias famílias vivendo daquilo, que foi transformado em aterro.

Atualmente, são processadas cerca de 80t de materiais nessa usina, que está em plena operação há quatro anos. Esse trabalho está sendo coordenado pela Prefeitura.

Cumprimento o Dr. Paulo Romano, que, em 1997, foi o responsável por um desafio, que fez com que eu partisse para a educação ambiental. Esse trabalho virou uma cachaça. Depois, quando foi Secretário de Recursos Hídricos, criamos a ONG.

A Sra. Maria Dalce Ricas - O senhor faz parte de uma minoria, pois a maioria da sociedade não acredita que todos nós sejamos santos. Por isso, precisamos das leis.

Talvez, o senhor não esteja acostumado a lidar, como eu, na área ambiental, com pessoas, empresas e instituições que intencionalmente burlam as leis ambientais. Há processos que tramitam há 20 anos no Copam, envolvendo empresas que já dispuseram de prazos e mais prazos, sem que tomassem as providências devidas. Para esses, infelizmente, só existe o rigor da lei.

Concordo que esse rigor não acabará com tudo, mas, partindo desse princípio, temos de abolir de cara as leis de repressão ao tráfico, ao contrabando e ao assassinato. Isso não significa, então, que não devemos contar com as leis.

Não defendemos a política do comando e do controle como um princípio único. Pelo contrário, entendemos que há informações, orientações técnicas e oportunidades. Se a lei não for cumprida, as penas têm de ser aplicadas, afinal quem arca com os prejuízos ambientais é a sociedade.

Ninguém nasce uma folha em branco. Realmente não somos santos. Até no meio ambientalista, há oportunistas. Perdoe-me, mas não prego a pena de morte e não disse que teremos de utilizar a política do porrete. Quando é necessário, advogo sim. Sou a favor da prisão perpétua, não da pena de morte, porque, certamente, algumas pessoas não merecem a vida que a natureza lhes deu, já que não respeitam a própria natureza.

O Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá - Responderei a questão apresentada pelo engenheiro em relação às latinhas jogadas nos córregos. Há muito tempo não vemos mais essas latinhas e garrafas "pets" boiando nos córregos. Ficava intrigado, porque havia somente garrafas "pet" de óleo jogadas nas águas. Depois, fiquei sabendo que essas garrafas vazias não tinham valor no mercado. Por isso, continuavam flutuando em nossos córregos com os saquinhos de chips, os plásticos, os paus de picolé e outras coisas.

Latinhas e garrafas "pets" não são mais encontradas nos córregos porque têm valor. A população entende isso e não é boba. Temos de trabalhar nisso. Bato o pé para alterarmos o modelo de interlocução com as populações. Temos de descobrir esses caminhos para as mudanças comportamentais e de valores.

O Sr. Paulo Romano - Bom dia, amigos e amigas. Farei dois registros e uma pergunta.

O primeiro registro é sobre a importância de insistirmos nessa mobilização, saindo do plano institucional e dirigindo-nos mais à sociedade. Em

novembro do ano passado, foi realizada a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Pela primeira vez, houve um destaque especial, com fóruns, debates e cursos, sobre tecnologia social. Isso é muito importante. Fala-se em educação e em mudança, mas não sabemos como atingir a população. Essa parte caberia ao Estado, para avançarmos no processo.

O segundo registro é o seguinte: a Dalce tocou num ponto muito importante. Na verdade, ela propôs uma agenda em que estão implícitos o padrão de consumo e o padrão de produção dessa fase civilizatória em que vivemos. Quando se fala em agrotóxicos no campo, há na área urbana a contraparte de tudo: excesso de uso de plástico, de lixo, de materiais de limpeza tóxicos e muito mais. O Estado precisa sinalizar o que é biodegradável e menos tóxico para o uso. Se ficar só na mão do mercado, cada empresa colocará sua força e venderá seu produto, que necessariamente não é o que ajuda na questão ambiental. Precisamos mudar os paradigmas. A produção rural tem sinalizado mudanças interessantes. Uma delas é não usar excessivamente a mecanização, preferindo, por exemplo, o plantio direto. Não se trata mais de usar em excesso máquina para remover o solo, e, sim, de deixar o material orgânico decompor-se e protegê-lo.

Outro aspecto a buscar é a integração pecuária-lavoura, pecuária-floresta. Essas combinações que chamamos de agrosilvopastoris não são mais uma proposta simplesmente utópica. Hoje já há tecnologia. A Embrapa abraçou essa causa, e o Ministério da Agricultura a está abraçando, mas é preciso chegar aos técnicos e aos produtores. Para isso, é preciso investimentos para apoiar os produtores, porque se trata de uma questão nova.

Finalmente, uma pergunta, que traz em si uma proposta.

Por ser engenheiro agrônomo e por trabalhar em empresa que já foi registrada no Crea, observo todas as atividades desse órgão.

Fiscalizar pressupõe rever algo que já foi feito ou que está sendo feito. A pergunta é a seguinte: o preventivo não pode ser feito sem a fiscalização?

Temos grande preocupação, por exemplo, com relação às estradas vicinais de terra, não só as municipais e das fazendas, mas também as do governo do Estado. As estradas vicinais de terra em Minas Gerais ocupam 270.000km. Só as estaduais perfazem 10.000km.

Viçosa está fazendo um monitoramento para medir a perda que isso provoca por erosão. Em São Paulo, estima-se que 50% da perda por erosão hídrica seja causada por estradas malconservadas e mal traçadas.

A proposta ao Crea é a seguinte: por que não fazer dessa causa nobilíssima um trampolim para melhorar o conceito do Crea? Por que não trabalhar junto às Prefeituras, às empresas e a um eventual órgão de governo para fazer estradas de terra ecologicamente adequadas?

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Paulo Romano sua participação sempre propositiva e passamos a palavra ao Dr. Miguel Ângelo dos Santos Sá.

O Sr. Miguel Ângelo dos Santos Sá - Dr. Paulo Romano, faço o "mea culpa". O senhor tem plena razão. Há mesmo, no aspecto preventivo, um enorme passivo do sistema contra o Crea.

Como disse anteriormente, a Lei nº 5.194, que regula as profissões da engenharia, arquitetura e agronomia, caracteriza o estabelecimento do Conselho como um órgão fiscalizador da atividade profissional. Até então, tem-se entendido que a atividade profissional é "a posteriori". Mas será que é isso mesmo, ou a atividade profissional da fiscalização pode acontecer "a priori" também?

O senhor pode estar certo de que, com esse espírito, como Presidente do Conselho Federal de Engenharia, o mineiro Marcos Túlio de Melo está com a proposta de inserir o Crea em outras esferas, no intuito de anteceder coisas de modo geral. Tenha certeza de que o sistema está trabalhando com isso; como eu disse, existe esse passivo, e sua pergunta é bem-vinda. Mais do que isso, o sistema Confea-Crea tem um fórum de debates com profissionais notórios, de que vocês podem participar. As portas estão abertas para as sugestões dos senhores; aliás, contamos com a sua presença para trabalhar com esse tema. Temos certeza de que vamos chegar lá. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra a Enga. Eunice Tavares, última inscrita.

A Sra. Eunice Tavares - Gostaria de fazer dois questionamentos, que dirijo a todos os membros da Mesa. Muito se tem falado sobre a água e a educação, que são realmente de extrema importância - a água é fonte de vida, e a educação é o conhecimento, é a maneira que temos de promover a preservação. Em outros países, essa preocupação com o meio ambiente já se observa há algumas décadas. A questão hídrica é, às vezes, de âmbito internacional - em países menores, às vezes um rio passa por vários deles. Então, eles realmente têm o cuidado de tratar os efluentes. Mas, por tudo o que foi dito, vemos que aqui praticamente não se faz o tratamento de efluentes, nem domésticos, nem industriais. Ora, atualmente há uma gama de processos para modificar a forma de produção, e temos de mudar nossa mentalidade de forma a pensarmos em produzir poluindo menos. A indústria pode rever seus processos produtivos utilizando-se de meios eletroquímicos, membranas, enfim, uma série de tratamentos que possibilitem até que a matéria-prima seja reaproveitada na própria empresa ao invés de ser lançada no meio ambiente. Acho que deveria haver união entre poder público, universidades, institutos de pesquisa, empresas de saneamento e a sociedade de modo geral, para rever os processos de produção.

Pergunto aos senhores se já há uma política nesse sentido e o que poderia ser feito.

A outra questão é mais pontual, sobre a bacia da Lagoa da Pampulha, nossa lagoa, de que tanto se tem falado. Efetivamente, a inauguração dessa estação de tratamento dos córregos tem tido algum resultado positivo? Quando os bairros da orla norte da lagoa terão disponível o processo de coleta de esgoto? Aquela região tem muitas nascentes, mas não tem coleta de esgoto, o que está contaminando as nascentes. Quais seriam, ao modo de ver dos senhores, as medidas cabíveis para que efetivamente tenhamos água limpa em nossa lagoa, que é o cartão postal de Belo Horizonte, mundialmente conhecido?

A Sra. Maria Dalce Ricas - Gostaria de comentar a sua primeira ponderação, Eunice, que julguei extremamente pertinente. Já está em curso um processo de revisão do licenciamento ambiental em Minas Gerais. O problema é que o licenciamento ambiental tornou-se um cartório e não está atingindo, como você falou, o processo de produção das empresas. Ou seja, quando a licença é concedida, a empresa a coloca debaixo do braço sabendo que não haverá acompanhamento ou exigências. Além disso, não há uma estatística sobre isso, mas corremos o risco de descobrir que 80% das licenças concedidas não são levadas à prática, acontecendo o que você falou - um alto índice de não-tratamento de efluentes domésticos e industriais. Então, como é feito hoje, esse processo de licenciamento ambiental, como tem declarado publicamente o próprio Secretário, tornou-se um cartório. Esse modelo "já era"; temos de buscar uma nova forma de fazer isso, e certamente esse é o objetivo dessa revisão.

Certamente esse é o objetivo. No que se refere aos esgotos domésticos, temos que reconhecer que a Fundação Estadual de Meio Ambiente

conseguiu algum êxito com uma deliberação normativa sobre a disposição final de tratamento de lixo. Isso melhorou bastante a situação do Estado. Agora está sendo discutida a outra deliberação, que limitará o tempo para que as Prefeituras comecem a trabalhar no tratamento de esgoto. Acredito que isso ajudará.

Agradeço ao Paulo por ter falado sobre a prevenção e a fiscalização. Temos que insistir na bandeira da integração das políticas públicas. Se a Emater e o IMA não participarem, se a Ruralminas não deixar de ser um órgão degradador do meio ambiente, não conseguiremos. Muito obrigada.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Paulo Romano, que foi uma pessoa fundamental no surgimento do Projeto Manuelzão. É um exemplo de técnico e de cidadão brasileiro. Seu voto foi o último na cassação do Collor, que foi cassado por causa de uma Elba.

Quero dizer à engenheira que fez a pergunta que, no caso da Pampulha e de outras áreas da região metropolitana, tudo foi integrado na Meta 2010. Temos que trabalhar com propostas mais futuristas. Está prevista pela Copasa - e esperamos que não seja adiada mais uma vez -, no dia 5 ou 6 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a inauguração da ETE Onça. Como acontecia na ETE Arrudas, que agora já está tratando um grande volume de esgotos, os esgotos domésticos não chegam à ETE. É como uma fábrica sem matéria-prima. O programa Caça-Esgoto, da Copasa, precisa de uma grande integração com as Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem. Os Ribeirões do Onça e Arrudas nascem em Contagem. No Eldorado, o Arrudas. Na região mais abaixo, que vai para a Pampulha, nasce o Sarandi e seus afluentes. Os esgotos são lançados nos rios. Muitas pessoas jogam isso junto com a água de chuva ou direto no esgoto. O programa Caça-Esgoto é a grande proposta da Meta 2010. Estamos trabalhando junto com a Copasa e com as Prefeituras. Há um grupo integrado trabalhando, não no ritmo que gostaríamos, mas muita coisa está sendo feita.

Assim, toda a questão da Pampulha será incluída. A Pampulha sempre foi vista como uma situação à parte, uma região turística de uma elite que se instalou ali. A Pampulha nunca foi vista dentro da Bacia Hidrográfica do Onça. Tentou-se resolver o problema da Pampulha de forma isolada e setorial, mas isso fracassou. A Pampulha só começou a ser recuperada, quando foi colocada como parte da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Onça e do Rio das Velhas. Agora, sim, temos feito uma gestão do território da bacia, e não da lagoa. A solução do problema da lagoa não está lá, mas em toda a área da bacia hidrográfica.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Cumprimento os Deputados João Leite e Laudelino Augusto, os demais componentes da Mesa, as senhoras e senhores presentes. Estamos chegando ao final do ciclo de debates. A comemoração da Semana Mundial do Meio Ambiente ainda prossegue na parte da tarde, com os cursos na Escola do Legislativo e na sede do Crea-MG, mas esta é a última reunião neste Plenário. Em nome do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, da Assembléia Legislativa e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, agradeço a participação ativa de todos os que participaram dos debates sobre os importantes problemas aqui tratados.

Esses problemas foram pautados para que pudéssemos ter uma visão do que deve ser modificado nas ações do governo para o gerenciamento de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. Ao transferirmos a realização deste evento para a Assembléia Legislativa, propiciamos maior participação e maior dimensão.

Agradecemos, em particular, aos Deputados que estiveram conosco, coordenando as reuniões, e que não se desgrudaram deste Plenário em momento algum. Faço menção ao Deputado Laudelino Augusto, que esteve presente em todos os debates, como membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, e ao Deputado João Leite, que coordenou várias discussões, estendemos o nosso reconhecimento especial.

Cumprimentamos o Crea, que franqueou suas instalações e foi nosso parceiro efetivo. O Crea tem participação fundamental na questão ambiental do Estado de Minas Gerais. Desde o princípio - faço referência à preocupação do nosso colega Paulo Romano -, o Crea tem um forte instrumento em mãos para combater o que deve ser combatido no nascedouro dos projetos, ou seja, a exigência da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. A ART é um forte instrumento do Crea para, após a liberação do licenciamento das atividades do empreendedorismo em Minas Gerais, ajudar-nos a direcionar as tecnologias que devem ser abraçadas no momento da aprovação desses projetos. A fiscalização integrada é outro forte instrumento.

Quando ocorre um problema qualquer, como uma barragem que se rompe, um empreendimento que não dá certo, um prédio que cai ou mesmo um avião que cai, temos, sob a nossa análise, alguns problemas. O empreendimento não deu certo, a barragem rompeu ou um prédio caiu por três motivos: em primeiro lugar, o projeto era inadequado, mal elaborado. Em segundo lugar, foi mal executado. Em terceiro lugar, mesmo que tenha sido bem elaborado e bem executado, não estava sendo utilizado adequadamente.

Em todos esses aspectos, o Crea pode ajudar a sociedade a prevenir esses acidentes e ajudar o sistema ambiental no que diz respeito à mitigação dos danos, que deve ser feita depois. O papel do Crea é fundamental. Por isso é parceiro valioso nessas realizações com os órgãos ambientais, como o Fórum Mineiro de Comitês, esse alongamento do braço executivo do Igam para a questão dos recursos hídricos.

Gostaríamos de estender nossos agradecimentos aos CBHs aqui presentes; às empresas que nos ajudaram não só na viabilização financeira do evento, como também na feira da parte externa; à mídia, que não poupou esforço em dar cobertura a tempo e a hora a todo o Fórum; às organizações não governamentais, que debateram, participaram e apresentaram temas de relevante importância para todos nós; aos convidados de maneira geral, que têm aquiescido à realização de todos esses cinco fóruns, sobretudo o deste ano.

Assuntos importantes foram tratados neste Plenário. Todos os cursos apresentaram grande concorrência, não pudemos atender a todos os que tentaram se inscrever. Concluindo, o 5º Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas foi muito importante. Isso só foi possível graças ao trabalho incansável dessas grandes formiguinhas.

Quero estender meus agradecimentos aos funcionários da Assembléia Legislativa, aos assessores parlamentares e ao pessoal da taquigrafia, que se desdobrou para acompanhar os relatos feitos aqui e com alguma dificuldade. A Dalce consegue falar 500 palavras por minuto, nem a taquigrafia é capaz de captá-la, às vezes. Então, estendemos os agradecimentos a todos vocês. O sucesso deste fórum pertence a todos. Peço, então, uma salva de palmas para todos nós, pela brilhante realização deste fórum. Obrigado.

O Sr. Ruy Nogueira - Sou médico, pesquisador e escritor. Queria relatar à Mesa uma experiência que vi em Santa Catarina. Tem sido divulgado pela Associação dos Jornalistas Investigadores que há um terrível cartel de água no mundo. Três ou quatro empresas procuram dominar a água em todos os locais do Planeta. Comecei a estudar o assunto e acabei escrevendo um livro em que falo de organismos internacionais e corporações financeiras contra a humanidade. Essa será a guerra do século XXI.

Só para dar um exemplo rápido, no Estado do Rio de Janeiro o problema está seriíssimo. A Vivendi, hoje Veolia, é dona da Nestlé, da Perrier, da Águas de São Lourenço, da Águas de Petrópolis, da L'Oréal, do Laboratório Roche, da Arcor e por aí vai. Ela está tomando conta de mananciais como Perrier, Águas de São Lourenço e Pure Life. Estão tomando conta dos serviços municipais de água, por meio de associações que envolvem várias empresas camufladas, que eles controlam por trás. Estão tomando conta dos serviços de água da Região dos Lagos,

porque ela está inserida na Sociedade de Águas de Portugal, apesar de ser estatal. Estão tomando conta do serviço de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro, porque ela é uma sócia da estatal francesa que assumiu a Light. E estava tomando conta da Sanepar, por meio da Sanedo, do Grupo Dominó, composto por ela, pelo Opportunity e por outra empresa. Com 31% das ações, fizeram um acordo de acionistas e tomaram conta da empresa, com uma pessoa no Conselho de Administração com direito a veto, uma no financeiro e outra no comercial. Somente agora o Governador Roberto Requião conseguiu retomar. Ele tinha 61% das ações do Estado, mas, apenas com 31%, a Vivendi tomava conta de tudo. Tenho medo que isso ocorra em Minas Gerais, quando procuramos saber quem são os sócios da Copasa e somos informados que são a Prefeitura de Belo Horizonte, etc., e mais ou menos 30% de outros, que ninguém sabe quem são.

No relatório para os seus acionistas na Europa, a Suez, maior empresa de águas do mundo, cita a Copasa entre as empresas em que tem interesse acionário. Precisamos abrir o olho para vermos se a Copasa não vai ser uma segunda Sanepar, se é que já não o é.

Quanto ao Projeto Manuelzão, indago como vamos fazer a comunidade participar, como vamos discutir, porque essas grandes empresas controlam os meios de comunicação e não passam as informações. Como não há informações, não há discussão. Se não há discussão, não há opinião. Então, as coisas ocorrem como fato consumado. Acho que tem de ser estudada a solução de Chapecó, em Santa Catarina. Eles alteraram a Lei Orgânica do Município, e agora qualquer operação na gestão da água, que deve ser comunitária, tem de ser decidida por plebiscito. Havendo plebiscito, tem que haver discussão; os meios de comunicação não se podem fechar.

Agradeço a gentileza de me ouvirem. O Deputado Laudelino Augusto sabe que me interessa pelo assunto e não poderia deixar de me pronunciar. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Saudações a todos. Hoje foi citada a Bíblia. Citei também a Carta aos Romanos. Segundo ela, a criação inteira geme e sofre com dores de parto, esperando, aguardando a libertação da escravidão a que foi submetida pela vaidade. Aguarda a libertação dos filhos de Deus. Estamos aguardando e vamos fazer ocorrer logo esse parto dolorido, mas importante para que a vida prevaleça.

Um pequeno texto de um material que foi divulgado durante o Fórum Mundial da Água, no México, diz: "Um quinto da população do Planeta ainda não tem acesso à água potável, e 40% não contam com o serviço de saneamento básico". Mais do que uma questão meramente ambiental, esses dois fatos dizem respeito diretamente à saúde e à manutenção da pobreza e revelam duas questões-chaves para o cuidado com a água, quais sejam: a gestão eficiente e a educação para o seu uso. Como disse o Dr. Ruy, são necessárias a gestão participativa e comunitária e a educação.

Estamos encerrando o 5º Fórum, uma parceria que vem dando muito certo. Agradeço a todas as entidades que participaram, de modo especial à sociedade, que esteve aqui representada pelos grupos que participaram dos seminários "Águas de Minas II e III", "Saneamento", e "Lixo e Cidadania", realizado no ano passado. Política é isto: soma de esforços em busca do bem comum.

Todos os temas abordados deixam claro para nós a sua importância. São eles: saúde, agências de água, agricultura, mineração, participação da sociedade. É preciso conhecê-los bem, para poder administrar. Tudo isso constará nos anais. Vamos ainda retomar o conhecimento acumulado, a fim de que ele produza frutos.

Outros eventos ainda serão realizados. No dia 27/4/2006, haverá um ciclo de debates nesta Casa sobre "Política Nacional de Resíduos Sólidos", tema que já é objeto de matéria no Congresso Nacional. Nos dias 8 e 9/6/2006, coroando a Semana do Meio Ambiente, haverá o Fórum Técnico "Educação Ambiental", também na Assembléia.

Deputado João Leite, faz tempo que não cito o cacique Seattle. O momento é bem oportuno para isso. No início da colonização americana, o cacique Seattle, extasiado diante da chegada dos colonizadores querendo comprar terras - ele não entendia o que era isso -, fez um alerta: "Tudo que estão fazendo para a terra, estão fazendo para os filhos da terra". Ele estava referindo-se à destruição. Atualizando essa frase, em homenagem ao índio Seattle e a todos os índios do Planeta, podemos dizer o seguinte: tudo que estamos fazendo de bom para a preservação e o resgate da beleza da natureza e da ecologia é de grande valia para toda a humanidade, para esta geração e também para as futuras.

Concluo com a frase-tema da Campanha da Fraternidade ecumênica de 2004. O prefixo de "ecumênica" é o mesmo de "ecologia", "eco", "óikos", "casa comum", "casa de todos", "planeta", que precisa ser bem cuidado. A referida Campanha da Fraternidade teve o tema e o lema "Água, Fonte da Vida". Estivemos aqui neste fórum pelo bem da humanidade e a favor da água e da vida.

O Sr. Presidente - A Assembléia Legislativa, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Igam, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Crea manifestam seus agradecimentos às autoridades que participaram deste debate, ao público em geral e aos espectadores da TV Assembléia.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/3/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Doutor Viana e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, Projeto de Lei nº 2.793/2005 (Deputado Doutor Viana) e Projeto de Lei nº 2.901/2005 (Deputado Paulo Piau). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.839/2005 (relator: Deputado Paulo Piau) e 2.841/2005. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.168, 6.180 e 6.181/2006. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (4) em que solicita: seja realizada audiência pública da comissão, para se discutir a importância do Centro de Referência do Professor para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos profissionais da educação, com os convidados que menciona; seja realizada audiência pública na cidade de Santa Rita do Sapucaí, na sede da Inatel, para se conhecerem o projeto digital e todas as conquistas adquiridas pelo Vale da Eletrônica, notadamente quando se debate a TV digital no programa do Ministério das Comunicações; seja formulado apelo à Secretária de Estado de Educação, com vistas à manutenção do fornecimento de merenda escolar aos alunos dos Centros Estaduais de Educação Continuada - Cesecs - e solicitando a realização de audiência pública com a presença da Secretária de Estado de Educação e de representantes dos Cesecs, para se debater o fornecimento de merenda escolar aos alunos dos Cesecs. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a

presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2006.

Doutor Viana, Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA,
EM 23/3/2006

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Miguel Martini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Humberto Candeias Cavalcanti (25/2/2006 e 18/3/2006) e Ilmar Bastos Santos (16/3/2006). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Miguel Martini em que solicita seja realizada reunião, para se discutir, em audiência pública, no Município de Igarapé, a situação da comunidade local, especificamente no que se refere à segurança do percurso da via da passarela próxima à BR-381. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 4/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, a regulamentação das guaritas de segurança dos condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 5/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação dos hemocentros em Minas Gerais e as políticas implementadas pela Fundação Hemominas, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 5/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Dilzon Melo, Ermanno Batista, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Gil Pereira, Biel Rocha e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Cultura, para a reunião a ser realizada em 4/4/2006, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, os critérios utilizados pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar para a cobrança de taxas instituídas pelo Governo do Estado para a realização de eventos culturais de grande porte em Minas Gerais e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2006.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Djalma Diniz, Pinduca Ferreira e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2006, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2006.

Sebastião Costa, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.892/2005

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Roberto Carvalho, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Clube de Malha da Vila Casal, com sede no Município de Ubá.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa não possui fins lucrativos, e seu objeto é a prática e a difusão do jogo da malha como esporte amador e a formação de atletas profissionais. Participa de campeonatos, torneios e competições, levando o Município de Ubá e o Estado de Minas Gerais a centros esportivos de alto nível. Promove reuniões e eventos técnicos no intuito de expandir o jogo da malha, incentivar a forma física, a disciplina e a precisão característica dessa modalidade esportiva.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.892/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 30 de março de 2006.

Leonídio Bouças, relator.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 31/3/2006, as seguintes comunicações:

Do Deputado Agostinho Patrús, comunicando que reassumirá o mandato a partir de 31/3/2006. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Bilac Pinto, comunicando que reassumirá o mandato a partir de 31/3/2006. (- Ciente. Publique-se.)

Da Deputada Elbe Brandão, comunicando que reassumirá o mandato a partir de 31/3/2006. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Neider Moreira, comunicando que reassumirá o mandato a partir de 31/3/2006. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Ermanno Batista, comunicando seu afastamento do exercício do mandato a partir de 31/3/2006, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Márcio Kangussu, comunicando seu afastamento do exercício do mandato a partir de 31/3/2006, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária. (- Ciente. Publique-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/3/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/3/2006, que nomeou Glauco Lauria Marques para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/3/2006, que nomeou Kelly Cristina Magalhães de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/3/2006, que nomeou Márcia de Fátima Bressani para o cargo de Agente de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/3/2006, que nomeou Rejane Maria F. Vasconcelos Reis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Alexandre Silva Guiraldelli do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Ana Paula Ribeiro Melillo do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Carlos Alberto Bruzaferro Ferreira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Helley Peixoto Guedes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Israel Cintra Lugli do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Jane Brito Pimenta do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Josiane Ribeiro de Souza do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Julliano Lamounier Arriel do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Luiz Augusto Marques Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Paulo Thiago Alcantara da Silva do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Roberto de Melo Maia do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Tessia Janaina Gonçalves Pessoa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Vania Paschoalini Lopes do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Wilson Carneiro de Campos Vasconcelos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

exonerando, a partir de 3/4/2006, Geraldo Magela Arco-Verde do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Raniere Geraldo Almeida Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Vera Lúcia de Sousa Gomes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Geraldo Magela Arco-Verde para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando Maria das Dores Godinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Nilson Antonio Dias Godinho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Márcia Aparecida Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Wilton Márcio Goddard Borges para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elbe Brandão

nomeando André Paulino de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Daniela de Abreu e Silva de Azevedo para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Edigar Batista do Nascimento para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Ione Aparecida Tolentino Silveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Lina Fagundes Veloso de Mattos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Luciana Sousa Simoes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Márcia Dionízio Moreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Márcio Antônio Ferreira Lima para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Maria de Fátima Figueiredo Trindade para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Maria de Lourdes Lopes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Maria Eliana Pio Cassemiro Vitor para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Maria Helena Silveira Belisário para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Maria Jueliz Soares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Maria Tereza Real para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Marlene Arcanjo Campos para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Rejane Santos Froés para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

exonerando, a partir de 31/3/2006, Alessandra Loures Martins do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Alexandre Rodrigues Vieira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Cibele Karla de Figueiredo Nereu do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Claudia Martins Oliveira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Daiane Barbosa de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Deusdedit Inácio Pereira do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Elenaide Cruz do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Izaias Matias Veloso do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Joana Darc Batista Tortelote do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Jose de Assis da Rocha do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, José Donizete Godinho Lima do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Livia Batista Duque Gutierrez Baptista do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Livia Feliciano Reis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Maria Eliana Pio Cassemiro Vitor do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Marielena Braichi Pôssas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Moacir Rocha do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Paulo Seabra de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Rita Cristina de Souza Vieira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Sonia Maria Zanon de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando Fatima Moura Murta do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;
nomeando Kênia Carvalho Gomes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando, a partir de 3/4/2006, Leandro Garofo Mendonça do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Luiz Claudio dos Reis Campos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Juliene Cristina Sampaio do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Elaine Cristina da Silva Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, José Rodrigues de Resende Filho do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Wilson Bernardes Ramos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
nomeando Carlos Marcos Perez Andrade para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;
nomeando Elaine Cristina da Silva Resende para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;
nomeando José Rodrigues de Resende Filho para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;
nomeando Juliene Cristina Sampaio para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;
nomeando Letícia Diniz Ribas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;
nomeando Wilson Bernardes Ramos para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

exonerando, a partir de 3/4/2006, Edilson Brandão Guimarães Júnior do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Gilberto Monteiro de Sousa Lima do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Giséle Cristiane Mendes Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Ione Aparecida Tolentino Silveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Lina Fagundes Veloso de Mattos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Márcia Campos Pereira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Márcia Dionízio Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Márcio Antônio Ferreira Lima do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Maria de Lourdes Lopes do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Maria Helena Silveira Belisário do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Maria Jueliz Soares do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Rejane Santos Froés do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;
nomeando Gilberto Monteiro de Sousa Lima para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;
nomeando Márcia Campos Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando, a partir de 3/4/2006, Simone Ferreira Amorim do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;
nomeando Daine Barbosa de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;
nomeando Simone Ferreira Amorim para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jésus Lima

exonerando, a partir de 3/4/2006, Célio Henrique da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Madalena Ferreira Egidio do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;
nomeando Aldair Fagundes Brito para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;
nomeando Madalena Ferreira Egidio para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Kangussu

exonerando, a partir de 31/3/2006, Aline de Oliveira Grapiuna do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Ana Raquel Moreira Maia do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Claudio Cesar de Mattos Carneiro do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Daniel Pereira Guimarães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Danyllo Pinheiro da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Emirani Quaresma Marques do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Felipe Fagundes Cunha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Guilherme Kangussu Gomes de Almeida do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Horácio Batista Matos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Ieda Ribeiro do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Inácio Antunes Azevedo Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Ligia Maria Kangussu Donagemma do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Luciano Nunes Souza do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Lúcio Miranda Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Maíra Otávia Fagundes Matos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Maria Zilah Campos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Pedro Araújo Pinheiro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Rosângela Araújo Kangussu do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Rosângela Maria Viana Motta do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Sormani Ferraz de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Tarcísio Alves de Queiroz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/3/2006, Vânia Gomes Aguilar do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Marlos Fernandes

exonerando, a partir de 3/4/2006, Ângela Márcia de Andrade Ribeiro Tahara do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;
exonerando, a partir de 3/4/2006, Augusta Murta Kangussu do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Carla Janaína Moreira de Paiva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Érica Balthazar da Silveira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Geraldo Amin de Oliveira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Jaine Moreira de Abreu do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Leonardo Tobias Nogueira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Mauro Barreto Melo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Raul Antônio Campos Silveira do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Wagner Antunes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

nomeando Claudio Cesar de Mattos Carneiro para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Daniel Pereira Guimarães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Danyllo Pinheiro da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Geraldo Magela Sales Guedes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Joaquim Antônio de Oliveira Neto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Ligia Maria Kangussu Donagemma para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Livia Batista Duque Guttierrez Baptista para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Luciano Nunes Souza para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Maíra Otávia Fagundes Matos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Raul Antônio Campos Silveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Rosângela Maria Viana Motta para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Tarcísio Alves de Queiroz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Vânia Gomes Aguiar para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Neider Moreira

nomeando Adriana Oliveira Castro Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Aldo Mendes Batista para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 4 horas;

nomeando Alessandra Capanema Azevedo de Faria para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Ângela Márcia de Andrade Ribeiro Tahara para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Augusta Murta Kangussu para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Carla Janaína Moreira de Paiva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Dalton Leandro Nogueira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Érica Balthazar da Silveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Geraldo Amin de Oliveira para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Jaine Moreira de Abreu para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Leonardo Tobias Nogueira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

nomeando Márcio Gonçalves Pinto para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas;

nomeando Marina Guimarães de Faria para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 4 horas;

nomeando Rachel Marques Monteiro para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Ronaldo Moreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Suelem Silveira Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 4 horas;

nomeando Valdir Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 4 horas;

nomeando Wagner Antunes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando, a partir de 31/3/2006 Andréa Lemos Cardoso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Bernadeth de Cácia Andrade Godinho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Danyela Cardoso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Evana Figueiredo Brandão Guimarães Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Flávia da Costa Medina Medeiros do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Hárisson Wesley Caldeira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Ivan Duque de Paiva Filho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Jair Neves dos Anjos Júnior do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 João Paulo Santos de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Joaquim Procópio de Mesquita do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Jussara Marques Lage do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Luciana Sousa Simoes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Márcia Aparecida Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Marcio Antonio Silva Nogueira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Marco Aurélio Ottoni Vieira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Maria Geralda Luiz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Marlene Arcanjo Campos do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Miriam Davite Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Olivia Maria Amaral Alvim do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Pedro Modesto de Mesquita do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Rodolfo Evangelista Lima do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Sandra Lúcia Arcanjo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006 Wilton Márcio Goddard Borges do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando, a partir de 3/4/2006, Geraldo Majela de Sales Guedes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Maria Catarina Lazaroni do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Michelle Marina Silva Pereira Augusto do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Orlando Karl do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Plínio Monteiro de Magalhães Neto do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Rosa do Perpétuo Socorro Tuyama do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Rosamaria Alves de Miranda do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Selma Aparecida Moraes do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Solange Aparecida Ferreira de Almeida do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Terezinha de Jesus Marques do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Vinícius Dias Coelho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Alessandra Loures Martins para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Elenaide Cruz para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Ieda Ribeiro para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Joana Darc Batista Tortelote para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Maria Catarina Lazaroni para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Marielena Braichi Pôssas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Michelle Marina Silva Pereira Augusto para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Rita Cristina de Souza Vieira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Rosamaria Alves de Miranda para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Sonia Maria Zanon de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús

exonerando, a partir de 31/3/2006, Edmilson de Souza Carmo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Geraldo Manoel Brandão Bitencourt do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Ibrahim Arcanjo Campos do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Ivânia Maria Souto de Azeredo Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Luiz Fernando Magaldi de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Marco Aurélio Manhães Alves Pereira Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Renato Lima de Carvalho Silveira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Bilac Pinto

exonerando, a partir de 31/3/2006, Eliete Ferreira Andrade de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Fernando Teodoro de Carvalho Lamounier do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Heronice Caldeira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Kamilla Coelho Batista Neiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Margareth Maria Cintra do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elbe Brandão

exonerando, a partir de 31/3/2006, Angela Beatriz Santiago Drumond do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Daniela de Abreu e Silva de Azevedo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Edigar Batista do Nascimento do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Maria de Fátima Figueiredo Trindade do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Maria Tereza Real do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Paulo André Nunes do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Rosa Amélia Lopes Godinho do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

nomeando Alexandre Rodrigues Vieira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Claudia Martins Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Deusdedit Inácio Pereira para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Henrique Marri Pôssas para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Izaias Matias Veloso para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando José Donizete Godinho Lima para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Maricléia Pinheiro Dória Lima para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Kangussu

nomeando Ana Raquel Moreira Maia para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Emirani Quaresma Marques para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Fatima Moura Murta para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Maria Zilah Campos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Nilson Antonio Dias Godinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Pedro Araújo Pinheiro para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Rosângela Araújo Kangussu para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Neider Moreira

exonerando, a partir de 31/3/2006, Aldo Mendes Batista do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Alessandra Capanema Azevedo de Faria do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Dalton Leandro Nogueira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Elisa Mara Assis de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Márcio Gonçalves Pinto do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Ronaldo Moreira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2006, Valdir Silva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Mauro Barreto Melo para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Marlos Fernandes, Vice-Líder do PPS.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 31/3/2006, Tardié Melo Lima do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando João Bosco Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Nathália Luiza Fonseca Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/1989, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 31/3/2006, Eli Pinto de Faria do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, com exercício no Conselho Consultivo da Mesa;

exonerando, a partir de 3/4/2006, Maricléia Pinheiro Dória Lima do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, com exercício na Presidência.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município Juramento. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

PARECER SOBRE A MENSAGEM Nº 521/2006

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/3/2006, pág. 41, col. 4, nas assinaturas, onde se lê:

"Domingos Sávio, Presidente - Antônio Júlio, relator", leia-se:

"Domingos Sávõesio, Presidente e relator - Antônio Júlio".